



RADIOFONIAS

REVISTA DE ESTUDOS EM MÍDIA SONORA

Dossiê Rádio e Catástrofe V.11, N.2 | 2020.2



PPG COM
UFOP

CONJUR

nrtv
Núcleo de Rádio e TV

INTERCOM
GP Rádio e Mídia Sonora

antiga Rádio-Leituras | ISSN: 2179-6033

Dossiê Rádio e Catástrofe
V.11, N.2 | 2020.2

Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora, antiga Rádio-Leituras (ISSN 2179-6033), é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e do Núcleo de Rádio e TV (NRTV) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conta com o apoio do Grupo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). O objetivo da publicação é ser um espaço para análise e reflexão sobre o rádio, a mídia sonora, o rádio-jornalismo e os processos de convergência que dialoguem direta ou indiretamente com as diversas modalidades de comunicação sonora. A revista pretende promover debates e estimular o desenvolvimento e difusão de conhecimento científico, contribuindo, juntamente com outros esforços e iniciativas, para o crescimento do campo dos estudos radiofônicos e da mídia sonora como um todo. Desta forma, a publicação encoraja a abordagem de questões metodológicas e conceituais relativas ao estudo do rádio e da mídia sonora, estimulando também a interdisciplinaridade nas propostas e o diálogo com pesquisadores de outros países. Radiofonias prioriza publicações decorrentes de pesquisas em nível de pós-graduação e inéditas. Destina-se a pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de comunicação e especificamente de rádio.

realização:

apoio:

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo e do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PPG COM
U F O P
Comunicação e Temporalidades

nrtv
Núcleo de Rádio e TV

CONJOR
Convergência e Jornalismo


INTERCOM
GP de Rádio e Mídia Sonora

Equipe Editorial / Editorial Board / Equipo Editorial

Debora Cristina Lopez | Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil

Marcelo Kischinhevsky | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Lena Benzecry | UFRJ, Pós-Doutoranda em Comunicação e Cultura, Brasil

Maíta Carvalho | UFRJ, assistente editorial

Conselho Editorial / Editorial Board / Consejo Editorial

Belén Monclús

Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), Espanha

Daniel Martín Pena

Universidad de Extremadura (UEX), Espanha

Doris Fagundes Haussen

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil

Eduardo Meditsch

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Eduardo Vicente

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

José Luis Fernández

Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina

Luciano Klöckner

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil

Luiz Artur Ferraretto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Madalena Oliveira

Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Mágda Rodrigues da Cunha

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil

Manuel Fernández Sande

Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Marcelo Freire

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil

María del Pilar Martínez-Costa

Universidad de Navarra, Espanha

Mia Lindgren

Swinburne University of Technology, Austrália

Monica Rebecca Ferrari Nunes

Escola Sup. de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP)

Nair Prata, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Nélia Rodrigues Del Bianco

Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Othon Fernando Jambeiro

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Sonia Virginia Moreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Tiziano Bonini

Università di Siena, Itália.

RADIOFONIAS
REVISTA DE ESTUDOS EM MÍDIA SONORA

Pareceristas nesta edição

Antonio Francisco Magnoni

Doris Fagundes Haussen

Edgard Patrício

Ed Wilson Ferreira Araujo

Graciela Martínez Matías

Izani Mustafá

João Paulo Malerba

José Eugenio de Oliveira
Menezes

Leonardo De Marchi

María del Pilar Martínez-Costa

Marizandra Rutilli

Ricardo Zimmermann
Fiegenbaum

Sônia Caldas Pessoa

Teresa Costa Alves

Tiziano Bonini

Vera Lucia Spacil Raddatz

Projeto Gráfico e diagramação

@Lena_Benz_Comunica

Fotos da capa: canva.com

Editora FACOS/UFMS

Universidade Federal de Santa
Maria | Avenida Roraima, 1000
Cidade Universitária - Camobi
CEP: 97105-900
Santa Maria – RS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RÁDIO REASSUME PROTAGONISMO EM SITUAÇÕES EXTREMAS

Debora Cristina Lopez, Marcelo Kischinhevsky e Lena Benzecry

7

DOSSIÊ – RÁDIO E CATÁSTROFES

Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de Covid-19

Luiz Artur Ferraretto

15

O papel das rádios comunitárias gaúchas na pandemia do coronavírus: sintomas do adoecimento da fala popular

Vanessa Costa de Oliveira e Patrícia Regina Schuster

38

Desafíos para hacer radiocomunicación en tiempos de pandemia y aislamiento social – La participación como alternativa para construir una radio con todos y para todos

Maile Hernandez e María Teresa Caballero Rivacoba

56

Broadcasting the Covid-19 Pandemic in Central Africa

Fabíola Ortiz dos Santos e Antonio Brasil

89

Ecos de uma tragédia anunciada: a cobertura de acontecimentos extremos pelo rádio local

Rafael Ferreira Medeiros e Graziela Mello Vianna

129

Temas de cobertura do início da pandemia em entrevistas e na participação de ouvintes em uma emissora do interior: estudo de um programa jornalístico da Rádio Cultura de Timbó (SC)

Arnaldo Zimmermann, Eduardo Meditsch e Valci Zuculoto

150

O rádio e a prestação de serviço no Agreste de Pernambuco em tempos de pandemia

Giovana Borges Mesquita e Sheila Borges de Oliveira

168

Quando o silêncio afeta os ouvidos

João Batista de Abreu

188

ENTREVISTA | INTERVIEW

Márcia Franz Amaral: "Um desastre nunca começa quando eclode"

Mirian Redin de Quadros

206

RESENHA

Livro: Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e projeto pedagógico

Rodrigo Martins Aragão

213

Rádio reassume protagonismo em situações extremas

Debora Cristina Lopez, Marcelo Kischinhevsky e Lena Benzecry

Enquanto escrevíamos estas linhas, nos primeiros dias de novembro de 2020, o Brasil registrava mais de 5,5 milhões de pessoas contaminadas e mais de 160 mil mortes pela Covid-19. Depois de oito meses de medidas restritivas, recomendações de isolamento social, uso de máscara e ampliação da higienização das mãos a população lida com cansaço e fragilidades emocionais e começa a flexibilizar os cuidados, à medida que os números de vítimas davam sinais de desaceleração. Enquanto isso, na Europa, a pandemia que parecia controlada voltava a lotar hospitais e países como Espanha e França reiniciavam as ações de combate à difusão do vírus.

A pandemia do novo coronavírus alterou de forma profunda o cotidiano da população, em um processo que ainda está por ser devidamente estudado e que terá repercussões sociais, econômicas e culturais de longo prazo. Por tabela, afetou também os meios de comunicação e em particular o rádio, que tradicionalmente assume protagonismo em situações extremas, mas que desta vez precisou se reinventar. Entre os desafios, estão as rotinas produtivas, que exigem novos cuidados com a saúde de equipes, e o crescimento dos circuitos de desinformação, tendo como alvo sobretudo o conhecimento científico e a mídia profissional.

>> Como citar este texto

LOPEZ, D.C. ; KISCHINHEVSKY, M. ; BENZECRY, L. Rádio reassume protagonismo em situações extremas. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana** - MG, v. 11, n. 02, p. 07-14, mai./ago. 2020.

Sobre a Equipe Editorial

Debora Cristina Lopez

debora.lopez@ufop.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1030-1996>

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, é autora de *Radiojornalismo hipermidiático* (Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2010). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e de Ouro Preto (UFOP), onde também leciona na graduação de Jornalismo, coordena o Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo e o Laboratório de Inovação em Jornalismo. Ao lado do Prof. Marcelo Kischinhevsky coordena o GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom.

Marcelo Kischinhevsky

marcelok@forum.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-4838-2162>

Doutor e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é diretor do Núcleo de Rádio e TV da mesma instituição, onde leciona nos cursos de Rádio e TV e Jornalismo. É também professor do PPGCom da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu livro mais recente é *Radio y medios sociales – Mediaciones e interacciones radiofónicas digitales* (Barcelona: UOC Ed., 2017).

Lena Benzecry

lena.benzecry@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1258-8123>

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ é autora do livro *O samba no rádio: do Rio para o Brasil* (Curitiba: Ed. Appris, 2017). Desenvolve estágio pós-doutoral na ECO-UFRJ e é pesquisadora do Núcleo de Rádio e TV na mesma instituição.

Historicamente, em cenários de catástrofe, o rádio deixa de lado sua função de relógio da vida cotidiana, de articulação entre espaços públicos e privados, entre o âmbito doméstico e a cidade (WINOCUR, 2002, p. 175), para resgatar seu papel precípua de prestação de serviços de utilidade pública, de ordenação e difusão de informações que podem salvar vidas. A radiofonia tem a capacidade de operar, em situações-limite, como pandemias, enchentes, desabamentos, terremotos, furacões, incêndios e desastres, a costura de um tecido social mais ou menos esgarçado, convocando a ação das autoridades, informando e narrando os acontecimentos, mobilizando a empatia e a solidariedade. Apesar disso, raros são os esforços de pesquisa no sentido de compreender as múltiplas dimensões dessa atuação. Temos reflexões esparsas sobre o papel do rádio em situações extremas, como o histórico apagão em Florianópolis (SANTOS NETO, 2015) ou o terremoto de 2010 no Chile (GUTIÉRREZ-ATALA e PACHECO-CRUZES, 2011).

Pela abrangência, contudo, a pandemia do novo coronavírus mobilizou esforços das mais diversas áreas de conhecimento. Assim como nas ciências da saúde, observa-se um crescimento nas publicações que tratam da pandemia e de seu impacto na comunicação em múltiplas perspectivas. O consumo de rádio aumentou, e isso se deve, entre outros fatores, ao crescimento da demanda informativa gerado pela catástrofe (RODERO, 2020). A autora lembra que durante a atual crise sanitária, o confinamento favoreceu principalmente a televisão, ampliando sua concorrência com o rádio. Para Rodero (2020, p. 3), que enfocou as variações de consumo de rádio na Espanha durante a pandemia, o meio apresenta duas vantagens sobre a televisão: sua credibilidade e a influência psicológica sobre a audiência, derivada principalmente de sua organização narrativa sonora e da proximidade que estabelece com os ouvintes. A autora destaca tanto a ampliação do período de escuta quanto da variedade de programas, principalmente informativos. Na Espanha, o rádio é visto como o meio de maior credibilidade e o que melhor aborda o tema.

O protagonismo do rádio foi observado também por Costales e Bergantiño (2020) em Cuba. Segundo os autores, os radiodifusores cubanos se articularam em produções colaborativas e dialogaram diretamente com a audiência, privilegiando informações sobre a Covid-19 em detrimento de conteúdos esportivos ou musicais. Através desta estratégia, foi possível ampliar a difusão de informações atualizadas e de utilidade pública a comunidades isoladas, integrando também elementos de construção narrativa e difusão de conteúdo em plataformas digitais. O cenário apresentado pelos

autores revela que mesmo diante de desafios que impõem mudanças de procedimentos, rotinas e formas de contar a história, a construção e o acionamento de protocolos de resposta a desastres nacionais podem integrar o meio à linha de frente das ações de combate ao avanço do vírus.

No Brasil, o consumo de rádio também aumentou. Segundo o estudo “Inside Radio 2020”, da Kantar Ibope Media, 75% dos ouvintes mantiveram ou aumentaram o tempo de escuta e 17% indicaram ouvir muito mais rádio após a adoção das medidas de isolamento social. Entre os consultados, três a cada cinco escutaram rádio diariamente, em média 4h41. Os maiores impactos residem nas formas de consumo. Segundo a pesquisa, 78% dos entrevistados escutam rádio em casa e 18% no carro. Além disso, 81% utilizam o aparelho de rádio; 23%, o celular; 3%, o computador; e 4%, outros equipamentos. Um dado da pesquisa revela a conexão com a audiência e a compreensão das demandas do público por parte das rádios: a geração de conversas em redes sociais. Segundo o Inside Radio 2020, os tweets sobre rádio aumentaram 77% entre março de abril deste ano. Já a audiência em podcasting teve aumento mais expressivo. De acordo com a Voxnest (2020), o aumento foi de 42% em nível global, com destaque para Turquia, Índia, Colômbia, Argentina e Brasil. Houve ainda aumento expressivo na Europa (53%), inclusive em países que adotaram lockdown, como Itália (29%) e Espanha (25%), com forte redução na mobilidade urbana – uma das chaves para o consumo de podcasts.

A ampliação do consumo de rádio durante a pandemia, aponta o estudo da Kantar, tem relação com o caráter companheiro do meio, pelo diálogo e pela diversidade de conteúdo oferecido e plataformas ocupadas. Serviços de streaming e podcasts foram acessados, respectivamente, por 46% e 24% dos ouvintes, reiterando tanto o potencial informativo quanto de entretenimento do meio.

Uma das principais forças do rádio nos momentos de enclausuramento e isolamento social é que uma das bases de funcionamento como instituição social e cultural é sua capacidade de gerar “co-presença”. É a sensação que temos quando ligamos o rádio, de que outros fazem o mesmo, que escutam quando nós escutamos.¹

As características do rádio – seu alcance, sua proximidade, seu potencial de engajamento – levaram-no a enfrentar os desafios impostos pela pandemia em frentes di-

¹ No original: “Una de las principales fortalezas de la radio en estos momentos de encierro y aislamiento social es que una de las bases de funcionamiento como institución social y cultural es su capacidad para generar ‘co-presencia’. Es esa sensación que tenemos cuando encendemos la radio de que hay otros que hacen lo mismo, que escuchan cuando nosotros escuchamos”. Tradução nossa.

versas. Das aulas pelo rádio para alunos em isolamento social e sem conexão à internet no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina ou na Paraíba (ONDA RESISTENTE, 2020) às adaptações dramatizadas das informações de utilidade pública, o meio se reinventou e enfrentou os desafios para cumprir seu compromisso com a sociedade.

As aulas pelo rádio já foram realizadas em catástrofes anteriores, como o surto de ebola na África entre os anos 2013 e 2016 ou o terremoto chileno em 2010. Antes disso, no início do rádio brasileiro, havia ações de educação pelo dial. Edgard Roquette-Pinto desenvolvia ações como estas na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do meio no Brasil. Ações posteriores, como o Movimento de Educação de Base, o Projeto Minerva e o Programa Escola Brasil marcam a perenidade (ainda que não predominância) da relação entre educação e radiodifusão. Roseane Andrelo (2012) demonstra que a educação pelo rádio esteve presente na trajetória do meio através de diversas iniciativas que incluem projetos e ações de implementação de rádio escola.

A academia também respondeu ao desafio de repensar o rádio desenvolvendo projetos que dialogam com a comunidade local, como o “Checagem da Hora”², da Universidade Federal de Santa Maria – campus Frederico Westphalen, que verifica boatos e desinformações que circulam na região, esclarece e debate ciência em colaboração com emissoras da região do Médio Alto Uruguai (RS). A desinformação também pauta o programa “Coronavírus em Xeque”³, da Rádio Paulo Freire (UFPE), que monitora *fake news* que afetem diretamente o dia-a-dia do público em redes sociais para discutir e desconstruir a desinformação.

A informação de utilidade pública, inscrita no DNA do rádio, também protagoniza a produção sonora durante a pandemia de coronavírus. Seja nas produções locais, em emissoras comunitárias ou em produções universitárias, as recomendações sanitárias faziam parte do dia-a-dia das programações. Programas como “Auto da Compadecida em tempos de pandemia”⁴ e “Manda no zap: bodega do Seu Mané”⁵, produzidos pela Universidade Federal de Pernambuco, lançam mão de estratégias narrativas ficcionais para formar e informar com perspectiva de prestação de serviços. Produções voltadas para o público infantil, como “O Coronavírus chegou, e agora? O que as crianças querem

2 <https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora/checagem-da-hora/>

3 <https://sites.ufpe.br/rpf/coronavirus-em-xeque/>

4 <https://sites.ufpe.br/rpf/saude-e-o-tema/manda-no-zap/>

5 https://open.spotify.com/episode/oFYZbQwRyWOioIFDTLHO7g?si=OVR38vcRQwuIvTM9Aq_oww

saber?”⁶ e “Curiá”⁷ exploram as dúvidas das crianças e acionam estratégias narrativas e práticas produtivas do jornalismo para ampliar o alcance das informações de serviço de uma emissora e de um projeto de extensão universitários.

As ações vão além das produções sonoras. Pesquisadores brasileiros e estrangeiros têm trabalhado para compreender o fenômeno da pandemia e suas implicações no rádio sob os mais variados ângulos e divulgado esse conteúdo em livros, artigos e eventos. O Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), promoveu debate sobre “O rádio na crise da Covid-19”, como parte da série de Lives Cátedra Intercom, no dia 4 de junho de 2020⁸. O Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP realizaram o “Ciclo de Debates – Desafios da Comunicação frente à pandemia”⁹ entre os meses de abril e junho. O Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso promoveu o debate “Desafios do rádio informativo na cobertura local em tempos de pandemia”¹⁰ no dia 14 de outubro.

Nos últimos meses observamos esforços consolidados em livros que buscam apoiar o ensino-aprendizagem de rádio e o letramento midiático, como o livro eletrônico de professores, jornalistas e radialistas colombianos que reúne textos, infografia e áudios sobre as possibilidades expressivas e informativas da radiofonia (ANGRINO e BALLESTEROS, 2020) e os ebooks de ampla circulação *Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise*, com versões em português, espanhol e inglês (FERRARETTO e MORGADO, 2020a, 2020b e 2020c) e *Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de Covid-19* (FERRARETTO e MORGADO, 2020d), lançados pelo Núcleo de Estudos de Rádio (NER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Todos gratuitos, de livre acesso.

O dossiê “Rádio e Catástrofes” é também resultado desse esforço coletivo do universo acadêmico para fazer frente à catástrofe sanitária e humanitária causada pela pandemia, buscando compreender as mudanças da ecologia midiática, nas práticas e nas relações

6 <https://radio.ufop.br/noticias/covid-19-o-que-criancas-querem-saber>

7 https://open.spotify.com/show/4S3dh3RONux3zIqhVPztQt?si=FM_QgbpFQjeKd3t8_bNN8g

8 A íntegra está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=eqZoZNAp\]bA&t=3453s](https://www.youtube.com/watch?v=eqZoZNAp]bA&t=3453s). Acesso em: 13/9/2020.

9 A íntegra está disponível em: <https://www.conjor.com.br/ciclo-de-debates-2020>. Acesso em: 04/11/2020.

10 A íntegra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tB1cmfxwS-I&feature=youtu.be>. Acesso em: 14/11/2020

do meio com a sociedade. A diversidade das produções reside na abordagem e nos objetos, mostrando mais uma vez a sua complexidade como fenômeno comunicacional.

No primeiro artigo, Luiz Artur Ferraretto (UFRGS) constrói uma abordagem histórica e contextualizada ao tratar da pandemia no artigo "Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de Covid-19". Partindo da economia política da comunicação, analisa ações de empresários, gestores e profissionais de rádio no cenário de crise política e sanitária em que se insere o rádio em 2020.

Na sequência, em "O papel das rádios comunitárias gaúchas na pandemia do novo coronavírus: sintomas do adoecimento da fala popular", Vanessa Costa de Oliveira (UNISC) e Patrícia Regina Schuster (UNISC) olham para a pandemia a partir da noção de acontecimento para debater o caráter comunitário e a relação com a audiência.

Em "Desafíos para hacer radiocomunicación en tiempos de pandemia y aislamiento social – La participación como alternativa para construir una radio con todos y para todos", as pesquisadoras cubanas Mailé Hernandez (Universidad Central Marta Abreu de Las Villas) e María Teresa Cabellero Rivacoba (Universidad Ignacio Agramonte de Camagüey) discutem modelos de participação da audiência a partir da comunicação de risco em situações de emergência, a partir da experiência de uma tradicional emissora de Cuba.

Em outra perspectiva internacional, Fabíola Ortiz dos Santos (Duisburg-Essen University) e Antonio Brasil (Dortmund University/UFSC) tratam do papel do meio em regiões com menor infraestrutura e extrema pobreza e os desafios da comunicação de risco neste cenário, no artigo "Broadcasting the Covid-19 pandemic in Central Africa: A content analysis of a United Nations Peacekeeping radio".

Rafael Ferreira Medeiros (UFMS) e Graziela Mello Vianna (UFMG) olham para o que denominam "acontecimentos extremos". No artigo "Ecos de uma tragédia anunciada: a cobertura de acontecimentos extremos pelo rádio local", falam sobre as narrativas da Rádio Itatiaia sobre o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (2015) e a pandemia de Covid-19 (2020), debatendo questões como proximidade e representação de vivências pessoais.

O público também protagoniza o artigo "Temas de cobertura do início da pandemia em entrevistas e na participação de ouvintes em uma emissora do interior: Estudo de um programa jornalístico da Rádio Cultura de Timbó (SC)", de Arnaldo Zimmermann (UFSC), Eduardo Meditsch (UFSC) e Valci Zuculoto (UFSC). Ao estudar uma emissora

do interior de Santa Catarina, os autores acionam perspectivas como participação e diálogo com a audiência a partir da tematização, tensionando pautas e abordagens da cobertura da emissora.

Giovana Borges Mesquita e Sheila Borges de Oliveira, da UFPE, também olham para o rádio local quando analisam a presença da prestação de serviços nas rádios Cultura e Jornal de Caruaru. Em "O rádio e a prestação de serviço no Agreste de Pernambuco em tempos de pandemia", o objetivo é entender como a utilidade pública, inscrita nas características essenciais do meio, atua na cobertura jornalística da pandemia.

O artigo de João Batista Abreu (UFF) olha para outra crise sanitária brasileira, a epidemia de meningite meningocócica em São Paulo entre os anos 1971 e 1974, alvo de um processo de silenciamento. Em "Quando o silêncio afeta os ouvidos: As notas da censura durante a ditadura e suas consequências no cotidiano", o autor aborda discursivamente as disputas de sentido do período, a partir de documentos, entrevistas e o relato da própria experiência naquele acontecimento.

A entrevista com Márcia Franz Amaral (UFSM) encerra o dossiê Rádio e Catástrofes. Realizada por Mirian Redin de Quadros (UFSM-FW), aborda perspectivas conceituais e discursivas da cobertura jornalística de desastres e aproxima-se do rádio e de seu papel em acontecimentos catastróficos. Ampliando o olhar sobre o que define esses acontecimentos, pensados como irrupções inesperadas que ferem a normalidade cotidiana, Márcia Franz Amaral discute o papel do jornalismo no processo de reordenação social, a atuação antes e depois do acontecimento, a compreensão da sua complexidade nas práticas comunicacionais e os potenciais do rádio nestas coberturas.

Ainda nesta edição, Rodrigo Martins Aragão (UFPB) assina a resenha "As disputas pela constituição do campo e da identidade profissional do radialista". No texto, o autor destaca a importância e a necessidade do debate apresentado no livro "Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e projeto pedagógico", escrito por Norma Meirelles (UFPB) e publicado pela editora Insular.

A segunda edição de **Radiofonias** traz, em seu dossiê, um retrato da diversidade do rádio, circulando por abordagens como o ensino, o jornalismo, a utilidade pública, a história e as interfaces com contextos políticos, econômicos e organizacionais. O rádio, mais uma vez, protagoniza o acontecimento e contribui para a (re)organização social.

Boa leitura!

Referências

ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 47, p. 139-153, 11.

ANGRINO, Daniel, BALLESTEROS, Tito (coord.). **Radio y coronavirus**: Aprendizajes del medio de comunicación en tiempos de pandemia. Colômbia, jul. 2020. Recurso digital disponível em: <https://drive.google.com/file/d/133Wsv4d0Bu4ZD4Jywp1o3BMmkUWDC1B2/view>. Podcasts disponíveis em: https://br.ivoox.com/pt/podcast-radio-coronavirus_sq_f1955407_1.html.

COSTALES PÉREZ, Zenaida; BERGANTIÑO, Lys Máriam Alfonso. La radio: vacuna sonora contra la Covid-19 en Cuba. **Question/Cuestión**, Vol. 2, N° 66, Agosto 2020.

ESPADA, Agustín. Escuchar la radio para romper el aislamiento. **Question/Cuestión**, 1 maio, 2020. <https://doi.org/10.24215/16696581e300>

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. **Covid-19 e comunicação: um guia prático para enfrentar a crise**. Rio de Janeiro: Válega, 2020a. 62p. Disponível em: <http://bit.ly/livroner>.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. **Covid-19 y comunicación, una guía práctica para enfrentar la crisis**. Rio de Janeiro: Válega, 2020b. 62p. Disponível em: <http://bit.ly/libroner>.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. **Covid-19 and communication: a practical guide to face the crisis**. Rio de Janeiro: Válega, 2020c. 62p. Disponível em: <http://bit.ly/bookner>.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. **Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de COVID-19**. Rio de Janeiro: Válega, 2020d. 45p. Disponível em: <https://bit.ly/dezpassosner>.

GUTIÉRREZ-ATALA, F., PACHECO-CRUCES, C. Las "audiencias activas" y su impacto en las rutinas profesionales del periodismo chileno: el caso de radio Bío Bío tras el megaterremoto de febrero del 2010. *Contratexto*, (019), 195-212, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.26439/contratexto2011.n019.192>.

INSIDE RADIO 2020: no ritmo da transformação. **Kantar Ibope Media**. 2020. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/estudos-type/inside-radio-2020/>, acesso em: 30/10/2020

ONDA RESISTENTE: Centenário, rádio vira protagonista em catástrofes e viabiliza aulas onde conexão não chega durante pandemia. **UOL**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/centenario-radio-viabiliza-aulas-onde-conexao-nao-chega-durante-pandemia/>, acesso em 04 nov. 2020.

RODERO, Emma. "Radio: the medium that best copes in crises. Listening habits, consumption, and perception of radio listeners during the lockdown by the Covid-19". **El profesional de la información**, v. 29, n. 3, 2020.

SANTOS NETO, Helena Iracy Cerquiz. Análise do discurso radiofônico: o acontecimento apagão em Florianópolis. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem), Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015.

VOXNEST. State of the Podcast Universe – 2020 Mid-Year Preview. Disponível em: https://mcsusercontent.com/38445fb7288a06856872a31cf/files/0d292c4f-bb44-457f-bd3c-e2c822b928ef/Voxnest_2020_Mid_Year_Preview_Report.pdf?mc_cid=2c70176619&mc_eid=3954ad4644. Acesso: 16/9/2020.

WINOCUR, Rosalía. **Ciudadanos mediáticos**: La construcción de lo público en la radio. Barcelona: Gedisa, 2002.

Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de Covid-19

*Responsibility and denialism: notes on Brazilian radio in
Covid-19 times*

*Responsabilidad y negacionismo: notas sobre la radio
brasileña en tiempos de Covid-19*

Luiz Artur Ferraretto

Resumo

Estudo de cunho histórico a respeito da abordagem da pandemia de Covid-19 por emissoras de rádio brasileiras ao longo do primeiro semestre de 2020. Descreve e analisa ações de empresários, gestores ou profissionais de rádio, constatando que o enfrentamento dos desafios gerados pelas recomendações da Organização Mundial da Saúde não seria possível sem a vigência prévia da fase de convergência (FERRARETTO, 2012), cujo modelo central é o do rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016). Identifica ações radiofônicas relacionadas à responsabilidade (HOHENBERG, 1981) e ao negacionismo (SPECTER, 2009). Lança mão da economia política da comunicação para compreender tais iniciativas em um contexto de crise política e de saúde pública.

Palavras-chave

História do rádio; Covid-19; economia política da comunicação; responsabilidade; negacionismo.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 09/07/2020
aceito em: 07/09/2020.

>> Como citar este texto:

FERRARETTO, L. A. Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de Covid-19. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 15-38, mai./ago. 2020.

Sobre o autor

Luiz Artur Ferraretto

luiz.ferraretto@ufrgs.br

<http://orcid.org/0000-0001-9888-8834>

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPG-COM), além de coordenar o Núcleo de Estudos de Rádio (NER).

Abstract

Historical study on the approach of the Covid-19 pandemic by Brazilian radio stations throughout the first half of 2020. It describes and analyzes actions of radio entrepreneurs, managers or professionals, noting that coping with the challenges generated by the recommendations of the World Health Organization would not be possible without the previous validity of the convergence phase (FERRARETTO, 2012), whose central model is that of expanded radio (KISCHINHEVSKY, 2016). It identifies radio actions related to responsibility (HOHENBERG, 1981) and denialism (SPECTER, 2009). It takes use of the political economy of communication to understand such initiatives in a context of political crisis and public health.

Keywords: History of radio; Covid-19; political economy of communication; responsibility; denialism.

Resumen

Estudio histórico sobre el enfoque de la pandemia de Covid-19 por las estaciones de radio brasileñas durante el primer semestre de 2020. Describe y analiza las acciones de los empresarios gerentes y profesionales de la radio, constatando que no sería posible hacer frente a los desafíos generados por las recomendaciones de la Organización Mundial de la Salud sin la validez previa de la fase de convergencia (FERRARETTO, 2012), cuyo modelo central es el de la radio expandida (KISCHINHEVSKY, 2016). Identifica las acciones radiofónicas relacionadas con la responsabilidad (HOHENBERG, 1981) y la negación (SPECTER, 2009). Utiliza la economía política de la comunicación para comprender tales iniciativas en un contexto de crisis política y salud pública.

Palabras clave: Historia de la radio; Covid-19; economía política de la comunicación; responsabilidad; negación.

Introdução

Seis décadas depois da publicação de *The professional journalist* (1961), soa algo estranha a constatação de seu autor, John Hohenberg (1981, p. 244), de que a ideia de “consiga a notícia e ao diabo com o resto” já não encontrava mais adeptos. Permanece válida a peroração não só aos repórteres de várias gerações, foco do então professor da Columbia University School of Journalism e também responsável pelo Prêmio Pulitzer. No entanto, transposta para a comunicação humana como um todo, perde força ao se confrontar com o negacionismo, uma marca da atualidade. Em plena pandemia de Covid-19, esse “ao diabo com o resto” ganha dimensões algo assustadoras no Brasil, país onde o governo federal insiste em se colocar contra as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e no qual parcela da mídia faz ecoar tais posições negacio-

nistas. Quando se concentra a análise no que o rádio fez – tanto na notícia quanto no entretenimento – ao longo do primeiro semestre de 2020, identificam-se momentos nos quais, em contraste, afloram iniciativas de evidente responsabilidade. Fique clara, já de início, a impossibilidade de ponderar o que prepondera. São milhares de emissoras e o ciclo dos fatos – oscilando entre decisões estaduais ou municipais de distanciamento e de flexibilização – segue sem que se consiga vislumbrar o desenlace do processo ou se prever qual a abrangência disso sobre o futuro da saúde pública, da política e do mercado de comunicação.

No período analisado – o primeiro semestre de 2020 –, três pessoas sucedem-se no cargo de ministro da Saúde¹ e há uma série de atitudes e de informações conflitantes a respeito da Covid-19, doença provocada pelo SARS-CoV-2 ou novo coronavírus. Embora a primeira morte pela enfermidade tenha sido divulgada como ocorrida em 16 de março no estado de São Paulo (RIBEIRO e CAMBRICOLI, 2020), o ministério chega a apontar óbito anterior, do mês de janeiro (G1, 2 abr. 2020), desmentindo a informação no dia seguinte (ZUBA, RAGAZZI e MELLO, 2020) e, posteriormente, identificando casos fatais anteriores (BARBOSA, 2020).

Já em março, torna-se evidente que o presidente da República atua na contramão das recomendações da OMS. Com muitos governadores e prefeitos tomando medidas para garantir o distanciamento social – como a suspensão de atividades comerciais, industriais, escolares e de transporte de passageiros –, Jair Bolsonaro convoca, em 24 de março, rede nacional de rádio e TV (UOL, 24 mar. 2020). Em sua fala, critica parte dos meios de comunicação pela difusão do que qualifica de “sensação de pavor”, ao noticiarem o ocorrido na Itália, então epicentro da Covid-19, “cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse”. Pede a volta à normalidade, definindo a pandemia como “gripezinha” e “resfriadinho” e opondo-se a decisões de estados e municípios que classifica como “conceito de terra arrasada”.

Como observado em reflexão anterior (FERRARETTO; MORGADO, 2020, p. 8), “a pandemia de Covid-19 não pode ser vencida sem um planejamento estratégico para a crise em si e sem outro [...] para a comunicação a respeito da crise”. Cabe perguntar:

¹ No dia 16 de abril, depois de diversos atritos, o presidente destituiu o ortopedista e ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta, substituído pelo oncologista e empresário Nelson Teich, que deixa o cargo em 15 de maio, após discordar da interferência de Bolsonaro, defensor da flexibilização das medidas de confinamento e do incentivo ao uso de cloroquina e de hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. No restante do período aqui estudado, o Ministério da Saúde é comandado, como interino, por Eduardo Pazuello, general sem formação na área de saúde.

quem, no Brasil, responsabiliza-se por uma e por outra? Não é do governo do Brasil que emanam medidas para o enfrentamento da pandemia em si ou da divulgação continuada dessas, como afirmam artigos, editoriais e reportagens de publicações da imprensa internacional – para citar algumas, *El País*, da Espanha; *Le Monde*, da França; *Financial Times*, *The Economist*, *The Guardian* e *The Telegraph*, da Grã-Bretanha; ou *Time*, dos Estados Unidos (NETTO, 2020; CORREIO BRAZILIENSE, 25 maio 2020). Assim, nesta reflexão, considera-se a possibilidade de que, se a organização do combate direto à pandemia, no vácuo deixado pelo negacionismo crescente do governo federal, coube a estados e municípios, a divulgação de práticas relacionadas a tal enfrentamento passou a ser articulada pela mídia².

Conforme a *In Loco*³ (DOLZAN, 2020), o confinamento atinge o seu pico em 23 de março, com 62,2% da população brasileira, percentual que vinha crescendo depois do anúncio da morte daquela que, por meses, seria considerada a primeira vítima fatal no Brasil. Até então, nove pessoas já haviam falecido devido à Covid-19. A partir daí, com o país oscilando entre a responsabilidade de alguns e o negacionismo de outros, cairia para a sua menor marca no dia 19 de junho – 34,7% –, embora já houvesse, conforme o Ministério da Saúde, 48.954 mortes, 1.206 das quais ocorridas naquela data (G1, 19 jun. 2020).

Nesse contexto, registram-se e analisam-se aqui, mesmo que a proximidade temporal dificulte a compreensão clara do processo, iniciativas identificadas com duas posturas básicas:

(1) Responsabilidade, estendendo para o rádio, meio dedicado à veiculação não só de notícias, preceitos habitualmente relacionados ao jornalismo e expressos em manuais dessa área. Ao explicar o papel do jornalista, Hohenberg (1981, p. 5-11) cita a definição de responsabilidade profissional apresentada por Joseph Pulitzer:

O que é um jornalista? Não é um gerente comercial, ou editor, e nem mesmo o proprietário de um jornal. O jornalista é o vigia na ponte de comando do navio do Estado. Ele nota a vela que passa, os pequenos sinais que passam no horizonte. Ele informa sobre o naufrago que surge à deriva e se este pode ser salvo. Ele perscruta através do nevoeiro da tempestade para avisar sobre os perigos à frente. Ele não está pensando em seu salário ou no lucro da empresa. Ele está lá para cuidar da segurança e do bem-estar das pessoas que nele confiam. (PULITZER apud HOHENBERG, 1981, p. 8).

2 É emblemático desse processo a necessidade de criação de um consórcio de veículos – *Folha de São Paulo*, *UOL*, *O Estado de São Paulo*, *G1*, *Extra* e *O Globo* – para coleta e divulgação dos números de curados, infectados e mortos a partir do momento em que o governo Bolsonaro começa a dificultar o acesso a tais informações (O GLOBO, 8 jun. 2020).

3 Empresa do setor de segurança da informação, a *In Loco* criou uma ferramenta de monitoramento – <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/> – em maio de 2020, usada, em especial, pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

Hohenberg (1981, p. 8) destaca: “Ao contrário do historiador, que se preocupa com o passado, o jornalista lida com o presente e, muitas vezes, com o futuro”. Considerando que a gravidade do momento obriga toda emissora de rádio – de notícias e/ou de entretenimento – a se referir à Covid-19, extrapola-se tal consideração. Onde, em Hohenberg, se lê “o jornalista”, compreenda-se “o comunicador radiofônico” e se atribua a esse também a necessária responsabilidade sobre aquilo dito a respeito da pandemia. Não se pretende, aqui, um julgamento ético, algo também complicado de se estabelecer quando a ciência, no momento de produção desta reflexão, ainda não sabe, com o mínimo de certeza epistemologicamente razoável, causas, efeitos e soluções para a crise provocada pelo aparecimento e pela disseminação do SARS-CoV-2.

(2) Negacionismo, considerando algumas atitudes e manifestações ao microfone como parte de um processo mais amplo e anterior que, como aponta o jornalista Michael Specter (2009), envolve do combate a transgênicos ao repúdio a práticas de vacinação. Polêmico pelas reações geradas à direita e à esquerda quando do lançamento, o seu livro *Denialism* traz, já na Introdução, um trecho que poderia ter sido escrito durante a pandemia de Covid-19:

Todos nós estivemos em negação em algum momento de nossas vidas. Diante de verdades muito dolorosas para aceitar, a rejeição muitas vezes parece a única maneira de se lidar com algo. Nessas circunstâncias, fatos – por mais detalhados ou irrefutáveis – raramente fazem a diferença. Negacionismo é negação ampla, quando um segmento inteiro da sociedade, muitas vezes, lutando contra o trauma da mudança, afasta-se da realidade em favor de uma mentira mais confortável (SPECTER, 2009, p. 7).

Como se chegou a esses dois parâmetros? Frente à óbvia impossibilidade de serem escutadas centenas de emissoras, foram analisadas as notícias a respeito do meio publicadas, de março a junho de 2020, nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora* e no portal de conteúdo especializado Tudo Rádio, além das identificadas diariamente pelo serviço de alertas por correio eletrônico do Google para a palavra “rádio”. Delas, escolheram-se as consideradas mais relevantes e que aparecem citadas na sequência. Deixa-se claro que todas as iniciativas analisadas foram registradas em arquivos digitais de áudio, fotografia, texto e vídeo. De certo modo, reconhecendo os riscos do processo e tentando minimizá-los, procurou-se, assim, ir ao encontro da ideia de Carr (1996, p. 47) de que “fatos falam apenas quando o historiador os aborda”, cabendo a quem se dedica a esse tipo de estudo decidir “quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto”.

No processo de seleção e análise, busca-se construir uma ponte entre a Comunicação Social e a História. Pelo viés da economia política da comunicação, como descreve Mosco (1996, p. 27-38), toma-se o objeto de estudo, considerando quatro aspectos característicos dessa abordagem: (1) a priorização da *mudança social* e da *transformação histórica*, que passa, necessariamente, por um exame da dinâmica do sistema capitalista; (2) a tentativa de compreender a *totalidade social*, identificando elos dos campos econômico e político com o entorno cultural e social; (3) a inclusão de uma perspectiva em que se destaca uma espécie de *filosofia moral*, explicitando posições a respeito de práticas das emissoras como empresas; e (4) a abordagem considerando a questão da *práxis*, ou seja, a relação que se estabelece entre o ser humano, produzindo e transformando o mundo e a si mesmo, e o seu meio. Dentro da categorização proposta por Schudson (1993, p. 213-214), transita-se entre a *história das instituições*, procurando responder como atuaram as emissoras de rádio frente à pandemia; e a *história propriamente dita*, que considera o contexto cultural, político, econômico ou social para verificar como as mudanças na comunicação influenciam e como são influenciadas por outros aspectos das transformações em curso. Considera-se, ainda, a vigência da fase histórica de convergência (FERRARETTO, 2012, p. 17-21), quando o rádio transborda para além da transmissão e recepção hertzianas, posicionando-se como uma forma expandida de comunicação (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 13-14).

Rádio e Covid-19

O rádio brasileiro começa acompanhando à distância as notícias oriundas de outros países, em especial da China, onde o primeiro óbito é anunciado em janeiro (G1, 22 jan. 2020), e passa a se concentrar no tema após a definição da Covid-19 como pandêmica pela OMS (O GLOBO, 11 mar. 2020). A exemplo do restante da sociedade, são a confirmação do contágio comunitário do novo coronavírus (AMORIM, 2020) e a ocorrência no país de casos com vítimas fatais (DOLZAN, 2020), na segunda quinzena de março, que vão alterar, de fato, o cotidiano das emissoras.

Meio fortemente caracterizado como um companheiro (FERRARETTO, 2014, p. 26-29), o rádio ganha relevância em função do confinamento, período de fragilidade em que o ser humano, gregário por natureza, sente falta de companhia. Ao encontro dessa perspectiva, analisando o ocorrido em março, a Kantar Ibope Media (9 abr. 2020) aponta dados positivos para o meio: 77% dos entrevistados tinham ouvido rádio, sendo que 71%

desses respondentes na mesma quantidade ou mais e 20% muito mais do que antes da pandemia. Em São Paulo, a Kantar Ibope (9 abr. 2020) registra um aumento na média de escuta diária de 4h02, em fevereiro, para 4h18, em março. O buzz⁴ gerado pelo rádio também cresce. No Twitter, da primeira para a segunda quinzena de março, o volume de mensagens relacionadas ao meio sobe 77% (KANTAR IBOPE MÍDIA, 9 abr. 2020). Chama a atenção ainda a diversificação no consumo em termos de conteúdo – **Tabela 1** – e de plataforma – **Tabela 2**:

Tabela 1 – Motivos para ouvir rádio após as medidas de confinamento social

Para ouvir música	52%
Para me entreter, distrair	50%
Para me informar sobre os últimos acontecimentos gerais	43%
Para me informar sobre a Covid-19 (coronavírus)	23%
Porque tenho mais tempo livre	10%
Outros	5%

Fonte: elaboração própria

Tabela 2 – Consumo de rádio por plataforma após medidas de confinamento social

Dial (AM/FM)	84%
Internet	19%
YouTube	12%

Fonte: Kantar Ibope Media

Pouco antes, pesquisa do Datafolha (FOLHA DE S.PAULO, 23 mar. 2020), de 18 a 20 de março, aponta os programas jornalísticos de TV – 61% –, os jornais – 56% – e os programas jornalísticos de rádio – 50% – como as fontes mais confiáveis em relação a informações sobre o novo coronavírus. Os índices superam os das plataformas de redes sociais como WhatsApp e Facebook, ambas com percentual expressivo em termos de desconfiança – 58% e 50%, respectivamente.

Tais dados não são suficientes para gerar otimismo no mercado de rádio. A retração econômica afeta o investimento em publicidade, embora seja difícil de estimar qual o real impacto sobre emissoras de portes diversos, programações diferenciadas e atuando em praças com características muito heterogêneas. Notícias sobre redução de até 80% no

4 O rumor provocado por uma ação mercadológica nas redes sociais, algo essencial à sobrevivência das emissoras comerciais de rádio na contemporaneidade (NEWTON, 2006, p. 34-35).

faturamento do rádio na Espanha (EXTRADIGITAL, 20 mar. 2020) causam forte impacto junto a entidades como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), levando à articulação de um plano de ações junto ao governo federal para obtenção de isenções fiscais e para flexibilização de contratos laborais (ABERT, 20 mar. 2020).

Fora a audível redução de anunciantes nos intervalos comerciais, o efeito mais percebido nas emissoras em função da crise econômica aparece na forma de cortes de despesa com recursos humanos, concretizados em demissões ou reduções de jornada de trabalho, tudo baseado nas medidas provisórias nº 927, de 22 de março de 2020, e nº 936, de 1º de abril de 2020. A primeira permite que, nas empresas em geral, o empregado e o empregador celebrem "acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício", tendo esse "preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição", além de regulamentarem o "teletrabalho" (BRASIL, 22 mar. 2020). A segunda autoriza a "redução proporcional de jornada de trabalho e de salário" e a "suspensão temporária do contrato de trabalho", compensadas pelo pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, custeado com recursos da União (BRASIL, 1º abr. 2020).

Responsabilidade

Às 18h do dia 24 de março de 2020, locutores da Alpha e da 89, do Grupo Camargo de Comunicação (GC2), de São Paulo, repetem mensagem transmitida, em separado, no dia anterior pelas duas emissoras em uma ação espontânea de seus comunicadores voltada à mobilização dos ouvintes no combate à pandemia (TUDO RÁDIO, 24 mar. 2020). Dessa vez, são acompanhadas por profissionais de estações como Mix e Jovem Pan, também na capital paulista, e Cidade e JB, no Rio de Janeiro:

Nós somos o rádio. Estamos aqui pra dizer que continuamos trabalhando por vocês! Entretendo, informando, tocando músicas. Em dias difíceis de incertezas, saibam que juntos somos mais fortes. E que é nesses momentos difíceis que evoluímos! Vamos vencer essa batalha e, nesse momento, é importantíssimo que você fique em casa! Depois, novos horizontes vão se abrir! Sairemos desse isolamento com mais ensinamentos e mais fortes. Coloque em prática o que tem nas mãos para ajudar o próximo. Faça sua parte! E a gente vai ouvir o *Imagine*, de John Lennon, porque várias rádios do Brasil, nesse momento, estão tocando essa música nessa corrente pra todo mundo, passando uma mensagem de esperança (89 FM, 24 mar. 2020).

À medida que a iniciativa torna-se conhecida ao ser divulgada pelo portal Tudo Rádio (24 mar. 2020) e pelo *site* da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

(24 mar. 2020), jornalistas e radialistas de outras estações vão aderindo. Ao longo da semana, independentemente do tipo de emissora e em várias cidades, quase sempre às 18h, quem está ao microfone interrompe a programação, lê uma mensagem semelhante e roda a canção de Lennon. No Rio Grande do Sul, por exemplo, todas as rádios do Grupo RBS repetem a iniciativa, mas em cadeia, às 16h do dia 31 de março (RÁDIO GAÚCHA, 31 mar. 2020). Em paralelo, como registra o Tudo Rádio (30 mar. 2020), a aproximação entre as emissoras paulistanas e cariocas gera uma campanha identificada nas redes sociais pela *hashtag* #Juntosnumasofrequencia e concretizada em um *spot*, que passa a ser veiculado em 28 de março, como outra mensagem de esperança, reunindo profissionais de várias estações como a paulistana Alpha e as cariocas 93 FM, 94 FM, Antena 1, Cidade, Globo, JB, Mania, Melodia, Mix, Mood, Nova Brasil, SulAmérica Seguros Paradiso e Super Rádio Tupi.

Ocorrem também manifestações de solidariedade de emissoras para emissoras. Em março e abril, estações como Antena 1 (TUDO RÁDIO, 20 abr. 2020) e Jovem Pan (TUDO RÁDIO, 18 mar. 2020), de São Paulo, e conglomerados como o também paulista Grupo Bandeirantes (TUDO RÁDIO, 3 abr. 2020) – das marcas Band, BandNews e Nativa – e a Rede Pampa (COLETIVA, 19 mar. 2020) – rádios 104 FM, Caiçara, Continental, Eldorado, Grenal, Liberdade e Pampa – liberam a reprodução sem custos de seus conteúdos. Tais medidas ganham relevância quando confrontadas as dificuldades vividas, em especial, por estações de menor porte, muito afetadas pela crise que cresce em paralelo à pandemia.

A solidariedade aparece em ações envolvendo doações de produtos e veiculação gratuita de anúncios. Em abril, a Mix faz uma campanha de arrecadação de equipamentos de proteção individual para o Hospital São Paulo, um dos locais de atendimento de pacientes de Covid-19 (TUDO RÁDIO, 17 abr. 2020). Já a Super Rádio Tupi, no mês seguinte, passa a distribuir, semanalmente, 200 quentinhas para moradores de rua (TUDO RÁDIO, 23 maio 2020). Em Curitiba, gratuitamente, a Banda B divulga os contatos de pessoas que se dedicam à fabricação de máscaras (TUDO RÁDIO, 25 abr. 2020), enquanto a 98FM faz o mesmo em relação a pequenos comerciantes que estão adaptando suas operações à tele-entrega (TUDO RÁDIO, 30 mar. 2020), em ação também adotada em São Paulo, pela BandNews FM e Band AM e FM (TUDO RÁDIO, 24 mar. 2020). É importante ressaltar que essas ações não são exclusivas das emissoras citadas.

Obviamente, a correta informação sobre a Covid-19 e suas repercussões configura-

se na mais importante atitude de um meio de comunicação como o rádio, que opera com base em uma outorga, ou seja, a partir da cedência pelo Estado, em nome da sociedade como um todo, de um bem natural, uma parte do espectro eletromagnético. Aqui, considera-se como *correto* o que emana da OMS, instituição ligada às Nações Unidas e, sendo assim, a máxima autoridade na área. Ao encontro disso foram dezenas de emissoras no Brasil, em especial as dedicadas ao jornalismo, divulgando procedimentos de combate à pandemia, entrevistando especialistas ou cobrando posições das autoridades.

A título de exemplo, podem ser citadas a CBN, de São Paulo, que, além de outros espaços, passou a dedicar a faixa das 10h às 12h, de segunda a sábado, ao *CBN Especial Coronavírus*, apresentado por Fabíola Cidral e reproduzido por várias estações da rede do Grupo Globo (TUDO RÁDIO, 26 mar. 2020); e a Gaúcha, de Porto Alegre, responsável por convidar especialistas de vários hospitais, diariamente nas primeiras semanas de confinamento, para que tirassem dúvidas ao vivo no programa *Gaúcha Atualidade*, entrevista que continuava, na sequência, com a participação do público, em um canal auxiliar de áudio no aplicativo do portal GaúchaZH⁵ (GAÚCHA, 17 mar. 2020). Essa última também protagoniza uma ação de conscientização jornalisticamente única no rádio brasileiro (TUDO RÁDIO, 25 jun. 2020). Em 25 de junho, falando de uma área sem acesso a pacientes, mas com visão do Centro de Tratamento Intensivo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), o jornalista Daniel Scola ancora o *Gaúcha Atualidade*, entrevistando profissionais de saúde e destacando, a todo momento, as práticas recomendadas pela OMS (GAÚCHA, 25 jun. 2020).

Para além da ação jornalística, a transmissão realizada no HCPA inclui-se em outro campo de ação das emissoras. Foi também um momento de valorização dos que estão na linha de frente do tratamento dos infectados, como reconhecido, inclusive, pelo Conselho Regional de Medicina em mensagem enviada à rádio e lida no programa do dia seguinte (GAÚCHA, 26 mar. 2020). Ações com esse objetivo repetem-se em vários pontos do país. É o caso das rádios do Grupo Bandeirantes, de São Paulo, que, às 18h do dia 24 de março, interrompem a programação para uma mensagem, intercalada por palmas a cada uma das categorias citadas que seguem trabalhando por serem consideradas essenciais: "Aos profissionais da saúde... Aos da limpeza e assistência social... Aos agentes públicos de segurança, aos bombeiros, aos profissionais que, neste período, garantem

5 Portal que integra várias operações de mídia do Grupo RBS, destacando-se o conteúdo gerado pela Gaúcha e pelo jornal *Zero Hora*, daí a sua denominação.

a todos energia, água, gás, combustíveis, telecomunicações... Também aos colegas de mídia, de entretenimento e imprensa... E a todos que, de alguma forma, mantêm a economia funcionando..." (BANDEIRANTES, 24 mar. 2020).

O primeiro impacto da Covid-19 leva várias emissoras a tomarem medidas de proteção à saúde de seus próprios funcionários. Uma das primeiras a colocar parte de sua equipe em *home office* é a Kiss FM, de São Paulo, que faz isso a partir de 16 de março (TUDO RÁ-DIO, 16 mar. 2020). Em muitas estações do país, o trabalho presencial vai se restringir à área técnica. A tecnologia permite que mesmo profissionais fora do chamado grupo de risco⁶ passem a atuar de suas residências. Reportagens de canais de TV de grupos com rádios mostram estúdios e redações quase vazios, atendendo à recomendação de que sejam evitadas aglomerações (RBS TV, 19 mar. 2020/ BAND, 20 mar. 2020).

Ganham força entrevistas por videoconferência via Zoom ou a realização de chamadas e mesmo a gravação de áudios por meio do WhatsApp, compensando a ausência de entrevistados em estúdio ou a de repórteres no palco de ação dos fatos⁷. Assim, emissoras dão um quadro do que ocorre em outras regiões do planeta, veiculando depoimentos de brasileiros que vivem no exterior. É o que fazem, para citar duas iniciativas nesse sentido, os programas *Na Hora do Café*, de Ciro Pedroza, na 95Mais FM, em Natal (RN), com uma condução bem popular típica do rádio comercial, que, de 30 de março a 30 de junho, coloca 65 entrevistas com moradores de 25 países (95MAIS, mar. jun. 2020); e *Café com Notícia*, de Eduardo Borile Junior, na UCS FM, em Caxias do Sul (RS), emissora educativa ligada à Universidade de Caxias do Sul, com a série de cinco episódios *Relatos de Brasileiros pelo Mundo* (UCS FM, 27 mar. 2020).

Rádios com foco no entretenimento promovem lives em seus aplicativos, perfis de Facebook e Instagram ou canais de YouTube. De um lado, oferecem lazer em meio à pressão provocada pela Covid-19. De outro, buscam oportunidades de negócio na tentativa de atrair anunciantes, em especial, quando associadas a eventos, festas populares ou datas do calendário comercial. Como ilustrativas desse processo, podem ser citadas as *lives* realizadas pela Rede Massa FM, de Curitiba, iniciadas em 13 de junho e alusivas às festas juninas (TUDO RÁDIO, 13 jun. 2020); pelas rádios Cidade e JB, do Rio de Janeiro, em 11 e 12 de junho, marcando o Dia dos Namorados (TUDO RÁDIO, 12 jun. 2020); e

6 Asmáticos, cardíacos, diabéticos, fumantes e pessoas em geral com mais de 60 anos.

7 Não por acaso, Zoom e WhatsApp aparecem entre os mais baixados do mundo em março, abril e maio de 2020, conforme a Sensor Tower (8 abr. 2020/7 maio 2020/ 2 jun. 2020), empresa de inteligência de mercado especializada no setor de aplicativos.

pela FM 93, de Fortaleza, em 6 de junho, acompanhando o São João do Ceará Solidário, promoção do Grupo Verdes Mares, do qual a estação faz parte, cuja realização se dá, em função da Covid-19, em versão *on-line* (TUDO RÁDIO, 3 jun. 2020).

Criatividade e serviço à população andam de mãos dadas no período aqui focado. Com o Brasil atingindo o então recorde de 1.179 mortes em 19 de maio, o equivalente a uma morte a cada 73 segundos, Rodrigo Resende, da Senado FM, de Brasília, produz uma reportagem cujo trecho inicial já deixa clara a intenção do jornalista: "Uma matéria de rádio deve ser rápida, tentar dar todas as informações importantes no menor tempo possível. Será o caso desta matéria. Ela terá no total 73 segundos, um minuto e 13 segundos. Ela terá o mesmo tempo que o intervalo médio entre as mortes notificadas, pela Covid-19, no dia 19 de maio, dia em que pela primeira vez o Brasil teve registro de mais de mil mortes em 24 horas pela doença" (RESENDE, 20 maio 2020). Já Rodrigo Giacommet, diretor da União FM, com emissoras nas cidades de Novo Hamburgo e Pelotas, no Rio Grande do Sul, monta o grupo de WhatsApp *Informações Corona*, divulgando apenas notícias confirmadas em uma ação para combater *fake news* (GIACOMET, 25 mar. 2020).

A associação entre esse aplicativo e o rádio leva também à criação de um podcast semanal com esclarecimentos à população produzido pelos médicos residentes Mayara Floss e Carlos Augusto Ilgenfritz junto com a psicóloga Flora Prati da Unidade de Saúde Costa e Silva, atingindo 3 mil moradores do bairro Costa e Silva, em Porto Alegre (GERMANO, 2020, p. 21). Estratégia semelhante é a do *Maré em Tempo de Coronavírus*, realizado com apoio da Fundação Oswaldo Cruz e voltado para os 140 mil moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, região servida por uma rádio comunitária também engajada no esclarecimento sobre os efeitos do SARS-CoV-2 (G1, 3 jun. 2020). Na mesma linha vai o podcast *Vida de Quarentena*, série de seis episódios produzidos por estudantes de Jornalismo da Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá, sob a coordenação do professor Luãn Chagas, dentro do Comunicast, projeto de extensão que fornece, ainda, outros conteúdos sobre Covid-19 para emissoras comunitárias (UFMT, maio 2020).

Estações se integram a esforços para compensar a ausência de aulas presenciais durante a pandemia. Sem que se possa avaliar a abrangência de tais iniciativas, constata-se, nesse sentido, a ocorrência de parcerias entre municípios e rádios em diversos pontos do país. É o que acontece com a Joinville Cultural FM, emissora educativa da prefeitura de Joinville, em Santa Catarina, usada como apoio para a rede municipal de

ensino (FARIAS, 2020). No Rio Grande do Norte, municípios como Caicó e Serra Negra do Norte produzem programas radiofônicos diários nesse sentido (CUNHA e ERYs, 2020). Em Candelária, no Rio Grande do Sul, a prefeitura organiza uma espécie de rodízio de professores das escolas da rede municipal ao microfone das rádios Princesa e Sorriso (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA, 13 maio 2020). Há registros de experiências semelhantes em Rio Branco, no Acre (NASCIMENTO, 2020); Maceió, em Alagoas (BARROS, 2020); e Mulumbu, no Ceará (O GLOBO, 3 jul. 2020); além de cidades dos estados de Goiás, Maranhão e Roraima (HARTMANN, 2020).

Negacionismo

Ao longo dos meses em que o Brasil enfrenta a Covid-19, evidenciam-se posturas de radiodifusores e de alguns de seus funcionários direta ou indiretamente identificadas⁸ com o comportamento negacionista emanado do governo Bolsonaro. Aqui, concentra-se o foco sobre as manifestações do empresário Edir Macedo, do Grupo Record, conglomerado que opera emissoras de rádio como Record, de São Paulo; Sociedade, de Salvador; e Guaíba, de Porto Alegre (TAVOLARO; LEMOS, 2007); do comentarista Augusto Nunes, funcionário da Jovem Pan, emissora colocada na sexta posição em audiência, em junho, no mercado da Grande São Paulo, conforme levantamento da Kantar Ibope Media (TUDO RÁDIO, 9 jun. 2020); e do médico Osmar Terra, deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro e fonte constante de declarações na mídia, contestando os dados, as previsões e as indicações da OMS e de centros de pesquisa internacionalmente reconhecidos (CONGRESSO EM FOCO, 11 abr. 2020).

Apoiador do presidente Bolsonaro desde o segundo turno das eleições de 2018 (O ESTADO DE S. PAULO, 30 set. 2018), Edir Macedo chega a divulgar nas redes sociais um vídeo no qual afirma, conforme a colunista Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo (16 mar. 2020, p. A6), que a Covid-19 é uma “tática de Satanás” e critica o “pavor que a mídia tem usado”, reproduzindo ainda um depoimento, com “excelentes notícias”, do médico neurologista e patologista muscular Beny Schmidt, da Universidade Federal de São Paulo⁹:

Contrariando dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde, Schmidt afirma

8 Considera-se como identificação direta aquela em que o funcionário expressa ao microfone opiniões negacionistas em relação à pandemia e indireta quando permite que fontes com tal postura o façam sem contestação de sua parte ou sem a existência de outro entrevistado com postura diversa.

9 A Folha de São Paulo grafa erroneamente o nome do médico como “Ben” e não “Beny”.

que o vírus “está muito longe de ser letal” e que “não faz mal a ninguém”. “A gente morre de tantas coisas, mas de coronavírus a gente não morre. Não morre porque Deus não quis”, afirmou.

Meses depois, o portal R7 (12 jun. 2020), do Grupo Record, informa que Edir Macedo contraiu a Covid-19: “Internado no hospital Moriah, em São Paulo, na última segunda-feira (8), o líder da Igreja Universal fez tratamento com o medicamento cloroquina e está completamente recuperado da doença. Macedo recebeu alta médica nesta sexta-feira (12)”. Cabe lembrar que o tratamento recebido pelo empresário vai ao encontro do defendido pelo presidente Bolsonaro. No entanto, sempre céticos em relação à cloroquina e à sua versão com menos efeitos colaterais – e, por isso, considerada mais segura –, a hidroxicloroquina, os especialistas da OMS suspenderiam as pesquisas com essa última no início de julho (O GLOBO, 4 jul. 2020). De março até meados do mês anterior, o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército já gastara R\$ 472,5 mil na produção de 2,25 milhões de comprimidos de cloroquina 150mg (VEJA, 17 jun. 2020).

É difícil confirmar a influência do principal empresário de um conglomerado sobre a linha editorial de suas rádios, ainda mais quando essas – caso do Grupo Record, focado em TV – não são consideradas como prioritárias em termos de investimento. Já o papel de um profissional de microfone pode ser atestado por suas palavras e pela reverberação proporcionada pela rádio onde atua. Mais contido em termos de exposição pública, Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, o Tutinha, presidente do Grupo Jovem Pan, de São Paulo, conduz, desde meados dos anos 2010, uma guinada à direita na principal rádio da empresa, engajando a emissora no antipetismo que emerge pouco antes do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (DUALIBI, 2015). Como demonstra reportagem da revista IstoÉ (2 set. 2019), “boa parte dos colunistas e comentaristas da rádio está alinhada à direita do espectro político” (ARAN, 2019). Entre esses, destaca-se Augusto Nunes, comentarista dos programas *Jornal da Manhã* e *Os Pingos nos Is*, da Jovem Pan, de Tutinha, e, não por acaso, também do *Jornal da Record*, principal noticiário da rede de TV de Macedo.

Na atitude e nas falas, Nunes lembra manifestações do próprio Jair Bolsonaro, o que não significa a ausência de eventuais críticas suas à conduta do presidente. Na abordagem da Covid-19, as semelhanças entre ambos em termos de negacionismo são significativas. A respeito da OMS, Nunes é taxativo: “Não dou a menor bola para o que eles pensam, porque eles não entendem nada” (RÁDIO JOVEM PAN, 3 jun. 2020). Ao defender

o uso da cloroquina, o debate em torno do medicamento é tratado como uma oposição entre esquerda e direita: "Se você é a favor do Lula, você é contra a cloroquina. Se você é a favor do Bolsonaro, você recomenda a cloroquina" (RÁDIO JOVEM PAN, 21 maio 2020). Já antes do confinamento ser adotado, Nunes se diz em "campanha contra o alarmismo" (RÁDIO JOVEM PAN, 5 mar. 2020), concretizada, nas semanas seguintes, em críticas contra as medidas de prefeitos e de governadores para reduzir a circulação de pessoas – "excessivamente rigorosas", "uma crueldade" e "uma violência contra a verdade" (RÁDIO JOVEM PAN, 10 abr. 2020) – e contra parte da mídia – "os jornalistas especializados em cobertura de velório" (RÁDIO JOVEM PAN, 3 jun. 2020), "o noticiário terrorista [...] do telejornal da Globo" e "a Globo tá em combate a favor do coronavírus" (RÁDIO JOVEM PAN, 3 jul. 2020). O comentarista defende o chamado isolamento vertical (RÁDIO JOVEM PAN, 15 maio 2020), prática propalada por Bolsonaro (RODRIGUES, 2020) e restrita ao grupo de risco, estratégia de mitigação da doença já rejeitada, então, por instituições respeitadas como o Imperial College of Science, Technology and Medicine, de Londres (16 mar. 2020). Otimista, anuncia: "Estamos ganhando a guerra contra o coronavírus" (RÁDIO JOVEM PAN, 10 abr. 2020). No mesmo dia, o Brasil atinge um total de 1.057 mortos, número inferior aos 1.271 falecimentos registrados apenas em 30 de junho de 2020, quando a Covid-19 já provocara 59.656 óbitos, conforme levantamento do consórcio de veículos (G1, 30 jun. 2020).

Já o deputado federal Osmar Terra frequenta programas de rádio, criticando o distanciamento e fazendo previsões otimistas – e não concretizadas: "No Brasil, ao redor da terceira semana de abril deverá começar a queda do número de novos casos, terminando na primeira semana de junho" (TERRA, 6 abr. 2020). De fonte ouvida pelo contraste de suas posições em relação à comunidade científica, o ex-ministro da Cidadania passa a ser contestado ao microfone de algumas emissoras. É o caso da Gaúcha, de Porto Alegre, durante o programa *Gaúcha Atualidade*, em 11 de maio, cujas críticas geram um pedido de contraponto por parte do parlamentar, concedido no dia 14 e assim explicado por Daniel Scola, condutor da entrevista realizada então:

Vou repetir agora o que eu disse ao vivo [...]: hesitei em abrir o espaço sob o risco de destinar uma parte da nossa programação – com alcance de mais de 1 milhão de ouvintes – para debater dados que não se sustentam, negam a realidade e podem mais confundir do que esclarecer o ouvinte.

[...] Com base nas entrevistas, áudios de WhatsApp e tuítes em que Terra manifestou sua opinião, decidimos confrontar aquelas informações mais amplas, com maior interesse público.

O novo coronavírus produziria menos vítimas do que o H1N1, o vírus praticamente não circulou pelo interior do estado, a pandemia estava despencando em abril, os Estados Unidos teriam menos de 40 mil mortos, a quarentena não tem efeito e 99% dos infectados são assintomáticos foram algumas delas. Não há comprovação científica para nenhuma dessas afirmações. Mais: muitas delas foram solapadas pela realidade.

Outro dado que acho importante ser levado em consideração é o caso da Suécia, cujo governo não determinou isolamento social em um primeiro momento e tem hoje cerca de 3,6 mil mortos. (SCOLA, 14 maio 2020).

Não se pode atribuir o caráter de *fake news* ao negacionismo de radiodifusores como Edir Macedo, comentaristas como Augusto Nunes ou fontes como Osmar Terra. No entanto, o tempo – e a pesquisa – vão se encarregar de julgar o peso de tais posicionamentos na atual crise de saúde pública representada pela Covid-19.

Considerações finais

Para o bem e para o mal, é evidente a importância do rádio ao longo do primeiro semestre de abordagem da pandemia. Em fevereiro, o próprio diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus (15 fev. 2020), já alertava: "Nós não estamos lutando apenas contra uma epidemia. Nós estamos lutando contra uma infodemia". É difícil estabelecer em qual proporção o negacionismo faz parte do problema. Com certeza, atitudes comprometidas com os parâmetros estabelecidos por organismos internacionais como a OMS e por autoridades sensatas contribuíram para diminuir parte dos impactos extremamente negativos da crise de saúde pública representada pela Covid-19 e da debilitada situação política brasileira, quase a repassar para a mídia um papel de articulação que seria do Estado.

Turvam a análise, no entanto, tanto a proximidade com o início da pandemia, quanto o fato dessa ainda estar afetando a sociedade. É impossível afirmar se um profissional ou se uma emissora foi totalmente responsável ou totalmente negacionista. Talvez, a exemplo do que parece ocorrer com todos, tenham oscilado entre essas perspectivas. Pegue-se, por exemplo, uma emissora como a Jovem Pan, cujo formato de programação tem caráter nitidamente ideológico e, na pequena parcela aqui referida, negacionista. Mesmo ali, em vários momentos, houve esclarecimentos sobre a verdadeira natureza da Covid-19.

O bom resultado verificado nas pesquisas citadas em termos de audiência e de confiabilidade apenas indica que, por já ter adotado um perfil expandido, o rádio adaptou-se

com certo sucesso a práticas como o trabalho remoto. A crise econômica deixa sérias dúvidas, no entanto, para o futuro do negócio radiofônico, podendo se aventar problemas para aquelas estações anteriormente já enfrentando dificuldades em função de modelos gerenciais não totalmente adaptados à fase de convergência em curso.

Ficam diversas possibilidades de questionamento em aberto. Na sequência do aqui descrito, como atuam as rádios? As manifestações de solidariedade com a população ficam restritas ao primeiro impacto da Covid-19? Mesmo nas emissoras em que se registra atitudes responsáveis, foi adotada, posteriormente, uma perspectiva mais flexível em relação às recomendações iniciais da OMS? Pela obrigatoriedade de se aplicar um método científico, são perguntas sem resposta¹⁰. Como destaca Hohenberg (1981, p. 8), "raramente, pode-se concluir que o que é verdadeiro hoje continuará a ser amanhã", para arrematar que o "tempo tem uma forma desconfortável de mudar a perspectiva na qual os acontecimentos são vistos". Vale para jornalistas. Vale para radialistas em geral. Vale para quem se debruça sobre o estudo de fatos em desenvolvimento como a pandemia de Covid-19.

Referências

AMORIM, Felipe. Brasil confirma transmissão comunitária de coronavírus; entenda o que é... UOL, São Paulo, 13 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/13/brasil-confirma-transmissao-comunitaria-de-coronavirus-entenda-o-que-e.htm>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

ARAN, Edson. A rádio que virou TV. IstoÉ, São Paulo, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/a-radio-que-virou-tv>. Acesso em: 2 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. Rádios entram em rede com mensagem de esperança contra pandemia. Brasília, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/27063-radios-entram-em-rede-com-mensagem-de-esperanca-contrapandemia>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BAND TV. Band Cidade. Porto Alegre, 20 mar. 2020. Programa de TV.

BARBOSA, Marina. Covid-19: Primeira morte no Brasil ocorreu 4 dias antes do que se pensava. Correio Braziliense, Brasília, 27 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/27/interna-brasil,867458/covid-19-primeira-morte-no-brasil-ocorreu-4-dias-antes-do-que-se-pens.shtml>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

¹⁰ Mesmo sem o rigor da ciência, qualquer escuta assistemática consegue identificar narrativas de normalização do cotidiano por parte de profissionais de rádio apesar do continuado e crescente número de casos da doença. Um caminho aberto para alguma futura análise a respeito poderia passar, por exemplo, pelo estudo da intensa defesa ao microfone da retomada das competições envolvendo o futebol, processo intensificado, com facilidade, na primeira quinzena de julho de 2020.

BARROS, Jobison. Projeto Rádio Escola Maceió tem início nesta sexta-feira. Gazeta de Alagoas, Maceió, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/06/_107165.php>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n. 927, de 22 de março de 2020. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, ed. 55-L, 22 mar. 2020. Seção 1 – Extra, p. 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n. 936, de 1º de abril de 2020. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, ed. 63-D, 1º abr. 2020. Seção 1 – Extra, p. 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CARR, Edward Hallett. O que é história? São Paulo: Paz e Terra, 1996.

COLETIVA. Rede Pampa disponibiliza programação de suas rádios a outras emissoras. Porto Alegre, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.net/noticias/rede-pampa-disponibiliza-programacao-de-suas-radios-a-outras-emissoras,352677.jhtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. Financial Times e revista Time criticam postura de Bolsonaro na pandemia. Brasília, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna_politica,858106/financial-times-e-revista-time-criticam-postura-de-bolsonaro-pandemia.shtml>. Acesso em: 1º jul. 2020.

CUNHA, Anna Alyne; ERYs, Leonardo Erys. Cidades do interior do RN transmitem conteúdo escolar através do rádio para estudantes da rede pública. G1, Rio de Janeiro, 21 maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/05/21/cidades-do-interior-do-rn-transmitem-conteudo-escolar-atraves-do-radio-para-estudantes-da-rede-publica.ghtml>>. Acesso em: 22 maio 2020.

DOLZAN, Márcio. Monitor acompanha taxas de isolamento social no Brasil. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/saude,monitor-acompanha-taxas-de-isolamento-social-no-brasil,1093828>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

DUALIBI, Julia. A nova sinfonia paulistana. Piauí, São Paulo, jul. 2015. Disponível em: <<http://revis-tapiaui.estadao.com.br/edicao-106/questoes-de-midia-politica/anova-sinfonia-paulistana>>. Acesso em: 1º ago. 2015.

EXTRADIGITAL. Las radios comerciales piden al gobierno un plan de ayudas para poder mantener sus emisiones y el empleo. Madri, 20 mar. 2020. Disponível em: <<http://www.extradigital.es/las-radios-comerciales-piden-al-gobierno-un-plan-de-ayudas-para-poder-mantener-sus-emisiones-y-el-empleo-nac/>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FARIAS, Hassan. Coronavírus em Joinville: aulas à distância começam nesta sexta-feira. A Notícia, Joinville, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/coronavirus-em-joinville-aulas-a-distancia-comecam-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. Eptic – Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. XIV, n. 2, maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/418/332>>.

FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur; MORGADO, Fernando. Covid-19 e comunicação: um guia prático para enfrentar a crise. Rio de Janeiro: Válega, 2020. 62p. Disponível em: <<http://bit.ly/livroner>>.

FOLHA DE S.PAULO. Edir Macedo afirma que vírus é tática de Satanás. São Paulo, 16 mar. 2020. p. A6.

FRAZÃO, Felipe. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 mar. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro,70002526353>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

G1. Cronologia da expansão do novo coronavírus descoberto na China. Rio de Janeiro, 22 jan. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/cronologia-da-expansao-do-novo-coronavirus-descoberto-na-china.ghtml>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

G1. Investigação aponta que 1ª morte por coronavírus no Brasil ocorreu em janeiro, diz ministério. Rio de Janeiro, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/02/ministerio-da-saude-diz-que-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil-foi-identificado-no-fim-de-janeiro.ghtml>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

G1. Brasil tem 48.954 mortes por coronavírus, diz Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/19/brasil-tem-48954-mortes-por-coronavirus-diz-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

G1. Brasil tem 1.271 mortes por coronavírus em 24 horas, mostra consórcio de veículos de imprensa; são 59.656 no total. Rio de Janeiro, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/30/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-30-de-junho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

GERMANO, Paulo. Uma rádio no posto de saúde. Zero Hora, 17 abr. 2020. p. 21. Perimetral.

GHEBREYESUS, Tedros Adhanom. Munich Security Conference. World Health Organization, Genebra, 15 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/munich-security-conference>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

GIACOMET, Rodrigo. [Grupo de WhatsApp]. Informações Corona. Novo Hamburgo, mar.-jun. 2020.

HARTMANN, Marcel. Comida, rádio, TV, internet e papel: o que fazer para evitar a desigualdade na educação. GaúchaZH, Porto Alegre, 20 maio 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/05/comida-radio-tv-internet-e-papel-o-que-fazer-para-evitar-a-desigualdade-na-educacao-ckaflu48nr00on015n8xuinwt6.html>>. Acesso em: 21 maio 2020.

HOHENBERG, John. O jornalista profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa. 4.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

IMPERIAL COLLEGE COVID-19 RESPONSE TEAM. Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. Londres, 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-NPI-modelling-16-03-2020.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

KANTAR IBOPE MEDIA. Covid-19 – Impactos no consumo de mídia – Rádio. São Paulo, 9 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/brasil-consumo-de-radio>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Maud X, 2016.

LEITÃO, Matheus. Exército já gastou quase meio milhão de reais com cloroquina desde março. Ve-ja, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/exercito-ja-gastou-quase-meio-milhao-de-reais-com-cloroquina-desde-marco>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro defende isolamento vertical e sugere que país pode "sair da normalidade democrática". O Globo, Rio de Janeiro, 25 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-sugere-que-pais-pode-sair-da-normalidade-democratica-24327038>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

MARQUES, José. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações. Folha de S.Paulo, São Paulo, 24 mar. 2020. p. A5.

MASSARO, Carlos. CBN altera sua programação para abordar a crise do coronavírus. Tudo Rádio, Curitiba, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23229-cbn-altera-sua-programacao-para-abordar-a-crise-do-coronavirus>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MASSARO, Carlos. 98 FM lança o #PedeEmCasa98 e realiza o InstaAcústico com shows pelo Instagram. Tudo Rádio, Curitiba, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23250-98-fm-lanca-o-pedeemcasa98-e-realiza-o-instaacustico-com-shows-pelo-instagram>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MASSARO, Carlos. Exclusivo: contra a Covid-19, rádios do Grupo Bandeirantes liberam programações para retransmissão de outras emissoras. Tudo Rádio, Curitiba, 3 abr. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23280-exclusivo-contr-a-covid-19-radios-do-grupo-bandeirantes-liberam-programacoes-para-retransmissao-de-outras-emissoras>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

MASSARO, Carlos. Campanha da Rádio Mix FM arrecada EPIs para o Hospital São Paulo, na capital paulista. Tudo Rádio, Curitiba, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23348-campanha-da-radio-mix-fm-arrecada-epis-para-o-hospital-sao-paulo-na-capital-paulista>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MASSARO, Carlos. Super Rádio Tupi faz distribuição de quentinhas para moradores de rua no Rio de Janeiro. Tudo Rádio, Curitiba, 23 maio 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23526-super-radio-tupi-faz-distribuicao-de-quentinhas-para-moradores-de-rua-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 24 maio 2020.

MASSARO, Carlos. FM 93 realiza São João do Ceará Solidário em Fortaleza em formato on-line. Tudo Rádio, Curitiba, 3 jun. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23582-fm-93-realiza-sao-joao-do-ceara-solidario-em-fortaleza-em-formato-online>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

MASSARO, Carlos. Rádio Cidade e JB FM promovem lives especiais alusivas ao Dia dos Namorados. Tudo Rádio, Curitiba, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23627-radio-cidade-e-jb-fm-promovem-lives-especiais-alusivas-ao-dia-dos-namorados>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MASSARO, Carlos. Massa FM transmite live junina com Bruno e Barreto em parceria com afiliadas do SBT. Tudo Rádio, Curitiba, 13 jun. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23632-massa-fm-transmite-live-junina-com-bruno-e-barreto-em-parceria-com-afiliadas-do-sbt>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MOSCO, Vincent. The political economy of communications: rethinking and renewal. Londres: Sage, 1996.

NASCIMENTO, Aline. Com 20% de carga horária remota, Educação vai transmitir aulas pela TV e rádio para alunos no AC. G1, Rio de Janeiro, 7 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/07/com-20percent-de-carga-horaria-remota-educacao-vai-transmitir-aulas-pela-tv-e-radio-para-alunos-no-ac.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

NETTO, Ulisses. Europa repercute postura de Bolsonaro diante da Covid-19 no Brasil. Jornal da Manhã, São Paulo: Rádio Jovem Pan, 14 maio 2020. Programa de rádio.

NEWTON, Gregory D. Marketing radio. In: EASTMAN, Susan Tyler; FERGSON, Douglas A.; Klein, Robert A. Media promotion and marketing for broadcasting, cable and the internet. 5. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 31-57.

O GLOBO. Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. Rio

de Janeiro, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

O GLOBO. OMS decreta pandemia mundial por novo coronavírus. Rio de Janeiro, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/oms-decreta-pandemia-mundial-por-novo-coronavirus-24298652>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

O GLOBO. OMS retira cloroquina de testes em definitivo e confirma novo recorde de casos por Co-vid. Rio de Janeiro, 4 jul. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/oms-retira-cloroquina-de-testes-em-definitivo-confirma-novo-recorde-de-casos-por-covid-24516149>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA. Aulas municipais acontecerão via rádio. 13 maio 2020. Disponível em: <<https://candelaria.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/741>>. Acesso em: 14 maio 2020.

R7. Bispo Edir Macedo vence a Covid-19 e recebe alta médica em São Paulo. São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/bispo-edir-macedo-vence-a-covid-19-e-recebe-alta-medica-em-sao-paulo-12062020>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

RÁDIO BANDEIRANTES. Transmissão especial em homenagem aos trabalhadores de categorias essenciais. São Paulo, 24 mar. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO GAÚCHA. Gaúcha Atualidade. Porto Alegre, 17 mar. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO GAÚCHA. Gaúcha Atualidade. Porto Alegre, 25 jun. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO GAÚCHA. Gaúcha Atualidade. Porto Alegre, 26 jun. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO GAÚCHA. Transmissão especial da música Imagine, de John Lennon. Porto Alegre, 31 mar. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO JOVEM PAN. Jornal da Manhã. São Paulo, 5 mar. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO JOVEM PAN. Os Pingos nos Is. São Paulo, 10 abr. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO JOVEM PAN. Os Pingos nos Is. São Paulo, 15 maio 2020. Programa de rádio.

RÁDIO JOVEM PAN. Os Pingos nos Is. São Paulo, 21 maio 2020. Programa de rádio.

RÁDIO JOVEM PAN. Os Pingos nos Is. São Paulo, 3 jun. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO JOVEM PAN. Os Pingos nos Is. São Paulo, 3 jul. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO 89FM. Transmissão especial da música Imagine, de John Lennon. São Paulo, 24 mar. 2020. Programa de rádio.

RÁDIO 95Mais FM. Na Hora do Café. Natal, mar.-jun. 2002. Programa de rádio.

RBS TV. RBS Notícias. Porto Alegre, 19 mar. 2020. Programa de TV.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Jornal Nacional, Rio de Janeiro, 3 jul. 2020. Programa de TV.

RESENDE, Rodrigo. Brasil tem primeiro dia com registro de mais de mil mortes em função da covid-19. Rádio Senado FM. Brasília, 20 maio 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-tem-primeiro-dia-com-registro-de-mais-de-mil-mortes-em-funcao-da-covid-19>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

RIBEIRO, Bruno; CAMBRICOLI, Fabiana. Brasil registra primeira morte pelo novo coronavírus em SP; País tem 290 casos confirmados. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 mar. 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-primeira-morte-pelo-novo-coronavirus-em-sao-paulo,70003236434>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

RODRIGUES, Matheus. Podcast, jornal e “rádio de poste”: moradores da Maré usam meios comunicatários para se informarem durante a pandemia. G1, Rio de Janeiro, 3 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/03/podcast-jornal-e-radio-de-poste-moradores-da-mare-usam-meios-comunitarios-para-se-informar-durante-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SAID, Flávia. Quem é Osmar Terra, o ex-comunista de Bolsonaro que faz sombra a Mandetta. Congresso em Foco, São Paulo, 11 abr. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/quem-e-osmar-terra-o-ex-comunista-de-bolsonaro-que-faz-sombra-a-mandetta>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SCOLA, Daniel. Porque abrimos espaço para Osmar Terra se manifestar na Rádio Gaúcha. Gaúchazh, Porto Alegre, 14 maio 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/daniel-scola/noticia/2020/05/por-que-abrimos-espaco-para-osmar-terra-se-manifestar-na-radio-gauchacka6yugdo0000015nzc67g58.html>>. Acesso em: 14 maio 2020.

SCHUDSON, Michael. Enfoques históricos a los estudios de la comunicación. In: JENSEN, Klaus Bruhn, JANKOWSKI, Nicholas W. (Ed.). Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas. Barcelona: Bosch, 1993. p. 211-228.

SENSOR TOWER BLOG. Top Apps Worldwide for March 2020 by Downloads. São Francisco, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://sensortower.com/blog/top-apps-worldwide-march-2020-by-downloads>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SENSOR TOWER BLOG. Top Apps Worldwide for April 2020 by Downloads. São Francisco, 7 maio 2020. Disponível em: <<https://sensortower.com/blog/top-apps-worldwide-april-2020-by-downloads>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SENSOR TOWER BLOG. Top Apps Worldwide for May 2020 by Downloads. São Francisco, 2 jun. 2020. Disponível em: <<https://sensortower.com/blog/top-apps-worldwide-may-2020-downloads>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SPECTER, Michael. Denialism: how irrational thinking hinders scientific progress, harms the planet, and threatens our lives. Nova Iorque: The Penguin Press, 2009.

TAVOLARO, Douglas; LEMOS, Christina. O bispo: a história revelada de Edir Macedo. São Paulo: Larousse, 2007.

TERRA, Osmar. Medo e coragem. Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 abr. 2020. p A3.

TUDO RÁDIO. Coronavírus: Profissionais da Kiss FM iniciam sistema de trabalho por home office em São Paulo. Curitiba, 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23172-coronavirus-profissionais-da-kiss-fm-iniciam-sistema-de-trabalho-por-home-office-em-sao-paulo>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

TUDO RÁDIO. União contra a Covid-19: Rádios do Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Curitiba e outras FMs de São Paulo aderem à causa. Daniel Starck. Curitiba, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23219-uniao-contra-a-covid-19-radios-do-rio-de-janeiro-brasilia-goiania-curitiba-e-outras-fms-de-sao-paulo-aderem-a-causa>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

TUDO RÁDIO. Coronavírus: Rádios do Grupo Bandeirantes fazem anúncios gratuitos aos serviços de delivery e realizarão homenagens às 18h. Curitiba, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23218-coronavirus-radios-do-grupo-bandeirantes-fazem-anuncios-gratuitos-aos-servicos-de-delivery-e-realizarao-homenagens-as-18h>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TUDO RÁDIO. 89 FM A Rádio Rock e Rádio Cidade FM se unem em ações voltadas ao combate do coronavírus em São Paulo e no Rio de Janeiro. Curitiba, 25 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23217-89-fm-a-radio-rock-e-radio-cidade-fm-se-unem-em-acoes-voltadas-ao-combate-do-coronavirus-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

[com/noticias/ver/23224-89-fm-a-radio-rock-e-radio-cidade-fm-se-unem-em-aco-es-voltadas-ao-combate-do-coronavirus-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro](#)>. Acesso em: 26 mar. 2020.

TUDO RÁDIO. Rádios do Rio de Janeiro e de São Paulo se unem em campanha #juntosnumasofre-quencia no enfrentamento ao coronavírus. Daniel Starck. Curitiba, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23246-radios-do-rio-de-janeiro-e-de-sao-paulo-se-unem-em-campanha-juntosnumasofre-quencia-no-enfrentamento-ao-coronavirus>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

TUDO RÁDIO. Rádio Banda B promove iniciativa voltada à divulgação de fabricação e comercialização de máscaras na Grande Curitiba. Curitiba, 25 abr. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23383-radio-banda-b-promove-iniciativa-voltada-a-divulgacao-de-fabricacao-e-comercializacao-de-mascaras-na-grande-curitiba>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

TUDO RÁDIO. Panorama: Rádio de São Paulo cresce em audiência. Daniel Starck. Curitiba, 9 jun. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23610-panorama-radio-de-sao-paulo-cresce-em-audiencia-fms-de-diferentes-formatos-apresentaram-evolucoes>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TUDO RÁDIO. Coronavírus: Rádio Gaúcha realiza edição especial do Gaúcha Atualidade direto do CTI do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Curitiba, 25 jun. 2020. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/23699-coronavirus-radio-gaucha-realiza-edicao-especial-do-gaucha-atualidade-direto-do-cti-do-hospital-das-clinicas-de-porto-alegre>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

UCS FM. Coronavírus: Relatos brasileiros pelo mundo #5. Caxias do Sul, 27 mar. 2020. Disponível em: <<https://ucsfm.com.br/coronavirus-relatos-brasileiros-pelo-mundo-5>>. Acesso em 27 mar. 2020.

UFMT. Projeto de Extensão em Rádio e Podcast – Comunicast. Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, maio. 2020. Disponível em: <<https://ufmt.br/covid/podcasts>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

UOL. "Gripezinha": leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre Covid-19. São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

O papel das rádios comunitárias gaúchas na pandemia do novo coronavírus: sintomas do adoecimento da fala popular

The role of Rio Grande do Sul community radio in the new coronavirus pandemic: symptoms of sickening in popular speech

El papel de las radios comunitarias de Rio Grande do Sul en la pandemia del nuevo coronavirus: síntomas de enfermedad en el habla popular

Vanessa Costa de Oliveira e Patrícia Regina Schuster

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar de que modo as rádios comunitárias gaúchas atuaram diante do novo coronavírus. Considerando que estes dispositivos de comunicação, não só são regidos por uma legislação específica, bem como – e por conta disso também – apresentam uma outra função no contexto midiático, procuramos esmiuçar o impacto que este acontecimento provocou no seu fazer e como essas mudanças afetaram a relação que elas estabelecem nas comunidades onde estão instaladas. Ancoradas metodologicamente na Análise de Conteúdo e a partir de um *corpus* que contabiliza 24 emissoras dispersas pelo território do Rio Grande do Sul, nossa pesquisa deixa transparecer que há indícios de que a pandemia agravou os sintomas de adoecimento na fala popular.

Palavras-chave

rádios comunitárias; coronavírus; comunicação comunitária.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 09/06/2020
aceito em: 18/08/2020.

>> Como citar este texto:

SCHUSTER, P. R ; OLIVEIRA, V.C. O papel das rádios comunitárias gaúchas na pandemia do coronavírus: sintomas do adoecimento da fala popular. **Radiofonias** – Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 38-55, mai./ago. 2020.

Sobre os autores

Vanessa Costa de Oliveira,
nessa.costa.oliveira@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-0308-1734>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), jornalista e mestra pela mesma instituição.

Patrícia Regina Schuster
pati.jornalista@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2119-6220>

Professora dos Cursos de Comunicação e Fotografia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Doutora em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Jornalista e mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Abstract

The present article aims to analyse in what way the communitary radio stations from the state of Rio Grande do Sul have acted in face of the new coronavirus. Considering that these communication mechanism are, not only ruled over by a specific legislation, as well as - and exactly because of that - present another function in the mediatic context, we seek to examine in detail the impact that this event has caused in it's doing and how these changes have affected the relation that they established in the communities wherein they're installed at. Methodologically based on the Content Analysis and with a corpus that accounts for 24 stations spread across the state's territory, our research makes it clear that there are signs that the pandemic has aggravated the symptoms of sickening in the popular speech.

Keywords: Communitary radio; coronavirus; communitary communication.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las estaciones de radio comunitarias de Rio Grande do Sul actuaron frente al coronavirus. Teniendo en cuenta que estos dispositivos de comunicación no solo se rigen por una legislación específica, sino que también (y por eso) tienen otra función en el contexto de los medios, buscamos analizar el impacto que este evento ha tenido en sus acciones y cómo estos cambios han afectado la relación que establecen en las comunidades donde están instalados. Anclados metodológicamente en el Análisis de contenido y basados en un corpus que representa a 24 emisoras diseminadas por todo el territorio de Rio Grande do Sul, nuestra investigación muestra que hay evidencia de que la pandemia ha agravado los síntomas de la enfermedad en el habla popular.

Palabras clave: radio comunitaria; coronavirus; comunicación comunitaria.

Introdução

Há muito que as rádios comunitárias têm uma incumbência ímpar junto às comunidades onde estão inseridas. São elas que dão voz àqueles que pouco frequentam ecossistemas midiáticos hegemônicos, comerciais. Seus microfones devem, por uma obrigação legal, estar abertos aos cidadãos e cidadãs, cuja representatividade é estereotipada ou, na pior das hipóteses, invisibilizada por outros sistemas de informação. Sobre elas, subsiste uma vasta produção acadêmica (MALERBA, 2008). No entanto, esse é um campo teórico – sobretudo, quando atrelado à emergência da pandemia do novo coronavírus e suas múltiplas ressonâncias no fazer jornalístico comunitário – ainda não visitado.

É nesta direção que somamos nossos esforços: buscamos saber como as rádios comunitárias gaúchas atuaram frente a um panorama – provocado pelo vírus causador

da Covid-19 - que transfigurou inúmeros setores da sociedade. Nos ocupamos em desvendar que tipo de reflexos há no fazer das emissoras com esse caráter e, por ilação, nas comunidades onde elas têm suas raízes fixadas.

O percurso que nos levou ao desenlace dessa questão foi, primeiro, traçar uma sucinta análise sobre os vínculos entabulados entre as rádios comunitárias e o lugar em que estão instaladas. Depois, exploramos o acontecimento “coronavírus” num co-tejamento à comunicação e ao jornalismo, em particular. Lógico, sobremaneira, o de perfil comunitário.

Na sequência, descrevemos nossa metodologia e, de imediato, executamos o diagnóstico. Nas considerações finais, sintetizamos nossos avanços e acautelamos sobre nossas limitações, que, de antemão, derivam de um processo que ainda está em curso, mas que já exprime sua envergadura quanto à complexidade para a área da comunicação.

As rádios comunitárias e sua relação social

Práticas de comunicação, entre elas, especificamente, as de jornalismo, ao longo do século XX e, agora, XXI, vão se reinventando e se reconfigurando a partir de determinadas conjunturas históricas e sociais. A imprensa operária ou sindical, por exemplo, ainda no século XIX, foi responsável pela politização do operariado, como aponta Ferreira (1988), sendo um instrumento não apenas de informação, mas também de conscientização e mobilização. Já as publicações alternativas afloraram no Brasil depois da instauração da ditadura militar (1964 – 1985) no país. Diferente da imprensa hegemônica, que era complacente ao Regime, os veículos alternativos encontravam brechas para cobrar a volta a democracia.

Esses são apenas dois casos, entre tantos outros, tais como a comunicação participativa, cívica e pública que tiveram – e ainda têm - uma conduta decisiva naquele momento. Todos eles nasceram da necessidade de preencher um vazio deixado pelos veículos tradicionais que, na maioria das vezes, por falta de interesse político e econômico ou censura, deixavam de abordar pautas importantes para diferentes grupos sociais. A comunicação comunitária surge nessa mesma esteira, como uma possibilidade de diálogo com a comunidade.

Logo, de acordo com Kaplún (2007), compete à comunicação comunitária fazer a promoção social das pequenas comunidades. O autor defende que a ideia de comunitá-

rio, neste modelo de comunicação, se caracteriza por um modo de pensar os processos de mudança social a partir de uma perspectiva não verticalizada. Dessa maneira, a abordagem adotada representa a busca pelo fortalecimento da comunidade, muitas vezes caracterizada por um espaço social repleto de fragilidades, que reconhece as especificidades do lugar, como suas identidades e cultura, e dinamiza sua emancipação.

Peruzzo (2008, p. 375) elenca as minúcias dessa comunicação.

Se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura, e ampliar a cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos.

O exercício da comunicação comunitária busca construir um espaço de debate público, mesmo que com um pequeno grupo de pessoas; busca construir espaços de diálogo e de debate cidadão, tanto em nível local, como nacional e global (KAPLÚN, 2007). Mas, principalmente, como nos parece evidente em sua própria nomenclatura, a comunicação comunitária recupera, como sugere Kaplún (2007), a origem de comunidade. Em outras palavras, coloca em evidência que há outras maneiras de se construir a cidadania, que não a hegemônica.

No que diz respeito, em particular, ao jornalismo comunitário, ele abre flancos para pautas relacionadas às classes populares e aos movimentos sociais, para assuntos que sejam de interesse para aquela comunidade na qual está inserido o veículo (PERUZZO, 1999). O jornalismo comunitário tem como prioridade a contextualização dos fatos, de maneira a explicar o porquê da importância daquele assunto para aqueles cidadãos. Nele, o público é entendido como protagonista e atuante no processo, e não como um simples receptor.

Nosso desejo – parte dele, ao menos - nesta pesquisa é descortinar o papel das rádios comunitárias na sociedade, na presença da pandemia do novo coronavírus. O rádio, como afirma Kaplún (2007), independente do perfil da sua concessão, é o principal meio de comunicação comunitária, daí a imprescindibilidade dele figurar neste debate. Para o autor, dois são os fatores principais para isso: o relativo baixo custo de instalação e produção e o seu caráter oral, que estabelece uma sintonia com a cultura, seja de uma comunidade rural ou urbana.

Villamayor e Lamas (1998) destacam que, no que se refere ao formato, as rádios comunitárias incorporaram novas linguagens, outros sons, músicas e vozes, se individualizando por outra forma de falar, outra forma de se relacionar com os ouvintes, outra forma de perguntar e de responder. Para Conrad (2013, p. 63) trata-se de “um espaço de poder compartilhado, onde são produzidos conteúdos que destacam os problemas sociais de interesse local”.

É interessante a trajetória histórica construída por Kaplún (2007), referente às rádios comunitárias na América Latina, que identifica a ascendência das rádios comunitárias no bojo de duas experiências particulares na América Latina: uma rádio educativa na Colômbia, a Rádio Sutatenza, e uma rádio mineira na Bolívia, ambas dos anos 1940. Elas, que ao fim dialogavam com suas comunidades, inspiraram outras tantas rádios pela região nos anos seguintes, principalmente no tocante a uma perspectiva educativa. Kaplún (2007) opta por uma nomenclatura de Paulo Freire, e as define como conscientizadoras, pois em seus programas colocavam em pauta as mazelas das sociedades latino-americanas, como a pobreza, a violência e o machismo.

Trazemos à reflexão essa discussão por entender que, historicamente, essas rádios, hoje conhecidas como comunitárias, cumprem um papel social junto aos seus territórios. Para Villamayor e Lamas (1998), o social constitui uma característica de suma importância no trabalho desenvolvido por elas. Para esses autores, essas rádios se fazem reconhecer por seus objetivos políticos de transformação social, e também na busca por um sistema justo, com ênfase nos direitos humanos, no acesso e na participação cidadã.

Sobre o advento das rádios comunitárias no Brasil, Peruzzo (1998) apresenta uma trajetória distinta. A autora afirma que essas rádios despontam no país com essa nomenclatura, em 1995, depois de terem se popularizado na década de 1980, com as chamadas rádio-poste, e já nascem voltadas para o social, como explica Peruzzo (2010, p. 3):

[...] suas práticas iniciaram no contexto das ações dos movimentos sociais, das associações comunitárias e de setores progressistas de igrejas cristãs num processo de busca de soluções aos graves problemas sociais existentes e de mobilização social em torno de lutas para reestabelecer a democracia após mais de duas décadas de ditadura militar que se instaurou no país em 1964.

As rádios comunitárias, assim, no exercício de uma comunicação e de um jornalismo comunitário, estimulam a reflexão crítica e possibilitam a participação do cidadão no debate público, mormente naquele de interesse da sua comunidade. Ao garantir uma

informação plural e um espaço de discussão comunitária, essas rádios democratizam a informação e incentivam ações cidadãs, e assim acabam por promover um desenvolvimento local. Por essa feição social e cidadã é evidente que o conteúdo produzido e posto em circulação por essas rádios tem sua importância potencializada em tempos de calamidade, como o que se vive com a pandemia da Covid-19.

A pandemia do novo coronavírus e seu “contágio” na comunicação

Em 31 de dezembro de 2019 a China detectou, em Wuhan, um novo tipo de coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador de uma nova doença que passou a ser chamada de Covid-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, confirmou a propagação desse vírus poucos dias depois, em 9 de janeiro. Nos dias seguintes, até o fim do mês, casos em outros países iam sendo confirmados. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 21 de janeiro já se reportava o primeiro caso da doença, importada da China, e no dia 30 daquele mês a OMS declarou uma epidemia de emergência internacional.

Enquanto os olhos, câmeras e microfones do mundo se voltavam para a China, na Europa iniciava-se um outro epicentro da doença. A Itália sobressaía-se como o país de onde muitos casos foram exportados. Esse foi o caso do Brasil, por exemplo, que confirmou seu primeiro caso da doença em 26 de fevereiro, em São Paulo, de um homem que voltava da nação europeia.

Com o avanço da doença pelos continentes, eventos com aglomeração de público começaram a ser cancelados, aulas nas escolas e universidades, e campeonatos esportivos também. Aos poucos, aumentava o número de fronteiras sendo fechadas e cidades sendo postas em isolamento social. O aumento da Covid-19 levou a OMS a declará-la pandemia¹ em 11 de março, quando já se tinham confirmados 118 mil casos de pessoas infectadas pelo novo vírus em 114 países, com mais de 4 mil mortes.

Em situações extremas, como essa de uma calamidade planetária, serviços essenciais são reconhecidos, pois sobrepuja-se sua necessidade na sociedade. Entre tantos profissionais que têm se mostrado fundamentais no enfrentamento da pandemia, o que inclui os da chamada “linha de frente”, que trabalham diretamente com a saúde das pessoas, estão aqueles que permitem que a sociedade continue minimamente funcionando,

¹ A saber, considera-se epidemia o aumento anormal do número de pessoas contaminadas por uma determinada doença, em uma determinada região; já a pandemia ocorre quando a epidemia se dispersa espacialmente por diferentes países e/ou continentes, normalmente se trata de uma doença contagiosa que se espalha rapidamente.

como os supermercados, farmácias e toda uma rede de logística, reconhece-se o trabalho dos jornalistas.

Entendemos, portanto, que se o jornalismo desempenha um papel social, em casos de calamidade, ele ganha ainda mais notabilidade e pertinência. À discussão de jornalismo e situações de calamidade, de uma maneira geral, estão relacionadas às catástrofes ambientais que, na maioria das vezes, são restritas a uma pequena comunidade atingida diretamente – evidentemente, se tratando de tragédias ambientais, os reflexos, principalmente a longo prazo, vão bem além do local. E para essas situações, Bueno (2013) destaca a importância de um planejamento de cobertura, que privilegie a prevenção, o esclarecimento e a mobilização das comunidades, além de oferecer, a todo momento, ao consumidor desse jornalismo, as respostas do poder público.

Uma pandemia como a da Covid-19 se enquadra no que Bueno (2013) classifica de desastre humano de causa biológica, pois resulta da disseminação de uma doença transmitida por um vírus até então desconhecido – ainda que tenha consequências em diversos setores da sociedade, como na economia. Bueno (2013) ainda chama atenção para as particularidades da gestão de uma crise no caso das “epidemias”, “quando elas assumem proporções globais”, que evidencia o que explicitamos anteriormente, bem como deixa claro a necessidade do acompanhamento jornalístico, a fim de informar a população sobre esses aspectos.

[...] há um esforço internacional para impedir a circulação de pessoas que possam estar contaminadas, a identificação do agente responsável e, quando for o caso, a mobilização para identificar ou pesquisar formas de atenuar o seu impacto na saúde e na vida das pessoas, ou para aumento de produção e distribuição de medicamentos. Busca, também, encontrar servidões de assistência (hospitais, por exemplo) que possam atender à situação específica e mesmo isolar os pacientes, se a situação crítica referir-se à ação de doenças contagiosas. (BUENO, 2013, p. 48).

A literatura sobre comunicação ou jornalismo de catástrofes está diretamente relacionada a acontecimentos naturais, como a cobertura de um terremoto, uma enchente, deslizamentos, etc, e pouco se relaciona às questões de saúde, como surtos, epidemias ou pandemias. De maneira geral, a abordagem parte do conceito de sociedade de risco, cunhado por Ulrich Beck e Anthony Giddens. Este conceito, de acordo com Beck (2010), está relacionado à capacidade da sociedade pós-moderna revisar, de forma contínua, suas atividades e comportamentos, a partir de informações científicas e também de aspectos sociais.

Na comunicação, essa noção leva a outra, a de comunicação de risco, também bastante atrelada às catástrofes naturais e, principalmente, à divulgação da existência de riscos. Contudo, Serra (2006) elenca algumas categorias para essa comunicação de risco: a temática, a implícita, a normal e a de crise. Nos interessa aqui a última, a comunicação de crise, a qual de acordo com Serra (2006) acontece – como está explícito no nome - no momento da crise, como a cobertura que os jornalistas têm enfrentado na pandemia da Covid-19. E, nesse sentido, Serra (2006) destaca o valor essencial do trabalho jornalístico nesses momentos, pois ele tem condições de informar seu público sobre os alertas, as recomendações, os relatórios e dados, sejam eles de comunidades científicas ou informações governamentais. Mais do que isso: esses profissionais podem, e devem, tornar essas informações acessíveis e compreensíveis.

Essa função de informar e de auxiliar a população na compreensão da crise em curso exige dos jornalistas fazer bom jornalismo. É comum vermos diretrizes diversas, para diferentes coberturas, mas ao fim trata-se de cumprir com o seu compromisso de bem informar a sociedade, com ética e seriedade. No entanto, é preciso lembrar que nesses casos de catástrofes, na maioria das vezes, esses profissionais também são vítimas do acontecimento que buscam entender e levar ao seu público. Em se tratando de uma pandemia como a do novo coronavírus, tem-se não apenas esse agravante, como também o risco de contaminação desses indivíduos e uma alteração nas suas rotinas de trabalho.

Compreendendo a complexidade e o compromisso dos veículos de comunicação nessas situações, sejam eles impressos, online, televisão ou rádio, ressaltamos a responsabilidade da comunicação comunitária nesse contexto. No que diz respeito às rádios comunitárias, Janes e Marques (2013, p. 1214) afirmam que elas “desempenham um papel fundamental de ressignificação da noção de risco junto a essas comunidades”, prezando por estabelecer uma comunicação que parte dos referenciais de vida dessas comunidades.

Este componente está no nosso de raio de investigação. Por ora, calha deslindar como chegamos lá.

Da “sintonia” metodológica do estudo

Antes de descrevermos os resultados da pesquisa, convém esclarecermos nossas estratégias metodológicas. Como ponto de partida, organizamos um questionário com quatro perguntas. De pronto, os respondentes tinham que dizer seu nome, função e a

qual rádio pertenciam. Na sequência, expuseram seus pontos de vista a partir das seguintes indagações: **a)** O que mudou na programação da sua rádio desde que surgiram as primeiras notícias sobre o coronavírus?; **b)** A sua rádio está fazendo algum tipo de campanha contra o coronavírus? Se sim, qual (ais)?; **c)** Quais são as principais fontes de informação que a sua rádio está usando para divulgar notícias sobre o coronavírus?; **d)** De que forma a comunidade está participando nos assuntos que dizem respeito ao coronavírus na sua rádio?.

As questões foram compartilhadas em um grupo de WhatsApp, intitulado Rádios Comunitárias RS. Esta ferramenta é administrada pelo coordenador executivo da Associação Gaúcha de Radiodifusão Comunitária (Abraço – RS), Eloídemar Guilherme. Ela concentra 134 participantes, todos representantes de alguma emissora comunitária do Estado.

Levando em consideração que o Rio Grande do Sul conta com 399 rádios comunitárias outorgadas², nosso objetivo inicial era obter uma amostragem de 10%, isto é, 39, deste conjunto. Contudo, mesmo depois de muita insistência por parte das pesquisadoras³, alcançamos 24 respostas. A amostra – que está discriminada no quadro abaixo – representa, portanto 6,01% deste total.

Quadro 1: Rádios comunitárias que compõem o *corpus*

IDENTIFICAÇÃO ⁴	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
RAD1	Agudo	RAD13	Montenegro
RAD2	Alpestre	RAD14	Novo Barreiro
RAD3	Ametista do Sul	RAD15	Rodeio Bonito
RAD4	Benjamin Constant do Sul	RAD16	Santa Cruz do Sul
RAD5	Cândido Godói	RAD17	Santa Cruz do Sul ²
RAD6	Canguçu	RAD18	Santo Antônio das Missões
RAD7	Chuí	RAD19	São Luiz Gonzaga

2 Segundo a Abraço – RS há, no Rio Grande do Sul, 420 emissoras comunitárias, contudo, 21 estão com suas outorgas vencidas ou atuam na ilegalidade.

3 Todas as intervenções foram feitas através do grupo acima citado.

4 Decidimo-nos por esse modelo de identificação para facilitar o manuseio dos dados quando do desenvolvimento da análise (a seguir). Julgamos ainda – quando da escolha pelo município em que cada rádio está localizada - deixar mais acessível a caracterização, ao invés de usarmos o nome da associação a qual pertencem ou o nome fantasia. Com exceção de Santa Cruz do Sul, todas as demais são as únicas – de caráter comunitário – nos seus municípios.

RAD8	Gramado dos Loureiros	RAD20	São Pedro das Missões
RAD9	Horizontina	RAD21	Sapiranga
RAD10	Itatiba do Sul	RAD22	Três Palmeiras
RAD11	Mampituba	RAD23	Viadutos
RAD12	Mata	RAD24	Vila Maria

Fonte: elaborado pelas autoras.

Cabe explicitar alguns porquês acerca tanto da meta originária (10% das outorgadas), como do índice a que chegamos. Optamos por não empreender maior fôlego neste estudo (por ora), no que diz respeito ao *corpus*, por saber das dificuldades – as quais foram, inclusive, verbalizadas nas conversas trocadas durante o envio do questionário – estruturais das rádios comunitárias, agravadas durante o período da pandemia. O número de pessoas circulando nos estúdios diminuiu ainda mais – em função do cumprimento das medidas de isolamento (já que muitas são do grupo de risco), fato que repercutiu num acúmulo ainda maior de tarefas por parte de alguns comunicadores e/ou responsáveis pela programação. Afora isso, somaram-se as adversidades de cunho financeiro (que também concorreram para tirar o foco da solução de um simples questionário). Entre outros elementos que interferiram na ampliação do número de questionários é o tempo. No caso deste artigo, há uma data limítrofe para finalizá-lo. A ideia, logo, não é dar a investigação por encerrada, e sim, reunir outras informações para que, posteriormente, elas possam ser publicizadas em separado.

Como método de análise, priorizamos a Análise de Conteúdo. Na definição de Bardin (1997, p. 42), trata-se de um aglomerado de “[...] técnicas [...] visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência das condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Considerando que este tipo de abordagem adota algumas regras, nós nos pautamos pelo modelo “temática” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005) e de “representatividade” (cuja explicação pormenorizada se deu acima), em que a amostra busca retratar o universo (das rádios comunitárias). A categorização do nosso corpus tem como rubrica as respostas às quatro perguntas, na medida em que elas nos ofertaram os elementos capazes de apontar como as rádios comunitárias têm atuado em meio ao contexto da pandemia do novo coronavírus. É a partir deste expediente que empenhamo-nos, assim, a dar resolutividade ao objetivo aqui proposto.

A fala comunitária como “sinal de alerta” frente ao novo coronavírus

Face ao compromisso de analisar como as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul desempenharam seu papel em meio à pandemia do novo coronavírus e verificar que tipo de impacto este acontecimento propiciou ao fazer das emissoras com este caráter, e, por consequência, à relação que elas estabelecem com as comunidades onde estão inseridas, passamos ao cotejamento dos dados apurados às custas da aplicação do questionário. Conforme ponderamos acima, as categorias foram deliberadas em consonância com a natureza dos propósitos deste estudo.

Programação

A primeira constatação que pudemos fazer concerne à programação. Há dois padrões de respostas: uma se refere às modificações estruturais e outra à ampliação do volume de informações, que passou a ser repassada sobre o tema “coronavírus”.

Quase todos (18) mencionaram que adotaram medidas internas, no sentido de evitar a circulação de pessoas dentro de estúdios. Respeitando as diretrizes das autoridades de saúde, diminuíram a presença física de comunicadores e entrevistados. Ou seja, as emissoras tiveram o cuidado – tal qual boa parte dos veículos de comunicação – de não se tornarem vetores de transmissão. Não custa lembrar que a Rádio Guaíba, do RS, por exemplo, teve três casos confirmados da Covid-19 entre seu grupo de profissionais .

Mas a maior repercussão para os ouvintes e, conseqüentemente, para a comunidade onde as rádios estão inseridas, são as informações. Nove rádios disseram (por meio dos seus representantes) que intensificaram a divulgação de notícias sobre o tema. Contudo, este aspecto é indicador de dois caminhos analíticos opostos.

Um deles é positivo. É função da comunicação de natureza comunitária explorar pautas que representem as necessidades imediatas da realidade local – e a crise sanitária passou a adquirir essa conotação à medida que avançou no território brasileiro –, logo, elas demonstraram, aprioristicamente, estar afinadas aos seus preceitos legais, e, mais do que isso, à premissa de todo e qualquer agente midiático.

O negativo está na postura dos outros 15 respondentes (que resumiram-se às modificações de ordem estrutural). Ao seguir com o mesmo ritmo, particularmente, na sua programação noticiosa/informativa, a audiência dessas rádios comunitárias foi tolhida do direito de ter uma percepção de mundo mais apurada acerca da pandemia. Ao contrário do que se possa imaginar, que não se tenha nada mais a “acrescentar” nesse cenário

de profusão de fatos, não significa – e aí seguimos a perspectiva de Coutinho (2008, p. 65) – que os habitantes desses lugares (na maioria, pequenos municípios do interior gaúcho, em que a rádio comunitária, às vezes, é o único veículo de comunicação) “estejam anestesiados, passivos ou não tenham nada a dizer: é porque sua voz é calada, abafada e distorcida”.

Procedendo desse modo, elas prosperam algo que estamos chamando de “autosequestro da fala comunitária”, numa alusão à metáfora de Paiva e Sodré (2006) – aprofundaremos mais a seguir. Por ora, antecipamos que não mais se trata de um confisco protagonizado pelo Estado, mas sim, pelas próprias emissoras, cujos obstáculos – não custa frisar –, financeiros (mais do que nunca) favorecem tal postura.

Engajamento social

Todas as rádios – exceto a RAD11 – estão engajadas no combate   pandemia do novo coronavírus. As campanhas – realizadas, especificamente a partir de spots – primam pela preven o, pela orienta o. Esta dimensão, ainda que não abarque uma participa o direta em todas as fases do processo comunicativo, tal qual a elabora o desses materiais, tem uma expressiva potencialidade de contribui o na consciência e amplia o do conhecimento dos receptores.

O potencial educativo envolto nos veículos de comunica o, sejam eles de pequeno ou grande alcance,   muito significativo. Por isso mesmo, são bens públicos e não privados, e representam uma conquista da humanidade enquanto instrumentos capazes de democratizar, de forma ágil e interessante e com fidedignidade, a informa o, a cultura e o conhecimento, do senso comum ao científico. (PERUZZO, 2000, p. 663).

Outra manifesta o expressa nos retornos que recebemos refere-se ao envolvimento das rádios na arrecada o de alimentos e itens de higiene e limpeza. Ela referenda a conduta cidadã desses veículos e robustece sua presença como agente mobilizador do entorno social.

A RAD13 merece destaque nesta categoria. Ela alega levar “mensagens de f ” aos seus ouvintes. Aprioristicamente, poderíamos decodificar o gesto como uma descaracteriza o da sua atua o política. Todavia, na avalia o de Malerba (2008, p. 163), esta   uma condi o que merece ser relativizada. “Mais uma vez, devemos ser cautelosos em julgamentos precipitados. Como foi dito,   preciso levar em conta a especificidade do cenário político e social da região onde a rádio está instalada”.

Ainda que não tenhamos dados para certificar qual a religião que mais se professa na localidade da RD13, fato é que, em conjunturas calamitosas, crenças religiosas ou simplesmente dimensões espirituais e filosóficas tendem a ser incorporadas pela população.

A religião é um instrumento de explicações que ajudam a dar significado às experiências de doença e morte. A espiritualidade, religiosidade ou crenças religiosas mostram-se condutoras dos comportamentos dos familiares ao se moverem para um estado de adaptação e ajustamento à doença e morte. Acreditar que a vida não termina no momento da morte aparece nas narrativas como algo consolador, que permite uma melhor aceitação da morte. Rezar mostra-se como uma prática comum e confortadora no momento de dificuldade. (BOUSSO; POLES; SERAFIM; MIRANDA, 2011, p. 400).

Podemos convencionar que essas “brechas”, que à luz da legislação depõem contra o *modus operandi* das comunitárias, funcionem como placebos. Ou melhor, podem ser o pontapé inicial – segundo Malerba (2008, p. 163) – para “iniciar uma série de negociações, de forma a propor sua, digamos, politização”.

Não há como negar que essa é uma aposta de alto risco, sobretudo pelo modelo de evangelização que algumas igrejas neopentecostais (cuja incidência tem aumentado ano após ano) têm aplicado no Brasil. Ao tomarem para si o manejo desse “fármaco”, elas não só vilipendiam outras vertentes espirituais do direito à voz, como incutem valores, tais como a homofobia, o machismo, o racismo, o fundamentalismo...

Fontes de informação

É esta categoria que prognostica talvez uma disfunção maior das atribuições do movimento de radiodifusão comunitário. A evidência disto está nas 13 emissoras que revelaram valer-se de fontes como G1, UOL, Correio do Povo, Diário de Santa Maria, Portal Gaz, Jornal NH (estes quatro últimos pertencem a grandes grupos de comunicação regionais) para propagar informações sobre o novo coronavírus.

Esta, seguramente, não é apenas uma “opção” daqueles que estão à frente dos microfones. As condições – financeiras, mais do que nunca, reiteramos – dificultam que estes veículos tenham maior autonomia sobre a produção jornalística. Com isso, eles delegam o direito de representação (SANTOS, 2008).

Há, na “cedência” dessa responsabilidade, “sequelas” que podem ser sumarizadas à não identificação das comunidades. Os números, as necessidades, as medidas, a linguagem, entre outras características, explicitadas pela mídia hegemônica, nem sempre fazem sentido para os ouvintes da localidade em que a rádio comunitária executa sua comunicação.

Por outro lado, às vezes, esse é o único contato que a população tem com algumas realidades, haja vista que o Brasil é tomado pelos chamados “desertos de notícia”. Segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, que produziu o Atlas da Notícia (2020), 51% dos municípios do país não possuem veículos jornalísticos, ou seja, são desprovidos de qualquer cobertura significativa da imprensa. O Rio Grande do Sul é um dos estados com o menor número destes vazios. Assim, há que se ponderar que, mesmo que as informações repassadas pelas rádios comunitárias não tenham – por vezes – absoluta independência, elas estão em harmonia com o contrato de comunicação pelas quais são regidas.

Verificamos ainda outros dois traços de uma provável “comorbidade” na palavra informativa das rádios com esse caráter. Um deles procede da apuração das demais fontes consultadas. A amostra denota um intenso acesso (14 responderam nesta linha) a organismos oficiais: Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual e Municipal da Saúde. Há algumas leituras possíveis para este dado: a otimista é que estes canais logram de um atributo muito caro ao jornalismo, qual seja, a credibilidade. A pessimista passa pelo contentamento dos comunicadores encarregados da produção jornalística com essas visões, perpassa a condição de verticalidade e chega à segregação dos cidadãos que vivem nos municípios pertencentes ao nosso corpus. É óbvio que precisamos sopesar o valor destes dois elementos. Eles são produto de um quadro em que muitas incoerências (consignadas especialmente na Lei 9.612, que impera sobre as comunitárias) sempre estiveram presentes, e que, agora, com a pandemia só se agravaram. Apesar disso, eles não anulam na sua totalidade a índole comunitária dessas rádios.

Não obstante, há outros dois “distúrbios” que, sim, podem ter um certo poder lesivo sobre esses veículos. Aliás, à comunicação como um todo. Um dos indivíduos entrevistados exteriorizou que uma das fontes de consulta (RAD1) são os “grupos de WhatsApp de radialistas e comunicadores do Brasil” e outros dois (RAD1 e RAD 20) reduziram a “fontes confiáveis”. Ora, aqui temos um prenúncio do adoecimento da fala popular.

O que são “fontes confiáveis”? A imprecisão desse feedback atesta uma verdade fugidia: no largo espectro de possibilidades, podem ser arroladas desde “canais” hegemônicos até aqueles catalogados como disseminadores de fake news. E aí adentramos no mérito daqueles que confessaram o uso das redes sociais digitais (o aplicativo WhatsApp está entre elas) como mecanismo informativo. Trata-se de um terreno altamente fértil para a circulação de fontes pouco – ou nada – auditadas.

À vista disso, a desinformação coloca-se como um entrave não só à habilidade do jornalismo se apresentar como conhecimento dos aspectos singulares da realidade, como advoga Genro Filho (1987). Ela fomenta sentidos, cujo metabolismo robustece a crise da democracia brasileira, onde as rádios comunitárias – convém sublinhar – configuram-se em pilares. Christofolletti (2018, p. 62) nos ampara no raciocínio:

Fake news não são apenas notícias falsas, mas também plantadas, cultivadas e hipertrofiadas para que desorientem, confundam, enganem. Elas viralizam nas redes sociais, espalhadas por indivíduos desavisados ou interessados e por sistemas automatizados, como bots e algoritmos.

Esta categoria, conseqüentemente, tem um grande potencial ofensivo à saúde do serviço de radiodifusão comunitário. A heterogeneidade do movimento, associada a todas as peculiaridades aqui listadas, sinaliza que o novo coronavírus talvez possa ter acentuado, literalmente, o distanciamento de uma utilização cidadã. Não quer dizer que estejamos idealizando o seu modo de agir – como arrazoa Malerba (2008) –, o que de fato queremos é não perder a crítica do nosso horizonte.

Ainda assim, não podemos deixar de precatar que esse fazer e essas fontes não representam mera opção jornalística. Presume-se que sejam os únicos recursos disponíveis num painel de precariedade que beira o extremo. Desta forma, quando sustentamos que há traços que enfermam a fala popular, temos de assinalar que as rádios já são, em partes, “corpos” sociais prostrados pela própria legislação – exageradamente restritiva.

Participação

Todas as rádios registraram que privilegiam algum tipo de participação dos ouvintes. Uma delas (RAD8) apenas admitiu que intensificou essa possibilidade. Perguntas, comentários, entrevistas com especialistas são algumas das maneiras enumeradas.

O que, mais uma vez, requer ser advertido é a verticalidade com que se pratica essa comunicação. O coronavírus avultou a distância da população dos microfones. A “tradução” ou a tutela das falas por um único comunicador demarca um lugar de inferioridade a esses sujeitos. Entretanto, como enfatiza Malerba (2008, p. 163), essa atitude “se insere num contexto maior de diminuição endêmica da atuação política dos atores sociais na atualidade”.

Isto se vê espelhado ainda em um último componente averiguado na pesquisa. Três rádios (RAD12, RAD17 e RAD24) narraram que os ouvintes estavam ligando, mandan-

do mensagens para reclamar do “excesso” de informações sobre o coronavírus. Esse “modo de agir” (MALERBA, 2008) é indício de uma “patologia” que acomete não só as rádios comunitárias, mas a comunicação via de regra. Entre as razões para isso, estão a polarização política que se aprofundou no Brasil, a qual julgamos ter feito sobressair àquilo que Sodré (2002) estipula como processo midiático e não comunicacional. Isto é, os sentidos culturais – sobremaneira os de traço jornalístico – a que os ouvintes das rádios comunitárias gaúchas estão expostos sobre a pandemia são, empiricamente, desvalidos de sentido.

Essa indiferença, que se retroalimenta no corpo social em que estão instaladas essas emissoras, alarga a deslegitimação da voz comunitária na medida em que elas passam a figurar como os novos motores da desinformação. Vejamos: aqui, provavelmente, não é a abundância que tem gerado o mal-estar à fala popular, mas o esvaziamento de significado para ela.

São essas lidas que nos amparam a advogar que as rádios comunitárias caminham – neste período de catástrofe sanitária – para um autossequestro (como anotamos anteriormente) da fala popular. Os veículos tomam à força (que não é física, mas é da natureza, das condições de produção e estruturais) de seus ouvintes a possibilidade de um dizer divergente do perpetrado pelos grandes grupos de mídia. Exorquem deles visadas outras e, por conseguinte, vaticinam sinais de prostração mediante suas comunidades.

Considerações finais

Propusemo-nos a identificar como as rádios comunitárias gaúchas atuaram frente à pandemia do novo coronavírus, partindo do entendimento do papel dessas emissoras junto às comunidades em que estão inseridas, potencializado pela experimentação da pandemia, com todas as suas restrições, cuidados e reflexos, uma vez que a produção das rádios de caráter comunitário fortalece suas comunidades. Ao contatarmos e questionarmos essas emissoras acerca de suas rotinas e produções durante a pandemia, tínhamos em mente, desde a teoria e experiências profissionais, os objetivos políticos de transformação social e de um sistema justo, uma informação plural, com ênfase nos direitos humanos e na participação cidadã; e suas pautas populares que visam a promoção social de suas comunidades.

Ocorre que nosso *corpus* deu sinais de adoecimento da fala popular. Ainda que tenhamos identificado ações tipicamente comunitárias, sociais e populares, como por exemplo

a participação das emissoras em campanhas de arrecadação de alimentos e de itens de higiene, e espaços para a participação dos ouvintes, precisamos ter claro que o papel cidadão das rádios comunitárias perpassa as informações que faz circular. E, nesse sentido informacional, postulamos que essas audiências tiveram seu direito a uma informação plural e com ênfase nos seus interesses e necessidades comunitárias restringido.

Sem embargo, reforçamos que tais afirmações são indiciosas e, principalmente, provisórias. A pesquisa está na sua fase inicial e demanda trazer à baila toda a contextualização e nuances que a problemática aqui levantada exige. Estamos comprometidas com isso.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo à outra sociedade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOUSSO, R. S.; POLES, K.; SERAFIM, T. D. S.; MIRANDA, M. G. D. Crenças religiosas, doença e morte: perspectiva da família na experiência de doença. **Revista da Escola de Enfermagem** da USP, v. 45, n. 2, p. 397 – 403, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000200014-&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 abril 2020.
- BUENO, Wilson Costa. Gestão e estratégias de comunicação em situações críticas. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, p. 41-66, jan/jun 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3678/3338>. Acesso em: 20 de abril de 2020.
- CONRAD, Kalliandra Quevedo. **Rádios comunitárias e mobilização social: um estudo sobre as estratégias comunicacionais da Radiocom FM, de Pelotas**. 2013. Dissertação (mestrado em comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. 178f.
- COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Orgs). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 61 – 87.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores**, n. 23, v. 12, p. 56 – 82, jan/jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2018.144229>. Acesso em: 25 maio 2020,
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: editora ática, 1988.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO. Atlas da Notícia: Mapeando o jornalismo local no Brasil. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- JANES, Marcelus William; MARQUES, Maria Cristina da Costa. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 4, p. 1205-1215, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2013.v22n4/1205-1215/pt>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

KAPLÚN, Gabriel. La comunicación comunitária. **Anuario de Medios**, 2007. p. 311-320. Disponível em: <https://www.academia.edu/5235619/La_comunicaci%C3%B3n_comunitaria_en_Am%C3%A9rica_Latina>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

MALERBA, João Paulo. A comunicação comunitária no limite. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Orgs). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 151 – 166.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. O seqüestro da fala comunitária. **InterScience Place**, v. 1, n. 1, p. 1 – 9, 2006. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/3/2>. Acesso em: 12 abril 2020.

PERUZZO, Cícilia. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, 2000, p. 651 - 668. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/939>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave**, v. 11, n. 2, dez de 2008. p. 367-379. Disponível em: <<https://palavraclave.unisa-bana.edu.co/index.php/palavraclave/article/view/1503/1744>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

_____. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. in: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 1998. Versão ampliada. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2020.

_____. Rádios Comunitária no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. In: **Encontro Anual da Compós**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos. Representações sociais dos pobres e comunidades da cidade do Rio de Janeiro na TV: reflexões metodológicas. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Orgs). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 29 – 44.

SERRA, Paulo. Os riscos da comunicação na comunicação de riscos. In: **Colóquio Sociedade**, Comunicação e Risco. Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. Ponta da Delgada, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAMAYOR, Claudia; LAMAS, Ernesto. **Gestión de la radio comunitária y ciudadana**. Buenos Aires: Amarc-FES, 1998.

Desafíos para hacer radiocomunicación en tiempos de pandemia y aislamiento social — La participación como alternativa para construir una radio con todos y para todos

Desafios para realizar a comunicação via rádio em tempos de pandemia e isolamento social — Participação como alternativa para construir um rádio com todos e para todos

Challenges to radio communication in times of pandemic and social isolation — Participation as an alternative to build a radio with/for everyone

Maile Hernandez e María Teresa Caballero Rivacoba

Resumen

El artículo aborda los principios de la comunicación de riesgo adaptada a la radio, a partir de presupuestos teóricos participativos en medio del azote del virus Sars-CoV-2. Mediante el análisis de contenido cualitativo se examina el rediseño de la programación de la emisora provincial CMHW de Villa Clara (Cuba) durante el inicio de la propagación de la Covid-19, las temáticas regulares e incorporadas, las modalidades de participación de la audiencia y el desarrollo de la prealimentación por parte de los profesionales del medio, donde aún deben incluirse modelos horizontales de comunicación que hagan a los interlocutores ser parte de las rutinas productivas, a partir de las verdaderas necesidades comunicativas de los públicos a los que se dirigen. Finalmente se realiza una propuesta de principios de la comunicación de riesgo en radio durante situaciones de emergencia a partir de presupuestos participativos.

Palabras Clave

Radio; participación; pre-alimentación; comunicación de riesgo.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 13/07/2020
aceito em: 19/09/2020.

Como citar este texto:

HERNÁNDEZ, Mailé; RIVACOBÁ, María Teresa Caballero. Desafíos para hacer radiocomunicación en tiempos de pandemia y aislamiento social — La participación como alternativa para construir una radio con todos y para todos. *Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 56-88, mai./ago. 2020.

Sobre as autoras

Maile Hernandez

lanegrona26@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8255-600X>

Periodista por la Universidad Central Marta Abreu de las Villas. Directora de Programas de Radio de la emisora CMHW de Villa Clara. Máster en Bioética de la Universidad Católica de Valencia San Vicente Mártir (UCM) España. Aspirante del Doctorado Curricular Colaborativo del Centro de Estudios Comunitarios (CEC) de la Universidad Central Marta Abreu de Las Villas (2017-2021).

María Teresa Caballero Rivacoba

maria.caballero@reduc.edu.cu

<http://orcid.org/0000-0001-6851-003X>

Licenciada en Sociología por la Universidad de la Habana, con Máster en Desarrollo Regional y Población y Doctorado en Ciencias Sociológicas. Profesora Titular de la Universidad Ignacio Agramonte de Camagüey; Vicepresidente del Tribunal Nacional Permanente en Ciencias Sociológicas, invitada permanente de la Filial de la Academia de Ciencias de Cuba Camagüey-Ciego de Ávila. Secretaria Ejecutiva del Capítulo Camagüey de la Sociedad Económica de Amigos del País. Miembro fundador del Consejo Provincial de las Ciencias Sociales. Experta del Programa Territorial Medio Ambiente y Desarrollo Sostenibles. Especialista en salvaguarda social en el programa Fondo Verde del PNUD. Profesora de Maestrías en varias universidades mexicanas.

Abstract

The article addresses the principles of risk communication adapted to radio, based on participatory theoretical assumptions amid the scourge of the Sars-CoV-2. Through the qualitative content analysis, it's analyzed the redesign of the programming of the provincial station CMHW of Villa Clara (Cuba) during the beginning of the spread of Covid-19, the regular and incorporated themes, the participation modalities of the audience and the development of pre-feeding by media professionals, where horizontal communication models must still be included that make the interlocutors be part of the productive routines, based on the true communication needs of the audiences to whom they are addressed. Finally, a proposal of risk communication principles on radio is made during emergency situations based on participatory budgets.

Keywords: Radio; participation; pre-feeding; risk communication.

Resumo

O artigo aborda os princípios da comunicação de risco adaptados ao rádio, com base em pressupostos teóricos participativos em meio ao flagelo do vírus Sars-CoV-2. Por meio da análise de conteúdo qualitativa, é analisado o redesenho da programação da emissora provincial CMHW de Villa Clara (Cuba) durante o início da divulgação da Covid-19, os temas regulares e incorporados, as modalidades de participação do público e o desenvolvimento da pré-alimentação pelos profissionais da mídia, onde ainda devem ser incluídos modelos horizontais de comunicação que façam os interlocutores fazerem parte das rotinas produtivas, com base nas reais necessidades de comunicação dos públicos-alvo. Por fim, são propostos princípios de comunicação de risco no rádio em situações de emergência com base em orçamentos participativos.

Palavras chave: Rádio; participação; pré-alimentação; comunicação de risco.

1. Introducción

Ante el azote de la Covid-19 y el deceso de más de medio millón de muertos y 27 millones de contagios en todo el orbe (OMS, 2020), vuelve a ser la comunicación un lugar estratégico desde el cual pensar la sociedad (MARTÍN-BARBERO, 2003). La triada acceso-diálogo-participación (FREIRE, 1970; BELTRÁN, 2012; PASQUALI, 1990; GUMUCIO DRAGÓN, 2004; CALVELO, 2003; DIAZ-BORDENAVE, 1976; DOWNING, 2000; SERVAES, 2012) en los medios de comunicación y en especial la radio, potencia y refuerza los derechos, necesidades y recursos de los diferentes segmentos de públicos hacia los que se dirigen los productos comunicativos en tiempos de crisis.

La comunicación radial permite de manera rápida a modo de alerta, informar los estragos de fenómenos climatológicos, catástrofes, pandemias y crisis sanitaria. A través del oído, los que se sientan detrás de los micrófonos acompañan y hacen frente a los miedos individuales, las vulnerabilidades colectivas y la desesperanza propia de una

situación de riesgo. De hecho, "la simplicidad técnica de la radio permite una respuesta inmediata ante eventos y desastres naturales, pero también la confianza que los ciudadanos tienen en el medio como el más creíble, lo hacen una fuente ideal para lidiar con la crisis" (RODERO, 2020, p.2)

Por ello urge ante escenarios complejos el despliegue de protocolos de emergencia sin incidir en el sensacionalismo, donde se establezcan otros criterios de agenda informativa y de cobertura más adecuada. En estos contextos los medios deben articular el vínculo social, reproducir la solidaridad, buscar mayor organicidad y autorregulación social (SIERRA, 2016) con un sentido relacional y partir de acciones de orientación y acompañamiento, ya sea como previsión, prevención o soluciones (CONTRERAS, 2020).

En este sentido la comunicación de riesgo o de crisis como también se le ha llamado establece normas para no acrecentar la desinformación que se genera en estados de emergencia global (ejemplo el nuevo coronavirus). Dichos procedimientos constituyen referente para los medios tradicionales "preferidos por los ciudadanos antes que las redes sociales en situaciones críticas, para informarse de asuntos relevantes porque les ofrecen más confianza y garantías de credibilidad" (CASERO-RIPOLLÉS, 2020, p. 5). Ello motivó compilar desde la teoría reciente cuáles son las maneras de hacer radio participativa en tiempos de pandemia.

De este primer acercamiento teórico se deriva el análisis de la programación de la emisora CMHW de Villa Clara, al centro de Cuba, que adaptó rápidamente su propuesta informativa al inicio de los primeros casos de la Covid-19 en el país el pasado 11 de marzo de este 2020.

Una revisión que busca sobre todo dejar pautas para revalorizar el trabajo periodístico durante la pandemia, de acuerdo a las necesidades de los oyentes en un rescate de conceptos como la pre-alimentación, que para Raúl Rodríguez (2020) debe caracterizar las tres etapas más importantes de la comunicación en estado de emergencia: prevención y reducción del riesgo del desastre; preparación, respuesta y rehabilitación durante la crisis; y reconstrucción social y emocional de la población afectada.

Se trata sobre todo de evaluar si el cambio operado en la emisora en estudio se corresponde con los principios de radio participativa, a partir del análisis de los géneros periodísticos empleados, los temas abordados, las finalidades que motivan a los radioescuchas a opinar y, sobre todo, los principios que deben guiar a futuros profesionales a construir medios para hablar, y no medios para decir.

Hacer radio en tiempos de crisis

Como esos vehículos todo terreno, para toda situación (LÓPEZ-VIGIL, 2000), el medio radial despliega sus ondas hacia millones de hogares, que acceden sin costo alguno a la señal amplificada a través de modalidades cada vez más atractivas que promueven el consumo individual: radios receptores, MP4, tablets, celulares, laptops, ordenadores, etc.

La labor de los profesionales de la palabra en todo el mundo compite con la multiplicidad de soportes y formatos comunicativos.

Vivimos hoy un colapso tecnológico, sobresaturación y bloqueo que amenaza la reproducción cultural. La reflexión sobre la relación sistema informativo y su entorno brillan por su ausencia. En juego están no sólo los límites del crecimiento del sistema de información, sino sobre todo el futuro de la vida en común y las propias bases culturales que la hacen posible, pues la actual dinámica obstruye los procesos de reproducción y socialización del individuo. De ahí la necesidad de vindicar la comunicación sobria, equilibrada y sostenible (SIERRA, 2019).

Lo anterior no es sinónimo de variedad informativa y bombardeo noticioso, que falsamente supone para muchos estar actualizados, pues "nunca tantos han sido tan in-comunicados por tan pocos. Cada vez son más los que tienen el derecho de escuchar y de mirar, pero cada vez son menos los que tienen el privilegio de informar, opinar y crear" (GALEANO, 2009). Esta descripción retrata la pérdida de espacios participativos y de reconocimiento de la audiencia como protagonista (CABALLERO y YORDI, 2012).

Si bien la radio propicia la información rápida y veraz, sus propuestas inciden y sostienen las transformaciones del tejido colectivo, la reorganización de las formas del habitar, del trabajar y del jugar, mientras se inserta de manera sutil para acompañar en disímiles escenarios y situaciones cotidianas. Los medios y en especial los formatos radiofónicos han permitido que los oyentes experimenten acontecimientos, conozcan de la vida de otros, aprendan de muchos, más allá de la esfera de los encuentros cotidianos (SIERRA, 2016).

En ello radica su principal compromiso, y para lograrlo cada uno de los temas de la agenda pública desarrollados en la radio en tiempos de crisis, deben ser cuidadosamente valorados a partir del estudio del contexto socio-económico y político que vive cada lugar. De manera que emisores y oyentes convivan informados y educados, sin provocar miedo, caos o pánico (SANTOS, 2020; LIANG et al., 2020; AHMED et al., 2020) por un inadecuado e innecesario ejercicio de sugestión o sobresaturación informativa.

Según Forero y Céspedes (2018, p. 19), la unisensorialidad del medio "causa fatiga rápidamente y las audiencias están en peligro de distracción", por lo que repensar constantemente las dinámicas de producción de la radio sincrónica y diacrónica (HAYE, 2011) aminora la "crisis creativa" (RODERO, 2005, p. 138) que amenaza las probabilidades de escucha y estimula una radio que evoque los imaginarios, que mantenga la sorpresa, la ilusión y la cercanía.

En el caso de la radio analógica, por los bajos costos de transmisión, se generan contenidos durante las 24 horas que además de estar actualizados, contribuyen a orientar, asignar tareas y tranquilizar a los oyentes. (URBINA-MEDINA, 2016; OPS, 2011a, p. 4). Los periodistas, locutores, directores y fuentes "no deben prometer ninguna información a la audiencia si no la pueden obtener en el lapso estipulado" (OPS, 2011b, p. 14)

Un mal manejo periodístico desencadena la exagerada previsión y las posturas de excesiva confianza, estas últimas generalmente en sectores de extrema pobreza, que por sí mismos, no tienen las condiciones para su protección y entonces, ilusoriamente, o con resignación, minimizan el problema. (CONTRERAS, 2020, p. 1).

Ante estas deficiencias la autorregulación interna de las prácticas informativas en cada medio de prensa y los mecanismos de defensa frente a la información inadecuada, como las defensorías de las audiencias o la tutela ética de los colegios profesionales resurgen como emergentes contra las rutinas mediáticas dominantes de los grandes oligopolios comunicativos (RODRÍGUEZ, 2020).

En un reciente estudio sobre el consumo de la radio en España en tiempos de pandemia, Emma Rodero (2020) destaca que los oyentes presentan quejas por el exceso de información sobre la Covid-19. Según la autora los radioescuchas abogan por menos charlas sobre el coronavirus, con informaciones breves y no repetidas todo el día, para poder lidiar con otros temas, por ejemplo, cómo distraerse en cuarentena.

Así mismo destacan el no hablar de la parte negativa y el resaltar mucho más lo positivo. Demandan la información clara, con variedad de fuentes, el ser menos alarmistas e investigar mucho más sobre la Covid-19, en cuanto a los aspectos médicos y psicológicos. (RODERO, 2020, p. 3).

La autora concluye que la radio juega un importante rol en tiempos de pandemia para los que fielmente lo siguen. Por ser el más cercano a la audiencia, y el que más estimula la imaginación continúa siendo el medio más confiable, imparcial y justo (RODERO, 2020, p. 10). Las ventajas de la radio en este aspecto viabilizan la toma de decisiones: la rapidez del mensaje, la inmediatez, la sensibilización, la posibilidad de emocionar y llegar

a cualquier estrato social, la reiteración y la sensación de compañía. Aunque muchas veces sólo sea telón de fondo para otras actividades.

Para evitar las fake news o noticias falsas se recomienda a los radioescuchas el acceso a fuentes de información diversas y tener en cuenta “indicadores de importancia y calidad de su contenido” (CUAN-BALTAZAR et al., 2020; ROETZEL, 2019). Ello puede frenar las bromas, las falsas aseveraciones, los rumores que sin dudas no ayudan a concienciar y a adoptar aptitudes comprometidas y de respeto al otro frente a una enfermedad altamente contagiosa y de creciente letalidad (OMS, 2020).

La idea es pasar de la actitud “de denuncia” a la preventiva sin generar caos en la población afectada en un momento de desastre (FEIJOO, 2008, OPS, 2011a), pues una información distorsionada, equivocada o mal intencionada, puede destruir a terceras personas que carecen de recursos para defenderse. En estos casos, cuando hay desconfianza en los medios, es difícil que los procesos sociales contribuyan a una reproducción equilibrada (SIERRA, 2016).

La comunicación de riesgos en radio desde la participación

Los conceptos de comunicación de crisis y comunicación de riesgos, aunque se utilizan indistintamente no significan lo mismo (MORENO et al., 2020). La primera “crea conciencia sobre la naturaleza, la magnitud y la importancia de los riesgos con la esperanza de reducir la probabilidad de una crisis a largo plazo (SHEPARD; JANOSKE; LIU, 2012) y la segunda implica el envío y recepción de mensajes para prevenir o atenuar los resultados negativos de una crisis (COOMBS, 1995).

Según Moreno et al. (2020), los expertos en comunicación de riesgos y crisis concuerdan en el necesario monitoreo de las necesidades y expectativas de los grupos de ciudadanos, mejorando la confianza y ofreciendo información oportuna, precisa, específica, suficiente, consistente y comprensible (LAAJALAHTI; HYVARINEN; VOS, 2016).

Recientemente la OMS (2018, p. 4) define la comunicación de riesgos en emergencias (CRE) como:

[...] una intervención realizada antes (como parte de las actividades de preparación), durante y después (en apoyo de las intervenciones de recuperación) de una emergencia con el fin de asegurar que todas las personas en situación de riesgo puedan adoptar decisiones fundamentadas para protegerse a sí mismas, así como a sus familias y comunidades, contra las amenazas para su supervivencia, su salud y su bienestar.

Sin embargo, más allá de concebir el acto comunicativo como intervención desde

afuera que genere una comunicación eficiente y bien coordinada que ayude a las partes interesadas “a definir riesgos, identificar peligros, evaluar debilidades y promover la resiliencia de la comunidad, aumentando así la capacidad para hacer frente a las dificultades” (MORENO et al., 2020, p. 3), se reconoce el análisis desde la participación como premisa fundamental de la comunicación de riesgo, que establece la Organización Panamericana de la Salud (OPS) en 2011, en la “Guía para la elaboración de la estrategia de comunicación de riesgo. De la teoría a la acción”.

En este documento se concibe la comunicación de riesgo como un componente fundamental de la gestión del riesgo...

[...] entendida como el proceso de toma de decisiones que tiene en consideración los factores políticos, sociales y económicos, que analiza el riesgo como un peligro potencial a fin de formular, estudiar y comparar opciones de control con miras a seleccionar la mejor respuesta para la seguridad de la población ante un peligro probable [...]. Asigna una gran importancia al diálogo con las poblaciones afectadas y con el público interesado, para brindarles la información necesaria, que les permita tomar las mejores decisiones posibles durante una emergencia o desastre con impacto en la salud pública. (OPS, 2011b, p. 3-4).

El involucramiento activo de todos estos actores sociales constituye un referente para el logro del éxito de la participación en las de fases de preparación, respuesta, control, recuperación y evaluación de una emergencia, en este caso la Covid-19, a través de la radio. Sin dudas, contribuye a la apropiación como proceso de comprensión y auto comprensión, que en su naturaleza hermenéutica como asegura Thompson (1998): “consiste en tomar su contenido significativo y hacerlo propio”. Cuando nos apropiamos de un mensaje lo adaptamos a nuestras vidas y a los contextos en los que vivimos” (THOMPSON, 1998, p. 66).

La participación en radio permitiría a los oyentes el ser parte, tener parte y tomar parte en la programación que recibe. Reconduce el histórico modelo mecanicista administrativo de la comunicación que describe una linealidad omnipotente emisor receptor y restablece las relaciones simétricas entre los actores que intervienen en el proceso comunicativo. Para lograr la horizontalidad en comunicación se contempla al receptor como sujeto esencial del modelo, capaz de apropiarse, negociar o rechazar los contenidos recibidos (OROZCO, 1997, p. 28). En un proceso más amplio que implica “el protagonismo compartido” en la toma de decisiones (CABALLERO, 2012, p. 79)...

El micrófono facilita la participación porque intimida menos que la cámara. Garantiza más el anonimato y la discreción a los que tienen miedo de la plaza pública. Finalmen-

te, la radio integra mejor a las técnicas complementarias tales como el teléfono o el magnetofón portátil. (LHOEST, 1974, p. 358).

Si bien el medio radial permanece activo en la reinención de las formas en que dialoga con su audiencia, que encuentra en los nuevos lenguajes y soportes tecnológicos otras maneras de construir y consolidar su escucha (MARTINEZ-COSTA Y PRATA, 2017, p. 109-128), afianza un nuevo servicio de individualización comunicativa, que origina otra forma de consumo de contenidos, identificada como *mass self communication* (CASTELLS, 2001).

Y aunque su versión analógica se modifica a partir del desarrollo paulatino de la radio on-line y la imparable cantidad de oyentes que muestran a través de las redes (blogs, SMS, correo electrónico, chats, podcasts) el surgimiento de una generación de prosumidores altamente capacitados, es necesario no decantar a las personas que en este mundo desigual sólo tienen acceso al aparato receptor tradicional. Lo que demuestra que los medios no cambian ni desaparecen con la llegada de otros, sólo se modifican las herramientas de visibilidad y consumo.

La convivencia en la actualidad de dos modelos principales en la generación de contenidos radiales, muestran, por un lado: una sociedad concebida como poder, donde predomina el monólogo, y otra construida como comunidad democrática, al servicio de las mayorías. "La participación constituye la culminación de la comunicación horizontal, porque sin oportunidades similares para todas las personas de emitir los mensajes el proceso permanecería gobernado por la minoría" (BELTRÁN, 2012, p.23).

La prealimentación como condicionante de la participación en radio

Como condicionante de la participación en radio se posiciona la prealimentación (KAPLÚN, M., 2012) a través del diálogo (FREIRE, 1970) en un escenario donde "no se trata de crear una necesidad para la información que se disemina, sino donde más bien se disemina información para la cual existe una necesidad" (SÁNCHEZ et al, 2020, p. 60).

El concepto de "prealimentación" o "feed-forward" del educador argentino-uruguayo Mario Kaplún (1922-1998), propuesto a finales de los 70, definido como "la búsqueda inicial que hacemos entre los destinatarios de los medios de comunicación para que nuestros mensajes los representen y reflejen" (1998, p. 78-79) "sitúa al destinatario de manera activa, a la vanguardia del proceso, a diferencia del modelo clásico, que se legitima en una hipotética e imprecisa retroalimentación o feedback, al servicio del control y la manipulación de los mensajes por parte del emisor" (BARRANQUERO, 2010, p. 5).

El comunicador basa su labor en el respeto y en una toma de conciencia profunda del otro en tanto sujeto pleno de diálogo¹. "El profesional de la información tiene en su contenido recoger las experiencias de los destinatarios, seleccionarlas, ordenarlas, organizarlas y así estructuradas, devolvérselas, de tal modo que ellos puedan hacerlas conscientes, analizarlas y reflexionarlas" (KAPLÚN, M., 1998, p. 79).

La empatía en este proceso previo a la comunicación, permite ponerse en la piel del otro, de sentir como él, de pensar como él (KAPLÚN, M., 2016). "Habilidad innata, adquirida a partir del aprendizaje, de escuchar al otro y de adoptar su punto de vista con respecto a un problema, independientemente de concordar con él o no" (BARRANQUERO, 2010, p. 5).

En este sentido Alejandro Barranquero (2010, p.6) aclara que "se trata de aproximarnos al otro para conocerlo íntimamente. Pero sintonizar con el oyente no entraña únicamente entender sus características personales o sus lenguajes y códigos propios, y repetirlos deliberadamente sino, sobre todo, profundizar en las condiciones y contextos históricos en los que se da su interlocución. Lo anterior revitaliza una radio con todos y para todos (HERNÁNDEZ, 2016) que mediante sus propuestas inclusivas propiciaría el reconocimiento y la contención de los oyentes como "sujetos sociales" (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 224) y no meros agentes pasivos.

Sin embargo, la urgencia de producir para llenar espacios, y en el caso de la radio el dinamismo de las rutinas productivas, justifica que se proponga/imponga muchas veces "una agenda que descubre un patrón de conductas, valores y creencias, de lo que los emisores quieren que sea la sociedad y la conducta de la gente. Queda así su función educativa, que pudiera ser muy importante, soslayada a una función dirigida a subordinar el pensamiento" (FEO-ACEVEDO y FEO-ISTÚRIZ, 2013, p. 85), alejado de las formas creativas propias de cada actor de la comunicación.

Metodología

La CMHW, emisora provincial de radio de la provincia² de Villa Clara, ubicada al centro de Cuba, ha estado presente en cada una de las fases informativas de la COVID-19. Acompaña con indagación oportuna y rápida a la audiencia, lo que determina que sea el medio de mayor audiencia en la provincia, a partir del amplio nivel de confiabilidad de-

¹ La obra del comunicador se sitúa dentro de la tradición dialógica de la filosofía y la reflexión sobre el encuentro con la otredad, promovida por Karl Otto Apel (1985), Martin Buber (1993), Emmanuel Lévinas (1977) y Jürgen Habermas (1988)

² Estudio de audiencia realizado por el Grupo Metodológico de la CMHW entre 2018-2019.

sarrollado durante 87 años de trabajo. De ahí que su alcance y profesionalidad motive el estudio durante el inicio de la pandemia.

Al tener la CMHW, Reina Radial del Centro, altos grados de escucha en un territorio con más de 784 mil habitantes³, las funciones de educar, informar y concienciar pueden ser más efectivas en tanto se evalúan las principales rutinas productivas y las mejores maneras de hacer un periodismo ético y responsable, que debe ser aún más sabio y de servicio público en tiempos de crisis.

El estudio correspondiente se realiza desde el 11 de marzo hasta el 3 de julio de 2020 (marca el inicio de la Covid-19 en Villa Clara) y se basó en la recolección de una muestra intencional por criterio de 154 programas (todos los programas del período), en los cuales se detectaron un total de 5 mil 205 trabajos periodísticos (cifra que permitió clasificar los géneros utilizados) en los 6 programas principales que absorbieron el mayor peso de la parrilla informativa al inicio de la Covid-19 en Cuba (Noticiero En el Centro, Noticiero Matutino Patria, Radio Revista W, y las tres revistas especiales que sin nombre específico asumieron la programación entre las 12 del día y las 12 de la noche dedicadas a la información sobre el coronavirus).

En las 154 emisiones analizadas de los 6 programas se evaluó:

- el rediseño de la programación que asumió la emisora CMHW en estado de emergencia (características)
- las temáticas regulares e incorporadas a la agenda mediática, aquellos temas que se abordan de manera cotidiana (regulares) y los que se añadieron a partir de la aparición del nuevo coronavirus (incorporados)
 - los géneros periodísticos que se radiaron durante el período
 - las modalidades de participación presentes, teniendo en cuenta la clasificación de Susana Herrera Damas (2003, p. 145-166).

Indicadores según el contenido:

- i. Finalidad de las intervenciones (expresar opinión, rectificar información, aportar información, relatar caso propio o ajeno, consultar una información, denunciar hecho o situación, desahogarse, pedir información, concursar)
- ii. Técnica de producción:

3 Consultar el sitio web: <http://poblacion.population.city/cuba/adm/villa-clara/>

- Utilización de códigos lingüísticos: Códigos lingüísticos escritos (Participación por escrito a través de cartas, o SMS o correo electrónico) y Códigos orales (Participación voz del oyente).

Desde una perspectiva cualitativa, se recurre al análisis de contenido como método principal de investigación, ya que permite revelar aquellos aspectos latentes que permanecen ocultos en cada mensaje. En este caso el análisis descriptivo garantiza caracterizar el contenido de los programas a partir de la definición de categorías que avalan la operación (PIÑUEL, 2002) junto a la observación participante que permitió el análisis de la prealimentación, entendida como la búsqueda de información inicial en los oyentes, en aras de conocer las verdaderas necesidades y aspiraciones de la audiencia. El análisis culmina con la propuesta de principios de la comunicación de riesgo en radio en situaciones de emergencia a partir de presupuestos participativos.

Estudio de caso de la emisora CMHW en el tratamiento periodístico de la Covid-19 – Resultados: La Covid-19 y su impacto en la radio cubana

La Covid-19, como confirman a diario las cifras y las autoridades, sigue diezmando comunidades y poniendo en jaque a las economías, obligadas a ralentizar inversiones, desacelerar crecimientos y modificar o detener actividades productivas en todo el mundo.

En Cuba, ante el avance del nuevo coronavirus, se han priorizado actividades fundamentales que permiten, por un lado, respaldar las necesidades básicas de la población y, por otro, hacerle frente a la enfermedad.

El papel del sistema de la radio cubana ha sido vital en el enfrentamiento y el fomento de la percepción del riesgo. En este escenario el director general de la Radio Cubana, Onelio Castillo Corderí (2020), al intervenir en el programa televisivo de la Mesa Redonda que se trasmite diariamente en la televisión cubana, manifestó que “uno de los asuntos que tipifican toda la labor de la Radio durante la etapa de enfrentamiento y control de la Covid-19 ha sido la vitalidad y unidad del sistema con sus 100 emisoras, desde Radio Habana Cuba, como estación de Onda Corta con un inestimable servicio de información hacia el exterior, hasta las 74 emisoras municipales, que son por antonomasia las que tienen una mayor vocación comunitaria dentro del sistema”.

Eso se sintetiza, aclaró, “en los 2,1 millones de trabajos y de acciones comunicativas realizadas a lo largo y ancho de todo el país, con un crecimiento creativo de los modos

de hacer con transformaciones numerosísimas en cada una de las emisoras cubanas” (CASTILLO-CORDERÍ, 2020).

Al referirse a la interacción emisor-receptor, aseguró que las opiniones –respetuosas, certeras y sensatas– de la audiencia han contribuido sin lugar a dudas “a que nosotros hayamos modificado e introducido muchas temáticas que son muy importantes” (CASTILLO-CORDERÍ, 2020).

En tal sentido, destacó el directivo los sondeos de audiencia realizados en todas las provincias –con más de tres mil encuestados– que han referido un grupo de demandas que constituyen las peticiones para la próxima etapa y que se mantendrán como líneas de trabajo.

Onelio Castillo Corderí (2020) mencionó entre las demandas más solicitadas de acuerdo al sondeo nacional realizado:

<p>1-Mayor presencia de psicólogos, epidemiólogos y otros especialistas de salud en los programas radiales, así como directivos de los distintos sectores y las autoridades del Partido Comunista de Cuba y el Gobierno.</p>	<p>Evidencia la necesidad de criterios de experto en situaciones de crisis sanitaria, lo que contribuye a aclarar dudas, evitar rumores y falsas alarmas.</p>
<p>2-Mayor presencia de programas en vivo que refrescan la parrilla radial. Se requieren programas dinámicos, de mayor duración, que contengan boletines de noticias, entrada de periodistas en directo, transmisión de trabajos periodísticos y buena música.</p>	<p>En tiempos de cuarentena las personas ansían sentirse acompañadas y actualizadas, lo que se logra a partir de propuestas que con inmediatez ofrezcan noticias de última hora, la apreciación de invitados al estudio radial y el diálogo esclarecedor entre emisores y receptores.</p>
<p>3-No eliminar el encadenamiento de emisoras nacionales y provinciales. Proseguir con el espacio “Todos por Cuba” e incrementar la información sobre el enfrentamiento a las indisciplinas e ilegalidades en el país.</p>	<p>Lo que permite disfrutar de la programación de otros territorios y conocer qué medidas se toman para evitar los coleros, revendedores y acaparadores de productos que escasean por el azote de la Covid-19.</p>

Desde el 11 de marzo de 2020, cuando Cuba recibía a los dos primeros italianos contagiados por el virus Sar-CoV-2, comenzó la primera fase de comunicación donde se dio a conocer en el sistema de la radio cubana los casos afectados producto de su importación por quienes estuvieron en países ya contaminados, la segunda fase estuvo

caracterizada por la transmisión local de la Covid-19, es decir desde los afectados hacia sus entornos compuestos por las personas con los que mantuvieron contacto y la tercera fase, producto de que la enfermedad explota y se expande, con la transmisión comunitaria, caracterizada por el contagio a través del ambiente a quienes se expongan especialmente a lugares de alta concentración de personas.

Finalmente, en el país se pasó a la fase de recuperación, sin llegar a la transmisión sostenida, momento del contagio que escapa a las medidas de control, como ha sucedido en numerosos países: Estados Unidos (la nación de mayor número de contagios con 6, 3 millones y más fallecidos del mundo, con 191 mil decesos, hasta la conclusión de este texto), seguido de India y Brasil, que superaban los 4 millones de casos y acumulaban más de 75 mil y 128 mil muertes respectivamente⁴.

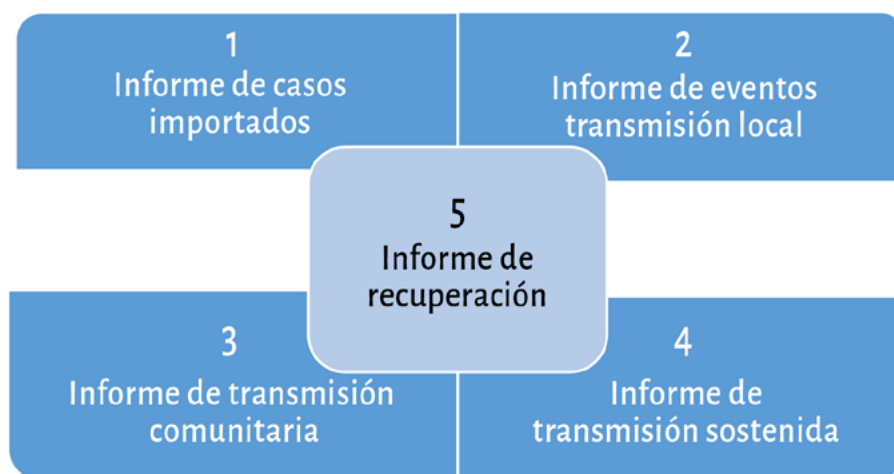


Gráfico 1. Fuente: Elaboración propia a partir de los datos ofrecidos por la OMS (2020) y OPS (2011b).

Rediseño de los programas en CMHW

La emisora CMHW, como las demás del país, se hizo eco de las medidas adoptadas por el presidente cubano Miguel Díaz-Canel Bermúdez, quien en la reciente Cumbre de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sobre la Covid-19 (2020)⁵ explicó que en medio de la asfixiante guerra económica el gobierno ha incrementado acciones para la protección de la salud de todo el pueblo, el mantenimiento del empleo y la defensa de las garantías y derechos laborales para todos.

4 Para mayor información consultar el sitio web: <https://www.rtve.es/noticias/20200910/mapa-mundial-del-coronavirus/1998143.shtml>

5 Consultar el sitio web: <http://www.radioreloj.cu/en-portada/cuba-enfrenta-la-pandemia-a-pesar-del-bloqueo/>.

El sistema de la radio cubana ha difundido durante este tiempo las acciones desarrolladas que contemplan 36 medidas de carácter laboral, salarial y de seguridad social; el crecimiento del trabajo a distancia y el teletrabajo, y la ampliación de las garantías salariales a trabajadores al cuidado de hijos menores, adultos mayores y personas en condiciones de fragilidad. En Cuba nadie quedó desamparado, afirmó el mandatario⁶, y aseguró que existen condiciones para iniciar los procesos de recuperación y el camino hacia la nueva normalidad.

El sistema de reuniones diarias del Consejo de Defensa Provincial protagonizado por las máximas autoridades del Partido Comunista de Cuba y la Asamblea Provincial del Poder Popular en el territorio villaclareño se ha mantenido como referente de análisis de la situación local, y ha tenido gran visibilidad en las ondas radiales, así como en el trabajo de la página web de la CMHW y en las redes sociales, en este caso Facebook y Twitter. Ello constituye aún una desventaja pues no se inserta la emisora en canales de YouTube, Instagram o Telegram, plataformas hoy de alto consumo de contenidos mediáticos, que permitirían mayor posicionamiento en los buscadores globales.

De acuerdo a la evaluación realizada sobre la labor de la emisora por la Dirección Provincial de la Radio en Villa Clara, presidida por Alexander Jiménez Díaz, se constató que como parte de una estrategia integral en el combate contra el nuevo Coronavirus, el Sistema de la Radio en el territorio villaclareño reformuló su parrilla de programación y adecuó sus rutinas productivas al complejo panorama sanitario que aún se mantiene.

A tono con la situación, en las tres emisoras de 24 horas (CMHW, Radio Sagua y Radio Caibarién) se crearon tres grandes revistas diarias, con el fin de ofrecer información de manera continua, y –a la vez– resguardar la salud de los trabajadores que están frente a los micrófonos y las consolas; siempre con momentos para el entretenimiento, la música y la programación dramatizada.

En la emisora CMHW –por ejemplo– se pusieron en bocina revistas informativas en vivo, boletines con mayor tiempo y un noticiero de carácter provincial al mediodía con amplia presencia de reporteros, corresponsales en los municipios y periodistas desde el Móvil de Radioperiodismo, para informar sobre el acontecer de la ciudad de Santa Clara, que por momentos tuvo el mayor número de casos positivos a la Covid-19 en el territorio. El noticiero En El Centro (6PM), de carácter provincial, se llevó a una hora de duración.

6 Consultar el sitio web: <https://www.cubaperiodistas.cu/index.php/2020/07/miguel-diaz-canel-en-cuba-nadie-quedo-desamparado/>.

Destacan además entre los informativos Patria (noticiero matutino 6AM), y Radio Revista W (a partir de las 7:30AM).

Los nuevos espacios (tres revistas especiales) mantienen un formato parecido, (locutor que habla, periodistas que aportan información en vivo o en grabaciones, noticias de boletines), ofrecen charlas educativas, aportan noticias del quehacer internacional, nacional y provincial, pinceladas culturales, sucesos y fechas históricas, aniversarios, noticias deportivas, científicas, junto a cuñas radiales de servicio público (0.30 segundos o menos) (LÓPEZ-VIGIL, 2000) que abogan por mantener la positividad, la protección y las medidas higiénicas-sanitarias.

De igual manera se prioriza en la publicidad de servicio público el necesario ahorro energético como principal tarea colectiva en la nación ante el brutal bloqueo estadounidense y las dificultades que impone Estados Unidos para la llegada de combustible al país.

Desde marzo, por orientación del Grupo de Trabajo Político Ideológico (GTPI) del Consejo de Defensa Provincial, se hicieron transmisiones especiales vinculadas a efemérides nacionales. Entre ellas el 4 de abril (aniversario de la creación de la Organización de Pioneros José Martí (OPJM) y la Unión de Jóvenes Comunistas (UJC), el Primero de Mayo (Día Internacional de los Trabajadores), y fue de gran impacto la emisión en vivo del noticiero Patria, desde la escuela regional Marta Abreu, donde se alojaron los abuelos del hogar de ancianos # 3 de Santa Clara. A ese evento de transmisión local de la Covid-19, al ocurrido en el Poligráfico Enrique Nuñez Rodríguez de la ciudad, y al brote reportado en el poblado de Castaño, en el municipio de Ranchuelo, se le brindó cobertura especial por parte de nuestros periodistas, con partes actualizados e historias de vida que reflejaron el quehacer y la eficacia del sistema de salud cubano.

Por otra parte, un equipo de periodistas en las dos zonas en cuarentena del municipio de Camajuaní; participaron en la creación de una radiobase local que –empleando un transmisor de FM de CMHW puso en antena una radiorevista informativa con asuntos de interés para la localidad y los residentes en las áreas en cuarentena.

En esta etapa resultó loable la retroalimentación con los oyentes a través de la página web, las redes sociales y la vía telefónica, tanto digital como fija. El sitio web ha visto duplicada la cantidad de visitas y de comentarios de internautas, por día. Se incrementó el destaque y jerarquización del tema en portada al contar con otro espacio de máxima visibilidad (banner) y añadir otro material destacado en la propia portada. Resaltan la inmediatez en la cobertura, el uso de recursos multimedia con prioridad para el audio,

la cobertura en tiempo real, en todos los formatos, a sesiones del Consejo de Defensa Provincial, conferencias diarias del Ministerio de Salud y Mesas Redondas, así como a revistas especiales transmitidas por la radio y la televisión en Villa Clara, recorridos por zonas en cuarentena, entre otros.

La radio villaclareña es una de las “provincias medallistas” gracias a la presencia de sus periodistas en el programa Todos por Cuba, que se transmite en Cadena Nacional de Radio en la mañana y la tarde, en Haciendo Radio y el Noticiero Nacional de Radio.

Unidos a la UNEAC villaclareña, la emisora CMHW transmitió una iniciativa de la filial de literatura, Gente de Pico Fino, mediante la cual, escritores y poetas, leen narraciones nacidas al calor de estos días de Covid-19 través de la radio.

Modalidades de participación de la audiencia

En cada uno de estos programas informativos la presencia de entrevistados, periodistas, especialistas, autoridades y profesionales de las ciencias detallaron la situación de Villa Clara. Sin embargo, el diálogo abierto con la población sólo ocurrió en el espacio Alta Tensión, cada sábado de 4 a 6 de la tarde. Horario en el que todos se preparan para un gran debate en busca de soluciones a problemas sensibles que afectan a los ciudadanos. Importante en esta etapa fue la intervención directa en el estudio de funcionarios y directivos del Consejo de Defensa Provincial, quienes respondieron a inquietudes y aclararon dudas de la población sobre los más disímiles ámbitos del acontecer provincial.

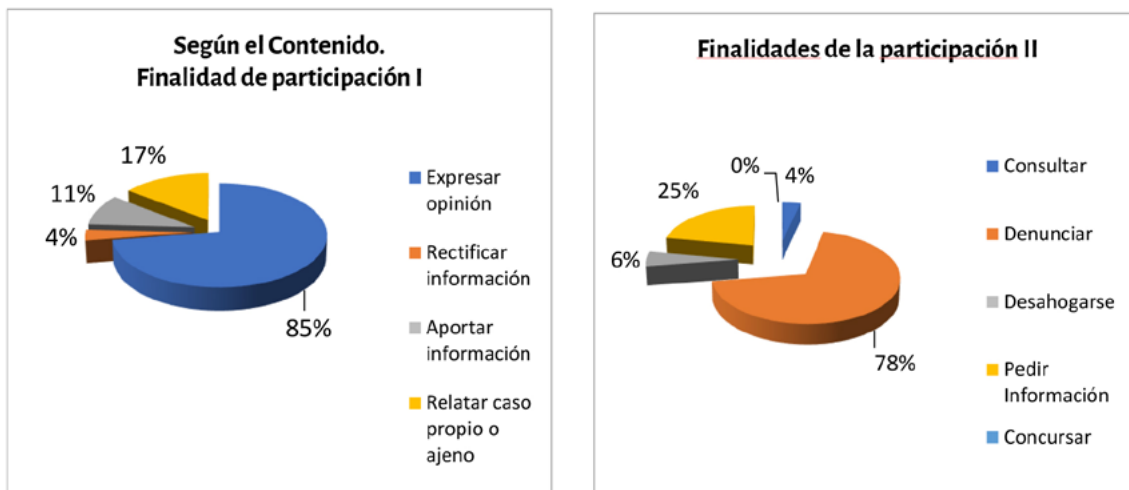
De todos los programas analizados (seis), Alta Tensión es el único que presenta modalidades de participación ciudadana, pues favorece las opiniones y peticiones de los oyentes que se colocan al aire de manera diferida, grabados previamente y no en tiempo real, que suman en el período analizado un total de 4 mil 551 intervenciones. Lo que demuestra que existen mediaciones que arbitran la participación, en este caso las tecnológicas y la subjetividad del director y el grabador, quienes determinan cuáles opiniones salen al aire o no.

Una práctica justificada, según asegura Abel Falcón (2020), periodista y locutor del programa, pues impide que salgan opiniones que no se relacionan con el tema tratado y evita las vulgaridades y ofensas⁷.

Según el contenido, la finalidad de las intervenciones analizadas (4 mil 551) tienen como objetivo: expresar opinión (85%), rectificar información (4%), aportar información

7 Entrevista realizada al periodista Abel Falcón Curí, locutor del espacio Alta Tensión, el 21 de septiembre de 2019.

(11%), relatar caso propio o ajeno (17%), consultar una información (4%), denunciar hecho o situación (78%), desahogarse (4%), pedir información (25%), concursar (0%).



Gráficos 2 y 3. Fuente: Elaboracion propia a partir de la clasificacion de Susana Herrera (2003, p.145-166).

Dichos indicadores calculados en por ciento de acuerdo a la finalidad de cada intervención revelan que el mayor número de oyentes participa para expresar su opinión (85%) y denunciar lo mal hecho (78%), pues la posibilidad de hablar y ser escuchados los motiva cada sábado.

Las principales opiniones en este sentido versaron sobre el abastecimiento de recursos materiales de primera necesidad y alimentos hacia los diferentes municipios de Villa Clara, la efectividad y los problemas asociados a las páginas digitales de venta de productos alimenticios y de aseo personal (www.tuenvio.com), que se implementaron en el país como medida alternativa para favorecer el comercio electrónico y la entrega a domicilio.

De gran interés fueron también los relatos de casos propios o ajenos (17%) asociados a las condiciones de vida de la población y los grupos de edades de riesgo (cantidad de personas de la tercera edad que reciben servicios de mensajería a domicilio en las comunidades), las denuncias (78%) ante ilegalidades y malversación, los servicios de la compañía telefónica ETECSA y sus ofertas que terminan muy pronto sin explicación, la necesidad de obtener (pedir) información (25%) sobre la distribución de productos de aseo, las medidas de protección y aseguramiento al comercio, la distribución de hipoclorito de sodio en disímiles puntos de la geografía villaclareña, en menor medida consultar

(4%) las medidas de contención de las fronteras interprovinciales para impedir la entrada y salida de personas, y en sentido general aportar información (11%) sobre la detección de vulnerabilidades sociales que posibilitaron a los decisores tomar decisiones y proyectar soluciones a corto y a largo plazo.

En ningún momento se aprecia el concurso como finalidad, ya que las emisiones correspondientes a este espacio (Alta Tensión) sólo abordan temas de interés social, sin recaer en solicitudes de entretenimiento, como pedir felicitaciones al público, o premiar con números musicales al que responda primero las preguntas, modalidad que predomina en espacios como El Ritmo de la Noche (toda la madrugada) que propicia los juegos de participación.

En cuanto a la técnica de producción, y la utilización de códigos lingüísticos: se obtuvo que los oyentes se comunican a través de códigos lingüísticos escritos vía correo electrónico (49%), SMS (58%) y cartas (15%), mientras la voz de los radioescuchas (códigos orales) llega mediante la vía telefónica (73%) y las entrevistas en la calle grabadas (46%) con antelación que permiten la problematización y la reflexión sobre temas puntuales relacionados a la Covid-19 y el funcionamiento de los servicios en la provincia.

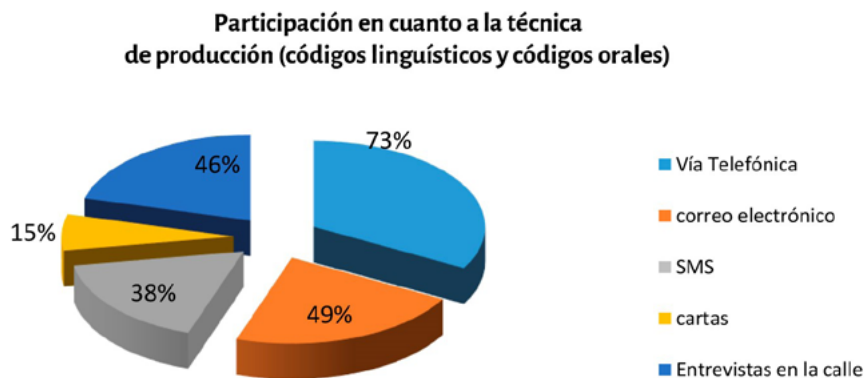


Gráfico 4. Fuente: Elaboración propia.

Las vías técnicas para participar demuestran que existe un predominio a las llamadas telefónicas (73%) para expresar una opinión, denunciar algún suceso, aclarar dudas y pedir información sobre el tema tratado, se incrementa el uso de la modalidad de mensajería vía celular (SMS) (38%) a propósito del crecimiento del acceso a estos dispositi-

tivos por parte de la población santaclareña⁸, mientras que la correspondencia (15%) mediante el acuse de recibo, aunque resulta una vía segura para llegar al medio radial, no prevalece entre las formas preferidas para emitir puntos de vista.

Otras maneras de escuchar las opiniones de los ciudadanos resultan las entrevistas grabadas antes de salir el programa, realizadas por el periodista Abel Falcón, que se dividen en bloques de 5 o 6 minutos en forma de resumen, con un extracto de las principales opiniones, que sin dudas aportan claridad al debate, y permiten que los invitados al programa, en su mayoría especialistas y dirigentes aclaren e informen de manera detallada sobre cada asunto.

El correo electrónico del programa posibilita que muchas personas (49%) accedan al espacio para plantear sus puntos de vista.

De manera general los oyentes no participan en la selección de los temas a desarrollar por los locutores, sólo se atienen a los tópicos que los profesionales de la palabra diseñan para ellos. Tampoco participan como invitados directos en el estudio, sólo aparecen en las grabaciones, por lo que existe limitación de contenidos y ausencia de personas de la comunidad que puedan defender o cuestionar los puntos de vista del pueblo en el estudio. No existen programas radiados desde la comunidad protagonizados por oyentes y mucho menos conducidos por estos.

Este resultado nos motiva a buscar, ¿cómo reconocer a esos miles de receptores que en estado de saturación confunden el participar con estar informados? Esto sólo puede ocurrir en condiciones de simetría social. Es allí donde puede darse el ideal comunicativo presente en las teorías que vinieron a superar las anteriores y son expresión de lo emergente que apuesta contra lo dominante (WILLIAMS, 1994) en la sociedad contemporánea. En ellas lo comunicacional es expresión de un estado de simetría de la relación social de que se trate (ALONSO, 2020).

Pautas importantes nos deja el sociólogo boliviano Luis Ramiro Beltrán (2012, p. 42) para lograr el involucramiento activo de los oyentes, al definir el "acceso como el ejercicio efectivo del derecho a recibir mensajes y el diálogo como el ejercicio efectivo del derecho a recibir y al mismo tiempo emitir mensajes".

⁸ La Covid-19 trajo consigo cambios importantes en la vida de los cubanos, sobre todo por la necesidad de comunicarnos. La Empresa de Telecomunicaciones de Cuba SA. (ETECSA) reporta desde el pasado 8 de marzo (2020) un incremento del 46% en el tráfico de voz a través de los teléfonos celulares. En cuanto a los datos móviles el crecimiento es de 92%. Para mayor información consultar: <http://www.vanguardia.cu/villa-clara/17514-aumentan-los-servicios-de-telefonía-movil-y-de-datos>.

Hacer comunicación en situaciones de pandemia no necesariamente consiste en saturar el ambiente social de noticias o reportes oficiales, sino en garantizar su apropiación útil por parte de los ciudadanos que se involucran en las soluciones como individuos y como sociedad (CONTRERAS, 2020). Por lo tanto, urge revalorizar los modelos lineales, jerarquizados, y las lógicas transversales para construir lo que nos propone Francisco Sierra (2015): espacios de dominio público y disenso, de interés para todos, donde se prevé la cooperación intersubjetiva de los actores que intervienen a través de procesos deliberativos (emisores y oyentes).

Géneros Periodísticos

En el período analizado que comprende desde el 11 de marzo hasta el 3 de julio de 2020 se detectaron un total de 5 mil 205 trabajos periodísticos de diferentes géneros: 61,6% informaciones, 10,8% comentarios, 1,13% crónicas, 23,6% entrevistas, 2,4% reportajes y 0,36% documentales.

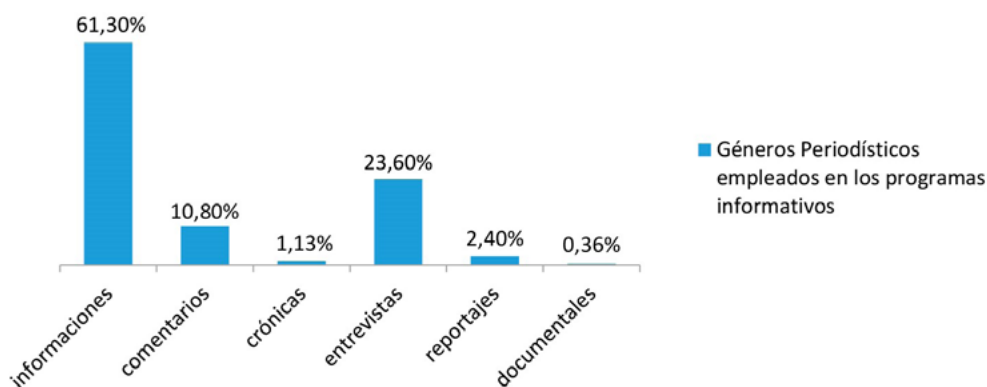


Gráfico 5. Fuente: Elaboración propia.

Los datos obtenidos revelan una tendencia a la información, como mera transmisión de contenidos por encima de otros géneros de opinión o interpretativos, donde habla generalmente una autoridad o especialista, lo cual genera una falta de reflexión en los noticieros sobre temáticas puntuales que afectan a la población a partir de sus propias opiniones y refuerzan la noción de emisor y receptor como entidades separadas. Ello se debe fundamentalmente a la dinámica de trabajo, que requiere rapidez, y en aras de ganar tiempo muchos periodistas prefieren elaborar la noticia con el género más sencillo (información) y neutral.

En este sentido se aboga por una comunicación de doble sentido, que no reproduzca los modelos verticalistas, paternalistas y asistencialistas. Con estrategias de acercamiento a la población que ponen el énfasis en la “prealimentación” (KAPLÚN, M., 1985; KAPLÚN, G., 1997; HUERGO, 2003; BARRANQUERO, 2010), donde el comunicador es un facilitador de la comunicación y prioriza y recoge de los destinatarios los elementos básicos constitutivos de sus mensajes. Algo que no sucede en la rutina periodística actual, pues la rapidez que exigen los programas no deja tiempo para investigar a fondo la realidad de los destinatarios antes de realizar una información periodística (KAPLÚN, G., 1997).

La comunicación radial, en su acepción de puesta en común de significados, rescata la construcción colectiva de sentido, donde las voces de la población se sientan aún más en los espacios, sus expectativas, deseos, aspiraciones, preocupaciones, dudas, etc.

Se aprecia en los programas el empleo de un lenguaje popular, alejado de las formas vulgares, sin tecnicismos o enciclopedismos, para mantener la escucha activa, asequible a cualquier clase social. Los formatos anecdóticos, los testimonios, las entrevistas y géneros de opinión son insuficientes y podrían en mayor medida contribuir a fomentar una radio transparente, que genere mayor confianza y certidumbre, y modelaría correctamente la contraposición de fuentes (SIERRA, 2016). En ello una mayor producción de géneros como el reportaje, el radio documental y las entrevistas a la población para conocer estados de opinión resultan imprescindibles.

Vale también la recomendación de Ricardo Haye (2011, p.11) cuando asegura que “la participación de la radiofonía requerirá la recuperación de su capacidad de relato y, por ende, de sus guionistas y sus cuadros de intérpretes, así como también una ampliación del registro con que sus editores y montajistas trabajan hoy en el casi excluyente campo informativo”.

Limitaciones de la prealimentación

De manera puntual se acotan algunas limitaciones en la realización de la prealimentación durante el periodo analizado en los programas de la emisora provincial CMHW de Villa Clara. Entre ellas se hallan la falta de rigor en su desarrollo, la ausencia de la realización periódica por parte de los profesionales de la palabra (periodistas, directores de programa, locutores), el reducir la prealimentación a la planificación vertical, imaginada y supuesta desde lo empírico sin constatar personalmente la realidad de los oyentes y sus

puntos de vista a través de entrevistas, que arrojen nuevas opiniones y líneas temáticas.

En este sentido, la institucionalización del diseño de la programación puede convertirse en una forma de control social (BERGER y LUCKMAN, 1972, p. 55), de ahí que los esfuerzos deban concentrarse en facilitar la comunicación en los medios, sin paternalismos, porque son vehículos que amplían, perfeccionan, aumentan, afinan y, en suma, extienden una capacidad preexistente del hombre (PASQUALI, 1990, p. 43), consolidada en el instante mismo en que la estructura social comienza a configurarse.

Sólo se constata en el programa de participación Alta Tensión una búsqueda inicial en los oyentes que determina el reconocer las verdaderas necesidades informativas de los mismos junto a las principales preocupaciones de la población, a partir del sondeo como técnica previa, para conocer estados de opinión con respecto al tema a tratar por parte de los realizadores del espacio radial.

En otros casos la prealimentación queda incompleta por la no distinción que muchos profesionales de la radio establecen entre necesidades sentidas y necesidades objetivas (KAPLÚN, M., 1984, p. 85) que no son percibidas por la comunidad. Puede haber necesidades muy reales que un grupo popular, por el poco desarrollo de su conciencia crítica, no esté en condiciones de percibir y no sienta como reivindicaciones a tener en cuenta para su transformación.

En este caso el reconocimiento y respeto del otro (que escucha) se concretaría al adaptar los términos y códigos de cada región y segmentos de público, buscar la motivación, llegar al corazón y a la mente, con argumentos racionales y emocionales.

En el caso de la presencia de diálogo, en un medio catalogado de unidireccional, donde se aplica la interacción casi-dialógica de THOMPSON (1998), existe apenas intercambio planificado entre audiencia y locutores o especialistas en las revistas informativas analizadas, sólo se constata un diálogo entre emisores y receptores en el programa de opinión Alta Tensión.

Vale acotar entonces, si la comunicación es diálogo (BARRANQUERO, 2010),...

[...] que hay diálogos horizontales perniciosos o banales, acumulando intrigas o subestimaciones políticas. Y hay comunicaciones verticales que suelen ser oportunas y liberadoras si los líderes logran interpelar a la gente y hacerla pensar [...] Tampoco una horizontalidad democrática garantiza la interiorización de la democracia, no sólo entendida como hábitus sino como valor que se ama y se busca. (ALFARO, 1997, citada por KAPLÚN, G., 1997)

Por ello que existan programas donde se escuche al otro, se negocien los significa-

dos colectivos en interacción cordial y organizada, con el afán de desarrollar la conciencia crítica del interlocutor resultan retos en el desarrollo futuro de la radio.

Temáticas regulares e incorporadas

Los tópicos abordados en los reportes periodísticos de la etapa comprendida entre el 11 de marzo y el 3 de julio de 2020, se dividen en: regulares (los que habitualmente se tratan en tiempos de normalidad) e incorporados (aquellos que se agregaron a raíz de la aparición de la Covid-19) durante el azote de la pandemia.

Como temáticas regulares se hallan: la producción de alimentos, la sustitución de importaciones, la lucha contra el mosquito *Aedes Aegypti* y el caracol africano, las inversiones agrícolas, los accidentes en la vía, los programas de atención de salud pública (Programa de Atención Materno-Infantil, o PAMI), la venta de medicamentos y el abastecimiento en las farmacias, la zafra azucarera y el desarrollo de la campaña en el país y en la provincia, los retos de la Asociación de Innovadores Cubanos (ANIR), el desarrollo científico-técnico de la provincia, el inicio del curso escolar y las diversas actividades que desde la docencia tienen lugar (entre ellas graduaciones, festivales culturales y deportivos, logros científicos, etc.), los eventos culturales y la visita de personalidades del mundo del arte (los carnavales, los festivales de la Trova y el Movimiento de la Trovuntivitis, Festivales de la Danza y la Música Coral, Festivales de Creación Audiovisual Infantil y de adultos, Premios Comunitarios, Fundación de la Ciudad, Semanas de la Cultura Santaclareña, y la Cultura Nacional).

No faltan las celebraciones por el aniversario de los Comités de Defensa de la Revolución, el Aniversario 505 de la ciudad de Remedios (cuyas parrandas se declararon Patrimonio de la Humanidad en 2019), la Federación de Mujeres Cubanas, los resultados agropecuarios (siembra de alimentos, uso de alternativas de fertilizantes, importaciones, campesinos destacados en Agricultura Urbana), resultados de mortalidad y natalidad infantil. Cirugías y pruebas de salud exitosas del Sistema Médico Cubano (trasplantes) y las celebraciones de la sede del acto por el 26 de julio (Día de la Rebeldía Nacional).

Mientras los temas incorporados resultaron: las acciones del sistema de salud cubano frente a la Covid-19, la atención a pacientes en centros de aislamiento, los médicos y sus cuidados a pacientes afectados con el coronavirus dentro y fuera de Cuba en la zona roja, las delegaciones cubanas que fueron inmediatamente en respuesta al llamado de otras naciones a salvar vidas, la situación de los familiares alejados de sus hijos, histo-

rias de vida sobre parejas que están distanciadas cumpliendo su deber frente a la pandemia, las medidas higiénicas, formas de contagio, los resultados de las pruebas diarias efectuadas en el país y en la provincia de Villa Clara específicamente y la detección de nuevos casos, en este sentido destaca el quehacer del laboratorio de Biología Molecular de la provincia en la detección de casos, con más de 300 pruebas diagnósticas por día.

En CMHW y en el programa Todos por Cuba, de la cadena nacional de radio, se han transmitido reportes de los periodistas de la emisora CMHW cuyos protagonistas han sido médicos, enfermeras, personal de la salud y de otros sectores que –como parte del pueblo– han dado su paso al frente para laborar en funciones vinculadas con el enfrentamiento a la COVID 19, dígase los maestros y los trabajadores del INDER en el Hospital Celestino Hernández y en el Hospital Manuel Piti Fajardo.

Otro tema de relevancia fue el enfrentamiento al delito y las ilegalidades en tiempos de Covid-19, siempre con la asesoría de los funcionarios del Ministerio del Interior y con la presencia de los especialistas del Tribunal Provincial Popular se dio atención periodística a dos juicios celebrados en este período.

La cobertura a los recorridos de la presidenta del Consejo de Defensa, Yudí Rodríguez Hernández, por pueblos y comunidades, centros de aislamiento, de producción y elaboración de alimentos, huertos y patios familiares, resaltaron igualmente entre las prioridades en esta etapa.

Especial atención tuvo la recuperación de la enfermera Yaquelin Collado Rodríguez, del municipio de Caibarién, quien permaneció cerca de dos meses ingresada en el Hospital Militar Comandante Manuel Fajardo Rivero, y se convirtió en la paciente cubana de Covid-19 de más larga estadía hospitalaria. Sin olvidar las proezas logradas en dos municipios: Sagua La Grande y Quemado de Güines, que no han tenido ningún caso positivo hasta el momento, y se consideran vencedores del coronavirus.

Destaca la labor de centros de protección social a deambulantes, la producción de medios de protección por asociaciones de artesanos como VICLAR y el Fondo Cubano de Bienes Culturales. La reorganización de los servicios médicos en instituciones hospitalarias, entrevistas a pacientes con larga estadía en centros médicos. No faltaron los jóvenes galenos que desarrollaron la pesquisa activa casa por casa en busca de personas con síntomas que pudieran ser positivas al virus Sars-CoV-2 y las donaciones de los productores agrícolas que con gran esfuerzo, llevaron alimentos a los centros de aislamiento.

De igual manera se incorporó en los reportes periodísticos la presencia de mujeres creadoras que rápidamente apoyaron en la distribución de alimentos y la confección de nasobucos de manera voluntaria, la visita reiterada a centros penitenciarios de hombres y mujeres, ninguno afectado por la Covid-19. Asimismo, se informó sobre el cese de todas las instituciones turísticas, la remodelación de muchas de estas entidades durante la cuarentena para su apertura y otros de estos centros que funcionaron para acoger a viajeros como centros de aislamiento, los cambios en el sistema educacional que pospusieron el inicio del curso escolar en todos los niveles de enseñanza, las clases on-line y teleclases, el impacto del aislamiento social en los infantes y sus actividades preferidas en el hogar.

De manera paulatina se abordaron los cambios ocurridos en todos los sectores de la sociedad: cultura (la modalidad de conciertos y festivales on-line como alternativa al aislamiento, el proyecto Enfoque de la Asociación de Hermanos Saiz dedicado a los jóvenes creativos del territorio y la iniciativa de escritores villaclareños Poesía vs Coronavirus), deporte (entrenamiento de atletas en los hogares y en lugares reservados), los aportes de la ciencia en el desarrollo de 27 candidatos vacunales que en Cuba tratan de hallar la cura de la Covid-19, así como los medicamentos (22 en total) que las empresas de BioCubaFarma han desarrollado y exportado con efectividad hacia disímiles latitudes del orbe, encabezados por el Interferón y un grupo importante de fármacos de uso hospitalario para los pacientes en las diferentes fases, incluido el estado grave y crítico.

Sin embargo, aunque no se detiene el medio radial en la batalla contra la Covid-19, urge que las comunidades tengan mayor presencia en los programas, para garantizar que los servicios y la ayuda se planifiquen y adapten en función de su opinión y contexto locales.

Como indica la OMS (2020) las funciones críticas, como la educación comunitaria, la protección de los grupos vulnerables, el apoyo a los trabajadores sanitarios, la detección de casos, el rastreo de contactos y el cumplimiento de las medidas de distanciamiento físico sólo pueden darse con el apoyo de todas y cada una de las partes de las comunidades afectadas.

Las herramientas metodológicas para llevar a cabo la participación en radio en tiempos de crisis sanitaria mundial se encaminan al diagnóstico general de la población al que se dirigen los mensajes para conocer sus necesidades, condiciones de vida y nivel de riesgo (que equivale a la prealimentación). En un segundo momento el diagnóstico co-

municacional para conocer cuánto conocen del fenómeno y qué necesitan para ampliar la percepción del fenómeno, espacios y hábitos de comunicación social; y por último el diagnóstico institucional, con el objetivo de fundamentar y capacitar sobre los protocolos y políticas de comunicación que deben aplicarse en casos de emergencia a todos los profesionales, así como para conocer sobre la disponibilidad de recursos humanos y técnicos con los que cuenta el equipo de respuesta.

Lo anterior aceleraría las comprensiones, los acuerdos e involucramientos compartidos para transformar la realidad de manera colectiva con la dirección de una voz oficial que pregona con el ejemplo (CONTRERAS, 2020) y por ende de forma colaborativa

Principios de la comunicación de riesgo en radio en situaciones de emergencia a partir de presupuestos participativos.

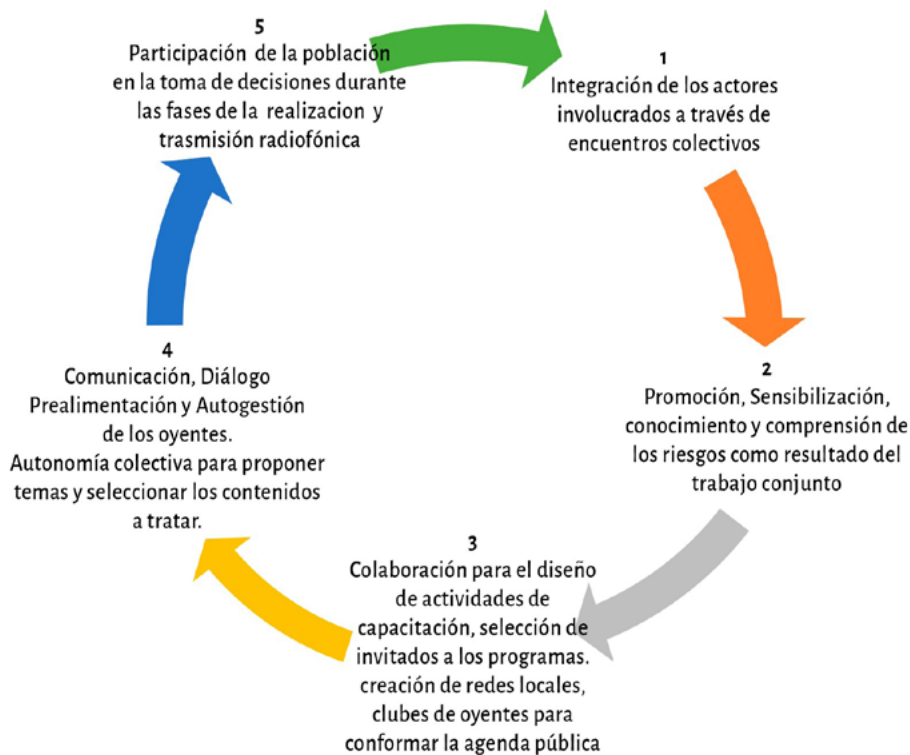


Gráfico 6. Fuente: Elaboración propia a partir de fuentes consultadas (SIERRA, 2019; OMS, 2020; MINISTERIO DE LA NACIÓN, 2016, p. 14; OPS, 2011b)

Problematizar la realidad depende de cuánto los mensajes estimulen la inteligencia; ejerciten el raciocinio, hagan pensar y lleven a una reflexión. Pero el desarrollo de la conciencia crítica y la toma de decisiones autónoma, madura y responsable exige no sólo

“adoptar los códigos verbales del destinatario, sino adoptar en cierta medida el código de la comunidad a la que nos dirigimos” (KAPLÚN, M., 1978, p. 86).

De igual manera para promover el distanciamiento social, el uso de gel desinfectante, el nasobuco o mascarilla desechable y el lavado constante de manos se necesita penetrar el día a día.

Describir e interpretar en los programas los detalles individuales de la vida en cuarentena viabiliza las soluciones compartidas y las prácticas sociales de resiliencia, es decir la capacidad de una comunidad, sociedad u organización expuestas a una amenaza, para resistir, absorber, adaptarse y recuperarse (CONTRERAS, 2020) que culminaría con una adecuada cobertura de recuperación luego de los eventos. La comunicación radial desde su concepción participativa procura ser colegiada y negociada, pues la privatización del capital simbólico, la ausencia de lo popular en las agendas de los medios y el subestimar la creatividad que emana del espacio público, abre una brecha para entender que la comunicación es diálogo y no mera información (BARRANQUERO, 2010).

Conclusiones

En medio de la crisis sanitaria global que afecta el orbe, el análisis de los principios de la comunicación de riesgo adaptada a la radio, a partir de presupuestos teóricos participativos potencia el respeto y reconocimiento de los oyentes en su realidad objetiva, el desarrollo social, humano, y local, así como profundas transformaciones en las dinámicas radiales a favor de una cultura integral y educativa.

Si bien a partir del análisis se conoció que la programación de la emisora CMHW en estado de emergencia tuvo total concordancia con las principales demandas mostradas en el sondeo nacional realizado por Onelio Castillo Corderí (2020), director de la Radio en Cuba, se aprecia la institucionalización de las normas a seguir, lo que limita la participación, en tanto se diseñan productos comunicacionales desde los emisores en su rol de profesionales y se frena la creatividad de los que escuchan.

De ahí que la inclusión de la prealimentación como condicionante para asegurar la participación de los oyentes potencia y refuerza los derechos, necesidades y recursos de los diferentes segmentos de públicos hacia los que se dirigen los productos comunicativos en tiempos de crisis.

El programa Alta Tensión de la emisora CMHW demostró que la búsqueda inicial en los oyentes posibilita el reconocer las verdaderas necesidades informativas y las prin-

cipales preocupaciones de la población, a partir del sondeo como técnica previa, para conocer estados de opinión con respecto al tema a tratar por parte de los realizadores del espacio radial.

Si bien la aparición del nuevo Coronavirus exige mayor actualidad y eficiencia informativa para evitar el pánico social y el caos, es necesario incluir en mayor medida los géneros interpretativos y de opinión en la programación radial (crónicas, comentarios, reportajes, documentales), junto a los dramatizados, anécdotas y relatos, que humanicen mucho más las transmisiones y recreen concepciones menos dogmáticas acerca del mundo.

Aun cuando se mantuvieron las temáticas habituales en la emisora CMHW tras la aparición de la Covid-19, se aprecia la incorporación de líneas de mensaje acordes a la situación sanitaria global. Entre ellos destacan los relacionados con la atención a los pacientes contagiados y grupos vulnerables, historias de vida de afectados y familiares, la pesquisa activa de jóvenes casa a casa, el control de fronteras, el quehacer del colectivo de profesionales que integran el laboratorio de Biología Molecular y la distribución de productos de primera necesidad por las localidades del territorio villaclareño.

La situación actual previene acerca de la necesidad de incorporar los modelos participativos en la producción radial, ante el predominio de los modelos lineales propios del diarismo y la rapidez en los medios de prensa. Donde además de expresar opiniones y denuncias, se comprometan decisores y pueblo en el alcance de las soluciones pertinentes.

Adolecen los programas de participación de figuras públicas y representantes de diferentes barrios y comunidades afectadas, que de manera presencial en el estudio de trasmisión defiendan a la audiencia como parte de los debates de opinión junto a los que acuden como invitados: los especialistas, directivos y autoridades que rinden cuenta.

Sin adjetivos que de manera tautológica se adosan al término⁹, urge posicionar claves dialógicas en los modelos unidireccionales que predominan aún en el quehacer mediático actual, en especial la radio sincrónica. Una variante que pierde exclusividad como objeto de estudio, en medio de este sistema convergente de medios que multiplica el número de mensajes y los hábitos de consumo, pues debe compartir el lugar con la radio diacrónica que posibilita el podcasting y la participación online.

9 Se le ha llamado a la comunicación: participativa, horizontal, bidireccional, equilibrada, para el desarrollo, para el cambio y transformación social, etc. (PASQUALI, 1963). Sin embargo, los adjetivos constituyen una redundancia impuesta por la apropiación indebida que los medios de difusión han hecho del término comunicación (KAPLÚN, M, 1990).

La participación en radio que para muchos parece utópica, permitiría a los oyentes el ser parte, tener parte y tomar parte en la programación que recibe, no solamente en tiempos de emergencia global, ya que en todo momento urge la reflexión crítica colectiva que contribuya al surgimiento de propuestas radiofónicas sensibles y conscientes de su época.

En situación de emergencia como asegura Francisco Sierra (2016) los medios deben articular el vínculo social, reproducir la solidaridad, buscar mayor organicidad y autorregulación social. Muy lejos de las formas de hacer que proyectan hoy los oligopolios mediáticos, la radio analógica debe revitalizarse, a partir de la escucha auténtica de sus receptores que alimenta mucho más la confianza que la charla incesante.

El análisis de la comunicación de riesgos desde la participación en radio supone para futuras investigaciones, determinar el cómo se logra la integración de los actores involucrados a través de encuentros colectivos, la promoción, sensibilización, conocimiento y comprensión de los riesgos como resultado del trabajo conjunto. Permiten dichas investigaciones la socialización del manejo de técnicas que posibiliten sesiones de trabajo donde se conjuguen: la colaboración para el diseño de actividades de capacitación, la selección de invitados a los programas, la creación de redes locales y clubes de oyentes para conformar la agenda pública mediante alianzas públicas.

La comunicación radial, como fruto del diálogo, la prealimentación y autogestión de los oyentes favorecería en los programas radiofónicos, la autonomía colectiva para proponer temas y seleccionar los contenidos a tratar. Al final se abogaría por un espacio común, apto para la participación del pueblo en la toma de decisiones durante las fases de la realización y trasmisión radiofónica, ya sea en tiempos de crisis o de normalidad.

Referencias

ALONSO, J. La transversalidad de lo comunitario en la relación comunicativa en SÁNCHEZ, G.; JARA, D y ALONSO, J. **Gestar participación desde la comunicación en épocas de desafíos mediáticos**. Santa Clara: Editorial Feijoo, 2020.

BARRANQUERO, A. Comunicación participativa y educación en medios. Implicaciones del concepto de pre-alimentación (feed-forward) de Mario Kaplún, 2010, [En línea]. Disponible en: http://www.gabinetescomunicacionyeducacion.com/sites/default/files/field/adjuntos/comunicacion_participativa_y_educacion_en_medios._implicaciones_del_concepto_de_prealimentacion_feed_forward_de_mario_kaplun.pdf Consultado (21/12/2016).

BELTRÁN, L. R. Democracia y Comunicación. Serie 2: Aportes a la democracia intercultural. OEP. Tribunal Supremo Electoral. Servicio Intercultural de Fortalecimiento Democrático (SIFDE) La Paz. Boli-

via. (2012) [En línea] Disponible en: http://aclo.org.bo/electoral/images/stories/leyes/publicaciones/S2_democracia_y_comunicacion.pdf Consultado: 13 de junio de 2016

BERGER, P. y LUCKMAN, T. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1972

BUBER, M. **Yo y tú**. Madrid: Caparrós, 1993.

CABALLERO, M. T. El quehacer metodológico del trabajo social en Cuba (2009-2011) en YORDI, M., GOMEZ, E. y CABALLERO, M. T. **El trabajo social en Cuba**. Retos de la profesión en el Siglo XXI. Ediciones Unión, 2012.

CALVELO, M. **Comunicación para el cambio social**. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, Oficina Regional FAO para América Latina y el Caribe, 2003.

CASERO-RIPOLLÉS, A. Impact of Covid-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak. **El profesional de la información**, v. 29, n. 2, e290223, 2020. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>. Disponible en: http://aclo.org.bo/electoral/images/stories/leyes/publicaciones/S2_democracia_y_comunicacion.pdf Consultado: 24-8-2020.

CASTELLS, M. **Internet y la Sociedad Red**. 2001. [En línea] Disponible en: <http://www.tecnologiaedu.us.es/revistaslibros/castells.htm> Consultado 15/3/2016

CASTILLO, O. CMKX Radio Bayamo: Radio Cubana pasa revista al enfrentamiento a la Covid-19 y expone estrategias para la programación del verano. Declaraciones de Onelio Castillo Corderí Publicadas el 26 de junio de 2020. [En línea] Disponible en: <http://www.radiobayamo.icrt.cu/2020/06/26/radio-cubana-pasa-revista-al-enfrentamiento-a-la-covid-19-y-expone-estrategias-para-la-programacion-del-verano-video/> Consultado: 2-7-2020

CONTRERAS, A. La comunicación en tiempos del coronavirus. SIGNIS ALC. (2020) [En línea] Disponible: <http://signisalc.org/noticias/articulos/23-03-2020/la-comunicacin-en-tiempos-del-coronavirus23/03/2020> 20:19 Consultado: 4-7-2020.

COOMBS, W. T. Choosing the right words: The development of guidelines for the selection of the 'appropriate' crisis-response strategies. **Management Communication Quarterly**, v. 8, n. 4, pp. 447-476, 1995.

CUAN-BALTAZAR, J.Y; MUÑOZ-PÉREZ, M.J; ROBLEDO-VEGA, C.; PÉREZ-ZEPEDA, M.F; SOTO-VEGA, E. Misinformation of Covid-19 on the internet: infodemiology study. **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 6, n. 2, e18444, 2020. [En línea] Disponible: <https://doi.org/10.2196/18444> Consultado: 1-9-2020.

DÍAZ-BORDENAVE, J. E. **Las nuevas pedagogías y tecnologías de comunicación**. Reunión de Consulta sobre la Investigación para el Desarrollo Rural en Latinoamérica. Cali: 1976.

DOWNING, J. D. H. **Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements**. SAGE Publications, 2000.

FEIJOO, F. Nueva especialización periodística: prevención informativa. **Revista Chasqui**, n. 101. Quito: Ed. Quipus, 2008.

FEO-ACEVEDO, C., y FEO-ISTURIZ, O. Impacto de los medios de comunicación en la salud pública. **Saúde em Debate**, 37(96), 84-95, 2013. [En línea] Disponible: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000100010> Consultado: 3-7-2020.

FORERO, J. A y CÉSPEDES, F. J. **La radio: la recepción, las audiencias, los hábitos de consumo y la producción de contenidos**. Manizales: Centro Editorial Universidad Católica de Manizales. Caldas, Colombia, 2018. [En línea] Disponible: http://www.ucm.edu.co/wp-content/uploads/2018/10/la_radio.pdf

FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**. Montevideo: Tierra Nueva, 1970.

GALEANO, E. Nunca tantos habían sido incomunicados por tan pocos. Entrevista realizada por Niels Boel para Cultura de la Rebelión, el 02/10/2009. [En línea] Disponible en: <http://www.rosablindada.info/?p=184> Consultado: 30-11-2017.

GUMUCIO DRAGÓN, A. El cuarto Mosquetero: La comunicación para el cambio social. **Revista Investigación y Desarrollo**, vol. 12, n.1, p.2-23, 2004.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Vols.-I-II. Madrid: Taurus, 1988.

HAYE, R. Sobre la radio que viene. **Revista Rádio-Leituras**. Ano II, Num. 01 Edição Janeiro–julho, 2011. [En línea] Disponible: https://radioleituras.files.wordpress.com/2011/08/2-haye_esp.pdf Consultado: 17-9-2020.

HERNÁNDEZ, M. La radio un espacio para todos(as). **Revista Caminos. Revista Cubana de Pensamiento Socioteológico**, abril-septiembre, vol. 1, p. 61-66. Editorial Centro Memorial Martin Luther King, 2016.

HERRERA, S. Tipología de la participación de los oyentes en los programas de radio. **Revista Anàlisi**, n. 30, p. 145-166, 2003. [En línea] Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/28126580_Tipologia_de_la_participacion_de_los_oyentes_en_los_programas_de_radio#fullTextFileContent. Consultado: 13-6-2016.

HUERGO, J. El reconocimiento del universo vocabular y la pre-alimentación de las acciones estratégicas. La Plata: Centro de Comunicación/Educación y Cátedra de Extensión Agropecuaria, Argentina, 2003.

KAPLÚN, M. **Producción de programas de radio**. Tomado de Colección INTIYAN, Ediciones CIESPAL, 1978.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. El comunicador popular. La Habana: Editorial Caminos, 2016.

KAPLÚN, M. Mario Kaplún, El viajero. **Chasqui**, n. 64, Quito: CIESPAL, diciembre, 1998.

KAPLÚN, G. Una plaza llena de fantasmas y otras metáforas sobre comunicación y democracia, organizaciones y movimientos. Material preparado para el Grupo de trabajo sobre Comunicación, política y cultura del CEAAL (Consejo de Educación de Adultos de América Latina) Publicado en: Colectivo de Autores, **Comunicación, política y cultura: escenografías para el diálogo**. Calandria/Ceaal, Lima, 1997.

LHOEST, H. Sentido y contrasentido de la participación, en **Reencuentros de Tenerife**, II Semana Internacional de Estudios de Radio, Puerto de la Cruz, 8-13 de octubre de 1975, Madrid, pp. 357-365, 1976.

LAAJALAHTI, ANNE; HYVARINEN, J.; VOS, M. Crisis communication competence in co-producing safety with citizen groups. **Social Sciences**, v. 5, n. 1, p. 13, 2016. [En línea] Disponible en: <https://doi.org/10.3390/socsci5010013> Consultado: 4-9-2020.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**. Bogotá: Ed. Gustavo Gilí,, 2003.

MINISTERIO DE SALUD DE LA NACIÓN. **Salud, comunicación y desastres**: guía básica para la comunicación de riesgo en Argentina. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Salud de la Nación, 2016. [En línea] Disponible en: http://www.msal.gob.ar/images/stories/ryc/graficos/0000000832c-nt-2016-05_guia-salud-comunicacion-desastres-isbn.pdf ISBN 978-950-38-0234-2. Consultado: 2-7-2020.

MORENO, Á. FUENTES-LARA, C.; NAVARRO, C. Covid-19 communication management in Spain: Exploring the effect of information-seeking behavior and message reception in public's evaluation. **El profesional de la información**, v. 29, n. 4, e290402, 2020. [En línea] Disponible en <https://doi.org/10.3145/epi.2020.jul.02> Consultado: 1-9-2020.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Informe de resumen de la OMS de una consulta de alto nivel: New Influenza (H1N1)**. Ginebra. Publicado 18 de mayo de 2009. [En línea] Disponible en: https://www.who.int/influenza/resources/research/2010_11_15_global_influenza_research_agenda_version_01_es.pdf?ua=1 Consultado: 12-6-2020.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Comunicación de riesgos en emergencias de salud pública**. Directrices de la OMS sobre políticas y prácticas para la comunicación de riesgos en emergencias (CRE). Ginebra, 2018. [En línea] Disponible en: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272852/9789243550206-spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Consultado (3-9-2020).

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Actualización de la estrategia frente a la COVID-19. Ginebra**. Publicado: 14 de abril de 2020. [En línea] Disponible en: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/covid-strategy-update-14april2020_es.pdf?sfvrsn=86c0929d_10. Consultado: 2-7-2020.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **Gestión de la información y comunicación en emergencias y desastres: Guía para equipos de respuesta**. Washington, D.C., 2009. [En línea] Disponible en: https://www.paho.org/chi/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=guias-para-desastres&alias=19-gestion-de-la-informacion-y-comunicacion-en-emergencias-y-desastres&Itemid=1145. Consultado: 3-7-2020.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **Manual Periodístico para la cobertura ética de las emergencias y los desastres**. Profesionales en comunicación. Colegio de Periodistas de Costa Rica, 2011a. [En línea] Disponible en: <https://fcic.periodistes.cat/wp-content/uploads/2013/11/tragedias-periodistas.pdf> Consultado: 12-6-2020.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **Guía para la elaboración de la estrategia de comunicación de riesgo. De la teoría a la acción**. Agencia Canadiense de Desarrollo Internacional CDC, 2011b. [En línea] Disponible en: http://www.msal.gob.ar/images/stories/ryc/graficos/0000000750cnt-2014-04_estrategia-comunicacion-riesgo.pdf Consultado: 1-7-2020.

PASQUALI, A. **Comunicación y cultura de masas**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1963.

PASQUALI, A. **Comprender la comunicación**. 4ª edición. Caracas: Monte Ávila Latinoamericana, 1990.

PIÑUEL, J. L. **Epistemología, metodología y técnicas del análisis de contenido**. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, España, 2002. [En línea] Disponible: <http://web.jet.es/pinuel.raigada/A.Contenido.pdf>. Consultado: 18-1-2018.

REVISTA IBEROAMERICANA DE BIOÉTICA (colectivo de autores) El impacto social de la comunicación en las epidemias: perspectivas bioéticas y de salud pública. N. 7, p. 01-16, 2018. [En línea] Disponible en: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs103/es/> Consultado 28-1-2018.

RADIO RELOJ. Emisora Online. Cuba enfrenta la pandemia a pesar del bloqueo. Publicado el 8 de Julio 2020. [En línea] Disponible en: <http://www.radioreloj.cu/en-portada/cuba-enfrenta-la-pandemia-a-pesar-del-bloqueo/> Consultado: 8-7-2020.

ROETZEL, P.G. Information overload in the information age: a review of the literature from business administration, business psychology, and related disciplines with a bibliometric approach and framework development. **Business Research**, v. 12, pp. 479-522, 2019. [En línea] Disponible en: <https://doi.org/10.1007/s40685-018-0069-z> Consultado: 21-8-2020.

RODERO, E. Recuperar la creatividad radiofónica. Razones para apostar por la radio de ficción. **Revista Anàlisi** 32, p. 133-146 (2005) [En línea] Disponible en: <https://ddd.uab.cat/pub/analisi/02112175n32/02112175n32p133.pdf> Consultado: 11-6-2020

RODERO, E. Radio: the medium that best copes in crises. Listening habits, consumption, and percep-

tion of radio listeners during the lockdown by the Covid-19. **El profesional de la información**, v. 29, n. 3, e290306, 2020. [En línea] Disponible en: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.06> Consultado: 23-7-2020.

RODRÍGUEZ, R. Coronavirus: cuando la comunicación tradicional y las redes sociales también hacen crisis. **ICEI**, UCHILE. Universidad de Chile. Columna de opinión. Publicado el 24-3-2020. [En línea] Disponible en: <https://www.uchile.cl/noticias/162090/coronavirus-la-comunicacion-tambien-entra-en-crisis>. Consultado: 14-6-2020.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social. Una visión general. **Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, p. 17-40, 2012. [En línea] Disponible en: <file:///C:/Users/maile/AppData/Local/Temp/39256-Texto%20del%20art%C3%ADculo-48187-2-10-20120926.pdf> Consultado: 3-4-2020.

SHEPPARD, B.; JANOSKE, M.; LIU, B. **Understanding risk communication theory: A guide for emergency managers and communicators**. Report to Human Factors/Behavioral Sciences Division, Science and Technology Directorate, U.S. Department of Homeland Security, 2012. [En línea] Disponible en <https://www.start.umd.edu/sites/default/files/files/publications/UnderstandingRiskCommunication-Theory.pdf>. Consultado: 2-9-2020.

SIERRA, F. Seminario Internacional Capitalismo Cognitivo y Economía Social del Conocimiento. Quito. Ecuador. **Conferencia capitalismo Cognitivo y Agenda para una sociedad del conocimiento abierta**. Una crítica económico-política (CIESPAL), 2015. [En línea] Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=X4aPRAT6v2c&t=2851s>. Consultado: 4-6-2020.

SIERRA, F. Gestión de la comunicación y la información en catástrofes. Rol de los medios de Comunicación. **Conferencia en Asamblea Nacional del Ecuador**. CIESPAL, 2016. [En línea] Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=gN0iBjl-3NY&t=674s>. Consultado: 21-6-2020.

SIERRA, F. Ecología de la comunicación. **Mundo Obrero**. Publicado el 1 de abril de 2019. [En línea] Disponible en: <https://www.mundoobrero.es/pl.php?id=8880>. Consultado: 3-4-2020.

THOMPSON, J. B. **Los media y la modernidad**. Una teoría de los medios de comunicación. Editorial Paidós, 1998.

URBINA-MEDINA, H., NOGUERA BRIZUELA, D., LEVY MIZHARY, J., CARRIZO, J., & BETANCOURT, A. Comunicación efectiva y ética en casos de epidemias y pandemias. **Archivos Venezolanos de Puericultura y Pediatría**, 79(4), p. 113-117, 2016.

WILLIAMS, R. **Sociología de la Cultura**. Barcelona: Paidós, 1994.

Broadcasting the Covid-19 pandemic in Central Africa: A Content Analysis of a United Nations Peacekeeping Radio

Transmitindo sobre a pandemia do Covid-19 na África Central: Análise de conteúdo da rádio da missão de paz das Nações Unidas

Transmitiendo la pandemia del Covid-19 en África Central: Un análisis de contenido de la radio de la misión de paz de Naciones Unidas

Fabiola Ortiz dos Santos e Antonio Brasil

Abstract

Radio plays a critical role in the African continent particularly in areas with weak infrastructure, low literacy rates and extreme poverty. Amid the current crisis caused by the Covid-19 pandemic, it is opportune to analyze the role of a medium such as Guira FM in the Central African Republic. Through a minutious analysis of codes, keywords and frames, this study delved into news content produced by journalists on how this medium attempted to respond to the health crisis. It discusses the challenges of doing radio in a transitional society under a United Nations peacekeeping mission and reveals a dynamic of efforts to counter this global threat. It analyzes the concept of risk communication and problematizes the implications of a radio that is administered by the UN with the aim of evaluating its duty to public service communication.

Keywords

Pandemic; journalism; Africa; risk communication; UN.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 10/07/2020
aceito em: 28/09/2020.

>> Como citar este texto:

SANTOS, F. O.; BRASIL, A. Broadcasting the Covid-19 Pandemic in Central Africa: A Content Analysis of a United Nations Peacekeeping Radio. **Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 89-128, mai./ago. 2020.

Sobre os autores

Fabiola Ortiz dos Santos

fabiola.ortizsantos@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-0308-1734>

Journalist and PhD fellow at the doctoral program MEDAS 21 – ‘Global Media: Applied Research, Improved Practice in the 21 Century’ (Erich Brost Institute for International Journalism, Dortmund) and research associate at the Institute of Communication Science in Duisburg-Essen University, Germany. She holds a MA at the Erasmus Mundus Journalism – Media and Globalization at Aarhus University (Denmark) and Swansea University (United Kingdom). BA in Journalism, at the School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), and BA in History at Rio de Janeiro State University (UERJ).

Antonio Brasil

antonibrasil@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-8172-2934>

Research fellow in the Erich Brost Institute for International Journalism at TU Dortmund University, Germany. Associate Professor (retired) in the Department of Journalism at Federal University of Santa Catarina (UFSC). Holds a PhD in Information Science at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and Master Degree in Social Anthropology at the The London School of Economics.

Resumo

O rádio desempenha um papel fundamental no continente africano em áreas onde há fraca infraestrutura, baixas taxas de alfabetização e pobreza endêmica. Dada à atual crise causada pela pandemia do Covid-19, se faz apropriado analisar o papel de um meio de comunicação como a rádio Guira FM na República Centroafricana. Por meio de uma análise detalhada de códigos, palavras-chave e enquadramentos, este estudo adentrou-se ao conteúdo noticioso produzido por jornalistas acerca de como esse meio de comunicação fez para responder à crise sanitária. O estudo discute os desafios de se fazer rádio em uma sociedade em transição no âmbito de uma missão de manutenção da paz das Nações Unidas (ONU) e revela uma dinâmica de esforços para combater essa ameaça global. Além de analisar o conceito de comunicação de risco, também problematiza as implicações de uma rádio administrada pela ONU a fim de avaliar seu papel no serviço público de comunicação.

Palavras-chave: Pandemia; jornalismo; África; comunicação de risco; ONU.

Resumen

La radio desempeña un papel fundamental en el continente africano en áreas donde hay una débil infraestructura, bajas tasas de alfabetización y pobreza endémica. Ante la crisis actual por la pandemia del Covid-19, se hace oportuno analizar el rol de un medio de comunicación como la radio Guira FM en la República Centroafricana. A través de un desglose de códigos, palabras clave y encuadres, este estudio adentró al contenido noticioso producido por periodistas de como este medio de comunicación hizo para responder a la crisis sanitaria. El estudio discute los desafíos de hacer radio en una sociedad en transición bajo una misión de paz de las Naciones Unidas (ONU) y revela una dinámica de esfuerzos para contrarrestar esta amenaza global. Además, analiza el concepto de comunicación de riesgo y problematiza las implicaciones de una radio administrada por la ONU con el fin de evaluar su papel en el servicio público de comunicación..

Palabras clave: Pandemia; periodismo; África; comunicación de riesgo; ONU.

1. Introduction

As a trusted source of information, radio plays a critical role for creating a sense of cooperative resilience among communities. Amid times of emergencies, individuals and social groups rely on radio for essential information and guidance. In countries with weak infrastructure and low literacy rates, radio has the greatest reach.

This study aims at problematizing the challenges of doing radio in transitional societies under peacekeeping missions towards a pandemic sensitive journalism. It looks particularly at communicating risk in times of Covid-19. By performing a content analysis of a United Nation sponsored radio, Guira FM, in the Central African Republic (CAR), this paper assesses the role of a UN media and its duty to public service communication during the coronavirus pandemic.

With a population of five million people, Central African Republic is a landlocked country surrounded by South Sudan, Sudan, Chad, Cameroon, Republic of Congo and, on the other southern margin of the Oubangui River, the Democratic Republic of Congo. It remains one of the world's most silent health crises (WHO, [s.d.]). Since its independence (1960) from France, it has had few democratic transfers of power (notably in 1993 and 2016, after a long period of *coups d'État* and a civil war in between) with elections mainly organized by the United Nations.

Over the last two decades, the country hosted a succession of UN and regional peace missions and military interventions. The current UN mission was deployed after rebels seized power in 2013 overthrowing the former president François Bozize and forcing him to flee (DW, 2013; KÄIHKÖ; UTAS, 2014). On February 6, 2019, the current CAR's government led by Faustin Archange Touadera signed in Khartoum a peace agreement with 14 armed groups. Seven other deals had been signed and eventually collapsed in the last few years.

Although Africa's handling of the pandemic has received scarce global attention in the international media, experts have warned that the virus may ravage countries with weak health systems and with a population disproportionately affected by infectious diseases (NORDLING, 2020). The antecedents of conflict and extreme poverty make some African countries particularly vulnerable to a health emergency.

The first confirmed case of Covid-19 in CAR was announced in March 14, 2020. By early July 2020 the number of cases reached 3,969 and 48 deaths¹. Although the figures do not appear impressive, the situation is aggravated by the weak medical system with only three ventilators and poor intensive care (MACLEAN; MARKS, 2020; NRC, 2020).

By analyzing the evening newscast for two consecutive weeks in April 2020, this study scrutinized Guira's news coverage during the pandemic. The research question posed is 'What was Guira's news coverage during the Covid-19 pandemic in CAR?' with its sub-questions: (1.1) What were the main headlines about?, (1.2) Who were the main actors in the newscasts?, (1.3) What was the construction of the newscasts and how did the newscasts inform about halting the spread of the virus?, (1.4) What were the main frames?

The next sections review the literature of radio in times of crisis and past experiences of broadcasting health through the airwaves, as well as introduce the UN's role in setting peacekeeping radios. Additionally, communicating risk and framing a pandemic are also

¹ (MINISTÈRE DE LA SANTÉ ET DE LA POPULATION, 2020)

approached in the discussion. Four types of risk framing are outlined forming the basis for the content analysis. Additionally, an extra section offers a glimpse of the peacekeeping context in the Central African Republic and on the creation of the United Nations Radio Guira.

Broadcasting Health Through Radio

Scholarly research has shown that radio carries the potential to reach large populations and could be a useful and powerful instrument for a crisis response. Establishing communication and access to reliable information have the potential to facilitate health recovery and reduce mortality after disasters (HUGELIUS; ADAMS; ROMO-MURPHY, 2019, p. 8).

During the Ebola crisis in Western Africa, radio was used to inform listeners about symptoms, personal protection and preventive measures (HUGELIUS; ADAMS; ROMO-MURPHY, 2019, p. 8). As such, radio is a tool to reduce stress and contribute to advise on how to cope. The use of "humanitarian radio" has proved to be important source of information and support after a disaster, as well as in situations where all other means of communication are lost (HUGELIUS; ADAMS; ROMO-MURPHY, 2019).

Five evidence-based principles for psychosocial support suggest that radio may foster the promotion of *i) a sense of safety; ii) calmness, iii) of self- and community efficacy, iv) connectedness and v) hope* (HOBFOLL et al., 2007; HUGELIUS; ADAMS; ROMO-MURPHY, 2019). Hobfoll et al. (2007) identified these intervention principles as guiding values to inform on prevention efforts at the early and mid-term stages:

By providing information about what has happened and advising people on how to stay safe, radio can enhance a sense of safety. Information itself is a well-known factor contributing to the creation of feelings of control and clarity (...). Radio contributes to all this by providing information, reporting on the authorities' abilities to manage the situation. (HUGELIUS; ADAMS; ROMO-MURPHY, 2019, p. 7).

In order to enhance the best practices of using radio as an effective health response intervention, Hugelius et al. highlighted in a review the need for close cooperation among local authorities, the radio provider and health professionals (HUGELIUS; ADAMS; ROMO-MURPHY, 2019, p. 8).

Mass media campaigns have long been a tool for promoting public health concerns and, particularly, the use of radio as a vehicle of empowerment has gained intellectual distinction and prominence. Radio is perceived to be a powerful medium in involving target audiences in relation to essential matters of health. According to Crisell (1994), ra-

radio's enduring power as a mass medium stems from its "unique combination of suggestiveness and flexibility" upon the listener's imagination coupled with the idea that it can accompany the listener in a range of other activities s/he may wish to perform (CRISELL, 1994, p.14). It is largely upon the listener's aptitude to imagine the facts and subjects that the radio's typical sense of "personal companionship" relies, since we hear not only the descriptions and sounds of the world but also the voices of the persons who are describing them (CRISELL, 1994, p.10). By communicating through only one of our five senses, radio strives to constantly catch the listener's attention.

In certain cases, this medium is capable of covering events which would be overlooked by the print press or by television "on the grounds that for all their news-value they are not worth sending a camera crew out for, yet could not be broadcast without some visual accompaniment" (CRISELL, 1994, p. 125). Thus, for Crisell, radio can forge a connection between events and audiences more rapidly than any other medium can.

A major concern of media studies, stressed Barnard (2000) is how the various mass communications media represent their audience. As representation has a double meaning, it may imply that the medium speaks and acts on behalf of their listeners, but it also means "re-presentation" in the sense of presenting to the audience a picture of itself (BARNARD, 2000, p. 222).

It is known that the mass media can inform about health and disease. Nonetheless, providing knowledge does not necessarily alter attitudes and habits, as individuals must be made to "desire change" in order to bring about transformation in their actions, discussed Epstein, Magrowski and McPhail (1975) who pioneered in the evaluation of health message effectiveness in changing health attitudes and habits. "People learn best what they believe they need to know", they stressed, thus, the importance of arousing interest and directing the recognition of needs of the individual (EPSTEIN, MAGROWSKI, MCPHAIL 1975, p. 396). The authors suggested three ways of inducing attitudes: either by relating a current specific situation to past experience and giving it meaning; or by creating identification with persons or groups; or even by shaping the formation of attitudes that a person uses in protecting her/his sense of adequacy. "These attitudes can affect perception, rational thinking, learning and forgetting" (EPSTEIN, MAGROWSKI, MCPHAIL 1975, p. 396).

Therefore, Epstein et al. indicated methods that could be used to influence human learning and health actions, as such: airing programs which demand changes in knowledge, attitudes and behaviour (e.g., immunization programs); programs which provide

information for people to make their own evaluations and judgements; and self-directed learning situations like in community groups (EPSTEIN, MAGROWSKI, MCPHAIL 1975, p. 396). "To be successful public health announcements must manipulate human motives and desires to develop a need for goals with which the individual has previously not been familiar" (EPSTEIN, MAGROWSKI, MCPHAIL 1975, p. 397). Additionally, in the authors' view, communication could strengthen the acceptance of new opinions or actions, but if excessive levels of anxiety are awakened and the suggestions are not perceived as sufficient to meet the threat, "the attempted persuasion will be ineffective", pondered (EPSTEIN, MAGROWSKI, MCPHAIL 1975, p. 397). In order to be effective, the communication must be perceived as sufficient to meet the threat and alleviate the tension.

Previous studies conducted on health education have demonstrated that broadcast media has the potential of shaping people's identity and to make them adopt health protective behaviours (ABROMS; MAIBACH, 2008; AGHA, 2003; AL-HASSAN; ANDANI; ABDUL-MALIK, 2011; GODWYLL; NGUMBI, 2009; JANES; MARQUES, 2013; NOAR, 2006; NYAWASHA; CHIPUNZA, 2015; SCHROEDER, 2016; SINGH; RABINDRANATH; SINGH, 2017; WATERS; JAMES; DARBY, 2011).

Public health experts have identified unique advantages of using radio as a vehicle for health promotion and one common asset is its capacity to reach a wider audience than any other medium of behaviour change communication. It can directly attain those who might not have access to health information and facilities due to cost or distance and, most notably, it is an interactive medium encouraging constant dialogue and discussion even after the broadcast. These discussions are often associated with a change in attitude and behaviour, as stressed Nyawasha (2015) in a study that assessed the relevance and effectiveness of radio broadcasting as a strategy facilitating the adoption and use of safer sexual practices among students at a South African university. The paper assessed the relationship between exposure to radio broadcasting messages and the adoption of safer sexual practices suggesting that broadcasting in the university could be instrumental in promoting HIV/AIDS awareness and education. The building of disease awareness and knowledge is among the key factors that underlie and define radio broadcasting efficacy (NYAWASHA, 2015, p. 234).

For radio messages to be efficacious, they need to reflect the real situation of the target audience, argued Godwyll and Ngumbi (2009) in a study that problematized the health education messages concerning HIV/AIDS in sub-Saharan Africa. The study chal-

lenged the top-down method of disseminating health information and further advised for a more culturally sensitive and bottom-up approach.

If radio messages or programs do not reflect real situation of the target group, they will be treated as “fiction” since the audience will not be able to relate to them (IDEM, 2009, p. 82). Health promotion may incur the risk that the audience may not identify the real-life threatening issues and, thus, the need to change their behavior. “Messages and programs are required to model behavior change, show the benefits to the listeners of behavior change and raise their motivation to change within their own social-cultural context” (Ibidem). Nonetheless, Godwyll and Ngumbi contended that some radio programs in parts of Africa are not “tailor-made” for social groups and messages are often “too unusual, too unfamiliar, too culturally irrelevant, or too novel” for this population (GODWYLL; NGUMBI, 2009, p. 82).

Abroms and Maibach (2008) are among the scholars in favour of the potential of communication interventions to change public behavior and promote public health. They hold the view that media can influence change in behavior and attitudes at different levels: on the individual, at the individual’s social network and at a community level. “Compelling evidence demonstrates that being embedded in a large social network positively affects health” (ABROMS; MAIBACH, 2008, p. 223). The use of mass media aiming at stimulating interpersonal communication, for instance, encouraging members of social networks who are exposed to a campaign to discuss the topics of the campaign in their social surrounding and, so, passing on and enlarging the health information is one strategy to be implemented. “Campaigns that can stimulate interpersonal communication about the campaign topic generate larger behavior change effects” (ABROMS; MAIBACH, 2008, p. 224). The use of media for campaigns to influence community level usually aspires to adjust “perceived social norms” (ABROMS; MAIBACH, 2008, p. 225).

In a study to determine whether an AIDS prevention mass media campaign influenced risk perception and self-efficacy, Agha (2003) suggested there is a strong correlation between exposure to media messages transmitted through radio and behavior change. According to this study, participants exposed to branded advertising messages were more likely to consider themselves at higher risk of acquiring HIV and to believe in the severity of AIDS. Whereas, exposure to generic advertising messages was less frequently associated with positive health beliefs and these relationships were also weaker (AGHA, 2003, p. 749).

Mass media campaign serves as a compelling health communication intervention tool that may potentially address health attitudes, behavioral change and create aware-

ness across numerous health problems and audiences, agreed Noar (2006, p. 22) and Mamun-ur-Rashid (2019). And due to its intimate community orientation, radio is a valuable tool in facilitating and encouraging social change.

Public health interventions often take the form of media campaigns, to spread awareness and inform the population of risk factors, prevention methods, and treatment options, affirmed Schroeder (2016) pointing to radio as an effective medium of communication for these messages, particularly because it is the most accessible form of media in many countries in Sub-Saharan Africa since newer types of media are simply unaffordable for most of the population. Among the various mediums for health campaigns, radio programs tend to have the most widespread impact in terms of the amount of audience reached (SCHROEDER, 2016, p. 2–3).

The importance of communicating risk via community radio interaction was described by Janes and Marques (2013) in a study that analyzed how the communication of public health risks took place. It assessed the influence of these messages on the listener's lives through community broadcasting in the Brazilian province of Sao Paulo. It concluded that community radios can be a space for communication on public health, using "edu-communicative processes" that may play an educational role in the community, as well as encourage the communication of health risks in a dynamic and democratic way (JANES; MARQUES, 2013, p. 70). Hence, combining education and communication is an efficient form of mediating the processes of protection from health risks.

Radio stations that try to remain a-political and non-partisan, particularly in conflict prone areas have greater impact in delivery of services, stated Al-hassan, Andani and Abdul-Malik (2011, p. 5) in their paper that examined the role of community radio in improving livelihood of the people in the Tolon-Kumbungu District of the Northern Ghana. A radio in a community enables the promotion of awareness of social groups as well as it provides the avenue for the community empowerment to use radio and to speak directly to the community members (AL-HASSAN; ANDANI; ABDUL-MALIK, 2011, p. 2).

Despite the above mentioned evidence, local media is still an under-utilized tool in public health strategies, according to Internews (2011), a US-based international non-profit organization working in the field of media sector development. Establishing, supporting, and enhancing local information platforms can contribute significantly to health-seeking behavior and community mobilization around health issues to ensure free, easy access to quality health information so that individuals, communities, and gov-

ernments can make informed decisions to protect, improve, and save lives, informed the organization in a report. Public health policy and health-related attitudes are largely influenced by local media coverage, but "little has been done within the public health framework to develop capacity of local media professionals to report on health in an informed and appropriate manner", discussed the report (INTERNEWS, 2011).

Additionally, Waters, James and Darby (2011) agreed that community radios have proved to be a valuable tool in facilitating and encouraging development and social change. By producing programs that are community focussed and relevant, they are able to address community specific issues and concerns. "Local voices airing local opinions about local issues and generating community relevant solutions through dialogue is a key feature and purpose of community radio" (WATERS; JAMES; DARBY, 2011, p. 2). Journalists have a very important role to play as issues of public concern take on new dimensions during the pandemic of the new coronavirus. The outbreak of Covid-19 has tested radio stations' resilience everywhere, discussed Myers, Harford, Ssemakula (2020) who conducted a recent research project at the Center for International Media Assistance (MYERS; HARFORD, 2020) on radio financial sustainability in Africa profiling eight small and independent radio stations in Uganda and Zambia.

With a 'temporary' characteristic, stories are often broadcasted on air only once, and if the listener finds the information confused or misses a point, it might not be easy to get explanation afterwards. Radio news or reports need to write clear and use simple words, expressed Singh, Singh and Rabindranath (2017), having their presenters and reporters taking a great care while speaking. Particularly in news on health and hygiene where it lies the importance of using techniques to make the readers familiarize with the health information. Health awareness will make people well conscious of the benefits of such information and make them understand to follow some of the given ideas, as discussed Singh, Singh and Rabindranath:

In giving health messages through radio, it requires a good convincing communication medium. Lack of appropriate information on health care among public is also one factor that delays achieving the goal of public health care. (...) Health information based on the facts that are concluded after careful study of everyday lives of their target groups and environment are undoubtedly quite successful. (...) In health awareness campaign too, the news-value of the information with practical solutions within the reach of the common people should be kept in mind before broadcasting. (SINGH; RABINDRANATH; SINGH, 2017, p. 365).

In order to popularize health news just like social, political or sport news, a radio house should be imbued with an obligation to include a health section in its grid, oriented Singh et al. (2017). The benefits of the health information provided by the radio may have, on the first sight, little impact but regular and frequent input of health information may ultimately serve as a companion in achieving success in delivering health messages to masses. In other words, regular supply of health news in communities might make people become accustomed to the benefits of health awareness (SINGH; RABINDRANATH; SINGH, 2017, p. 365).

After discussing the academic literature and practitioners' experience on broadcasting health, the following section will touch upon the role played by the United Nations sponsored radios in peacekeeping contexts.

United Nations Peacekeeping Radios

Since the 1980s, United Nations peace missions have habitually created local radio stations that happened to become over the years pronounced national broadcasters in countries where they were set up. Every UN mission has a 'Public Information Office' and a radio unit with roles that include informing and facilitating international news coverage of the mission and disseminating the UN mandate information to the local population (BETZ, 2015, p. 163).

The inclusion of public information campaigns as a strategic component represented the new requirements for peacekeeping operations in the 1990s (LEHMANN, 1999). A viable public information program has become an imperative for a healthy function of a peace mission. Running "proactive radio programs" would be desirable in order to develop effective information strategies (LEHMANN, 1999, p. 151).

Peacekeepers' basic purpose is to bring about peace and reconciliation between warring parties. Peacekeeping has been defined by various scholars, practitioners, and concerned organizations (BOUTROS BOUTROS GHALI, 1992; BURES, 2007; HOWARD, 2019; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 1999; UN, 2008). Over the years, peacekeeping evolved from a "primarily military model of observing" ceasefires to incorporating complex elements such as military, police and civilians that work together to create the foundations for sustainable peace (Ibidem). As stated in the *Agenda for Peace* by the former UN Secretary General Boutros Boutros-Ghali (1992):

(...) peacekeeping is the deployment of a UN presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. (BOUTROS BOUTROS GHALI, 1992, paragraph 20).

As a tool for maintaining international peace and security, UN peacekeeping operations are guided by the principles of consentment of the parties, impartiality and the non-use of force, except in self-defense and in defense of the mandate (UN, 2008, p. 31). They are responsible for observing ceasefires and organizing troop demobilization, but also for monitoring and protecting human rights, providing "humanitarian aid, retraining troops, reforming military and police forces, protecting civilians, reforming legal systems, assisting in economic reconstruction, and sometimes administering the entire state until a new government can take over" (HOWARD, 2019, p. 5–6).

In the absence of a set up media landscapes, UN-produced content has sometimes served as the "only reliable source of information" for local population (BETZ, 2015, p. 163) such as UN Radio Miraya in South Sudan and Radio Okapi in the Democratic Republic of Congo. Over the years, UN radios transcended their traditional public information role shifting towards delivering news and providing space for live dialogue with the country's leadership and its citizens. In some cases, a dual role is played by the UN radio – public diplomacy or public information coupled with news broadcasting (BETZ, 2015, p. 172).

Most UN agreements regarding the use of radio frequencies and broadcasting are negotiated once the mission is in fact established on the ground indicating that there is a lack of long-term planning when it comes to improving the country's media scenario (ORME, 2010, p. 8). Running a radio station should be considered as "legitimate" as deploying troops, Orme stressed (2010, p. 19).

Amid the coronavirus crisis, the UN peacekeeping missions have ventured in offering vital services through their radios ranging from sharing vital health information about COVID-19 to providing educational programmes during school closures (DEPARTMENT OF GLOBAL COMMUNICATION, UNITED NATIONS, 2020). They are striving to deliver Covid-19 information to vulnerable communities in conflict-affected countries.

Providing accurate and timely information to the public and media about the UN's role in Covid-19 prevention and preparedness and the impact on UN personnel and activities in the country is an operational necessity and fundamental to fighting the disease (UNRIC, 2020).

These stations have played the role of getting the word out to vulnerable communities in conflict-affected states about the pandemic and how people can protect themselves and others from getting the disease. Responding to a request from the government, the UN Radio Okapi in the Democratic Republic of the Congo, for example, has become the first media outlet throughout the missions and nationwide to provide education via radio. The Congo-based radio launched classes on air aimed at 22 million children who are at home due to Covid-19 – two to three hours a day of classes are aired on the main primary cycle subjects, including Math, French, reading and writing, health and environmental education and hygiene. In South Sudan, UN Radio Miraya is likewise helping the country's awareness-raising campaign. It also begun broadcasting lessons in support of a remote learning initiative developed in cooperation with the country's Ministry of General Education and UNICEF.

Communicating Risk

We turn now to discuss crisis and risk communication in the face of extreme and sudden danger. Since its origins in the late 1980s, risk communication practice has gained a better understanding of its goals, as stressed Leiss (2004). A good risk communication practice tries to address “divisions between experts and the public” in order to facilitate an informed understanding of the risks (LEISS, 2004, p. 403).

As Powell and Leiss (LEISS, 2004; POWELL; LEISS, 1997) define, risk communication is the process of communicating “responsibly and effectively about the risk factors” that are related to industrial technologies, natural hazards, and human activities. For Lundgren and McMakin (2018), understanding the context and facilitating an exchange of information, attitudes, values, and perceptions in both directions can help build better risk decisions (LUNDGREN; MCKAMIN, 2018, p. 16).

The understanding of risk in this paper is informed by the risk society approach from the work of the German sociologist Ulrich Beck (1992, 2006). Risks can be “changed, magnified, dramatized or minimized within knowledge” (BECK, 1992, p. 22–23). Media, scientific and legal professions are the ones responsible for defining risks that have now become “key social and political positions” (Ibidem). In Beck's view, risks take “symbolic forms” once they are shaped by media that employs certain types of “techniques of visualization” (BECK, 2006, p. 332).

The experience of global risks represents a “shock for the whole of humanity,” as

preconized Beck since they “tear down national boundaries” (2006, p. 330-331). Modern society has become a risk society in the sense that it is more and more occupied with “debating, preventing and managing risks that it itself has produced” (BECK, 2006, p. 332). Risks would mean the anticipation of catastrophe, since they are threatening events and as the moment they become reality, they “cease to be risks and become catastrophes” (BECK, 2006, p. 332).

An example of anticipating catastrophes is the warning done by a group of infectologists in Hong Kong in 2007 regarding the presence of a “large reservoir of SARS-CoV-like viruses in horseshoe bats, together with the culture of eating exotic mammals in southern China” (CHENG et al., 2007). They alerted what could be a “time bomb” with the possibility of the re-emergence of SARS and other new viruses from animals or laboratories and, thus, recommended that the “need for preparedness should not be ignored” (CHENG et al, 2007).

Perceptions of global risk can be characterized by features of “de-localization” of its causes and consequences (not being limited to one geographical location or space); “incalculableness” of its consequences; and “non-compensability” (BECK, 2006, p. 333–334). Within this framework, it is important to note that risk does not exist independently of observation but is socially constructed and a mediated cultural product (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1320). Portraying a health issue as a global risk means a construction of the issue as a “policy problem” with a set of “policy responses” (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1321).

For Beck, some groups of people are more affected than others due to unequal distribution of wealth and growth of risks – since risks produce new international inequalities between what he calls the “Third World” and the “industrial states”, and among the industrial states themselves (BECK, 1992, p. 23). What thus emerges in risk society, according to Beck, is the “political potential of catastrophes” producing a reorganization of power and authority (BECK, 1992, p. 24).

The new coronavirus outbreak has shown that risk society leads to a vulnerable society (SADATI; B LANKARANI; BAGHERI LANKARANI, 2020). In here, risk communication holds a central position in the contemporary public debate as risks are mainly communicated by government agencies, media and social networks that inform how to avoid behavior or how to adopt certain habits (NIHLÉN FAHLQUIST, 2019, p. 111).

Within this scholarly field, risk communication is developed in three phases, (LEISS,

2004; NIHLÉN FAHLQUIST, 2019; POWELL; LEISS, 1997) having the first a form of education where the public should be informed about risk estimates (NIHLÉN FAHLQUIST, 2019, p. 112). In a second phase, the risk communication is transformed into a “marketing practice” with the objective of persuading people to adopt a certain message. In this phase two, the marketing-based communications would attempt to “make unpalatable risk messages acceptable” (POWELL; LEISS, 1997, p. 212). The third phase acknowledges the need for a long-term “institutional commitment” to developing and applying “good risk communication practices” (POWELL; LEISS, 1997, p. 212). It is viewed as a participatory practice which the gap between experts and lay people is bridged (NIHLÉN FAHLQUIST, 2019; POWELL; LEISS, 1997).

How risks are presented or framed in messages have implications on how the audience is affected, argued Fahlquist (2019). One important decision when shaping a risk message is whether it aims at convincing people to behave in a specific way, or whether it should present options for action with “pros and cons” depending on the level of urgency (FAHLQUIST, 2019, p. 116).

Lundgren and McMakin (2018) identified roles of news media in risk communication that embodied the reporting of existing information; the influencing of the way an issue is portrayed; independently bringing an issue to the public’s attention or restricting its coverage; and proposing solutions to a risk-related decision, including taking a stand on an issue (LUNDGREN; MCKIN, 2018, p. 260).

When a crisis presents imminent danger, journalists begin reporting on existing information to warn the public quickly enough. At a later stage, media organizations may turn to a more “investigative role” as an attempt to reveal the factors that led to the crisis. Such role may involve working with official investigating organizations, citizens’ groups, and policy makers to portray a more complete landscape of the risk, its causes, and potential solutions (LUNDGREN; MCKIN, 2018, p. 260). It is during a crisis that media’s influence has become important and, under harsh conditions, society and their citizens find themselves at the peak of their “dependency on mediated communication”. In those occasions, the media are prone to be “supportive of the authority’s efforts” and likely to mute possible criticisms (NEUWIRTH, KURT., 2008, p. 406).

Framing Pandemic as Risk

Global health issues and particularly risks from disease outbreaks have gained

prominence on the international political agenda in the last two decades (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1316). Communicable diseases are considered threats requiring responses that move outside the “realm of normal politics”, as McInnes and Roemer-Mahler evidenced during the west African Ebola outbreak of 2014-15 – “from the closing of borders, restrictions on travel and imposition of curfews to the deployment of militaries and other security personnel” (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1314). The Ebola crisis implied a threat to international peace and security. The authors also revealed abrupt differences in how vulnerable populations were to become infected and the unequal access to treatment during the HIV/AIDS epidemic. Both health crisis, Ebola and Aids, were portrayed as risk to global stability and security (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1317–1318). This paper draws from the study of McInnes and Roemer-Mahler that looked at how international organizations frame risk in different ways. In their definition:

Framing provides an analytical tool to highlight the fact that health is a political space: framings are driven at least partly by strategic interests and compete for resources over how to respond and whose interests to privilege over others.” (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1331).

Four types of risk related framings are outlined and used in this study on the UN Radio Guira coverage in relation to the pandemic: biomedical, security, economic and rights. The risk frame allows to place health issues in a wider context “where disease is just one of a number of concurrent dangers rather than a separately identifiable hazard” (MCINNES; ROEMER-MAHLER, 2017, p. 1336).

The biomedical frame focuses on the spread of the disease and on the suffering of patients. It offers pathways of response based on prevention, containment and treatment (MCINNES; ROEMER-MAHLER 2017, p. 1330). Framing risk in terms of security refers to the risk of a state failure, and threat to international peace and stability in a particular region. “Epidemics may threaten the social contract, when governments are unable to provide protection for their citizens; and new diseases may provoke widespread fear in society” (MCINNES; ROEMER-MAHLER 2017, p. 1330). The economic frame warns to a “potentially catastrophic blow” to economies in an already weak region. Lastly, the rights frame is based on the idea of a risk to “the enjoyment of the highest attainable standard of health,” as preconize the World Health Organization constitution (WHO, 2006) and that how poor health may lead to discrimination and increase of social inequalities.

Radio Guira in Central African Republic

The privately-owned press first appeared in Central African Republic in 1991 when the political scene was being liberalized (FRÈRE; MARTHOZ, 2007, p. 135). In the 2000s, population outside the capital Bangui was completely neglected because none of the media had the technical and financial resources to maintain correspondents in the rest of the country (FRÈRE; MARTHOZ, 2007, p. 146).

The UN Multidimensional Integrated Stabilization Mission (MINUSCA) was created through the UN Security Council Resolution 2149 (UNSCR, 2014) that authorized the deployment of more than 10,000 peacekeepers in the country. The mandate is to protect civilians and to support the political process and restoration of the State authority.

Launched in September 2014 and based in the capital Bangui few months after the official creation of MINUSCA, Radio Guira aims at providing coverage to more than 80% of the population broadcasting 24/7 news programs, features, talk shows, magazines, radio spots and music, according to the radio's statement (MINUSCA, 2015a, 2015b). Guira is staffed by twenty journalists and its mission is to support and promote the peace process, accompany the elections and restoration of state authority and become an instrument of peace, as described in the UN website. Its editorial charter indicates that the outlet is committed to fair, balanced and accurate news and information and freedom of the press with programs aired in French and in Sango devoted to themes related to peace, reconciliation, human rights and protection of civilians.

A Content Analysis of Guira's Evening Newscasts

This section describes the methodology that guided the process of the content analysis with its coding scheme performed with the software MAXQDA. The purpose of content analysis is to identify and count the occurrence of characteristics and dimensions of a media text and, through this, problematize the messages and representations in a wider social implication (HANSEN; MACHIN, 2013, p. 89). The chore of content analysis is to examine a sample of media and to classify it according to a number of predetermined dimensions (HANSEN; MACHIN, 2013, p. 98).

For the purpose of this study, two consecutive weeks of the UN Guira evening's newscast (*Journal de la Soirée*) were collected in April 2020 (from 6 to 17 April), a total of ten newscasts were transcribed (exception of the weekend 11-12 April). A 'Code Book' was created deductively and done in two layers of coding.

It was not possible to obtain the whole programs of the grid due to the difficulty to access Guira's content. A decision was taken to investigate only the main daily newscast. The sample for the analysis only included the news broadcasted in French and not the one in Sango – they are supposed to offer the same news content – and for a limited timeframe in April, when the number of Covid-19 confirmed cases was still small. Although widely accepted the content analysis as a method, a critical discourse analysis could have been applied in the sample so as to deeper in the analysis of power relations. For a bigger and wider scope, a larger sample of the newscasts could be included in the future from the consecutive months following the pandemic to keep track of the evolution of the coverage. Future research could enlarge the size of the samples and vary the methods of analysis.

Actors, Action and Knowledge

The first layer of coding was grouped around three key labels: 'Action,' 'Actors,'² and 'Knowledge' with each one assembling subcodes. The code 'Action' denotes the type of action that was undertaken or encouraged by the speaker (either the anchor of the newscast, the reporters, or the interviewees) with the following subcodes: 'Creating trust' with expressions that pointed to building confidence with the listeners; 'Persuading people' that indicates persuasion; 'Education for behavior change' with expressions pointing to an educative action; 'Participatory Practice' with phrases that stressed the intention to bridge a gap between experts, authorities, people, and communities; and 'Recommendations' denoting what should be done about an event.

The code 'Actors' indicated the categories of sources involved (quoted or referred to) in the newscast. It assembled the following subcodes: 'Armed Groups and Armed Force' including state and non-state armed groups; 'United Nations' embracing UN agencies, peace operation, and UN experts; 'International Organizations' as international community; 'Government, official sources, political parties' and 'Actors from Civil Society' that embrace local voices, community actors, religious figures, and press. It is noteworthy a comment about the code 'Armed Groups and Armed Force'. The armed forces are together with other categories of armed groups since there is a thin line separating the actuation and compliance with the rules of the armed contingents. While the government control area in CAR's territory is around 20%, the fourteen armed groups existent and operational in the country hold control of 80% of the territory (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; ISS, 2019).

² Actor here is understood as a "person engaged in action that is framed, as is all social action" (KARP, 1986, p. 137). An actor's action is rule-governed and rule-oriented. This paper acknowledges that the term actor has been institutionalized by Latour (1996, 2007). Latour (1996) defines an actor as an 'actant': "something that acts or to which activity is granted by others" (IDEM, 1996, p. 373). An actant is, thus, "any entity that acts in a plot until the attribution of a role" (LATOUR, 1994, p. 33).

The third code 'Knowledge' indicated the types of information provided by sources categorized into: 'Factual' (providing information about what happened); 'Explanatory' (why did the fact happen?); 'Descriptive' (with the description of the fact, details of what happened and what was it like to be involved in what happened?); and 'Evaluative' (with moral judgment asking if what happened was good or bad)³. A visual graphic with the first layer of codes are below (Fig.1) indicated:



Fig.1: Visual graphic (MAXQDA) on the first layer of codes

Risk Framing

The following step was to identify possible frames in the newscasts. A second layer of deductively defined codes evoked the conceptualization of news framing defined by Entman (1993)⁴. This paper draws from the study of McInnes and Roemer-Mahler (2017) that looked at how international organizations frame risk in different ways. This layer of codes grouped four main types of framing the pandemics as a global risk: Biomedical, Security, Economic, and Rights.

The framing identification was done in chunks of texts according to each headline and news items. The strategy was to detect possible frames related to the coverage of

3 (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1991; CHAN, 1991 apud HANSEN; MACHIN, 2013, p. 100).

4 Frame is the process of organizing a news story, thematically and stylistically to fit into a specific storyline. To frame is to select aspects of an “observed reality and use them in a news content; journalists package viewpoints, quote phrases and use stereotypical images to support a specific interpretation of a news event” (ENTMAN, 1993, p. 52) so as to promote a particular definition of a problem, a causal interpretation and a moral evaluation.

the pandemic and subjacent issues. It was possible that a portion of text had more than one subcode within a same frame and that subcodes from different frames overlapped.

The Biomedical frame gathered six subcodes: informing about the 'Nature and spread of the disease and risk of contamination'; description of 'Suffering of patients'; information about 'Pathway of response: prevention, behavior change'; 'Pathway of response: treatment'; information about the 'Health system'; and 'Shortage of (health/ medical/ material/ general) resource'.

The Security frame had four subcodes: 'Risk of state failure/ outbreak of violence'; 'Threat to peace'; acting '(against) Rumors, misinformation, fake news'; and 'Transparency (holding Government accountable)'.

The Economic frame embodied five subcodes: 'Warning to economic impact of development'; information on 'Lost productivity, loss of jobs, lack of workforce'; 'Reduced investment in areas affected by a disease'; 'Need for investment'; and information on 'Travel/ mobility restrictions'.

Finally, the Rights frame grouped three subcodes: the need to 'Safeguarding rights (prisoners/ workers/ citizens/ etc)'; 'Humanitarian dimensions'; and 'Impact on women and children'. The daily section of newscasts on Sports did not fit in any particular frame. '*La Page de Sport*' informs the latest news related to the operations of sports' clubs during the pandemic. It suited in the Rights frame since sports may be seen as condition for the exercise of human rights (UNESCO, 2015)⁵. A visual graphic with the frames and the second layer of codes are below (Fig.2) indicated:

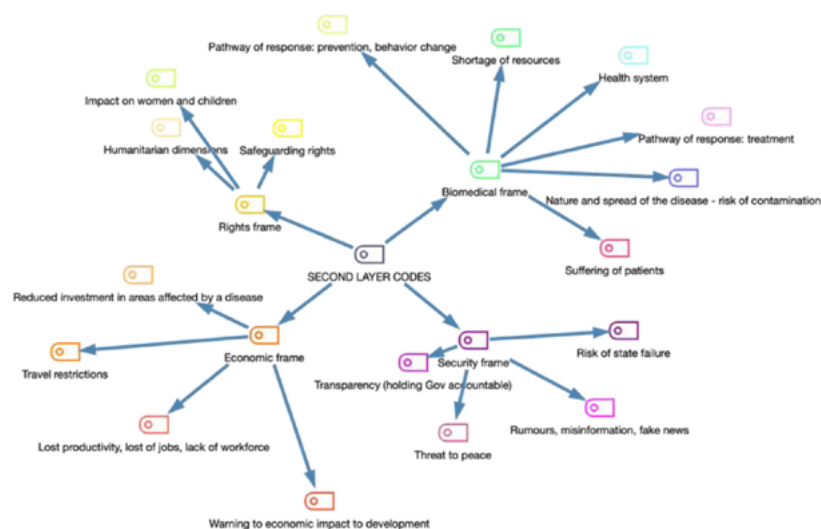


Fig.2: Visual graphic (MAXQDA) on frames, the second layer of codes.

⁵ As informed in the 2015 International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport, on Articles 1, 9 and 11, the practice of physical education, physical activity and sport are a fundamental right for all. Safety and the management of risk are necessary conditions of quality provision.

The next section discusses the findings of the variables and frames and gives a closer look at the language and structure of the newscasts.

Findings and Data Analysis

1 - Variables and Frames

The evening newscasts are the main news program at Guira's grid. The ten newscasts sum up two hours and 22 minutes, an average of 14 minutes for each program. Each newscast had an average of six headlines per broadcast. In total, there were 41 standalones interviews (average of four per program) lasting in total 1 hour and 16 minutes with an average of less than two minutes (00:01:52) per interview. The 41 pre-recorded interviews account for half of the total newscasts. Four of them reproduced public speech of authorities (either governmental or international public figures), and two others were on the format of Vox Populi, interviewing randomly the population and assembling them in a block of soundbites. The final interview of the program is a Question and Answer (Q&A) format, 'Invité de la Redaction'. The ten Q&A sessions lasted in total around 46 minutes, an average of less than five minutes per program. Related to the 11 reportage that were aired (on a format of the reporter's voice over and soundbites), only two newscasts did not broadcast any reportage, three aired two reportage in the same newscast and five newscasts aired only one reportage with an average of one minute and a half of duration.

- **Actors**

In seven out of 10 newscasts, government, official authorities and political parties were the main actors. In only one newscast (9 April), civil society was coded more times than the official authorities and on 10 April, UN and international organizations appeared as the main actors.

The 41 interviews and 11 reportage had the government, official authorities and political parties as the main sources, counting almost half (31) of the 64 'Actors' totally coded. The rest was shared mainly among actors from civil society (15) and UN voices (11), summing both 26 times. International organizations were coded four times and three times the armed groups or armed forces (particularly the Central African Armed Force-FACA). This proportion is very similar if we only consider the 41 pre-recorded interviews without the reportage – the governmental actors summed 23 out of 43 total 'Actors' coded in the interviews; being followed by ten times coded among actors from

civil society; only four times UN voices and three times each international organizations and armed forces. The table below (Tab. 1) indicates the amount of 'Actors' coded in the 41 interviews and in the 11 reportage:

Tab. 1: 'Actors' coded in broadcasted interviews and reportage

ACTORS*	TOTAL Interviews + Reportage	ONLY Interviews
G	31	23
ACS	15	10
UN	11	4
IO	4	3
AG	3	3
Total	64	43

*G - Government and official political parties
 ACS - Actors from Civil Society
 IO - International Organizations and international community
 UN - United Nations agencies, departments or peace operation
 AG - Armed Groups and Armed Force

If we consider the 'Actors' subcodes within the whole newscast scripts, they appeared in 254 coded segments, as indicated below (Tab. 2):

Tab. 2: Coded Segments: 'Actors' throughout the newscasts

Actors	Frequency	Percentage
Actors\Government, official sources. political parties	117	46,06
Actors\Actors from civil society	49	19,29
Actors\UN	46	18,11
Actors\International organizations – NGOs, international community	27	10,63
Actors\Armed Groups, Armed Force	15	5,91
Total	254	100,00

The governmental and official actors represented almost half (46%) of the coded segments in all the ten newscasts scripts together, followed closely by actors from civil society and UN (19% and 18% respectively), and lastly NGOs and armed groups (10% and 6%, respectively). A visual chart with the proportion of the coded segments of 'Actors' is displayed below (Fig. 3):

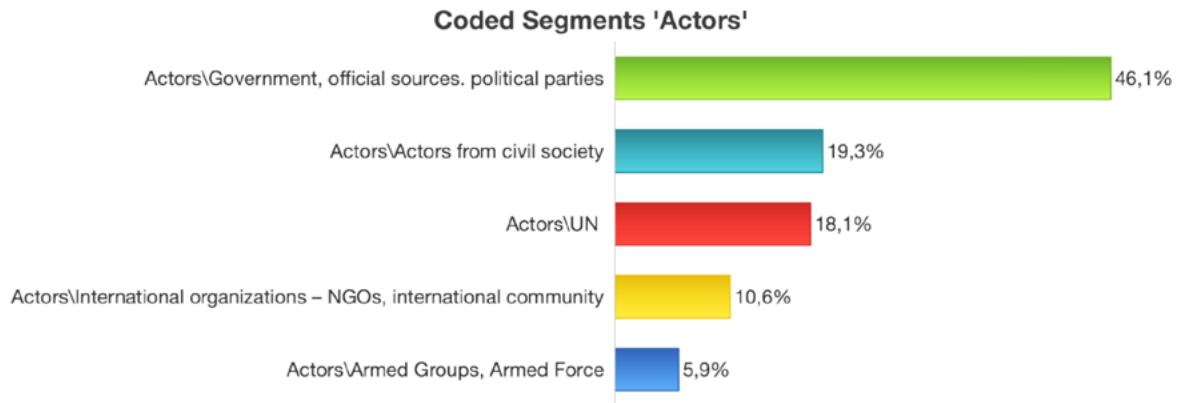


Fig. 3: Visual graphic of the proportion of 'Actors' coded throughout the newscasts.

- **Action**

Related to the group named 'Action' that denoted the type of action that was being undertaken or encouraged by the speaker (either the anchor of the newscast, the reporters, or the interviewees), the subcode 'Recommendations' (standing for the sources or journalists suggesting what could be done in relation to an event of phenomenon, particularly related to the COVID-19 pandemic) appeared thirty times, i.e. one third of the 'Action' codes (Tab. 3) in the pre-recorded interviews and reportage. It was followed by 'Education for behaviour change' (expressions that pointed that an educative action should be carried out), being coded 24 times (25%); followed by 'Persuading people' (with expressions that indicated persuasion and advice) with 20 times; eleven times of 'Creating trust' (language spoken that pointed to building trust and reliance with the listeners); and, finally 'Participatory Practice' (that stressed the intention to bridge a gap between experts, authorities and people and promote more participation within communities) was detected only eight times, appearing less than ten percent of the total 93 times in the five subcodes (Tab. 3).

In relation to solely the 41 interviews, discarding the reportage, the code system follows a similar pattern: first 'Recommendations' (almost a third, with 22 coded) followed in the second place by 'Education for behavior change' (coded 20 times); then, 'Persuading people' (18); and finally, 'Creating trust' and 'Participatory Practice' appeared only ten and seven times, respectively. As indicated in the table below (Tab. 3):

Tab. 3: ‘Action’ coded in broadcasted interviews and reportage

ACTION**	TOTAL Interviews + Reportage	ONLY Interviews
RC	30	22
ED	24	20
P	20	18
C	11	10
PP	8	7
Total	93	77

** RC - Recommendations
ED – Education for behavior change
P - Persuading people
C - Creating trust
PP - Participatory practice

If we consider the five subcodes of ‘Action’ within the whole newscast scripts, they appeared in total in 282 coded segments (Tab. 4). The subcode ‘Recommendations’ was present in all the ten newscasts individually (appearing in 87 subcoded segments), and particularly in four days (8, 10, 15 and 17 April) representing at least one third of the five subcodes in six document transcripts separately (Tab. 5).

‘Recommendations’ was regularly coded coupled with ‘Education for behavior change’ (81 coded segments) (Tab. 4). ‘Persuading people’ appeared in 62 coded segments (Tab. 4) in nine newscasts (being absent only on Monday 6 April), having prominence in six newscasts with more than 20% of the coded texts (Tab. 5). ‘Creating trust’ and ‘Participatory Practice’ were the least coded in each daily newscast with 38 and 14 coded segments respectively (Tab. 4). ‘Creating trust’ appeared with more emphasis on Monday 6 April corresponding to 60% of the coded segments, the rest of the nine newscasts it was coded an average of 13% proportionally (Tab. 5). Interesting to note that ‘Participatory Practice’ was not detected in three newscasts (6,7, 8 April) and on the other seven documents it corresponded to an average of 5% of the coded segments (Fig. 4), reaching the highest amount of coding only in April 10 with 11,8% (Tab. 5). See below the table (Tab. 4) and the visual graphic (Fig. 4) indicating the proportion of the subcodes of ‘Action’ in 282 coded segments throughout the ten newscasts:

Tab.4: Coded Segments of 'Action' throughout the newscasts

	Frequency	Percentage
Action\Recommendations	87	30,85
Action\Education for behaviour change	81	28,72
Action\Persuading people	62	21,99
Action\Creating trust	38	13,48
Action\Participatory practice	14	4,96
TOTAL	282	100,00

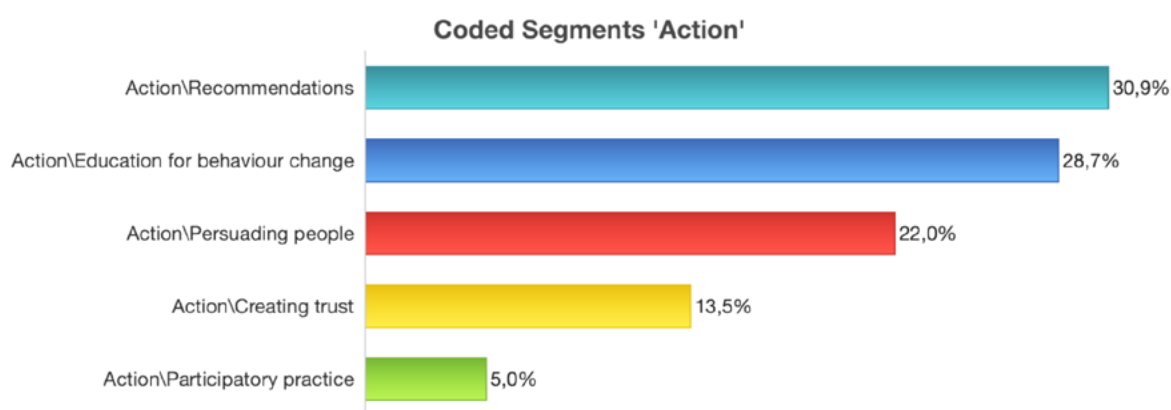


Fig. 4: Visual graphic of the proportion of 'Action' coded throughout the newscasts.

Additionally, the table (Tab. 5) below offers in more detail the proportion of the sub-codes of 'Action' detected in each daily newscast separately:

Tab. 5: Proportion of subcodes of 'Action' in each of the daily newscasts

	17 abr.	16 abr.	15 abr.	14 abr.	13 abr.	10 abr.	9 abr.	8 abr.	7 abr.	6 abr.
Creating trust	18,8%	13,9%	11,5%	29,6%	13,6%	11,8%	5,9%	15,8%	6,7%	60%
Education for behaviour change	25%	36,1%	23,1%	23,1%	31,8%	19,6%	33,3%	31,6%	36,7%	20%
Participatory practice	6,3%	2,8%	7,7%	3,8%	4,5%	11,8%	3,9%	0	0	0
Persuading people	6,3%	13,9%	34,6%	29,6%	27,3%	23,5%	23,5%	15,8%	23,3%	0
Recommendations	43,8%	33,3%	23,1%	19,2%	22,7%	33,3%	33,3%	36,8%	33,3%	20%

When we turn to analyse the co-occurrence of the 'Action' subcodes, it is observed that 'Recommendations' and 'Persuading people' appeared jointly and overlapping to-

gether with 'Education for behaviour change' that appeared in a triangle relation as we see can see in the graphic below (Fig. 5). The numbers in parenthesis are the number of coded segments, the font size reflects the frequency. 'Participatory Practice' and 'Creating Trust' appear both isolated in different edges pointing that they did not accompany any other code.

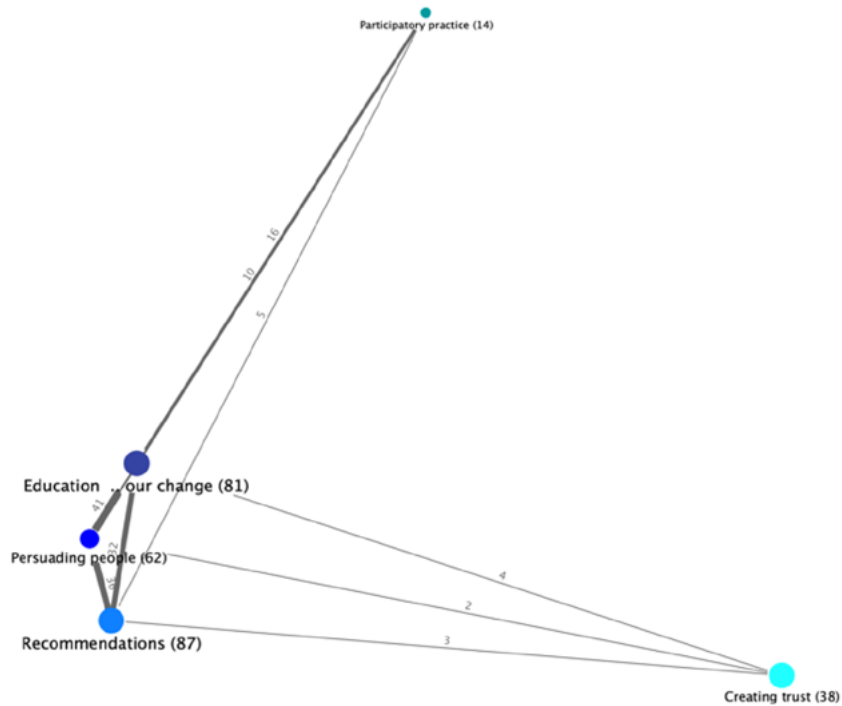


Fig. 5: Visual graphic (MAXQDA) of the co-occurrence of the 'Action' subcodes.

A reportage aired on Thursday, 16 April depicted a capacity building promoted by the Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) section of MINUSCA to a dozen of members of the 'council of wise men' (conseil des sages) and agents of the municipality of Bria on measures related to the pandemic. One of the soundbites from a MINUSCA-DDR representative is an example of the three subcodes that were coded together ('Recommendations,' 'Persuading people' and 'Education for behavior change'):

“[Interviewee]: We are going to see the community leaders so that these leaders can help our emissaries with the population to tell them about this disease, and introduce barrier actions to prevent the spread (...) The barrier gestures first is to wash your hands constantly with soap and water to remove the germs or to finish in the elbow to avoid this pandemic.” (translation from the original in French)

An excerpt of fostering 'Participatory practice' can be highlighted on 13 April when

the presenter announced an activity promoted by a local youth association to campaign with the displaced people on issues concerning the COVID-19:

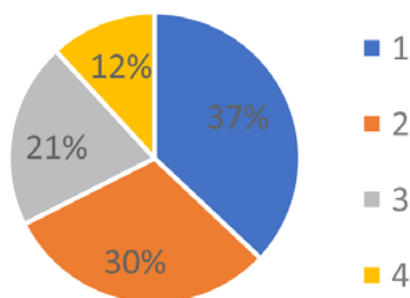
“[Presenter]: Still on the subject of combating the spread of the coronavirus, the Central African youth association for peace and development in Bambari carried out a week-end awareness campaign on the displaced persons on the sites.” (translation from the original in French).

- Risk Frames

When we turn to the four main types of risk framing, the Biomedical was the dominant representing 37% of the newscasts (97 of a total of 262 coded segments) coupled with the Rights frame (30%, 80 coded segments). Less prominent but also important was the Economic frame (around 20%) with 54 coded segments, and the less remarkable was the Security frame present in 11,8% (31 coded segments), as Tab. 6 and Fig. 6 show:

Tab. 6: Coded Segments and proportion of Frames throughout the newscasts

Frames	Frequency	Percentage
Actors\Government, official sources. political parties	117	46,06
Actors\Actors from civil society	49	19,29
Actors\UN	46	18,11
Actors\International organizations – NGOs, international community	27	10,63
Actors\Armed Groups, Armed Force	15	5,91
Total	254	100,00



1 – Biomedical / 2 – Rights / 3 – Economic / 4 – Security

Fig. 6: Visual graphic of the proportion of Frames coded throughout the newscasts.

The Biomedical frame was coded in six newscasts (7, 10, 13, 14, 15, 16 April). The Rights appeared in five programs (6, 8, 9, 10, 17 April), whereas the Economic frame

occurred with notoriety in three days (7, 8, 16 April). The Security frame was not coded in three newscasts (6, 7, 14 April) and only appeared more notably on 8, 9, 17 April. Noting that one frame does not exclude the other, and they may be overlapping on the same newscast.

The Biomedical was prominent in 26 out of 41 interviews. The second most coded frame within the interviews was the one of Rights being detected in 20 interviews. The Economic frame was coded in 16 interviews, and far off came the Security that appeared in six interviews only. The Economic tended to be associated with the notion of Rights being coded jointly.

On 6 April, the Rights frame was salient in the journalists' questions to a psycho-social assistant of a health center in the town of Bouar, who was the guest for the Q&A session. The same would go for the 14 April Q&A guest who was the head of a listening center and counselling for young people in Bouar, and the director general of arts and culture who spoke on 15 April about the importance of cultural diversity while evoking the contribution of artists and musicians in the fight against Covid-19 in the CAR.

In two occasions the Economic frame was predominant in Q&A sessions: on 8 April when the general manager of transport spoke about preventive measures taken by the authorities to reduce the number of passengers in buses, taxis and motorcycles; and on 16 April, when the invited was the manager of the agency for agricultural development, a subsidiary at the town of Bouar.

A similar phenomenon appeared in a smaller scale with the Security frame that was often detected preceding or succeeding the information on Rights. The first headline of 13 April indicates the Security frame with the subcode '(against) Rumors, misinformation, fake news':

"[Presenter] MINUSCA is intensifying the fight against the coronavirus in the CAR. It distributed last Saturday more than hundreds of radio posters to the inhabitants of Bouar and Bandoro to follow the information on the preventive measures against this pandemic." (translation from the original in French).

One of the citizens later interviewed said:

"[Voz Populi] So that Radio Guira is really making an effort to reach the rights for the entire population. So, I am very, very touched by this gesture." (translation from the original in French).

Biomedical

The Biomedical permeated all the structure of the ten newscasts analyzed, being most of the time the main narrative line, but also being present even when there were other predominant frames. It had six subcodes that appeared 144 times in the analysis. This frame is led by the subcode 'Pathway of response: prevention' (coded 84 times), followed by 'Nature and spread of the disease - risk of contamination' (30 times); and 'Shortage of (health/ medical/ material/ general) resources' (coded 19 times). 'Health system;' 'Pathway of response: treatment' and 'Suffering of patients' were inexpressive being coded only 8, 2 and 1 time, respectively.

One example of the segment with the subcode 'Pathway of response: prevention' is on 6 April, on a pre-recorded interview with the minister in charge of hydraulics where he emphasized the need for water to prevent the infection. In this interview, he announced the drilling works in the capital:

“[Interviewee]: Today the issue of prevention against COVID-19, water is at the center of it all. We are doing work in the sense that the population ... and its surroundings have access to drinking water. So, several actions are being done ... right now at the level of SODECA [Société de Distribution d'Eau en Centrafrique]. We are in the process of installing all the... pumps that have already been shipped to Bangui.” (translation from the original in French).

As well as in the Q&A from 7 April when the Red Cross field delegate in Bouar:

“[Interviewee]: It must be said that this virus attacks everyone, there is no distinction of ethnicity, social class and if we do not respect the precautions emanated by the government, no one will be spared. Therefore, more than ever, the people that we attend on a daily basis need all the help possible right now and after the end of the pandemic. It is not only a health crisis, the COVID-19, but it is a crisis which touches all the facets of the society therefore we really invite everyone to be responsible for respecting the preventive measures put in place by the government.” (translation from the original in French).

Rights

The Rights framing had three subcodes, the one of 'Safeguarding rights (prisoners/ workers/ citizens/ etc)' coded 33 times; whereas 'Impact on women and children' appeared 28 times and 'Humanitarian dimensions' only five times. Since there was no particular subcode for Sports, it was coded 20 times under the general 'Rights frame.'

'Safeguarding rights' is present in all the newscasts having appeared with more prominence at the first and at the final third of each emission. 'Impact on women and

children' was mainly remarked in the half portion of each emission and pointing towards the end of the newscasts. 'Humanitarian dimensions' had overall little appearance.

The subcode 'Safeguarding rights' appeared on 17 April when the presenter announced:

"[Presenter]: Prevention against the coronavirus, a team of technicians from the Justice Department and partners is reflecting on the possibility of releasing a certain number of prisoners. The goal is to unclog prisons as part of the fight against the spread of the coronavirus. Explanations with (...) Director General of Legal Services." (translation from the original in French)

'Impact on women and children' was detected on 17 April when the presenter announced an awareness campaign with women offered by MINUSCA:

"[Presenter]: Fight against the coronavirus always, this time, in Bria. Twenty women leaders are committed to fighting this pandemic. They were formed yesterday by the Gender section of MINUSCA. (...) They were informed on the origin, transmission and barrier measures to prevent this pandemic. During these two sessions, the issue of gender-based violence was also addressed" (translation from the original in French)

The subcode 'Humanitarian dimensions' appeared on the 13 April Q&A with the humanitarian coordinator and deputy special representative of the UN Secretary General in the Central African Republic:

"[Interviewee]: The UN is there, we stand in solidarity with the government, we stand in solidarity with the population and do not leave the CAR, we are going to stay and lead in this fight against the coronavirus." (translation from the original in French)

Economic

The Economic framing had five subcodes and in total 59 coded segments. 'Need for investment' was coded 23 times, followed by 'Lost productivity, loss of jobs, lack of workforce' (15 times), 'Warning to economic impact to development' (10 times). 'Reduced investment in areas affected by the disease' and 'Travel/ mobility restrictions' were not much coded, 6 and 5 times, respectively.

Particularly the subcode 'Need for investment' was detected on 16 April when the presenter announced:

"[Presenter]: The European Union grants more than thirty million euros to the country to fight against the coronavirus. The partners of the CAR are more than mobilized." (translation from the original in French)

Regarding 'Lost productivity, loss of jobs, lack of workforce,' it appeared on 7 April on a Vox Populi where sellers in the central market criticized the non-involvement of the municipality in the fight against the pandemic:

"[Vox Populi]: The coronavirus phenomenon on our activities has really overtaken us, because people do not come to buy our goods and it weighs heavily on our daily income. (...) what used to be 15 to 30 thousand francs and now it's difficult to expect 10 thousand francs as revenue per day." (translation from the original in French)

On 'Warning to economic impact to development,' the first headline of 16 April announced by the presenter was:

"[Presenter]: Welcome to this edition, here are the titles. Rise in prices of basic necessities due to coronavirus (...) the Central African consumer continues to suffer." (translation from the original in French)

Security

And finally, the Security framing had four subcodes coded 40 times. 'Threat to peace,' 'Transparency (holding Government accountable),' and '(against) Rumors, misinformation, fake news' were coded, 13, 12 and 11 times, respectively. 'Risk of state failure/ outbreak of violence' only appeared four times. The framing of security was detected in some of the questions posed by the journalist to the humanitarian coordinator and deputy special representative of the UN Secretary General in the CAR interviewed on 13 April:

"[Reporter]: The protection of the civilian population remains a priority for the mission, but we note that several regions of the country are today under the control of armed groups, how do you ensure the protection of this population in this context of Covid-19?"

"[Interviewee]: (...) we must not forget that the sixteen prefects are in place, the deputy prefects are in place, the general sectors are being deployed, so it's not an empty ground, we can see the presence of armed groups, but they are also armed groups that are signatories to the peace agreement that are there. It is true that there is some difficulty, especially in the North East with some armed groups that the government is managing with the ... peace agreement facilitators." (translation from the original in French).

II – Language and Structure of the Newscasts

This section is devoted to a closer look at headlines as well as the code group of 'Knowledge' as a way of scrutinizing the structure of the narratives of the newscasts.

- **Headlines**

There were in total 54 headlines distributed in ten newscasts. Fifteen headlines depicted as the main topic the need to adopt preventive measures against the disease. In association with International and UN and related issues of Humanitarian, Politics and Economic Impact, there were 24 headlines with this approach. On the label 'preventive measures', the phrases prevention, propagation, sensitization and fight against the pandemic were very common. An example dates from 7 April, three headlines out of six in that day presented this topic:

“Coronavirus prevention at the central market in Bangui. The traders request from the town hall the suspension of tax.”

“The Bangui markets are not closed, but measures are being taken to prevent the spread of this virus in the various markets of the capital.”

“In Bria, where the head of the prefectural department for animal husbandry and health raised awareness in the city.” (translation from the original in French).

Some headlines exclusively on UN issues:

“Yao Agbetse, independent expert of the UN on human rights in CAR calls for opposition, armed groups, the national and international media are responsible for the interests of the Central African group. The content of this message in this edition.” (8 April)

“Speech Antonio Guterres, Secretary General of the UN”. (10 April)

“MINUSCA is intensifying the fight against the coronavirus in the CAR. It distributed last Saturday more than hundreds of radio posters to the inhabitants of Bouar, Bandoro to follow the information on the preventive measures against this pandemic.” (13 April)

“MINUSCA for the fight against the coronavirus in the prefecture of Mbomo. It distributed hundred [post] receivers last Saturday to the authorities and the people of Bangassou.” (13 April).

Noting that there were nine headlines outside the pandemic issue that broadcasted violence, agriculture stories, accident and social dissatisfaction that accounted for nine headlines.

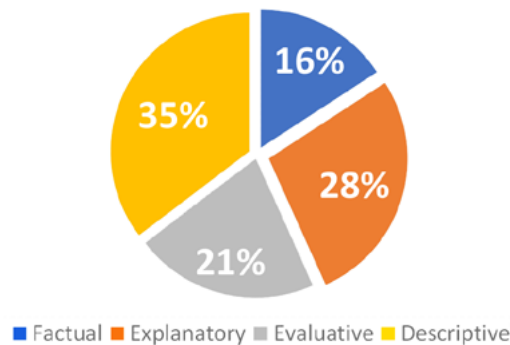
- **Knowledge**

This group had four subcodes being coded in total in 557 segments (Tab. 7). The 'Descriptive' was the most coded with 197 times, representing more than one third (35%)

of the narrative structure. The 'Explanatory' was the second most coded with 153 times. And the 'Evaluative' was detected 119 times. 'Factual' was the least coded with 88 times, as shown below (Tab. 7) (Fig. 7):

Tab. 7: Coded Segments and proportion of 'Knowledge' throughout the newscasts

	Frequency	Percentage
Knowledge\Descriptive - what was it like to be involved in what happened?	197	35,37
Knowledge\Explanatory - Why did it happen?	153	27,47
Knowledge\Evaluative - moral, asking was what happened good or bad?	119	21,36
Knowledge\Factual - what happened?	88	15,80
Total	557	100,00



1 – Biomedical / 2 – Rights / 3 – Economic / 4 – Security

Fig. 7: Visual graphic on coding types of knowledge.

The subcode 'Factual' appeared in the beginning of each newscast and sometimes at the end. The 'Explanatory' usually appeared throughout the whole newscasts intercalated closer to the middle and towards the end of each emission, as well as the 'Descriptive' that was usually detected in the middle part of the newscast structure. The 'Evaluative' appeared in one fifth of the structure of the newscasts.

Interpreting Risk in Radio Guira

This section answers to the research questions relating to the concepts of risk communication. What was Guira's news coverage during the COVID-19 pandemic in CAR?

1.1 What were the main headlines about?

The two weeks of the newscasts were practically entirely dedicated to broadcasting information associated with the pandemic, the warning of an imminent crisis and how to avert the spread of the infection. The terms 'prevention,' 'propagation,' 'sensitization' and 'fight against the pandemic' prevailed. There was little space for extra pandemic stories – connected to daily facts, such as accidents with victims, a strike by civil servants, and difficulties in the agricultural sector. Since CAR is mainly a rural country, agriculture is seen as a factor of national reconciliation and for reintegration of ex-combatants. It is not surprising that this issue receives attention by the UN radio broadcast besides the pandemic.

1.2 Who were the main actors in the newscasts?

Government, official authorities and political parties were the main actors in seven out of ten newscasts. Only in two occasions actors from civil society were predominant. The citizen's voice was seldom detected. As Neuwirth (2008) had indicated, it is precisely during moments of crisis that society and citizens see themselves in a level of dependency on mediated communication. As we have seen, media are likely to be more supportive and cooperating with the authorities in order to maintain a "social consensus" and even to silence any possible criticism (NEUWIRTH, 2008).

The predominance of official sources in the radio might indicate the close cooperation among the UN mission and the government related to the handling of the risk of the pandemic. Little space was offered to dialogue, social participation or to airing uncertainties about the unknown risks of the virus.

Two unexpected results pointed to the low presence of UN voices and the operation of armed groups. UN actors and representatives were initially expected to be more frequently quoted. Additionally, the little presence of representatives of armed groups and armed forces was observed. Only the Central African Armed Forces (FACA) were portrayed in joining efforts in the campaigning with the population to prevent the coronavirus, no other armed group (even demobilized) was mentioned.

1.3 What was the construction of the newscasts and how did the newscasts inform about halting the spread of the virus?

Throughout the general structure of the newscasts, the descriptive dimension combined with explanatory were prominent. The factual dimension was observed mainly at

the headlines and the announcement of events. The evaluative dimension appeared particularly in reportage and interviews related to the UN issues.

The main message aired in the newscasts were instructions on how an individual could act and behave in order to prevent infection. Recommendations both from the interviewed (mainly official actors) and journalists suggesting what could be done in relation to the Covid-19 were predominant among the news.

Following what academics had pointed as the three phases of risk communication (NIHLÉN FAHLQUIST, 2019; POWELL; LEISS, 1997) – education, marketing and participatory practice –, the newscasts embraced a combination of what would be seen as a first and second phase. That is to say, an attempt to educate the audience and to advertise unilaterally towards the convincement of people, and not giving much relevance to participation. The airtime was focused in opening space to the authorities serving as a platform to propagate their quotes and speeches. Questioning and interrogating the way the authorities were handling the crises was not detected in the content analysis.

It is possible to infer that there might be a level of close cooperation between the editorial line of the UN broadcast and the authorities. Considering that the UN radio is included in the mandate of the peacekeeping mission hosted by the country, it is likely to assume that such cooperation is not exclusive for the event of the pandemic, it may touch other editorial decisions of the radio's broadcast.

Shaping a risk message may embrace two important decisions, if it should aim at convincing people to behave in a certain way or whether it should offer options for action with “pros and cons” (NIHLÉN FAHLQUIST, 2019). The idea of supplying the citizens with alternative or complementary options on how to act was not corroborated by the analysis. The language used in order to build trust with the listeners or stress the intention to connect authorities and people and promote more participation was poorly detected.

Although there have been plenty of information on preventive measures, the duty of not being infected falls exclusively on the citizen's shoulders, since there are not sufficient conditions that the state may offer to the citizens for testing, treatment and rehabilitation in case patients need to be hospitalized. The lack of material and physical resources (such as intensive care units or medicine to alleviate the symptoms) is practically absent from the broadcast. It is notorious that any information on the country's health system, treatment or regarding the suffering of patient was inexpressive or majorly absent.

Considering the roles of news media in risk communication identified by Lundgren and McMakin (2018), the one of reporting of existing official information was predominant. It was not observed in the content any move or attempt from the broadcast to independently raise the public's attention or to propose through its coverage possible solutions to a risk-related decision "including taking a stand on an issue". It was not observed any endeavor to adopt a firm or critical position about any issue concerning the pandemic.

1.4 What were the main frames of the news coverage?

Within the distinction of four risk frames, the Biomedical one has been dominant coupled with Rights. Less prominent but also important was the Economic and the least remarkable one was the Security frame. As discussed regarding the limited appearance of the armed actors, it influenced on the narrow presence of the risk frame as Security. It was notable that the risk frame focusing on security have not emerged with more consistency from the analysis. The information related to threat to an already unstable peace in some parts of the country and the risk of state failure or the outbreak of violence were touched isolated.

All in all, the content analysis of Guira FM evening newscasts during the Covid-19 pandemic in the Central African Republic allows to infer that the United Nations sponsored radio has communicated the health crisis relying extensively on official sources, rendering its coverage with a major institutional character with little space for the citizens' voice. There was practically no criticism or critical perspectives aired in relation to questioning or offering plural and diverse voices regarding the management of the pandemic and the shaping of public policies. It is possible that any existing criticism among the society regarding the government's attitude might have been silenced or not offered space on air. The radio does not challenge what Godwyll and Ngumbi had mentioned concerning the top-down conventional method of disseminating health information. On the contrary, the radio's communication through its newscasts adopts and reinforces a unilateral and unidirectional dissemination of information. It does not offer a glimpse of striving to build space for a more culturally sensitive and bottom-up approach attempting to reflect its messages regarding the audiences' needs and realities, so that the audience can relate to and identify the threatening issues.

At this point it is important to underline the limits of the research and its methodological approach. The analysis of the content broadcasted on the evening newscast during April 2020 allows to describe how Guira FM approached its coverage in the beginning of the health crisis and offers an indication of the type of communication adopted by the UN-sponsored radio station. It does not allow, however, to generalize how this coverage has evolved or developed throughout the later months of the pandemic, nor it can expand these conclusions as being the entire radio's communication approach applying to the whole programming grid – for this, more programs from the grid should be analyzed. Additionally, it does not permit to apprehend the efficacy and effectiveness of this type of communication, since the analysis does not assess the media effects on the audiences' attitudes and behaviors and how they receive such content that is broadcasted. Further research on these aforementioned layers would be necessary to understand the broader panorama of the media influence during the health crisis.

Final Remarks: Towards a Pandemic Sensitive Journalism

Risk communication has had a dominant position in the public debate amid emergencies. This study problematized the challenges of doing radio in societies under peace-keeping missions and the importance of a responsible public communication by looking at the Covid-19 news coverage of the United Nations Radio Guira FM in the Central African Republic.

Professional journalism should not only notify the public on the latest official information, but also create an open and trustful space for the population to express their concerns, doubts and fears. Such space may be created either through roundtable radio programs aiming at debating with different civil society actors, but also airing reportage at the primetime news hour that offer different realities of impacted communities.

This paper supports the outline of a pandemic sensitive journalism that would mean a more horizontal space for shared concerns towards a more participatory and inclusive debate. This debate would ultimately include official voices but also embrace how the public as citizens may see themselves as responsible for not only taking preventive measures, but also for inquiring the power and authorities about the best actions and policies. Creating a space through the radio to raising citizen's voice would also mean a

counterbalance to power, as citizens and journalists could endeavor to hold power accountable for the decisions made. A more participatory space on the radio could enhance the effectivity of risk communication amid health crisis and become a basis for an ethical responsible journalism during pandemics and catastrophes.

References

ABROMS, L. C.; MAIBACH, E. W. The Effectiveness of Mass Communication to Change Public Behavior. **Annual Review of Public Health**, v. 29, n. 1, p. 219–234, 2008.

AGHA, S. The impact of a mass media campaign on personal risk perception, perceived self-efficacy and on other behavioural predictors. **AIDS Care**, v. 15, n. 6, p. 749–762, dez. 2003.

AL-HASSAN, S.; ANDANI, A.; ABDUL-MALIK, A. The Role of Community Radio in Livelihood Improvement: The Case of Simli Radio. **Field Actions Science Reports**. The journal of field actions, n. Vol. 5, 19 abr. 2011.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Everything you need to know about human rights in the Central African Republic**. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/countries/africa/central-african-republic/report-central-african-republic/>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BARNARD, S. **Studying radio**. London : New York: Arnold ; Co-published in the United States of America by Oxford University Press, 2000.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London ; Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1992.

BECK, U. Living in the world risk society: A Hobhouse Memorial Public Lecture given on Wednesday 15 February 2006 at the London School of Economics. **Economy and Society**, v. 35, n. 3, p. 329–345, ago. 2006.

BETZ, M. Capacity-building, institutional change and theories of change : Creating an enabling environment for journalists in post-conflict environments. In: HOFFMANN, JULIA; HAWKINGS, VIRGIL (Eds.). . **Communication and Peace: Mapping an emerging field**. NY: Routledge, 2015. p. 219–232.

BOUTROS BOUTROS GHALI. **An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping: Report of the Secretary-General**. Disponível em: <<https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/an-agenda-for-peace-preventive-diplomacy-peacemaking-and-peace-keeping-report-of-the-secretary-general/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BURES, O. Wanted: A Mid-Range Theory of International Peacekeeping. **International Studies Review**, v. 9, n. 3, p. 407–436, 2007.

CHENG, V. C. C. et al. Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus as an Agent of Emerging and Reemerging Infection. **Clinical Microbiology Reviews**, v. 20, n. 4, p. 660–694, out. 2007.

CRISELL, A. **Understanding radio**. 2nd ed ed. London ; New York: Routledge, 1994.

DEPARTMENT OF GLOBAL COMMUNICATION, UNITED NATIONS. **UN peacekeeping radio wears multiple hats in fight against COVID-19**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/coronavirus/un-peacekeeping-radio-wears-multiple-hats-fight-against-covid-19>>. Acesso em: 14 set. 2020.

DW. **Central African Republic in disarray after coup** | DW | 25.03.2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/central-african-republic-in-disarray-after-coup/a-16698161>>. Acesso em: 4 jul. 2020.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1 dez. 1993.

EPSTEIN, J. B.; MAGROWSKI, W. D.; MCPHAIL, C. W. B. The Role of Radio and TV Spot Announcements in Public Health Education. **Canadian Journal of Public Health / Revue Canadienne de Sante'e Publique**, v. 66, n. 5, p. 396–398, 1975.

ERICSON, R. V.; BARANEK, P. M.; CHAN, J. B. L. **Representing order: crime, law, and justice in the news media**. Milton Keynes: Open University Press, 1991.

FRÈRE, M.-S.; MARTHOZ, J.-P. **The media and conflicts in Central Africa**. Boulder, Colo: Lynne Reinner Publishers, 2007.

GODWYLL, F. E.; NGUMBI, E. K. Problematic Recipe: Alternatives to Public Health Education to Reduce the HIV Pandemic. **Nordic Journal of African Studies**, v. 18, n. 1, p. 73–90, 2009.

HANSEN, A.; MACHIN, D. **Media and communication research methods**. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

HOBFOLL, S. E. et al. Five Essential Elements of Immediate and Mid-Term Mass Trauma Intervention: Empirical Evidence. **Psychiatry: Interpersonal and Biological Processes**, v. 70, n. 4, p. 283–315, dez. 2007.

HOWARD, L. **Power in Peacekeeping**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2019.

HUGELIUS, K.; ADAMS, M.; ROMO-MURPHY, E. The Power of Radio to Promote Health and Resilience in Natural Disasters: A Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 14, p. 2526, 15 jul. 2019.

INTERNEWS. **Media and Global Health - From Information to Action**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://internews.org/resource/media-and-global-health>>. Acesso em: 13 set. 2020.

ISS. **How rebels became kingmakers in the Central African Republic**. Disponível em: <<https://www.iiss.org/blogs/analysis/2019/04/central-african-republic-armed-groups>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

JANES, M. W.; MARQUES, M. C. DA C. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 4, p. 1205–1215, dez. 2013.

KÄIHKÖ, I.; UTAS, M. The Crisis in CAR: Navigating Myths and Interests. **Africa Spectrum**, v. 49, n. 1, p. 69–77, 2014.

KARP, I. Agency and Social Theory: A Review of Anthony Giddens. **American Ethnologist**, v. 13, n. 1, p. 131–137, 1986.

LATOUR, B. On technical mediation—philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29–64, 1994.

LATOUR, B. On actor-network theory: A few clarifications. **Soziale Welt**, v. 47, n. 4, p. 369–381, 1996.

LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2007.

LEHMANN, I. A. **Peacekeeping and Public Information: Caught in the Crossfire**. 1. ed. [s.l.] Routledge, 1999.

LEISS, W. Effective risk communication practice. **Toxicology Letters**, v. 149, n. 1–3, p. 399–404, 1 abr. 2004.

LUNDGREN, R. E.; MCKIN, A. H. **Risk communication: a handbook for communicating environmental, safety, and health risks**. Sixth edition ed. Hoboken, New Jersey: IEEE Press : Wiley, 2018.

MACLEAN, R.; MARKS, S. 10 African Countries Have No Ventilators. That's Only Part of the Problem. **The New York Times**, 18 abr. 2020.

MAMUN-UR-RASHID. **Community Radio in Family Health and Nutrition Awareness Building among the Listeners**. [s.l.] Patuakhali Science and Technology University, Bangladesh, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337112125_Community_Radio_in_Family_Health_and_Nutrition_Awareness_Building_among_the_Listeners>. Acesso em: 13 set. 2020.

MCINNES, C.; ROEMER-MAHLER, A. From security to risk: reframing global health threats. **International Affairs**, v. 93, n. 6, p. 1313–1337, 1 nov. 2017.

MINISTÈRE DE LA SANTÉ ET DE LA POPULATION. **Rapport de Situation Journaliere de Covid-19 en Republique Centrafricaine**. République Centrafricaine, 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://pbs.twimg.com/media/EcF5lhqWsAAVAX3?format=jpg&name=medium>>. Acesso em: 5 jul. 2020

MINUSCA. **Guira FM**. Disponível em: <<https://minusca.unmissions.org/guira-fm>>. Acesso em: 2 jul. 2020a.

MINUSCA. **Guira FM**. Disponível em: <<https://minusca.unmissions.org/en/guira-fm>>. Acesso em: 2 jul. 2020b.

MYERS, M.; HARFORD, N. **Local Radio Stations in Africa: Sustainability or Pragmatic Viability?** [s.l.] Center for International Media Assistance (CIMA), 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.cima.ned.org/publication/local-radio-stations-in-africa-sustainability-or-pragmatic-viability/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

MYERS, M.; HARFORD, N.; SSEMAKULA, M. **Local Radio Stations in Africa Prove Resilient Amid COVID-19** Center for International Media Assistance, 19 maio 2020. Disponível em: <<https://www.cima.ned.org/blog/local-radio-stations-in-africa-prove-resilient-amid-covid-19/>>. Acesso em: 13 set. 2020

NEUWIRTH, KURT. 'Risk, Crisis, and Mediated Communication' (Chapter 20). In: **Handbook of Risk and Crisis Communication**. Robert L. Heath, and H. Dan O'Hair (ed) ed. [s.l.] Taylor & Francis Group, 2008. p. 398–411.

NIHLÉN FAHLQUIST, J. **Moral responsibility and risk in society: examples from emerging technologies, public health and environment**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019.

NOAR, S. M. A 10-Year Retrospective of Research in Health Mass Media Campaigns: Where Do We Go From Here? **Journal of Health Communication**, v. 11, n. 1, p. 21–42, jan. 2006.

NORDLING, L. 'A ticking time bomb': Scientists worry about coronavirus spread in Africa. Disponível em: <<https://www.sciencemag.org/news/2020/03/ticking-time-bomb-scientists-worry-about-coronavirus-spread-africa>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

NRC. **Just three ventilators to cope with Covid-19 in Central African Republic**. Disponível em: <<https://www.nrc.no/news/2020/march/just-three-ventilators-to-cope-with-covid-19-in-central-african-republic/>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

NYAWASHA, T. S.; CHIPUNZA, C. Radio broadcasting in the era of HIV/AIDS: Can this be the magic bullet? **International Social Work**, v. 58, n. 2, p. 223–237, mar. 2015.

ORME, W. **Broadcasting in UN Blue: The Unexamined Past and Uncertain Future of Peacekeeping Radio**, Center for International Media Assistance (CIMA). US: CIMA, 16 fev. 2010. Disponível em: <http://www.cima.ned.org/wp-content/uploads/2015/01/CIMA-UN_Radio.pdf>.

POWELL, D. A.; LEISS, W. **Mad cows and mother's milk: the perils of poor risk communication**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1997.

RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T. **Encyclopedia of international peacekeeping operations**. Santa Barbara, Calif: ABC-CLIO, 1999.

SADATI, A. K.; B LANKARANI, M. H.; BAGHERI LANKARANI, K. Risk Society, Global Vulnerability and Fragile Resilience; Sociological View on the Coronavirus Outbreak. **Shiraz E-Medical Journal**, v. In Press, n. In Press, 7 mar. 2020.

SCHROEDER, K. Radio as a Tool for Health Education: What Makes for an Effective HIV/AIDS Radio Campaign in Sub-Saharan Africa? **Intersect: The Stanford Journal of Science, Technology, and Society**, v. 9, n. 3, 15 jun. 2016.

SINGH, M. B.; RABINDRANATH, D. M.; SINGH, D. N. P. COMMUNITY RADIO FOR EFFECTIVE HEALTH COMMUNICATION IN MANIPUR. **International Education and Research Journal**, v. 3, n. 5, 26 maio 2017.

UN. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. NY: United Nations Department of Peace Keeping Operation, 2008. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf>.

UNESCO. **International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13150&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 3 jul. 2020.

UNRIC. **Peacekeeping radio stations provide COVID-19 information to vulnerable communities in conflict-affected countries**. Disponível em: <<https://unric.org/en/peacekeeping-radio-stations-provide-covid-19-information-to-vulnerable-communities-in-conflict-affected-countries/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

UNSCR. **Security Council Resolution 2149 - UNSCR**. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/2149>>. Acesso em: 4 jul. 2020.

WATERS, D.; JAMES, R.; DARBY, J. Health promoting community radio in rural Bali: an impact evaluation. **Rural and Remote Health**, v. 11, n. 2, p. 1555, 2011.

WHO. **Constitution of the World Health Organization**.: Forty-fifth edition. [s.l.] WHO, out. 2006. Disponível em: <https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf?ua=1>. Acesso em: 2 jul. 2020.

WHO. **Central African Republic: a silent crisis**. Disponível em: <https://www.who.int/hac/crises/caf/features/silent_crisis/01_en.html>. Acesso em: 5 jul. 2020.

Ecoss de uma tragédia anunciada: a cobertura de acontecimentos extremos pelo rádio local

Echoes of an announced tragedy: local radio news coverage of extreme events

Ecoss de una tragedia anunciada: cobertura de eventos extremos por una radio local

Rafael Ferreira Medeiros e Graziela Mello Vianna

Resumo

O presente artigo tem como objeto a cobertura e a prestação de serviços realizadas por uma emissora de rádio local – a Rádio Itatiaia Ouro Preto – em dois acontecimentos extremos: o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (2015) e a pandemia de Covid-19 (2020). O nosso ponto de partida é o entendimento de uma emissora local como um meio de proximidade, que estabelece vínculos com os seus ouvintes, ao evidenciar as singularidades do impacto de um determinado acontecimento nas localidades alcançadas pela emissora. Os resultados da investigação indicam diferenças na abordagem dos dois acontecimentos extremos tratados – enquanto a cobertura do rompimento da barragem foi fortemente marcada pelo localismo, proximidade com o ouvinte e priorização na narrativa de experiências pessoais, a cobertura da pandemia invisibiliza as vivências pessoais e esconde o dissenso e as polarizações provocadas pelas crises sanitária, política e econômica nesse período, forjando um falso consenso.

Palavras-chave

Rádio local; acontecimentos extremos; Rádio Itatiaia Ouro Preto; barragem de Mariana; pandemia Covid-19.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 14/07/2020
aceito em: 26/08/2020.

Como citar este texto:

MEDEIROS, R. F. ; VIANNA, G. M. Ecoss de uma tragédia anunciada: a cobertura de acontecimentos extremos pelo rádio local . **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 129-149, mai./ago. 2020.

Sobre os autores

Rafael Ferreira Medeiros

rfmedeiros13@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0327-3982>

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro do Grupo de Pesquisa Usos Sociais da Mídia (UFSM), do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (Con)or - UFOP) e do Grupo de Pesquisa e Extensão Escutas (UFMG).

Graziela Mello Vianna

grazielavmv@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8742-5559>

Professora associada do Departamento de Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação. Doutora em Comunicação pela ECA/USP, com mestrado e graduação em Comunicação Social pela UFMG. É pesquisadora do programa de cooperação internacional PIMI (Patrimoine Image Medias Identité) e líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Escutas (certificado pelo CNPq). Coordena o projeto Retrato Sonoro em parceria com a Rádio Inconfidência (MG) e a PUC Minas e o projeto extensionista Centro de Memória do Rádio, com o apoio do IEPHAMG.

Abstract

This text aims to observe the news coverage provided by a local radio – Rádio Itatiaia Ouro Preto – in two extreme events: the rupture of the Samarco dam in Mariana (2015) and the pandemic of Covid-19 (2020). The starting point is the understanding of a local broadcaster as a means of proximity, which establishes links with its listeners by highlighting the singularities of the impact of a given event on the locations reached by the broadcaster. The results of the investigation indicate differences in the approach of the two extreme events treated. The coverage of the dam rupture was strongly marked by localism, proximity to the listener and prioritization in the narrative of personal experiences. The coverage of the pandemic makes personal experiences invisible and hides the dissent and the polarizations caused by the health, political and economic crises in this period, forging a false consensus.

Keywords: Local radio; extreme events; Itatiaia Ouro Preto Radio; Mariana dam; pandemic Covid-19.

Resumen

El propósito de este texto es observar la cobertura periodística y los servicios prestados por una estación de radio local (Rádio Itatiaia Ouro Preto) en dos eventos extremos: la ruptura de la represa de Samarco en Mariana (2015) y la pandemia de Covid-19 (2020). El punto de partida es la comprensión de una emisora local como un medio de proximidad, que establece vínculos con sus oyentes al resaltar las singularidades del impacto de un evento determinado en los lugares alcanzados por la emisora. Los resultados de la investigación señalan diferencias en el enfoque de los dos eventos extremos tratados - mientras que la cobertura de la ruptura de la represa estuvo fuertemente marcada por el localismo, la proximidad al oyente y la priorización en la narrativa de las vivencias personales, la cobertura de la pandemia invisibiliza las vivencias personales y oculta la el disenso y las polarizaciones provocadas por las crisis sanitaria, política y económica de este período, generando un falso consenso.

Palabras clave: radio local; eventos extremos; Rádio Itatiaia Ouro Preto; Presa Mariana; pandemia Covid-19.

Vinheta de apresentação

Do povoado do ão ou dos sítios perto, alguém precisava urgente de querer vir—segunda, quarta e sexta—por escutar a novela do rádio. Ouvia, aprendia-a, guardava na ideia, e, retornado ao ão, no dia seguinte, a repetia aos outros. Mais exato ainda era dizer a continuação ao Franquilim Memeio, contador, que floreava e encorpava os capítulos, quanto se quisesse : adiante quase cada pessoa saía

*recontando, a divulga daquelas estórias do rádio se
espraiava, descia a outra aba da serra, ia à beira do
rio, e, boca e boca, para o lado de lá do São Francisco se
afundava, até em sertões.*

Dão-la-lão. In: Corpo de Baile, Guimarães Rosa.

Por vezes, as emissoras de rádio locais são o principal ou o único difusor de informações para pequenas localidades e, com frequência, se convertem em importantes meios de representação da população. A rede de relações cotidianas de um lugar é produzida a partir de variantes entrelaçadas, sejam afetivas, memoriais, políticas, culturais, históricas ou territoriais. O rádio tem, assim, a capacidade de se voltar para seu lugar originário e reforçar essas variantes. Schafer defende que a comunidade, cujos limites antes definidos pelo alcance do som do sino de uma igreja ou pelo gongo do templo, passa a se definir pelo alcance de um transmissor local de rádio (SCHAFER, 2001). O rádio reforça assim os vínculos dessas relações cotidianas e o sentimento de pertença àquela comunidade.

Quando a mídia reconhece as singularidades locais e associa sua linguagem às especificidades cotidianas da população, ela cria vínculos que vão além da associação dialógica emissora-ouvinte e reverbera formas de representação da vida diária que se aproximam das realidades da população. As emissoras locais indicam as horas que passam devagar, confirmam acontecimentos, servem para mandar recados e compartilham com os sinos das igrejas os avisos de falecimentos e missas. Dessa forma, o trabalho cotidiano de uma emissora local é rotineiro até que algum acontecimento extremo mude os rumos e as pautas.

Com seu imediatismo, capacidade de penetração e confiabilidade, o rádio teve protagonismo na cobertura de diversos acontecimentos extremos em todo o mundo, como a passagem do furacão Katrina pelo leste dos Estados Unidos, o terremoto e tsunami no Chile (2010) e o surto de ebola na África ocidental (2013 a 2016). No caso estadunidense, a rádio local de Louisiana, WWL, foi o único meio de comunicação que resistiu à grande tempestade e suspendeu sua programação normal para se dedicar a levar informações para a população (VAIDYANATHAN, 2015). Já no Chile, o rádio foi o único meio que chegou a algumas áreas que ficaram isoladas com o terremoto que atingiu o centro-sul do país, fato que levou o governo a distribuir posteriormente kits de emergência com rádios portáteis para o enfrentamento de possíveis novas tragédias naturais (BERTOLOTTI,

2020). Nos países da África ocidental que foram atingidos pela epidemia de ebola, as informações transmitidas pelo rádio em dialetos próprios das diferentes tribos que habitam as localidades foram essenciais para as pessoas se prevenirem do contágio.

Com foco no rádio local, abordamos neste texto a cobertura de dois acontecimentos extremos pela Rádio Itatiaia Ouro Preto¹, a mais longeva emissora da cidade de Ouro Preto, interior de Minas Gerais. O primeiro acontecimento é o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco ocorrido no município mineiro de Mariana em 2015, mas que ainda hoje é assunto de reportagens e entrevistas na rádio da cidade vizinha. O outro acontecimento é a pandemia de Covid-19, que tem afetado diferentes âmbitos da vida cotidiana em todo o mundo, incluindo o consumo cultural-midiático.

Para tanto, o artigo se divide em três partes. Inicialmente, traçamos um breve panorama histórico da Rádio Itatiaia, a fim de entendermos a relação de proximidade da emissora com os ouvintes da região. Em seguida, discutiremos a relação de proximidade estabelecida em relação aos ouvintes por meio da cobertura de acontecimentos cotidianos em rádios locais. Finalmente, observamos a cobertura da Rádio Itatiaia Ouro Preto desses dois acontecimentos extremos específicos: o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, ocorrido em Mariana (2015) e a pandemia de Covid-19 (2020).

No ar... Rádio Itatiaia Ouro Preto, a credibilidade do rádio local na cidade patrimônio

*Comprei um rádio muito bom à prestação
Levei-o para o morro
E instalei-o no meu próprio barracão
E toda tardinha, quando eu chego pra jantar
Logo ponho o rádio pra tocar
E a vizinhança pouco a pouco vai chegando
E vai se aglomerando o povaréu lá no portão.*

Meu rádio e meu mulato, Herivelto Martins

Nas cidades pequenas, o rádio continua sendo a principal fonte de informação para a população local, que recorre à emissora local para confirmar ou não os “ouvi-dizer”

¹ A emissora foi escolhida por ser consolidada, por ter características marcadamente de rádio local e pela proximidade dos autores com a cidade ou com a própria rádio em pesquisas anteriores.

que circulam antes das notícias, ou as *fake news* que circulam em redes sociais digitais e geram onda de desconfiança e perda de credibilidade jornalística. Na chamada Região dos Inconfidentes de Minas Gerais, a Rádio Itatiaia Ouro Preto exerce esse papel, sendo uma fonte de informação primária e considerada confiável para uma população ampla que, em muitos casos, não conta com outro meio noticioso.

A história da Rádio Itatiaia Ouro Preto teve início oficialmente no dia 27 de abril de 1974, quando a emissora começou a funcionar com o nome de Rádio Cultura de Ouro Preto – depois Rádio Ouro Preto – sendo a primeira rádio legalizada da cidade (MARI-NHO, 1982, p. 2). De acordo com uma das primeiras funcionárias da emissora², Maria Nazaré de Oliveira (2018), a programação pioneira da Rádio Cultura de Ouro Preto foi configurada a partir de notícias locais e música popular brasileira. A rádio desde o começo buscou se inserir no cotidiano da cidade e se aproximar da população através da difusão de acontecimentos finítimos dos municípios de Ouro Preto, Mariana e Itabirito. Além disso, a emissora sempre divulgou recados pessoais dos moradores, sobretudo entre a população da zona urbana e das áreas rurais e distritos dessas cidades, já que a Rádio Ouro Preto representava, por vezes, a forma de comunicação mais rápida entre as localidades mais distantes da sede. Essa função ainda é bastante comum em muitas emissoras do interior do país, sobretudo nas que transmitem em Amplitude Modulada (RADDATZ, 2011).

O jornalismo da rádio, já nessa época, era baseado em informações locais e prestação de serviços. O primeiro programador da emissora, Maurílio Torres, salienta que “as notícias eram mais de Ouro Preto [porque] era obrigatório na programação das rádios ter notícias locais” (TORRES, 2018) e Nazaré Oliveira relembra que, além das notícias cotidianas, “a equipe fazia coberturas da Semana Santa, do 21 de abril, 07 de setembro e de qualquer outra solenidade que tinha” (OLIVEIRA, 2018). Considerando uma das principais características do veículo, o imediatismo, a rádio tinha centralidade na divulgação das listas dos vestibulares da Universidade Federal de Ouro Preto. Nessa época, ainda de acordo com Oliveira (2018), os funcionários “ficavam até de madrugada, às vezes, porque era interessante para a rádio e a rádio ficava cheia de estudantes enquanto não saíam os gabaritos” (OLIVEIRA, 2018). A rádio ainda prestava serviços que são típicos de emissoras locais, como anúncios de achados e perdidos.

2 Todas as entrevistas que constam neste artigo foram concedidas no âmbito de investigação mais ampla que culminou na dissertação de mestrado de um dos autores (MEDEIROS, 2019).

Podemos considerar o depoimento da ouvinte Maria Aparecida Albergaria como uma evidência da credibilidade do rádio local junto à sua audiência:

Às vezes a gente ouve alguém falar alguma coisa que não tem muita certeza e liga o rádio que daqui a pouco a gente fica sabendo [...]. A gente ouve muito boato. Esses dias mesmo alguém me falou que caiu um barranco ali em cima perto do Veloso e eu fui e liguei o rádio pra conferir se era verdade (ALBERGARIA, 2018).

Marcadamente constituída com características de emissora local, a rádio Itatiaia Ouro Preto hoje é o principal e mais duradouro meio de comunicação da cidade dos Inconfidentes, reverberando acontecimentos da vida diária da população ouro-pretana, se inserindo no cotidiano da cidade e confirmando um lugar de afeto e confiabilidade entre os habitantes.

Deu no rádio: acontecimentos cotidianos no rádio local

*Pedras falam, eu sei; converso imagens
de barro e de madeira;
troco sinais com árvores; bichos
trazem para mim notícias do mato-fundo.
É tudo fala, na voz certa
de cada coisa, lugar e vez. Mas quem já viu
máquina falar? e assim tão alto e nervos?*

O som estranho, Carlos Drummond de Andrade

As múltiplas definições do conceito de mídia local implicam em um debate potente entre os condicionamentos do conceito a uma vertente geográfica ou às identidades simbólicas do território. A partir de Haesbaert (2014), Aguiar (2016) identifica a multiplicidade de abordagens que problematizaram o entendimento do conceito de "lugar" explorado "frente a variáveis como: estruturas, organização, ordenamento [territorial], causalidade, contexto, singularidades, identidade, conexões, ações, movimentos, velocidade, sujeitos e atores implicados" (AGUIAR, 2016, p. 42). Com base em outros pesquisadores (SOUZA, 2013, CASTRO, 2014), a autora considera ainda as configurações de escala enquanto representação gráfica de território, mas também como possibilidade de observa-

ção de fenômenos e estruturas de relações sociais espaço-temporal na abordagem das questões do lugar.

Para além da área de cobertura de uma emissora como os limites de uma comunidade, privilegiamos nessa discussão os aspectos vinculados às possibilidades de representações midiáticas locais associadas às sociabilidades cotidianas. Nesse sentido, concordamos com a noção de local proposta por Lopez García (apud OTA, 2012, p. 207) que “aponta que a definição do local deve ser feita tomando-se como base a geografia, sem nos esquecermos do aspecto social. Assim o local é um espaço territorial singularizado”. Ainda assim, “não há porque desprezar o território geográfico enquanto fonte de significados, pois ele faz parte das condições objetivas de vida advindas do tipo de solo, de clima, das tradições, da língua, dialetos etc. e com a construção de valores e práticas sociais” (PERUZZO, 2004, p. 54). O sociólogo francês Alain Bourdin concorda que “o local coloca em forma o mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social” (BOURDIN, 2001, p. 36).

A presença da estrutura física de uma emissora e o seu alcance hertziano pode facilitar o interesse do ouvinte, as possibilidades interativas e aumentar o sentimento de pertencimento que “faz parte de uma busca pela inclusão ante processos de fragmentação” (MAIA, 2006, p. 6). A associação do sentimento de pertença ao território também é apreendida por Bourdin ao considerar que “todo grupo de pertença é por princípio associado a um território” com recortes capazes de especificar as posições dos atores sociais dentro de um grupo e do grupo inserido no lugar, organizando as relações sociais com base em um sistema valorativo espacial (BOURDIN, 2001, p. 33-35).

Quando um veículo de comunicação reconhece as singularidades locais e associa sua linguagem com as especificidades cotidianas da população, ele cria vínculos que vão além da associação dialógica emissora-ouvinte. Nesse sentido, Peruzzo (2005, p.78) destaca que “a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade”.

O mundo é globalizante e “a realidade é multifacetada, online, sem fronteiras e intercultural – plural” (MOREIRA, 2012, p. 16). Nesse contexto, a configuração da audiência local se renova e as representações são colocadas em escala, já que, em tempos de novas e matizadas possibilidades de acesso e circulação de conteúdos midiáticos diversos e de outros entendimentos das dinâmicas de proximidade, a conformação do rádio

local na sociedade conectada em rede ganha ainda mais importância: muitas vezes só a emissora local mostra os acontecimentos da cidade.

A mídia local potencialmente pode entender e representar o cotidiano de maneira mais aproximada das múltiplas realidades da população daquele lugar. Por mais que estejam dentro de uma lógica comercial e inseridas em territórios de disputa³, por vezes baseando-se em fatos relacionados aos poderes oficiais da cidade ou acontecimentos regionais de grande porte, percebemos que as emissoras locais têm se aberto “a conteúdos mais característicos dos meios comunitários de comunicação, justamente numa fase da história em que o clamor pela cidadania tomou conta de vários segmentos, pessoas individualmente e instituições da sociedade civil” (PERUZZO, 2005, p. 75).

Para a população local, os meios de comunicação, em especial o rádio, assumem papel importante na constituição das subjetividades, dialogismos e relações sociais. Como evidencia Kischinhevsky, “o rádio é o meio de comunicação eletrônica mais local jamais desenvolvido, mesmo tendo hoje alcance planetário” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 134)⁴. O rádio local anuncia objetos perdidos, veicula notas de falecimentos, serviços essenciais das prefeituras, e até mesmo serve de elo de comunicação entre pessoas da sede do município e habitantes da zona rural. Também nessa perspectiva, uma função social importante da comunicação local é destacar assuntos que não têm espaço na grande mídia, favorecendo a mobilização social em torno de problemas que afetam diretamente a vida das pessoas e muitas vezes são negligenciados por governantes. Peruzzo (2005) conclui que, na mídia local, “o protagonismo principal está nos cidadãos, que, através de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, instituem processos de comunicação com vistas à mobilização social e à ampliação da cidadania” (PERUZZO, 2005, p. 43).

As emissoras locais têm capacidade de reforçar laços e identidades socioculturais porque a rádio “está centrada na vida social, econômica, política e cultural de sua área

3 Rogério Haesbaert explica que “territórios estão “em disputa” tanto no sentido político mais concreto quanto no nível conceitual”. Assim, “o que se coloca para nós, então, em termos de uma problemática geral a ser trabalhada, é que a lógica zonal, visível na luta política (e nos conceitos que utilizamos), parecia ter se tornado secundária, quase irrelevante, num mundo marcado pela fluidez, pelas chamadas “organizações em rede” e, para muitos, pela própria “desterritorialização” (como se o único território fosse o “território-zona”, que estaria em franca decadência)” (HAESBAERT, 2014, p. 1-3).

4 Para o autor, a forma de relação estabelecida entre a audiência e o meio faz com que o rádio tenha que “escutar permanentemente seus públicos”. Esses públicos têm a possibilidade de apontar para a emissora o que querem ouvir, podem contribuir com informações, reverberar notícias e interagir de maneira mais próxima com os comunicadores, “forçando o rádio a ser melhor, a prestar serviços de utilidade pública, a informar correta e eticamente, a apresentar a diversidade social e cultural, sem representar clichês e estereótipos” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 134).

de abrangência e também em tudo o que ocorre em seu exterior e que tenha repercussões na vida da comunidade" (CEBRIÁN HERREROS, 2001, p. 98, tradução nossa⁵). Nesse sentido, Soares, citada por Bertolotto (2018), expõe que "a AM entra pelos igarapés até as comunidades ribeirinhas. Nas casas de farinha, o som é do radinho. Ele fortalece nossa identidade e traz conhecimento. Na Amazônia, ela é tão primordial como o WhatsApp para as pessoas da cidade" (SOARES apud BERTOLOTTI, 2018, s.p).

Assim, percebemos a importância do rádio local na cobertura de acontecimentos cotidianos, sua função social ao informar sobre serviços essenciais básicos, como coleta de lixo e campanhas de vacinação e ao dar voz às reivindicações da população. Entretanto, o rádio local não se furta da responsabilidade de informar sobre acontecimentos de grande porte que interferem na vida cotidiana das pessoas que vivem em sua área de alcance, como discutiremos no próximo tópico deste artigo.

Plantão urgente: as coberturas radiofônicas de acontecimentos extremos

Pascual (...) había dedicado todo el boletín de las once a un terremoto en Ispahán. Lo que irritaba a Genaro papá no era tanto que Pascual hubiera desechado otras noticias para referir, con lujo de detalles, cómo los persas que sobrevivieron a los desmoronamientos eran atacados por serpientes que, al desplomarse sus refugios, afloraban a la superficie coléricas y sibilantes, sino que el terremoto había ocurrido hacía una semana.

La tía Júlia y el escritor, Mario Vargas Llosa

Abordaremos a seguir a cobertura pela Rádio Itatiaia Ouro Preto de dois acontecimentos extremos. O primeiro acontecimento é o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, ocorrido em Mariana – MG em novembro de 2015, e o segundo acontecimento é a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Esses eventos extremos provocaram impactos significativos na vida cotidiana das comunidades no entorno da Rádio Itatiaia Ouro Preto. Observaremos na cobertura desses acontecimentos a função social do rádio local e suas decisões noticiosas relacionadas ao impacto de tais acontecimentos nas comunidades locais.

5 No original: "Se centra en la vida social, económica, política y cultural de cada lugar o bien en todo cuanto se genera en el exterior con repercusiones en la vida de la localidad".

Cobertura do rompimento da Barragem da Samarco em Mariana

Possivelmente movido pela confiança na emissora, no dia 05 de novembro de 2015, por volta das 16h30, um ouvinte ligou para a Rádio Itatiaia Ouro Preto pedindo ajuda depois do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco ter arrasado com o subdistrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, Minas Gerais. O ouvinte, identificado como Zezinho do Bento, descreveu no telefonema os primeiros momentos depois da tragédia:

[...] nós estamos todo mundo aqui num sol quente, sem água, sem roupa, sem nada, **a maioria de gente custou a sair do meio da lama**. Peço encarecidamente, por favor, pra alguém dar um socorro pra nós aqui. Tem gente passando mal e na barragem tem soda. A gente tá combatendo isso há muito tempo e a Samarco não toma providência, então deu isso aí que deu (ZEZINHO DO BENTO, 2015, **grifo nosso**).

Ainda que, por vezes, a mídia local se veja em meio a disputas variadas de poder e até mesmo em condições financeiras e técnicas desfavoráveis⁶, ela tem algumas particularidades que a colocam em posição privilegiada para noticiar de forma mais confiável os fatos relevantes ocorridos no seu meio. O acesso facilitado a fontes oficiais, a testemunhas dos acontecimentos e até mesmo o conhecimento geográfico da região podem ser apontadas como algumas dessas particularidades que permitem à imprensa local desempenhar uma cobertura mais fundamentada e próxima da população.

Os pesquisadores Karina Barbosa e André Carvalho, em investigação que mapeou as notícias sobre Bento Rodrigues pelo jornalismo local **antes da tragédia**, buscaram perceber se havia espaço para lugares como o pequeno subdistrito tricentenário de Mariana nas práticas jornalísticas locais cotidianas ou apenas para o acontecimento extremo, como o rompimento da barragem. O subdistrito tinha cerca de 600 habitantes quando foi destruído pela lama da Samarco e a hipótese inicial dos pesquisadores é que, “dadas essas dimensões, sua existência jornalística possivelmente estaria mais demarcada no jornalismo local, mais afeito à cobertura de pequenas comunidades” (BARBOSA; CARVALHO, 2019, p. 4). Entretanto, Barbosa e Carvalho concluíram que o subdistrito era pouco representado até mesmo pelos meios locais, também pautados pelos acontecimentos cotidianos e pelo imediatismo:

Bento teve de desaparecer no mundo para ganhar existência e materialidade nas páginas do jornal. Porque agora são memórias, e não mais cotidiano, o veículo se dedica a

6 Não é o caso da Rádio Itatiaia Ouro Preto.

falar de aspectos da comunidade que antes ignorou, como os festejos religiosos, a coxinha tradicional, a escola, o time de futebol. [...] Na articulação entre espaço e tempo, portanto, há uma dupla negação da existência jornalística e midiática de Bento Rodrigues no jornalismo local (BARBOSA; CARVALHO, 2019, p. 18-21).

Em outra investigação, os pesquisadores verificaram a cobertura **pós-tragédia** na mídia local e identificaram que a cobertura do *Jornal Lampião*⁷ do desastre ambiental se acerca das dinâmicas de proximidade e vínculo social de uma mídia inserida na comunidade. Barbosa e Carvalho verificaram que “[convivem] na cobertura jornalística realizada pelo Lampião, acerca do rompimento da barragem do Fundão, as políticas de memória e das vítimas a serviço de um jornalismo local que se relaciona com a comunidade em que está inserido, com as coletividades locais que reporta” (BARBOSA; CARVALHO, 2016, p. 31).

É pertinente e possível fazer um paralelo entre essa representação desenvolvida pela imprensa local e a cobertura feita alhures. O trabalho de Wilson Bueno (2017) analisou a cobertura de quatro jornais impressos de circulação nacional ao longo do primeiro mês depois do crime ambiental ocorrido em Mariana, sendo eles *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico*. A análise do pesquisador levou em conta cinco categorias: a) número de unidades informativas publicadas; b) percepção dos leitores sobre o crime ambiental; c) destaque dado pelos veículos ao tema; d) comparação entre o volume e o tom de cobertura entre os jornais de informação geral e o de negócios; e) a presença das empresas envolvidas (Samarco e Vale) como fonte na cobertura jornalística (BUENO, 2017, p. 31-32).

A avaliação feita é que nesses jornais a cobertura “prende-se prioritariamente a fontes oficiais e empresariais e não assumiu, na maioria das vezes, uma postura pró-ativa, ou seja, não explorou linhas de investigação próprias, oriundas da redação dos jornais analisados, para esclarecer os fatos”, por mais que a cobertura tenha se estendido de forma ampla pelos veículos devido à magnitude do acontecimento. “Quase sempre, os jornais estiveram a reboque dos fatos, apenas acompanhando e repercutindo informações geradas por fontes externas” (BUENO, 2017, p. 34).

Ao contrário das coberturas de meios “de fora”, a imprensa local buscou estar presente na cena do acontecimento. Enquanto as reverberações do fato quase não são mais notadas em grandes veículos cinco anos após o acontecimento – exceto em datas

7 Embora seja um jornal produzido no âmbito do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, em Mariana, os apontamentos de Barbosa e Carvalho (2016) estabelecem e dimensionam sua conexão com o jornalismo local, observação que foi acolhida pela pesquisa.

pontuais, a mídia local segue acompanhando os desdobramentos do desastre focando na situação dos moradores das comunidades atingidas.

Não é pretensão deste artigo fazer uma análise discursiva ou comparativa de reportagens que reverberam a tragédia, tampouco buscar as formas de representação contidas no discurso jornalístico sobre o acontecimento. Entretanto, como forma de exemplificar as possibilidades que a mídia local tem de retratar um acontecimento da cidade de maneira mais próxima da população, são refletidos aqui dois momentos em que a Rádio Itatiaia Ouro Preto repercutiu a tragédia no ano de 2019. A primeira reverberação foi a transmissão, em fevereiro de 2019, de uma série de reportagens mostrando a situação dos moradores dos distritos e subdistritos marianenses atingidos pelo rompimento da barragem.

A equipe da emissora se deslocou até seis distritos de Mariana e ouviu pessoas diretamente afetadas que relataram as dificuldades em retomar o cotidiano e a falta de amparo da Samarco e da Prefeitura de Mariana após o desastre. A chamada da série expõe claramente os interesses da Rádio Itatiaia Ouro Preto em focar as atenções para os habitantes dessas localidades: "Nesta segunda-feira a Itatiaia traz uma série de reportagens sobre os distritos de Mariana atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Há falta de serviços básicos e moradores reclamam de negligência da Fundação Renova⁸ e Prefeitura de Mariana" (RÁDIO ITATIAIA OURO PRETO, 2019a).

Esse formato escolhido para as reportagens, priorizando a fala dos habitantes das comunidades, mostra um entendimento particularizado da situação e a proximidade com a população local que dificilmente uma emissora distante teria. Corroborando este entendimento, as reportagens produzidas pela equipe ouro-pretana foram veiculadas pela Rádio Itatiaia de Belo Horizonte e integram a "central de áudios" da rede (RÁDIO ITATIAIA, 2019a; 2019b). Destacamos que a matriz da emissora ouro-pretana (uma das principais emissoras do Estado de Minas Gerais) também vem noticiando periodicamente acontecimentos relativos às dimensões legais e aos procedimentos de recuperação das áreas

8 Criada por meio de um Termo de Ajuste de Conduta assinado em 2016, a Fundação teria o objetivo de reparar danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco. Entretanto, pesquisadores afirmam que o estabelecimento da Fundação seria uma estratégia de mercado. "A criação da Fundação Renova abriu caminho para a privatização da regulação da indústria extrativa mineral e deu forma final ao processo de **gestão estratégica da (des) responsabilização em rede** em torno do desastre da Samarco [...]. Através da Fundação Renova, a BHP Billiton e, em particular, a Vale **debelaram as principais iniciativas judiciais de responsabilização**, que poderiam derivar em uma escalada imprevisível das despesas com indenizações e reparação de danos" (SANTOS; MILANEZ, 2019, s.p, grifos nossos).

atingidas, diferentemente das reportagens produzidas pela equipe local, voltadas quase sempre para a situação dos atingidos⁹.

Outro exemplo que reforça as nossas observações tecidas até aqui é o conjunto de conteúdos produzidos pela Rádio Itatiaia Ouro Preto na semana em que a tragédia completou quatro anos (novembro de 2019). A emissora dedicou seu podcast semanal ao assunto, visitou o local onde estão sendo feitas as obras de reassentamento do “novo Bento Rodrigues”¹⁰ e levou dois moradores até seu estúdio para que dessem depoimentos sobre a atual situação dos atingidos. Um deles foi Zezinho do Bento, o ouvinte que citamos no início deste tópico, que ligou para a rádio minutos após o rompimento da barragem. Nesse ponto, observamos que, embora as reportagens da emissora local priorizem a fala aos moradores atingidos, outras fontes também são ouvidas, inclusive órgãos oficiais e representantes da Fundação Renova.

De maneira geral, a comunidade reconhece essa capacidade que as emissoras locais têm de acompanhar de maneira mais próxima e imediatista os acontecimentos das suas cidades. Nesse sentido, a ouvinte Conceição Aparecida, em entrevista concedida ao coautor deste texto, relembra como acompanhou os primeiros momentos da cobertura do desastre ambiental ocorrido no distrito marianense por meio da Rádio Itatiaia Ouro Preto e da televisão:

Teve a notícia de Bento Rodrigues há pouco tempo agora. A gente ficou sabendo e todo mundo ficou abalado com aquilo. [...] A gente ficava ouvindo pra ver se conhecia alguém porque tinha gente de Ouro Preto trabalhando lá. Eu tava ouvindo os tópicos pela rádio, né? Então assim, na televisão foi a imagem e já tinha passado, já tinha acontecido. Agora na rádio tava acontecendo aquele fato naquele momento, a gente não tava vendo a imagem, mas ouvia no momento exato que tava acontecendo (MATA, 2018).

Essa fala da ouvinte nos demonstra que, “enquanto a credibilidade das mídias tradicionais tem sido colocada à prova, os meios de comunicação local aparecem como ilhas em meio a essa crise amplificada pelas *fake news*” (MEDEIROS; PRATA, 2019, p. 5). A vertente espacial por si só não determina a dinâmica de proximidade das emissoras

9 Uma exceção é a reportagem especial “Mariana: Mil dias depois” que mostrou diversos aspectos dos desdobramentos do rompimento da barragem, incluindo a situação dos moradores – que foram ouvidos pelo repórter João Felipe Lolli, graduado em jornalismo pela UFOP – Mariana.

10 As obras são feitas pela Fundação Renova em um terreno localizado entre o antigo povoado de Bento Rodrigues, o mais atingido pelo rompimento da barragem, e a sede de Mariana. Com entrega atrasada desde março de 2019, 225 famílias ainda esperam para se mudarem para o novo distrito (FRANCO, 2020).

locais com a população, porém não se pode deixar de considerar as condições objetivas do lugar na construção social, produção e consumos midiáticos.

Rádio em casa: a cobertura e a prestação de serviços na pandemia de Covid-19

Como evidenciamos no tópico anterior, o rádio foi essencial para levar as primeiras notícias sobre o rompimento da barragem da Samarco para a população, além de possibilitar que os atingidos recebessem informações em tempo real sobre a situação da região imediatamente após a tragédia. Nesse e em outros acontecimentos extremos, o rádio reforçou suas características de meio abrangente, imediatista e prestador de serviços.

A pandemia de Covid-19 tem modificado diversas esferas dos modos cotidianos de vida e das relações interpessoais de milhões de pessoas no mundo todo. Em um cenário *sui generis* e desafiador, o rádio aparece novamente como protagonista, seja na transmissão de informações confiáveis, como companheiro no distanciamento social ou realizando ações específicas que buscam minimizar o impacto da pandemia em diferentes esferas sociais. Uma dessas ações que têm acontecido em várias cidades brasileiras é a veiculação de aulas formais e conteúdo educativo informal a estudantes que estão com as escolas fechadas há meses.

De acordo com Ferraretto e Morgado (2020, p. 7-8), "a pandemia e a circulação de informações equivocadas a respeito de sua natureza e de seus efeitos dá a certeza de que se vive um momento de máxima necessidade de valorização da comunicação organizada e corretamente realizada", combatendo também o que o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, chamou de infodemia - "notícias falsas se espalham com mais rapidez e facilidade do que esse vírus e são igualmente perigosas" (GHEBREYESUS, 2020, s.p.). Dessa forma, desde 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) alterou o status do surto do novo coronavírus para o de pandemia, os meios de comunicação também precisaram se adaptar às medidas de distanciamento social e a uma lógica incerta de comportamento das audiências para veicular de forma sólida e confiável informações sobre esse acontecimento extremo e, como alertavam diversos especialistas, duradouro.

As características de agilidade e credibilidade do rádio se colocaram mais uma vez como diferenciais, o que refletiu no comportamento da audiência e nos modelos de programação de muitas emissoras. Segundo Starck (2020), no começo da pandemia o jor-

nalismo foi o formato que mais cresceu no rádio brasileiro, resultado da ansiedade dos ouvintes por respostas sobre o coronavírus. Nesse contexto de isolamento social, insegurança simbólica e incertezas quanto ao futuro, a responsabilidade do rádio é informar com qualidade, é prestar serviços de utilidade, mas também é fazer valer uma das suas principais características, ser companheiro do ouvinte¹¹. O infográfico a seguir (Figura 1), elaborado com dados da pesquisa Kantar Ibope Media realizada em treze regiões metropolitanas de abril a junho de 2020, aponta a busca do ouvinte por essas duas funções precípuas do rádio.

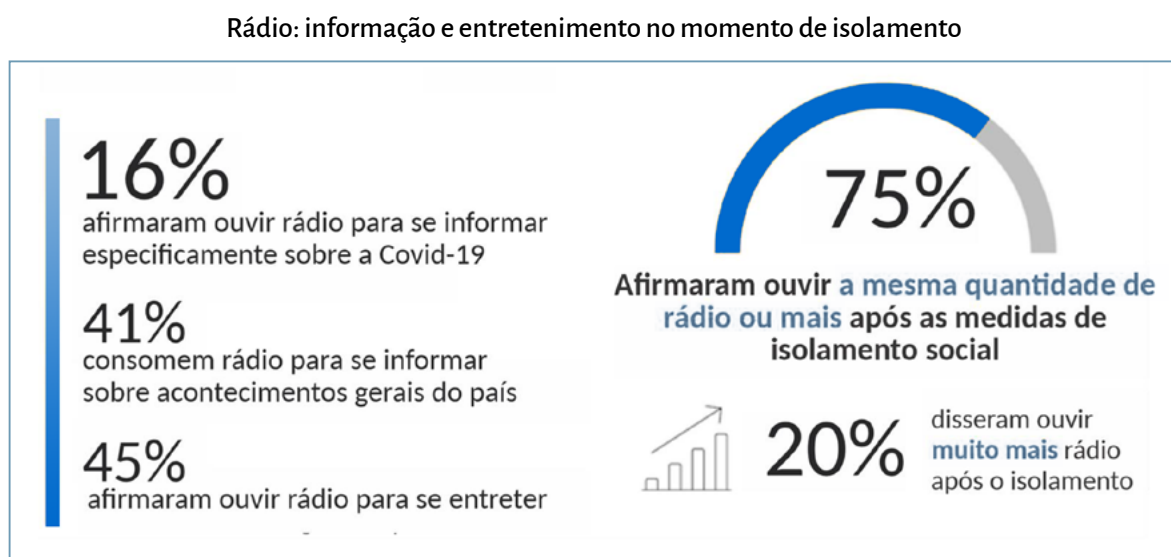


Figura 1 - Consumo de rádio durante a pandemia de Covid-19

Fonte: Adaptada pelos autores com dados de Kantar Ibope Media (2020a; 2020b).

Para as emissoras locais, caracterizadas pela sua proximidade com o ouvinte, a responsabilidade é ainda maior porque a abordagem geral dos contextos informacionais precisa ser adaptada para a realidade local - “desta forma é possível mostrar ao ouvinte como esses eventos afetam seu cotidiano e assim atender a um dos princípios fundamentais desse meio de comunicação” (LOPEZ, 2009, p. 108). Nesse sentido, Peruzzo (2005) alerta que

a mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região. Porém, ela não é monolítica. Não há

¹¹ Ferraretto aponta que a caracterização do rádio como companheiro é uma particularidade que distingue o meio em relação aos demais. Essa característica o coloca como “algo que está próximo no dia a dia e quebra a solidão, seja nas metrópoles, seja nas zonas rurais mais afastadas dos centros urbanos” (FERRARETTO, 2014, p. 26).

uniformidade no tipo de vínculo dos meios de comunicação em suas regiões, pois a inserção (mais ou menos) comprometida localmente depende da política editorial de cada veículo (PERUZZO, 2005, p. 74-75).

A pandemia da Covid-19 chega em um momento de forte polarização política entre aqueles que se alinham às recomendações da OMS e reconhecem a necessidade de isolamento social, uso de máscara de proteção facial, entre outras medidas de biossegurança e aqueles que se alinham com a Presidência da República, com tendência a negar a gravidade da pandemia e a apontar a crise econômica como um contra-argumento ao isolamento social. Inferimos que tal polarização política em nível nacional possivelmente afeta o posicionamento da política editorial de emissoras locais. Fizemos a escuta da emissora hertziana reproduzida em streaming ao vivo em horários alternados durante duas semanas do mês de julho de 2020 e também contactamos a equipe de jornalistas da emissora.

Semanalmente, a matriz da Rádio Itatiaia, situada em Belo Horizonte, faz um “giro pelo interior” buscando informações nas emissoras afiliadas do estado para atualizar as estatísticas locais relacionada à Covid-19 (número de mortes, número de infectados, ocupação dos leitos, dentre outras) - com contribuições da emissora ouro-pretana. Além da participação nessa produção, a Itatiaia Ouro Preto convidou alguns especialistas para falar sobre a Covid-19, divulga os boletins epidemiológicos da Secretaria de Saúde de Ouro Preto e faz a cobertura da evolução dos casos da doença na região.

No entanto, percebemos que, no caso da pandemia, a cobertura da rádio Itatiaia Ouro Preto privilegiou as estatísticas e os impactos na economia da cidade em detrimento de uma comunicação mais próxima do ouvinte no sentido de aconselhar ou orientar a população na atual situação de risco e de dar espaço para depoimentos dessas pessoas. Se boa parte dos anunciantes da emissora trataram da pandemia em seus spots ou testemunhais, no período em que fizemos a escuta da programação da emissora, não ouvimos nenhuma campanha educativa com a assinatura da rádio. Nos programas de variedades, em que geralmente os radialistas apresentadores se colocam como companheiros, pessoas próximas dos seus ouvintes, percebemos uma abordagem muito tímida desses locutores sobre a Covid-19.

Neste período de escuta, também não ouvimos nenhuma participação de ouvintes que tratassem da pandemia, como ocorreu com frequência na cobertura do rompimento

da barragem de Mariana. Líderes políticos, representantes da administração municipal são entrevistados nos programas jornalísticos, mas percebemos uma pequena participação dos ouvintes como testemunhas das consequências da pandemia.

Observamos também o perfil da emissora no Facebook. Em uma análise quantitativa preliminar, verificamos as publicações entre 19 de março de 2020, data do primeiro Boletim Epidemiológico divulgado pela prefeitura ouro-pretana, até o dia 04 de julho de 2020. A emissora fez 72 publicações no período observado. Dentre estas, 31 publicações abordavam a pandemia; 19 publicações anunciavam missas e festas católicas, 10 publicações eram dedicadas à publicidade da empresa de saneamento básico da região e 12 publicações eram dedicadas a assuntos diversos¹².

Em seguida, observamos os conteúdos dos textos das 31 publicações relacionadas à Covid-19. Dentre estas, o principal conteúdo era a divulgação das estatísticas relacionadas à evolução da pandemia nos municípios da região e o boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde. Apenas duas publicações divulgavam as novas normas de biossegurança para enfrentamento da Covid-19. Percebemos a função primordialmente informativa dos textos das publicações, em detrimento de uma comunicação no sentido de estabelecer novos hábitos de higiene e limpeza, de reforçar a importância do isolamento social para minimizar a circulação do vírus ou de dar voz aos ouvintes da emissora.

Vinheta de encerramento: considerações finais

A existência de uma emissora com características de meio local gera sentimento de pertença também porque ela noticia acontecimentos próximos do ouvinte ou o impacto de acontecimentos de escala global na comunidade local, o que permite uma relação de proximidade entre o ouvinte e a emissora.

De maneira geral, a representação midiática manifesta diversas problemáticas, sobretudo na sua relação com grupos subalternos, geralmente estereotipados, silenciados ou com identidades falsamente representadas nos meios tradicionais de comunicação. O desenvolvimento midiático no Brasil foi alicerçado em discursos de grupos dominantes e em possibilidades de acesso excludentes. Inicialmente, o rádio seguiu essa mesma lógica, entretanto popularizou-se e se converteu, na segunda metade do século XX, no

¹² Dentre esses assuntos diversos, cinco publicações eram dedicadas a ocorrências policiais, três relacionadas à cultura, uma publicação destinada à prestação de serviços (informe sobre retirada de benefício social), duas publicações tratavam da saúde bucal, e, por fim, uma publicação tratava de assunto relacionado à Justiça.

mais abrangente meio de comunicação brasileiro. Contrariando previsões pessimistas do seu fim, atualmente o rádio continua fazendo parte do cotidiano das pessoas e tem importância fundamental para zonas rurais, comunidades ribeirinhas e diferentes rincões do país-continente latino-americano.

No entanto, percebemos diferenças na abordagem dos dois acontecimentos extremos que tratamos aqui. Se no caso do rompimento da barragem de Mariana, a cobertura tinha nuances locais, a rádio conversava com os seus ouvintes sobre a tragédia e priorizava tais experiências na cobertura do acontecimento, o mesmo não se repete na cobertura da pandemia de Covid-19, que nos parece um pouco mais "tímida" e distante dos ouvintes.

Inferimos que no caso do rompimento da barragem de Mariana, havia um consenso sobre a gravidade da tragédia e da responsabilidade da empresa Samarco, o que foi destacado na cobertura e nos depoimentos dos ouvintes. No caso da Covid-19, há um dissenso sobre a gravidade da pandemia e sobre a necessidade de medidas de biossegurança para o controle da propagação do vírus. Por vezes, o argumento da crise econômica se contrapõe ao argumento da necessidade de isolamento social para a minimização da crise sanitária.

Podemos dizer que a cobertura da Rádio Itatiaia Ouro Preto reflete esses consensos e dissensos. Se na cobertura do rompimento da barragem de Mariana os depoimentos dos ouvintes atingidos pelo acontecimento criavam uma relação de confiança pela proximidade da rádio com a audiência, no caso da pandemia de Covid-19, dar voz a quem é contra ou favor do isolamento social, por exemplo, acirraria as polarizações já disseminadas na região, o que possivelmente teria como consequências o distanciamento de parte dos ouvintes. Encontramos pistas de tais divergências nas lacunas desse 'não-dito', encontradas na programação. A invisibilidade dos ouvintes que vivenciam a pandemia na cobertura da Rádio Itatiaia Ouro Preto "varre para debaixo do tapete" o dissenso e as polarizações na região e no país provocadas pelas crises sanitária, política e econômica nesses tempos pandêmicos, forjando um falso consenso. Afinal, parafraseando o velho ditado popular, o que os ouvidos não escutam (no rádio), o coração não sente.

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Editora PUC-Rio, 2016.

ALBERGARIA, Maria Aparecida. **Eu gosto de ouvir notícia de Ouro Preto**. Entrevista cedida a Rafael Medeiros. Ouro Preto, dez. 2018.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O som estranho. In: **Boitempo: menino antigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BARBOSA, Karina Gomes; CARVALHO, André Luís. Narrativas do trauma no jornalismo local: o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 19-33, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n2p19>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BARBOSA, Karina Gomes; CARVALHO, André Luís. Lugar e tempo: Bento Rodrigues no Lampião. **Intexto**, Porto Alegre, s.n., p. 1-25, set. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/83340>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BERTOLOTTO, Rodrigo. País sem sintonia: depois de integrar o Brasil por décadas, o rádio vive mudanças que podem provocar o efeito contrário. **UOL**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/radio/#pais-sem-sintonia>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Onda Resistente: centenário, rádio vira protagonista em catástrofes e viabiliza aulas onde conexão não chega durante pandemia. **UOL**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2AJp5vD>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BUENO, Wilson. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2WT5ykc>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. **La radio en la convergencia multimedia**. Barcelona: Gedisa, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur; MORGADO, Fernando. **Covid-19 e comunicação: um guia prático para enfrentar a crise**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Núcleo de Estudos de Rádio, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/guianer>. Acesso em: 09 jul. 2020.

FRANCO, Daniele. Renova paralisa obras do novo Bento Rodrigues após pandemia de coronavírus. **O Tempo**, Belo Horizonte, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2WSu4ly>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GHEBREYESUS, Tedros Adhanom. Munich Security Conference. **World Health Organization**, Genebra, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/munich-security-conference>. Acesso em: 08 jul. 2020.

GUIMARÃES ROSA, João. Lão-dalalão (Dão-Lalalão). In: **Corpo de Baile (Sete Novelas)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

HAESBAERT, Rogério. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 18, p. 1-17, 2014.

KANTAR IBOPE MEDIA. Covid-19: impactos no consumo de mídia - rádio. **Kantar Media**, São Paulo, 09 abr. 2020a. Brasil/Consumo de Rádio. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/brasil-consumo-de-radio/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

KANTAR IBOPE MEDIA. Mesmo com o fim da quarentena, consumidores afirmam que devem manter hábitos. **Kantar Media**, São Paulo, 26 jun. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/2CDzaLE>. Acesso em: 24 jul. 2020

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. 2009. 299 fl. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MAIA, Marta. **A comunidade radiouvinte e o sentimento de pertencimento**. In: VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Brasília, DF, 2006. Anais. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2VdXczT>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MARINHO, Vânia. Maior orgulho de José Russo é ser ouro-pretano honorário. **Jornal de Ouro Preto**. Ouro Preto, 19 dez. 1982.

MATA, Conceição Aparecida da. **O rádio fica como companheiro**. Entrevista cedida a Rafael Medeiros, Ouro Preto, jan. 2019.

MEDEIROS, Rafael. **O rádio e a cidade patrimônio**: experiências de escuta, localismo e migração nos discursos de ouvintes Ouro-Pretanos. 2019. 276 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

MEDEIROS, Rafael; PRATA, Nair. **"Liguei o rádio pra conferir se era verdade"**: a credibilidade do radiojornalismo local em tempos de fake news. In: Rede RadioJor – 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2019, Goiânia. Anais. SBPJor, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2D2J0a4>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Por que Geografias, no plural, para a comunicação? In: MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **Geografias da comunicação**: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: Intercom, 2012.

OLIVEIRA, Maria Nazaré. **O começo da Rádio Ouro Preto**. Entrevista cedida a Rafael Medeiros. Ouro Preto, ago. 2018.

OTA, Daniela Cristiane. Mapeando a mídia fronteiriça em Mato Grosso do Sul. In: MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **Geografias da comunicação**: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: Intercom, 2012.

PERUZZO, Cicília. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Rádio AM "avisa": uma expressão da cultura local. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (orgs.). **Mídia sonora em 4 dimensões**: 1ª ouvintes e falantes, 2ª memória política, 3ª programas de rádio, 4ª tecnologia e futuro. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2011.

RÁDIO ITATIAIA. **Três anos após tragédia em Mariana, moradores ainda são prejudicados...** 11 fev. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2G7uueC>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RÁDIO ITATIAIA. **Três anos depois de Tragédia de Mariana, moradores ainda reclamam de falta de água...** 12 fev. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2D5Bw2P>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RÁDIO ITATIAIA OURO PRETO. **Nesta segunda feira...** Ouro Preto, 08 fev. 2019. 2019a Instagram: Itatiaia Ouro Preto @ouropretoitiaia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BtoqvDDgSU5/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. Horror em Brumadinho é culpa da Vale, dizem especialistas. Mas o que é a Vale?. **Folha de São Paulo**, 01 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2O7VNd6>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

STARCK, Daniel. Coronavírus: Após queda, formatos musicais começam a recuperar a audiência perdida no início da pandemia. **Tudo Rádio**, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3f2qsDS>. Acesso em: 23 jul 2020.

TORRES, Maurílio. **A primeira programação da Rádio Ouro Preto**. Entrevista cedida a Rafael Medeiros, Ouro Preto, ago. 2018.

VAIDYANATHAN, Rajini. The Hurricane Station. **BBC News**. Londres, 24 ago. 2015. Disponível em: <http://bbc.in/1fAZ8NO>. Acesso em: 09 jul. 2020.

VARGAS LLOSA, Mário. **La tía Julia y el escribidor**. Madrid: Suma de Letras, 2000.

Temas de cobertura do início da pandemia em entrevistas e na participação de ouvintes em uma emissora do interior: Estudo de um programa jornalístico da Rádio Cultura de Timbó (SC)

Topics of coverage of the beginning of the pandemic in interviews and in the participation of listeners in a radio station in the interior: Study of a journalistic program by Rádio Cultura de Timbó (SC)

Temas de cobertura del inicio de la pandemia en entrevistas y en la participación de oyentes en una estación de radio en el interior: Estudio de un programa periodístico por Rádio Cultura de Timbó (SC)

Arnaldo Zimmermann, Eduardo Meditsch e Valci Zuculoto

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a incidência dos principais temas de cobertura radiojornalística do início da pandemia da Covid-19 em 2020, a partir das entrevistas realizadas e das participações de ouvintes em uma emissora do interior. A comparação entre os temas levantados permite uma análise das relações dialéticas entre as informações trazidas por fontes e receptores. O corpus da pesquisa é composto por três meses, de 18 de março a 17 de junho, do programa Repórter Cultura da Rádio Cultura FM de Timbó (SC). A partir dos temas/estágios identificados no conteúdo, é possível concluir que, diante da invisibilidade do perigo, o tensionamento pelo retorno à antiga rotina acaba por pautar a cobertura.

Palavras-chave

Radiojornalismo; cobertura de desastres; Covid-19; entrevistas; participação de ouvintes.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 25/07/2020
aceito em: 17/09/2020.

>> Como citar este texto:

ZIMMERMANN, A. ; MEDITSCH, E. ; ZUCULOTO, V. R. M. Temas de cobertura do início da pandemia em entrevistas e na participação de ouvintes em uma emissora do interior: estudo de um programa jornalístico da Rádio Cultura de Timbó (SC). *Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana -MG, v. 11, n. 02, p. 150-167, mai./ago. 2020.

Sobre os autores

Arnaldo Zimmermann

arnaldozimmermann@gmail.com

Jornalista e apresentador do programa Repórter Cultura na Rádio Cultura FM Timbó (SC). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes. Mestre em Jornalismo (UFSC). Especialista em Publicidade e Propaganda (FURB).

Eduardo Meditsch

emeditsch@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6045-1178>

Pesquisador do CNPq e professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Doutor pela Universidade Nova de Lisboa, realizou estágio sênior de Pós-Doutorado na University of Texas at Austin. É autor e organizador de vários livros sobre rádio e jornalismo.

Valci Zuculoto

valzuculoto@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2453-3990>

Professora de graduação e pós-graduação em Jornalismo na UFSC. Doutora em Comunicação (PUCRS). Coordenadora da Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RadioJor). Diretora Científica da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR). Líder do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa).

Abstract

The aim of this article is to investigate the incidence of the main topics of radio journalistic coverage of the beginning of the Covid-19 pandemic in 2020, based on the interviews and the participation of listeners in a radio station in the interior. The comparison between the themes raised in both cases allows an analysis of the dialectical relationships between the information brought by the sources and the recipients. The empirical object selected was the coverage carried out by the Repórter Cultura program of Rádio Cultura FM (92.1) in Timbó (SC). The research corpus consists of three months of journalistic coverage of the phenomenon in the program, between March 18 and June 17, 2020. From the themes / stages identified in the content of the interviews and the participation of the listeners, it is possible to conclude that, in view of the invisibility of the danger, the tension due to the return to the old routine ends up guiding the radio journalistic coverage.

Keywords: Radio journalism; disaster coverage; Covid-19; interviews; listener participation.

Resumen

El objetivo de este artículo es investigar la incidencia de los principales temas de cobertura periodística de radio del comienzo de la pandemia de Covid-19 en 2020, con base en las entrevistas y la participación de los oyentes en una estación de radio en el interior. La comparación entre los temas planteados en ambos casos permite un análisis de las relaciones dialécticas entre la información aportada por las fuentes y los destinatarios. El objeto empírico seleccionado fue la cobertura realizada por el programa Repórter Cultura de Rádio Cultura FM (92.1) en Timbó (SC). El corpus de investigación consta de tres meses de cobertura periodística del fenómeno en el programa, entre el 18 de marzo y el 17 de junio de 2020. A partir de los temas / etapas identificados en el contenido de las entrevistas y la participación de los oyentes, es posible concluir que, ante la invisibilidad del peligro, la tensión por el regreso a la vieja rutina termina guiando la cobertura periodística radial.

Palabras clave: Radioperiodismo; cobertura de desastres; Covid-19; entrevistas; participación de oyentes.

Introdução

O objetivo deste artigo é investigar a incidência dos principais temas de cobertura radiojornalística do início da pandemia da Covid-19 em 2020, a partir das entrevistas realizadas e das participações de ouvintes em uma emissora do interior. A comparação entre os temas levantados em ambos os casos permitirá uma análise das relações dialécticas entre as informações trazidas pelas fontes e pelos receptores. O objeto empírico selecionado foi a cobertura realizada pelo programa Repórter Cultura da Rádio Cultura

FM (92.1) de Timbó (SC). O programa é realizado entre segunda-feira e sexta-feira no horário das 6h30 às 9h. O corpus da pesquisa é composto por três meses de cobertura jornalística do fenômeno dentro do programa radiofônico, entre 18 de março e 17 de junho de 2020.

A escolha por um estudo de caso único para analisar um fenômeno mais amplo, que é a cobertura radiojornalística da pandemia, segue as orientações de Yin (2005, p.63), quanto aos casos representativos ou típicos. A representatividade do programa e da emissora está no fato de terem priorizado a cobertura sobre as ações de prevenção e combate à Covid-19 e a relação que foi estabelecida entre entrevistas com as fontes ligadas ao acontecimento e o registro das participações do público via rede social e aplicativo de mensagens. Além disso, trata-se da tipicidade de cobertura de uma emissora com boa estrutura jornalística localizada em uma cidade de porte pequeno (Timbó possui 44.238 habitantes¹) em um estado (Santa Catarina) que antecipou medidas de quarentena, distanciamento e isolamento social, também adiantando sua flexibilização, se comparado aos estados mais populosos do país.

O trabalho toma como referência as categorias definidas por Arnaldo Zimmermann (2012), quando foram analisadas a participação do público e as entrevistas realizadas pela Rádio Nereu Ramos AM (760 khz) durante o desastre socioambiental de 2008 em Blumenau (SC), com divisão de quatro estágios distintos na cobertura. As referências para chegar à classificação dos estágios naquela cobertura partiram da análise das finalidades das participações dos ouvintes no rádio (HERRERA DAMAS, 2002) e da teoria da participação pública de Kovach e Rosenstiel (2003) quanto ao grau de interesse e envolvimento do público em um acontecimento.

Foram observadas as classificações utilizadas pelos órgãos de Defesa Civil durante enchentes e desastres: as fases de prevenção dos desastres, da preparação para emergências e desastres, da resposta aos desastres e da reconstrução, de acordo com a Política Nacional de Defesa Civil (OLIVEIRA, 2010, p.16); e os estados de monitoramento da elevação do nível do rio pelo Sistema de Alerta de Cheias da Bacia do Itajaí, que são "normal", "atenção", "alerta", "emergência" (COMITÊ ITAJAÍ, 2012 apud ZIMMERMANN, 2012). Assim, este trabalho adota como categorias de análise dos temas de cobertura as denominações de estágios utilizadas por Zimmerman (2012). São

¹ População estimada em 2019, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/timbo.html>

elas: Estágio 1 como **Alerta**; Estágio 2 como **Socorro**; Estágio 3, como **Solidariedade** e Estágio 4, como **Reabilitação**².

Este estudo de caso utiliza também a análise documental, ao mesmo tempo como método e técnica. Baseando-se nas definições de Moreira (2006, p.272), é método porque o ângulo escolhido para observação é a temática e também o momento de cobertura da pandemia; e igualmente constitui técnica pela forma de obtenção dos dados, através dos arquivos da emissora nas mensagens dos ouvintes no aplicativo WhatsApp e no material *online* das transmissões ao vivo (*live*) na rede social Facebook, com o registro escrito das participações dos ouvintes-internautas e do áudio com as entrevistas.

A análise dos materiais selecionados e compilados segue as orientações de Lopes (2005), com a descrição em ordem cronológica dos acontecimentos, de acordo com os estágios da cobertura e com a interpretação do material no seu conjunto. O estudo procurou identificar a predominância desses temas em diferentes momentos da cobertura nos três meses considerados, feita a ressalva de que se trata de um estudo provisório. Na medida em que a pandemia e sua cobertura se estendem para além deste período inicial considerado no trabalho, algumas modificações, desta forma, podem ocorrer nos resultados se houver um período mais alargado de observação no futuro. Apesar desta limitação, o estudo permitiu já algumas constatações relevantes sobre as relações dialéticas entre as informações trazidas pelas fontes (nas entrevistas) e pelos ouvintes (nas suas participações), que caracterizam a rotina produtiva do radiojornalismo no atual momento da convergência tecnológica.

Participação dos ouvintes e entrevistas durante a pandemia: descrição e análise dos resultados

Embora o rádio não seja exatamente um espaço de edição coletiva ou "código aberto", como muitos blogs e outros espaços na web, também não é refém da rigidez de um veículo impresso ou até mesmo das limitações tecnológicas de mobilidade que a TV possui. Com o surgimento de dois novos tipos do meio radiofônico, a rádio na internet e as webemissoras (ZUCULOTO, 2012), há uma conversão do ouvinte comum em "ouvinte-internauta", adicionando outros relevantes fatores em uma situação mista de hábitos de audiência e hábitos de interação. Esse ouvinte-internauta consome o conteúdo radio-

2 A descrição de cada um dos estágios, e a comparação entre a aplicação dos mesmos ao desastre socio-ambiental de 2008 em Blumenau e à pandemia de 2020 será explicada adiante na Tabela 1.

fônico de modo individual (QUADROS, 2018), enquanto navega pela web, pesquisando o conteúdo que ouve na estação e interagindo com as redes sociais, da emissora e de outras fontes diversas.

O fim da delimitação rígida na definição dos papéis - entre quem fala e quem escuta - rearticula o processo comunicacional a partir das bases tecnológicas, ampliando a capacidade dialógica entre os atores envolvidos. A participação da audiência radiofônica nas redes sociais na web e nos aplicativos de mensagens instantâneas pelo aparelho celular, a exemplo do que foi o telefone convencional em tempos anteriores, reforça o deslocamento do ouvinte de seu estado passivo para um ouvinte partícipe, que tanto responde instantaneamente a estímulos gerados pela programação no ar (interação reativa/reacional) como também provoca pautas a partir de sua observação sobre os acontecimentos (interação mútua/dialógica).

A presença constante das emissoras de rádio em mídias sociais como o Facebook e tantas outras já chamava a atenção de Cebrián Herreros (2011) para aquilo que denominou como a terceira grande transformação tecnológica e comunicacional do rádio, adentrando em uma nova concepção de comunicação interativa convergindo plataformas de internet e telefonia com as anteriores. A partir de 2013, com o uso do WhatsApp pelas emissoras de rádio no Brasil como forma de participação do ouvinte na programação, o rádio renovou seu status de agilidade na relação com o mundo exterior, conectando um maior número de participações em um menor espaço de tempo em comparação ao telefone convencional (KISCHINHEVSKY, 2016). "Nesse novo ambiente midiático, o rádio tem se mostrado ágil na associação com mídias sociais, diretórios e portais, em vez de construir estruturas próprias, caras e sem garantia de adesão dos ouvintes" (KISCHINHEVSKY, 2016, p.16). A adesão da audiência é garantida pela própria necessidade do ouvinte de participar, perguntar, opinar e contribuir com a emissora através de ferramentas e estratégias conversacionais síncronas (LOPEZ, 2010, p.115). Essa participação, que pode ter variantes como buscar uma informação sobre serviços, fazer uma denúncia, uma solicitação, uma consulta, um comentário ou mesmo um desabafo, é observada e processada pela emissora de rádio como algo essencial na programação ou complementar, segundo Merayo (2002), já que pode ser apresentada de diversas maneiras e com diferentes intencionalidades.

Cada vez é mais comum que as pautas de entrevistas sejam baseadas na observação do movimento do ouvinte-internauta, tanto em sua relação direta com a emissora quanto pelos debates gerados na rede com terceiros. O tema da entrevista colado com

o discutido nas redes faz cruzar uma agenda institucional com uma agenda pública, alterando inclusive a diretividade das interações. E, ao se apropriar desses novos espaços digitais, o rádio não abandona suas características, como já frisou Lopez (2010, p.115) "mas adequa suas rotinas e sua narrativa às possibilidades geradas pelos novos espaços de difusão e informação".

No período analisado durante a cobertura da pandemia pelo programa Repórter Cultura da Rádio Cultura FM Timbó (92.1 Mhz), entre 18 de março e 17 de junho de 2020 (segundas às sextas-feiras), foram registradas 191 entrevistas e 574 participações do ouvinte-internauta por Facebook e WhatsApp com assuntos exclusivamente relacionados ao fenômeno da Covid-19. Destas 574 participações do ouvinte-internauta, 323 ocorreram via aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, distribuídas dentro e fora do horário de exibição do programa e 255 participações via rede social Facebook, somente durante as transmissões ao vivo (*live*) do programa. Não foram incluídas neste trabalho as participações via telefone, via reportagens externas ou oriundas de outras mídias sociais.

Utilizando como base a classificação de estágios/temas da cobertura do desastre socioambiental de 2008 em Blumenau (SC) de Zimmermann (2012), denominaremos, neste trabalho, o Estágio/Tema 1 como **Alerta**; o Estágio/Tema 2 como **Socorro**; o Estágio/Tema 3, como **Solidariedade** e o Estágio/Tema 4, como **Reabilitação**. Como naquele estudo, esses quatro estágios/temas foram separados para propiciar a análise de acordo com o andamento do desastre/pandemia e o ritmo da sua cobertura. Uma das diferenças já evidenciadas entre os dois desastres é a sua cronologia e temporalidade: enquanto o desastre socioambiental (deslizamentos de terra, enchente e enxurrada) se concentrava em poucos dias seguidos, a pandemia da Covid-19 se estende por meses, inclusive sem sua conclusão durante a realização deste trabalho.

Desta forma, o recorte temporal deste trabalho foi determinado por alguns fatores operacionais externos à cobertura jornalística: o dia 18 de março de 2020 (início do período de análise) quando entrou em vigor o decreto 515/2020 do Governo de Santa Catarina, declarando Situação de Emergência no estado e determinando o chamado "isolamento social", com fechamento da maior parte dos estabelecimentos comerciais, além de suspensão de aulas e outras atividades da sociedade civil; dia 31 de março de 2020, data em que foram retiradas as barreiras sanitárias, instaladas no início da pandemia, nos acessos ao município de Timbó, mas com o anúncio da prorrogação de medidas de

isolamento pelo governo estadual a partir de 01 de abril; dias 12 de abril de 2020, com a primeira morte por Covid-19 na microrregião (em Indaial, cidade vizinha a Timbó) e 13 de abril, com a permissão para a reabertura do comércio de rua no estado; dia 21 de abril, com o anúncio e implantação de normas para a reabertura e funcionamento de bares, restaurantes, *shoppings* e academias (fato que também repercutiu nos noticiários nacionais e internacionais, devido às aglomerações em *shoppings* e outros estabelecimentos com a reabertura).

Dentro desta proposta de divisão, sempre provisória, em diferentes estágios da cobertura radiofônica, a análise é realizada de acordo com a seguinte distribuição:

Estágio 1 - **Alerta**: 18/03 – 31/03.

Estágio 2 - **Socorro**: 01/04 – 12/04.

Estágio 3 - **Solidariedade**: 13/04 – 21/04.

Estágio 4 - **Reabilitação**: 22/04 – 17/06.

A proposta da divisão da análise em quatro diferentes estágios da cobertura segue as características utilizadas na análise do desastre socioambiental de 2008 por Zimmermann (2012), com as seguintes adaptações para a situação da pandemia:

Tabela 1: Comparação entre os estágios de cobertura radiofônica no desastre socioambiental de 2008 e na pandemia da Covid-19 em 2020:

No mesmo sentido, analisamos a temática de cada entrevista e de cada participação do ouvinte-internauta de acordo com o curso da pandemia, classificando-as com a mesma nomenclatura dos estágios e distribuindo-as dentro de cada etapa da cobertura radiofônica.

ESTÁGIOS	Desastre socioambiental de 2008 (Zimmermann, 2012)	Pandemia da Covid-19 de 2020
Estágio 1: Alerta	Profissionais e o público ainda demonstrando dúvidas e incertezas sobre a natureza e dimensão do desastre.	Entrevistados com incertezas e expondo as primeiras orientações para o isolamento social e a quarentena. Público expressando incertezas sobre o acontecimento e enviando perguntas sobre suas dúvidas aos entrevistados e profissionais da emissora.

Estágio 2: Socorro	A fase mais crítica do desastre, com a cidade e o público alarmados com os acontecimentos.	Período quando a ênfase passa a ser a divulgação dos casos no país, no estado e na região, além das ações de enfrentamento à pandemia.
Estágio 3: Solidariedade	O registro de maiores operações de resgate e de auxílio aos atingidos.	Etapa com destaque às principais repercussões acerca da pandemia, como medidas de auxílio financeiro à população e ações solidárias no período gradual de reabertura.
Estágio 4: Reabilitação	Quando a população tenta retomar, em parte, a normalidade na sua vida.	População tentando retomar à normalidade, diante da adaptação ao “novo normal”, com novas medidas de convivência social e a necessidade de enfrentamento das primeiras consequências da pandemia.

Fonte: os autores.

A interpessoalidade e a bidirecionalidade são características presentes na entrevista radiofônica que facilitam a concretização de um “diálogo real” no qual os limites orais entre entrevistador e entrevistado são facilmente preenchidos pelo ouvinte, que se converte em testemunha de uma conversação. É neste testemunho que o pesquisador Arturo Merayo ressalta a proximidade psicológica como grande incremento na formação de um diálogo. O autor entende que tal conversação através da oralidade radiofônica reproduz melhor o sistema estrutural próprio da linguagem falada, já que o ouvinte está habituado à conversa na maioria dos processos de comunicação oral (MERAYO, 2002).

Porém, a arte de entrevistar necessita de foco e objetividade na condução de perguntas e respostas e McLeish (2001) acredita que a entrevista em si será sempre um diálogo com um objetivo definido. Mário Kaplún (2017), por sua vez, entende que no rádio a entrevista adquire um valor extra, semelhante a uma foto em um meio impresso, como uma ilustração viva, uma prova ou um documento.

Lage (2001), no entanto, chama a atenção para a temática da entrevista, já que ao se entrevistar abordando um tema específico, entende-se que o entrevistado tem condições e autoridade para discorrer sobre determinado assunto, expondo suas versões e interpretações sobre o acontecimento em pauta. Neste sentido, uma entrevista que se subordine a uma temática central da cobertura jornalística auxiliará na compreensão de um problema sob o argumento da autoridade entrevistada.

É importante ressaltar também que, especialmente no rádio, nem sempre os entrevistados selecionados são autoridades envolvidas no assunto ou especialistas sobre o tema. É comum, pelo próprio dinamismo do vivo radiofônico, que a emissora entreviste populares como testemunhas do acontecimento. Neste caso, as chances de enquadramento pelo jornalista normalmente são maiores, pois há a preocupação com a idoneidade do informante e o risco de fragmentação. É onde entra em cena o “gestor do testemunho”, segundo Damasceno (2009, p.52) ou o “fiador” da testemunha”, conforme Amaral, Pozobon e Rubin (2010, p.12), em um jogo aparente de submissão ao testemunho, mas com um domínio muito grande sobre ele, conforme as autoras.

Esse controle discursivo estabelece os conteúdos e as abordagens admissíveis a cada momento, podendo excluir o que julgar incompatível ou inadequado ao tópico inicial proposto na entrevista (MEDITSCH, 2007). O controle exercido com o tópico em uma entrevista radiofônica inclina-se mais para a compreensão sobre o tema abordado, a fim de orientar a condução da enunciação, especialmente em momentos de “desorientação” pública, como em desastres e pandemias.

No período analisado para este estudo no programa Repórter Cultura, no Estágio 1 (**Alerta**), houve 53 entrevistas que envolveram direta ou indiretamente a pauta da cobertura da pandemia, sendo que 49 delas se encaixavam no tema sobre **Alerta** e quatro (4) no tema sobre **Socorro**. Do total de 229 participações dos ouvintes-internautas, 103 ocorreram via Facebook e 126 via WhatsApp, sendo 148 (76 Face; 72 Whats) sobre o tema **Alerta**, 38 (8 Face; 30 Whats) sobre o tema **Socorro**, 18 (9 Face; 9 Whats) sobre o tema **Solidariedade** e 25 (10 Face; 15 Whats) sobre o tema **Reabilitação**, conforme destacado na Figura 1:

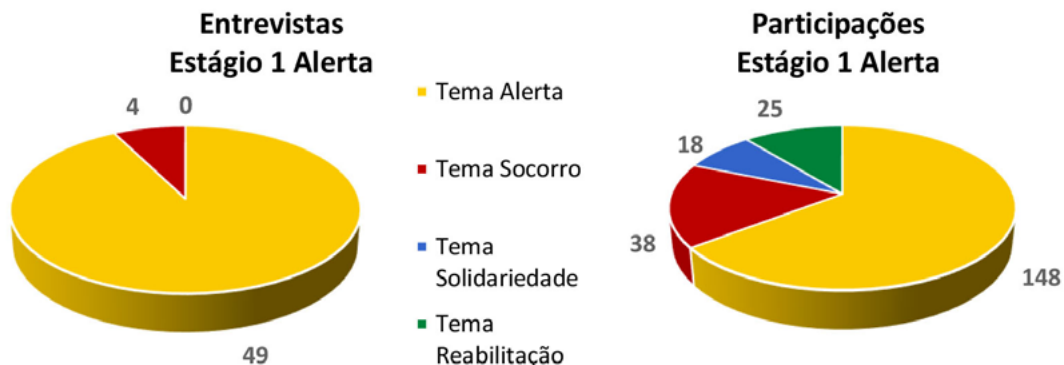


Figura 1: Temas das entrevistas e participações durante Estágio 1 da cobertura | Fonte: Os autores.

Já no Estágio 2 (**Socorro**), realizaram-se 21 entrevistas sobre a pauta da pandemia, com apenas quatro (4) se encaixando no tema sobre **Alerta**, 10 no tema sobre **Socorro**, cinco (5) no tema sobre **Solidariedade** e duas (2) no tema **Reabilitação**. Quanto às participações dos ouvintes-internautas, das 122 neste estágio, 65 ocorreram via Facebook e 57 via WhatsApp. O tema **Alerta** dominou apenas três (3) interações via WhatsApp e o tema-título do estágio (**Socorro**) dominou 48 intervenções (34 Face; 14 Whats), mesmo número das participações sobre o tema **Solidariedade** (23 Face; 25 Whats). Já o tema **Reabilitação** esteve presente em 23 participações (8 Face; 15 Whats), conforme destacado na Figura 2:

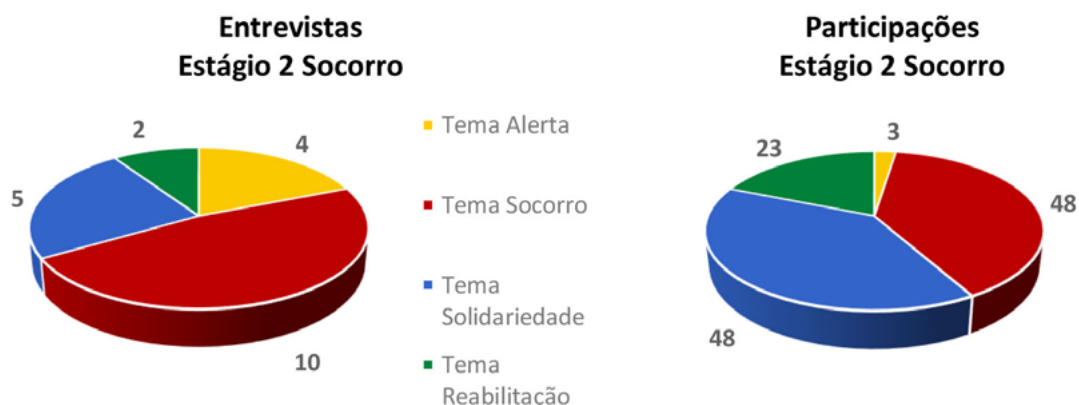


Figura 2: Temas das entrevistas e participações durante Estágio 2 da cobertura | Fonte: Os autores.

No Estágio 3 (**Solidariedade**), ocorreram 23 entrevistas abordando a pauta da pandemia da Covid-19, sendo que nenhuma delas se encaixava no tema sobre **Alerta** e apenas 2 versaram sobre a temática do **Socorro**. Já o tema **Solidariedade** dominou 8 das

entrevistas e o tema **Reabilitação**, 13. Quanto às participações dos ouvintes-internautas, das 69 neste estágio, 31 ocorreram via Facebook e 38 ocorreram via WhatsApp. Sobre o tema **Alerta** não houve interações. Já o tema **Socorro** registrou 25 envolvimento (17 Face; 8 Whats) e o tema **Solidariedade** esteve presente em apenas 18 participações (7 Face; 11 Whats). Já o tema **Reabilitação** esteve presente em 26 participações (7 Face; 19 Whats), conforme destacado na Figura 3:

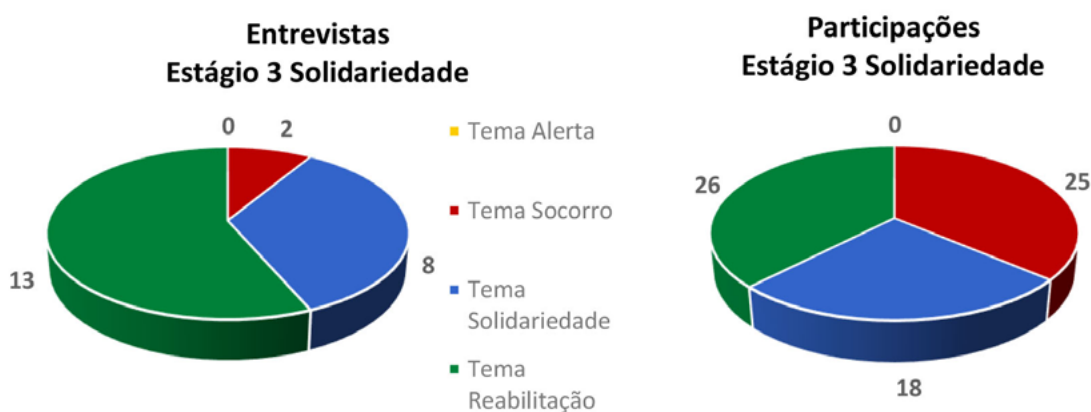


Figura 3: Temas das entrevistas e participações durante Estágio 3 da cobertura | Fonte: Os autores.

No Estágio 4 (**Reabilitação**), houve 94 entrevistas abordando a pauta da pandemia da Covid-19, sendo que nenhuma delas se encaixava no tema sobre **Alerta** e 22 se enquadraram na temática do **Socorro**. Já o tema **Solidariedade** dominou 33 das entrevistas e o tema **Reabilitação**, 43. Quanto às participações dos ouvintes-internautas, das 154 neste estágio, 54 ocorreram via Facebook e 100 ocorreram via WhatsApp. Sobre o tema **Alerta** não houve interações. O tema **Socorro** registrou 63 envolvimento (30 Face; 33 Whats) e o tema **Solidariedade** figurou em 42 participações (13 Face; 29 Whats). O tema **Reabilitação** esteve presente em 49 participações (11 Face; 38 Whats), conforme destacado na Figura 4:

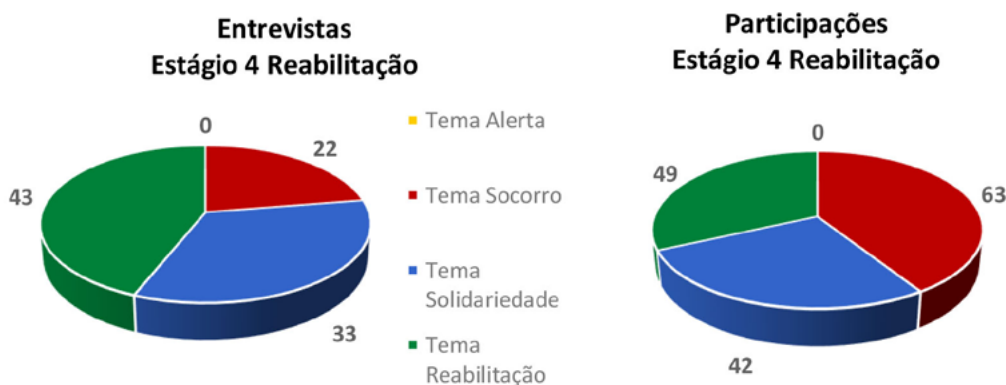


Figura 4: Temas das entrevistas e participações durante Estágio 4 da cobertura | Fonte: Os autores.

No conjunto das entrevistas³ ao longo dos quatro estágios, há um determinado equilíbrio entre os temas, conforme é possível verificar na Figura 5, quando **Reabilitação** esteve presente 58 vezes durante os três meses verificados, seguido do tema **Alerta** (53), **Solidariedade** (46) e **Socorro** (36). Apesar da diferença cronológica entre os quatro estágios verificados (somente o Estágio 4 – **Reabilitação** – ocupou quase dois terços do total da cobertura analisada), o primeiro estágio concentrou um número diário maior de entrevistas, devido à necessidade imediata de informações sobre um fenômeno até então pouco conhecido pela população e pelas fontes entrevistadas.

É importante observar que o predomínio do tema associado ao seu estágio teve mais evidência no primeiro momento da cobertura (Estágio 1 **Alerta**), com 49 das 53 entrevistas realizadas. Já no segundo momento (Estágio 2 **Socorro**), houve um equilíbrio entre o tema associado ao seu estágio e a soma dos demais temas. Enquanto 10 das 21 entrevistas se pautaram a tratar os casos e as ações de enfrentamento e prevenção ao novo coronavírus, já foi possível observar uma antecipação das mensagens acerca de apoio à população atingida pelas consequências do isolamento social e da quarentena, como pautas relacionadas ao pagamento de auxílio emergencial e outros benefícios sociais e governamentais, por exemplo. No terceiro momento de cobertura, apesar de o calendário de acontecimentos sugerir uma maior concentração das ações como forma de solidariedade em função das consequências da pandemia e do isolamento social, o tensionamento do público pelo retorno à sua normalidade teve sua parcela de influência nos temas pautados nas entrevistas desta etapa. As entrevistas orientadas à temática da **Reabilitação** evidenciaram maior presença no Estágio 3 – **Solidariedade**, com 13 das 23 realizadas, seguidas pelo tema-título do estágio, com 8 registros. Já no Estágio 4, de **Reabilitação**, quando o calendário de ações do governo e da sociedade civil já evidenciava a reabertura de vários estabelecimentos e espaços públicos e privados, o tema-título do estágio esteve presente em 43 das 98 entrevistas, seguido pelo tema da **Solidariedade** (33) e do **Socorro** (22), retornando à sua evidência devido a um novo aumento do número de contágios na região.

3 Foram somados mais temas (193) do que o número total de entrevistas (191) pelo fato de duas das entrevistas abordarem duas temáticas distintas dentro da atual classificação.



Figura 5: Temas das entrevistas por Estágios de cobertura e em todos os Estágios | Fonte: Os autores.

Já as participações do ouvinte-internauta representaram os temas mais distribuídos ao longo dos quatro estágios, com exceção do **Alerta**, que se concentrou em grande quantidade exatamente na primeira fase. Esta é o estágio de **Alerta** sobre um problema até então desconhecido. O tema **Socorro** esteve presente 174 vezes ao longo dos três meses verificados, seguido do **Alerta** (151), **Solidariedade** (126) e **Reabilitação** (123).

O Estágio 1 (**Alerta**) contou com 148 participações abordando o tema **Alerta**, entre as 229 interações do ouvinte-internauta. No Estágio 2 (**Socorro**), houve um equilíbrio entre o tema-título (48) e o relacionado à solidariedade (48). Nos estágios 3 (**Solidariedade**) e 4 (**Reabilitação**), o equilíbrio se deu entre os temas **Socorro**, **Solidariedade** e **Reabilitação**. Assim, se evidenciou que, ao mesmo tempo em que o público já se antecipava a ações de volta à normalidade e enfrentamento das consequências da pandemia, o tema referente à contaminação em si (tema relacionado ao **Socorro**) permanecia ao longo de toda a cobertura.

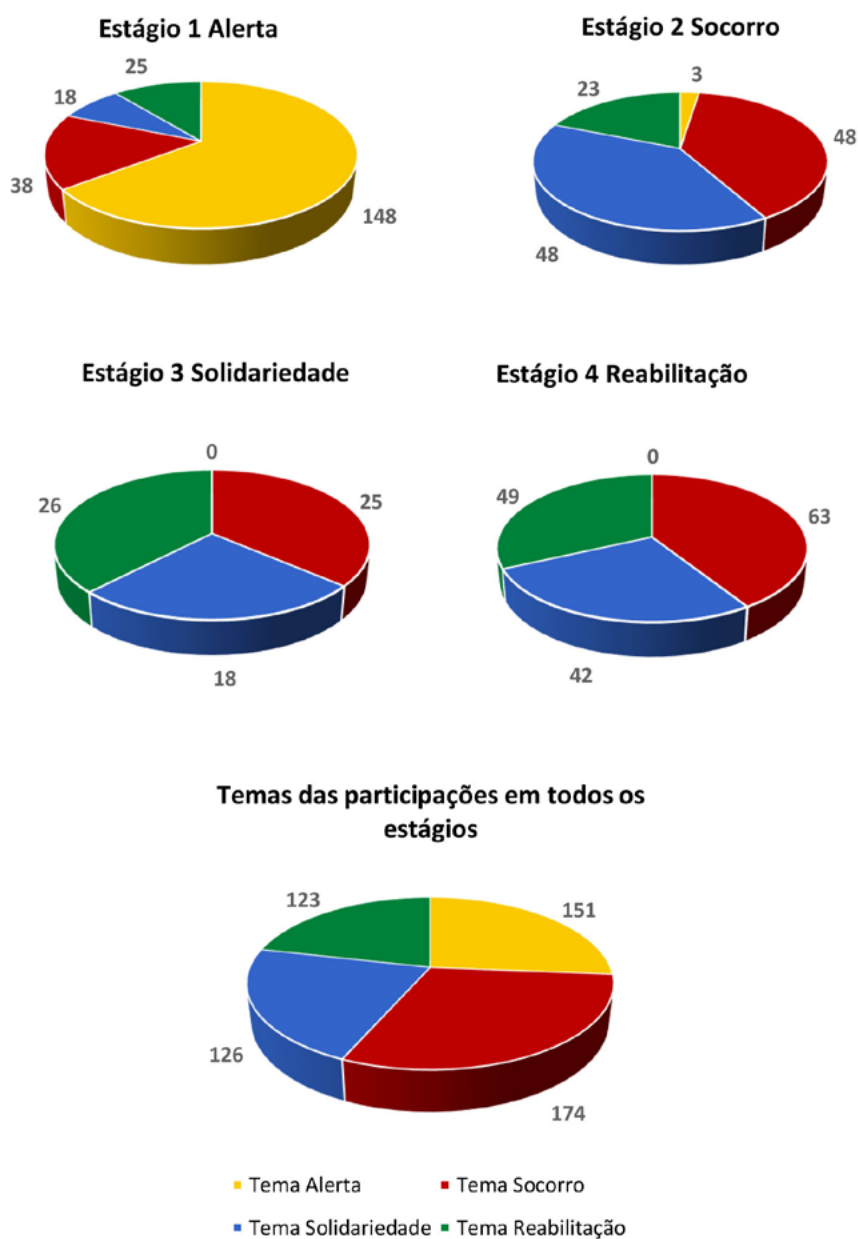


Figura 6: Temas das participações por Estágios de cobertura e em todos os Estágios | Fonte: Os autores.

As incertezas diante do desconhecido proporcionaram as alterações no fluxo do conteúdo jornalístico do programa Repórter Cultura a partir do Estágio 1 da cobertura sobre a pandemia da Covid-19. Em um processo de retroalimentação, as entrevistas com especialistas, autoridades civis e militares, prestadores de serviços e outras fontes ligadas diretamente às ações de combate e prevenção ao novo coronavírus buscavam responder parte dos anseios expostos pelo público, como da mesma forma geravam novas angústias e participações diante de novas revelações sobre o desconhecido. À medida que as principais dúvidas são sanadas a respeito do poder da nova doença e das regras e funcionalidades dos decretos governamentais sobre quarentena, distanciamento social, barreiras sanitárias e outros, o tema **Alerta** vai desaparecendo mais rapidamente na participação do ouvinte-internauta do que nas entrevistas já no Estágio 2, demonstrando que a demanda do público acabava regendo mais a pauta de entrevistas do que o inverso.

Comparando os dados das figuras 5 e 6, é possível também observar um avanço muito maior dos temas **Solidariedade** e **Reabilitação** a partir do Estágio 2 (**Socorro**) na participação do público do que nas entrevistas realizadas. Isso demonstra uma antecipação da população no desejo de retomar a sua rotina, mas uma rotina dentro de um “novo normal”, em que se mesclam demandas de ordem social (informações sobre auxílios financeiros e situações de desemprego, por exemplo), com a necessidade de retornar à vida como era (pedidos de informações sobre reaberturas de comércios e serviços, por exemplo).

Em outro sentido, enquanto as entrevistas pautadas e realizadas nos estágios 3 (**Solidariedade**) e 4 (**Reabilitação**) se inclinavam para assuntos dentro dessas propostas, nas demandas da participação do público, o tema **Socorro** permanecia com mais ênfase junto às temáticas **Solidariedade** e **Reabilitação** nesses dois últimos estágios. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que nesses estágios as informações sobre os casos de contaminação na região começam a ocorrer, em atraso diante do cenário nacional, gerando novas preocupações que guiaram parte das participações.

Cabe ainda observar que os temas das entrevistas (agrupados aqui como **Alerta**, **Socorro**, **Solidariedade** e **Reabilitação**) funcionaram como táticas dentro da estratégia da programação, estabelecendo conteúdos e abordagens adequados dentro da proposta de tópico inicial (MEDITSCH, 2007). A tentativa de ajuste dos temas aos seus respectivos estágios sugere um esforço de subordinação dessa tática à raiz de uma estratégia maior

(cobertura sobre um fenômeno como um todo). A abordagem de temas específicos dentro da pandemia confere o que Lage (2001) entende quanto às condições das fontes de informações transmitirem seu conhecimento ou suas interpretações a um público que, no caso analisado, seguia por muito tempo desorientado.

Considerações finais

A participação do ouvinte-internauta diante das incertezas na pandemia configura-se tanto como complementar (principalmente por perguntas diárias e repetitivas sobre funcionamento de serviços ou sobre formas de contaminação), como essencial. Isto, pelo fato de que em determinados casos, a repetição das dúvidas evidenciava novos fatos que passavam a demandar verificações e apurações a fim de pautar novas entrevistas com repetidas fontes. Já pelo relativo descompasso entre temáticas de ouvintes e entrevistados nos diferentes estágios, percebe-se uma inclinação mais reativa e menos dialógica/mútua nas participações.

Além da diferença no *timing* entre a cobertura de um desastre natural ou socio-ambiental (enchentes, deslizamentos de terra, enxurradas) e a cobertura de uma pandemia de contaminação por vírus, é possível observar como a invisibilidade do perigo tem sua parcela de influência na antecipação dos temas **Solidariedade** e **Reabilitação** por parte do público. Sem enxergar a ameaça – como uma rua inundada ou uma casa coberta por lama – o tensionamento pelo retorno à antiga rotina acaba por pautar a cobertura radiojornalística.

No entanto, a adesão dos ouvintes à programação (KISCHINHEVSKY, 2016, p.16), dentro e fora de estruturas próprias da emissora (WhatsApp e Facebook) representada neste caso pela cobertura da pandemia no programa jornalístico, é verificada em bom grau diante das necessidades conferidas em perguntar, opinar ou buscar uma orientação diante da amplitude do evento. É neste sentido que Lopez (2010, p.115) entende que “estes novos lugares em que se apresentam os atores sociais demandam mudanças nas relações estabelecidas entre eles”, implicando uma nova visão das rotinas produtivas do jornalismo de rádio. Esta demanda certamente é maior ainda no rádio local. Como aponta Comassetto (2007, p.69), a este “não resta alternativa senão estreitar ainda mais seus laços com as comunidades em que está inserido e acentuar o trabalho jornalístico realizado nesses lugares, pois é isso que justifica a existência, confere identidade e fortalece a presença do rádio nas localidades”.

Referências

AMARAL, Márcia Franz; POZOBON, Rejane de Oliveira; RUBIN, Anaqueli. Modos de endereçar a tragédia: indignação, testemunho e piedade. **Lumina** - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação - Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, v.4, nº2. Juiz de Fora, 2010.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. O rádio no contexto da comunicação multiplataforma. **Rádio-Leituras**, Santa Maria, RS (UFSM), ano 2, n.2, jul-dez 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras/article/view/378>. Acesso em: 14 jul. 2019.

COMASSETTO, Leandro Ramires. **A Voz da Aldeia**: o rádio local e o comportamento da informação na nova ordem global. Florianópolis: Insular, 2007

DAMASCENO, Dorcas Vieira. **Me llamo Rigoberta Menchú**: heterogeneidade, hibridismo e relações de poder. 2009. Dissertação de Mestrado em Letras Neolatinas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. 2009.

HERRERA DAMAS, S. **La participación de la audiencia en la radio española**: evolución, evaluación e implicaciones para la práctica profesional. Estudio del caso de RNE Radio 1 (1999/2000). Tesis doctoral. Universidad de Navarra. 2002.

KAPLÚN, Mario. **Produção de Programas de Rádio, do roteiro à direção**. organização: Juliana Gobbi Betti; Eduardo Meditsch. São Paulo: Intercom, Florianópolis: Insular, 2017.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. 2ª Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, Maria Immacolatta Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo Hipermidiático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Covilhã: UBI, LabCom, 2010. E-book.

MCLEISH, Robert. **Produção de Rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 2001.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação**: teoria e técnica do novo radiojornalismo. 2ª ed. rev. Florianópolis: Insular; Ed. UFSC, 2007.

MERAYO, Arturo. La construcción del relato informativo radiofónico. In: MARTÍNEZ-COSTA, María del Pilar (Coord.). **Información radiofónica**: cómo contar noticias en la radio hoy. Madrid: Ariel, 2002. p. 59-96.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 269-279.

OLIVEIRA, Marcos de. **Livro Texto do Projeto Gerenciamento de Desastres**: Sistema de Comando em Operações. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil,

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. 82 p.

QUADROS, Miriam Redin de. O **lugar do ouvinte nas narrativas radiofônicas**: concessão de voz e critérios de acionamento dos ouvintes enunciadorees. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ZIMMERMANN, Arnaldo. **A participação do público na cobertura radiofônica do desastre de 2008 em Blumenau**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar: a história da notícia de rádio no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.

O rádio e a prestação de serviço no Agreste de Pernambuco em tempos de pandemia

Radio and service provision in Agreste de Pernambuco in times of pandemic

La radio y la prestación de servicios en Agreste de Pernambuco en tiempos de pandemia

Giovana Borges Mesquita e Sheila Borges de Oliveira

Resumo

Como o rádio tem atuado como prestador de serviços à comunidade de Caruaru e Região durante a pandemia da Covid? Esta é a pergunta norteadora de uma pesquisa, apresentada em parte neste artigo, que analisa o conteúdo de dois programas das rádios Cultura e Jornal de Caruaru, município pólo do Agreste de Pernambuco. Embora a pesquisa comece na segunda quinzena de março e termine em agosto, selecionamos um mês (abril) para construir este artigo. A escolha das rádios se deu porque a Rádio Jornal é a sucessora da primeira emissora de Caruaru. Já a Rádio Cultura é a segunda mais antiga da cidade. Foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica, de coleta de dados e de Análise de Conteúdo. Concluímos que os programas, de formas distintas, conseguem tornar públicas necessidades reais e imediatas da comunidade local, sinalizando que o rádio tem ainda um importante papel de cobrança quando o poder público falha.

Palavras-chave

rádio; prestação de serviço; Covid-19; Agreste de Pernambuco.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 08/07/2020
aceito em: 19/09/2020.

>> Como citar este texto:

MESQUITA, G. P. ; OLIVEIRA, S. B. O rádio e a prestação de serviço no Agreste de Pernambuco em tempos de pandemia. **Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 168-187, mai./ago. 2020.

Sobre a autora

Giovana Borges Mesquita

giovanamesquita@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-6569-4515>

Professora adjunta do curso de Comunicação do CAA-UFPE, vice-coordenadora do PPGCOM da UFPE e da Pós-graduação em Comunicação Política (UFPE). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Dinâmicas do Jornalismo(UFPE) e integrante dos Grupos de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade (UFPE), Rádio e Política no Maranhão (UFMA), Grupo de Estudos em Convergência e Narrativas Audiovisuais (UFRN), Jornalismo Audiovisual (UFSE). Coordena os projetos de extensão “Radionovela: literatura nas ondas do rádio”, “Solte Sua Voz: os invisíveis midiáticos”. É vice-coordenadora do projeto “Rádio Cordel: na frequência do Agreste”. Doutora em Comunicação (UFPE), com estágio doutoral na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona.

Sheila Borges de Oliveira

sheilaborges12@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2614-2344>

Professora adjunta do Núcleo de Design e Comunicação da UFPE. Doutora em Sociologia, mestra em Comunicação, jornalista e publicitária. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão em jornalismo, mídias sonoras, política, sociologia e mídias sociais. É autora do livro *O repórter-amador: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum* e uma das organizadoras dos livros *Os impactos das novas mídias na comunicação* - Volumes 1 e 2.

Abstract

How has the radio acted as a service provider to the community of Caruaru and the Region during the Covid pandemic? This is the guiding question of a research, presented in part in this article, which analyzes the content of two programs from the Cultura and Jornal de Caruaru radio stations, in Caruaru, a central municipality of Agreste in Pernambuco. Although the research starts in the second half of March, and ends in August, we selected a month (April) to build this article. The radio stations were chosen because Rádio Jornal is the successor to the first broadcaster in Caruaru. On the other hand, Rádio Cultura is the second oldest in the city. Bibliographic research, data collection and content analysis, methods were used. We conclude that the programs, in different ways, manage to make public the real and immediate needs of the local community, signaling that the radio still has an important role in charging the public power when it fails to meet those needs.

Keywords: Radio; service provision; Covid-19; Agreste of Pernambuco.

Resumen

¿Cómo ha actuado la radio como proveedor de servicios para la comunidad de Caruaru y la Región durante la pandemia de Covid? Esta es la pregunta guía de una investigación, presentada en parte en este artículo, que analiza el contenido de dos programas de las radios Cultura y Jornal, ubicadas en Caruaru, municipio central de Agreste de Pernambuco. Aunque la investigación comienza en la segunda quincena de marzo y finaliza en agosto, seleccionamos abril para construir este artículo. La radio fue elegida porque Rádio Jornal es el sucesor de la primera emisora en Caruaru. Rádio Cultura es el segundo más antiguo de la ciudad. Se utilizaron investigaciones bibliográficas, recolección de datos y análisis de contenido. Concluimos que los programas, de diferentes maneras, logran hacer públicas las necesidades reales e inmediatas de la comunidad local, lo que indica que la radio aún tiene un papel importante que reclamar del gobierno cuando el poder público no cumple con esas necesidades..

Palabras clave: Radio; prestación de servicio; Covid-19; Agreste de Pernambuco.

Introdução¹

Em tempos de pandemia da Covid-19, parte da população tem ficado em casa atendendo às recomendações de distanciamento físico e essa rotina alterou o consumo dos conteúdos de algumas mídias, como, por exemplo, o rádio. No dia 9 de abril, a Kantar Ibope Media (2020) divulgou uma pesquisa, de âmbito nacional, sobre o impacto do consumo da mídia rádio com a pandemia e verificou que 71% dos entrevistados afirmaram ouvir a mesma quantidade ou mais de um conteúdo radiofônico durante o período. Do total de pesquisados, 52% escutam música, 23% buscaram informações sobre a Covid-19

¹ Colaboraram com a pesquisa as alunas de graduação do curso de Comunicação Social/CAA/UFPE: Sarah Rebeqa Rêgo de Souza, Rayanne Elisã da Silva Santos e Paula Beatriz da Silva Lima

e 10% sintonizam o rádio porque têm mais tempo livre. Como a mídia está em diversas plataformas, as maneiras de consumo do conteúdo também são diversificadas. A investigação revelou que 84% escutam rádio pelo dial (FM ou AM), 19% pela internet e 12% pelas transmissões via YouTube.

Também interessadas em saber quais as mudanças na programação, na produção de conteúdos e na rotina de emissoras de rádio em Caruaru, cidade polo do Agreste de Pernambuco, passamos a observar como elas estão prestando serviços aos moradores locais e da região nesse cenário. Para efetuar esse trabalho, selecionamos dois programas de duas das 11 rádios do município: a Jornal e a Cultura. A escolha das duas emissoras se deu pela abrangência regional, pois são importantes veículos de comunicação para Caruaru e Agreste. A Rádio Jornal é a sucessora da Rádio Difusora, que foi a primeira emissora de Caruaru. Já a Rádio Cultura do Nordeste é o segundo veículo radiofônico mais antigo da cidade (SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Para a escolha dos programas que funcionam como prestação de serviços nas duas rádios, buscamos as grades das programações já mapeadas na pesquisa "Inventário do rádio no Agreste: memória, atualidade e perspectiva", desenvolvida desde 2018, por parte da equipe que investiga, agora, o rádio no contexto do novo coronavírus. A pesquisa do Inventário elabora uma radiografia das emissoras comerciais, comunitárias e educativas que operam nos 71 municípios da Região Agreste de Pernambuco. Na investigação apresentada aqui, o objetivo foi identificar se esses veículos prestaram serviço aos moradores de Caruaru em função dos problemas e efeitos causados pela pandemia.

Da Rádio Jornal, o programa selecionado para ser acompanhado foi o Super Manhã de Caruaru, veiculado a partir de Recife, mas com uma hora, das 9h às 10h, dedicada às notícias locais, sempre de segunda a sábado. Nosso mapeamento, contudo, contemplou a semana, de segunda a sexta, uma vez que a segunda rádio analisada, a Cultura, transmite o programa pesquisado, o Cultura Informa, nesse período da semana. O Cultura Informa é divulgado das 12h30 às 13h30. Os dois programas são destaques nas grades das respectivas emissoras. Os cidadãos podem consumir os conteúdos deles pelo dial e, também, pelos espaços das redes sociais dos veículos.

Ao transbordar as ondas hertzianas do dial para a internet, o rádio chega às mídias sociais a partir da própria capacidade de ubiquidade da grande rede de computadores, que se espalha por todos os lugares. Com a internet, os formatos do rádio se transformam, ficam cada vez mais híbridos. Assim, o velho rádio de pilha está hoje nos celulares,

adquirindo a capacidade de ser multimidiático. E isso só é possível em função da convergência tecnológica, uma vez que passamos a ouvir o rádio expandido, por meio dos sites dos próprios veículos, acessados por aplicativos de celulares em qualquer lugar, sem as limitações físicas do mundo analógico (KISCHINHEVSKY, 2016).

Fundamentação teórica

A pandemia da Covid-19 trouxe a necessidade urgente de se refletir sobre a vida, principalmente de homens e mulheres em vulnerabilidade social, que não têm acesso a direitos básicos como, por exemplo, à água potável e à moradia adequada. Mas há tantas outras questões, agravadas pelo cenário político instaurado no país, que a pergunta inevitável que fazemos, como comunicadoras, é: qual o papel da comunicação nesta crise sanitária, que tem afetado de maneira desigual países e grupos sociais?

Foi diante dessa inquietação que direcionamos o nosso olhar para a região na qual estamos inseridas. Nesse sentido, surgiu a curiosidade, aqui transformada em pergunta norteadora desta pesquisa: como o rádio tem atuado como prestador de serviços à comunidade de Caruaru e Região Agreste durante a pandemia da Covid? Para responder à pergunta, recorreremos aos estudos de Barbeiro e Lima (2003), Prado (2006), Barbosa Filho (2003), Deus (2002) e Canclini (1996).

Barbeiro e Lima (2003, p. 96) são enfáticos em afirmar que a "prestação de serviços é uma das razões de existência das emissoras de rádio dedicadas ao jornalismo". Para eles, o que se conhece como "serviço" nas redações radiofônicas ocupa parte importante da programação. Além de chamar atenção para o fato de que as matérias sobre serviço devem ter a "mesma qualidade, seriedade, exatidão e credibilidade de qualquer outra" (BARBEIRO e LIMA, 2003, p. 96), ainda reforçam que o "serviço" deve ser colocado no site das emissoras ou estar disponível para o ouvinte que, hoje, acessa a rádio pelas redes sociais e pelos aplicativos para celulares em busca daquela informação.

Ao dar atenção ao ouvinte, o rádio, segundo Deus (2002), amplia o espaço do cidadão naquele meio de comunicação, contribuindo para reverberar um assunto para toda a audiência, que poderia ser privado. Com isso, presta serviço à comunidade, pois, dessa forma, o assunto que antes afetava uma pessoa fica público e se torna coletivo.

Deus (2002) reforça a compreensão de Canclini (1996) sobre a capacidade do rádio de atender às reivindicações do cidadão, por ser um canal de encaminhamento dos problemas da audiência. Para Canclini (1996), o rádio pode ser acionado quando as institui-

ções públicas falham:

(...) o público recorre ao rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cida-
dãs não proporcionam: serviço, justiça, reparações ou simples atenção. Não é possí-
vel afirmar que os meios de comunicação de massa, com ligação direta via telefone
sejam mais eficazes que os órgãos públicos, mas fascinam porque escutam (CANCLINI,
1996, p. 26).

A análise de Canclini foi realizada nos anos 90, mas ela não está datada. O rádio,
no interior do Nordeste e em pleno século XXI, ainda é um veículo que aproxima o ci-
dadão comum das instituições públicas, apesar da atual crise de legitimidade da mídia
tradicional, da possibilidade do cidadão ter direito a uma comunicação pública e dos
espaços abertos, por este mesmo cidadão, nas redes sociais para dar visibilidade às
suas denúncias. Na mesma direção de Barbeiro e Lima (2003), Prado (2006) afirma
que a utilidade pública é um serviço que representa "a alma" das emissoras AMs, re-
conhecidas como as mais populares. Com o processo de migração para a Frequência
Modulada, que deve levar ao "desaparecimento" das AMs, esse serviço de utilidade pú-
blica passa a acontecer, principalmente nas cidades do interior, nas rádios FM. Esse
serviço de utilidade pública se propõe a melhorar o dia a dia e facilitar a vida do ouvinte
por meio de boletins, notas, que podem ou não ser sazonais, trazendo informações, por
exemplo, de pesquisas, serviços públicos, defesa do consumidor, cobertura de trânsito,
do tempo, período letivo e feriados.

Barbosa Filho (2003) entende que o gênero serviço contempla produtos radiofôni-
cos informativos por dar apoio às necessidades reais e imediatas da comunidade. Para
o autor, a informação de serviço se distingue dos subgêneros do jornalismo pelo seu
caráter de "transitividade", por meio do qual se veicula notícias sobre trânsito, tempo e
anúncios de utilidade pública.

O gênero prestação de serviço tem um impacto importante na vida do ouvinte e,
segundo Barbosa Filho (2003), ganha cada vez mais espaço nas programações das
emissoras, podendo surgir nas notas de utilidade pública, no programete de serviço e no
programa de serviço. As notas de utilidade pública são pequenas, mas auxiliam o ouvin-
te sobre prazos, acontecimentos, cortes e eventos relacionados a serviços públicos. O
programete de serviços aprofunda melhor as informações de apoio à população, como
as relacionadas à saúde, à justiça, à economia ou ao turismo. Já o programa de serviços
tem maior duração, entre 30 minutos e uma hora, em torno de temas que interessam a
população. Com a programação cada vez mais segmentada, ele aborda de forma mais

detalhada temas que atendem à necessidade das comunidades.

Quando catalogou os gêneros radiofônicos, Barbosa Filho (2003) não considerou as influências que a internet passou a exercer nas narrativas. Com a convergência midiática, que altera as formas de consumo e, também, de produção do rádio, surgem outros gêneros radiofônicos, como destaca Prata (2012), quando analisa as webrádios. Além de incorporar imagem e texto, quando vai para a internet, o rádio amplifica a possibilidade de interatividade, o que pode ampliar a possibilidade de o público recorrer ao veículo para conseguir o que as instituições públicas não proporcionam. Ou seja, com a ampliação do espaço para o ouvinte se envolver com a produção radiofônica, mais demandas de prestação de serviço o rádio pode ter. Esse rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016) possibilita, ainda mais, a proximidade com a audiência, que pode entrar em contato com os veículos usando não apenas o telefone ou as cartas, mas também computadores, tablets, celulares e redes sociais virtuais, como Facebook e Instagram, além de aplicativos como o WhatsApp.

Embora nesta pesquisa tenhamos observado que as duas rádios abrem um canal de interatividade com a audiência, seja por meio de aplicativos, como o WhatsApp, ou pelas redes sociais, como Facebook, neste artigo não iremos detalhar as formas e os conteúdos dessa interatividade. Como pontuamos no início, apresentaremos, neste trabalho, como as emissoras realizaram a prestação de serviço à população de Caruaru e Região na maior crise sanitária do século XXI.

Metodologia

Na investigação, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, de cunho teórico, a técnica de coleta de dados, por meio de recolha de conteúdos de prestação de serviços veiculados nas duas rádios, e a análise de conteúdo (BARDIN, 1988; KRIPPENDORFF, 1990), que se caracteriza por quantitativa e qualitativa. Com a pesquisa bibliográfica, procuramos lançar um olhar para o gênero prestação de serviços, tentando observar as modificações sofridas por esse gênero com o rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016) e dentro do contexto temporal da pandemia, que muda todas as rotinas de uma redação.

Como já destacamos, este artigo é parte de uma pesquisa maior que analisa o período compreendido entre a segunda quinzena de março, início da quarentena em Caruaru, e o mês de agosto de 2020. Para este texto, selecionamos, como recorte, o mês de abril. Primeiro, porque, quando escrevemos este artigo, a coleta de dados ainda não

tinha terminado. Segundo, porque, em virtude da pandemia, houve momentos nos quais a programação foi suspensa, tendo que entrar outros programas no lugar dos analisados. Mas abril foi um mês no qual conseguimos fazer o mapeamento de todos os dias.

A coleta foi realizada por meio de escuta radiofônica, de busca de conteúdo no Facebook das emissoras e da requisição dos programas à direção dos veículos. Depois de coletados os dados, iniciamos a análise de conteúdo, que tem por objetivo investigar os fenômenos simbólicos através do uso de diversas técnicas de pesquisa. Fonseca Júnior (2005) fez um mapeamento histórico sobre a adoção desse método ao longo dos anos, que passou a ser acionado por vários campos da ciência, a partir do século XX. Na comunicação, foi implementado para analisar práticas e conteúdos tomados por diferentes jornais impressos durante campanhas eleitorais.

A clássica definição da AC por Berelson em 1952 (FONSECA JÚNIOR, 2005) explica que ela é uma técnica de pesquisa que trouxe mais objetividade à análise de conteúdo, realçando o aspecto mais quantitativo para uma descrição mais objetiva e sistemática do conteúdo do objeto. Ou seja, das ações investigadas na comunicação em contraposição às pesquisas mais subjetivas, que predominavam naquele campo. O primeiro manual sobre o método foi publicado por Berelson e Lazars em 1948. Nele, os autores reconhecem as limitações em função do viés quantitativo.

A análise de conteúdo, para Krippendorff (1990), é uma técnica que vai formular inferência, a partir de dados, validando-a em função de um contexto. Com a popularização do uso dos computadores e do acesso à internet, as investigações acadêmicas estenderam a aplicação do método para avaliar os arquivos dos jornais na web, assim como produtos elaborados para o rádio, a televisão e, mais tardiamente, os conteúdos específicos para as mídias digitais e redes sociais.

Krippendorff (1990) explica que o método tem três características. A primeira delas é a orientação para o empirismo exploratório com base nos fenômenos reais. A segunda é a noção de conteúdo voltada para os conceitos de mensagem, canal, comunicação e sistema. A terceira característica é a própria metodologia que dá licença ao pesquisador de programar, comunicar e avaliar de forma crítica o projeto da pesquisa e seus resultados.

Já Bauer (2007) vem ampliar a limitação, apresentada por Berelson e Lazars, ao considerar que a análise de conteúdo é uma técnica híbrida porque faz uma mediação entre as técnicas quantitativas e qualitativas. Ele propõe, inclusive, que esse método seja

utilizado em diálogo com outros. No caso desta pesquisa, também estamos escutando os programas e realizando entrevistas com os produtores e coordenadores de jornalismo das emissoras monitoradas.

Aqui, contudo, trazemos um recorte de estudo em torno da análise quantitativa e qualitativa referentes às categorias tempo, espaço e temática de conteúdos veiculados, durante o mês de abril, nos programas que incorporam prestação de serviço nas duas rádios. Assim, verificamos se elas produziram um material que atendesse às demandas da comunidade, indo para além da simples informação noticiosa, reproduzida por conteúdos que chegam de fontes nacionais e internacionais. Também, como parte da análise, selecionamos um dia do período monitorado (1º de abril de 2020) para especificar como os conteúdos veiculados, relacionando a Covid a diversos temas, foram abordados na programação do Super Manhã Caruaru e do Cultura Informa, os dois programas escolhidos nas rádios analisadas neste trabalho.

Por que escolhemos Caruaru (PE) e as duas rádios?

Caruaru é conhecida pela sua famosa feira de artesanato e por ser o maior centro de artes figurativas da América Latina. Também é famosa por uma grandiosa festa junina de rua, que dura 30 dias com muita música, dança e comida regional. Em função da pandemia, as comemorações foram canceladas este ano. Caruaru integra ainda o Polo de Confeccões do Estado de Pernambuco, com mais outras três cidades circunvizinhas, Toritama, Surubim e Santa Cruz do Capibaribe. De acordo com o Sindicato estadual das Indústrias de Confeção, o polo têxtil pernambucano é o segundo maior do Brasil.

Já a escolha das duas rádios se deu pela abrangência regional delas, importantes veículos de comunicação para Caruaru e região. A Rádio Jornal é a sucessora da Rádio Difusora, a primeira emissora de Caruaru. Enquanto isso, a Rádio Cultura do Nordeste é a segunda empresa radiofônica mais antiga do município.

A Rádio Jornal faz parte de um grupo empresarial que tem força na região, pois, além da sede no Recife, tem unidades espalhadas pelas cidades de Caruaru, Pesqueira, Garanhuns, Limoeiro e Petrolina. Foi fundada em 1948, por F. Pessoa de Queiroz, com o nome de Rádio Difusora. Após uma crise, na década de 1970, a empresa foi assumida pelo empresário João Carlos Paes Mendonça (SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2019).

A sede de Caruaru foi inaugurada em 1951, funcionando como Rádio Difusora até a década de 1990, quando passou a se chamar Rádio Jornal do Commercio, saindo de

um prédio, onde, além da rádio, tinha uma auditório para programas ao vivo, no Centro de Caruaru, para outro endereço na mesma cidade. A rádio foi a primeira em Pernambuco a disponibilizar a sua programação on-line e em streamings. A prioridade atual da emissora é a cobertura esportiva e o jornalismo. Além desses, a Rádio Jornal tem nove programas em rede. Um deles é o campeão de audiência no estado, o Super Manhã.

Na grade principal, o Super Manhã destina uma hora especificamente para conteúdos de Caruaru. Preocupada em mobilizar ainda mais o ouvinte, a rádio disponibiliza sua programação em diversas plataformas, incluindo um aplicativo próprio. A interatividade é constante na programação, tanto pelo site, como pelo WhatsApp. A rádio também utiliza o e-mail, além das redes sociais, como o Facebook e o Instagram para envolver o ouvinte.

Criada em 1958, a Rádio Cultura do Nordeste é administrada atualmente pela família Almeida, que tem entre um dos membros mais famosos o compositor Onildo Almeida, autor da música "A Feira de Caruaru", imortalizada na voz do cantor e compositor Luiz Gonzaga. Os seus principais programas são Nova Manhã e Cultura Informa, que priorizam o gênero jornalístico, mas com inclusão também de comentários políticos. A outra parte da programação é composta por esportes, músicas e variedades (SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Os ouvintes podem entrar em contato com a rádio por telefone, através de ligações ou mensagens no aplicativo WhatsApp. Também utiliza o e-mail para recebimento de pautas e disponibiliza um canal no site para envio de mensagens. Está nas principais redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter), utilizando-as de formas distintas. O Facebook é usado para transmitir os programas ao vivo, enquanto o Instagram e o Twitter para veicular notícias.

A rádio também tem um aplicativo de serviço streaming, denominado de "Rádio Cultura Caruaru 1.130 AM", que pode ser baixado por meio de lojas on-lines de aplicativos. Além das redes sociais, Facebook, Twitter e Instagram, e do aplicativo WhatsApp, utiliza o chat e as enquetes frequentemente para manter diálogo com o público.

Análise: a prestação de serviço nas rádios de Caruaru

Seguimos, nesta investigação, as cinco etapas da Análise de Conteúdo destacadas por Bardin (1988): a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência

e o tratamento dos dados. A organização da análise começa na pré-análise, que vai da estruturação do projeto, passando pelo recolhimento de documentos, pela formulação da pergunta até chegar aos objetivos da pesquisa.

Já a codificação é a transformação dos dados em categorias, de acordo com regras de classificação, com o objetivo de explicar as características do material escolhido para ser analisado. Enquanto isso, a categorização é feita para que os dados analisados possam se tornar compreensíveis. A etapa de inferência está focada nos aspectos subjetivos da mensagem a serem analisados. Já o tratamento dos dados começa a ser trabalhado a partir do uso da informática com softwares que auxiliam os estudos para estabelecer um panorama geral do conteúdo por meio de categorias e da análise de conteúdo por computador para a realização de inferências.

De acordo com as possibilidades de aplicação desta técnica, optamos pela categorização por análise temática. A pesquisa é realizada com base em categorias e suas subdivisões. Para este artigo, apresentaremos os primeiros resultados de três dessas categorias, distribuídas em grupos de tempo, espaço e temática em relação à abordagem que as rádios fizeram acerca da Covid-19 nos programas analisados.

A categoria tempo foi subdividida em: 1) tempo geral do programa, 2) tempo para cada assunto do programa e 3) tempo para a Covid-19. Assim, podemos mapear o tempo geral do programa em relação ao que foi dedicado para trabalhar os assuntos pertinentes ao novo coronavírus. Em espaço destinado ao tema Covid-19, subdividimos a categoria em 1) espaço para o conteúdo mundial sobre a Covid-19, 2) espaço para o conteúdo nacional sobre a Covid-19, 3) espaço para o conteúdo regional sobre a Covid-19 e 4) espaço para o conteúdo local sobre a Covid-19.

Em relação à temática, organizamos essa categoria assim para compreender o contexto da prestação de serviço: 1) a Covid-19 e a economia/emprego, 2) a Covid-19 e a saúde, 3) a Covid-19 e a educação, 4) a Covid-19 e a pesquisa científica, 5) a Covid-19 e a habitação, 6) a Covid-19 e a segurança, 7) a Covid-19 e a política e 8) a Covid-19 e outros temas (aqui são incorporados todos os outros temas que não se adequam aos tópicos anteriores).

Por meio desta metodologia, analisamos se as rádios prestaram serviço, tomando como suporte os conceitos teóricos dos autores que lastrearam nosso estudo: Barbeiro e Lima (2003), Prado (2006), Barbosa Filho (2003), Deus (2002) e Canclini (1996). Nos dados coletados em cada emissora, observamos que ambas dedicaram parte dos pro-

gramas avaliados para tratar dos problemas e efeitos da Covid 19 para a população local e moradores das cidades vizinhas que frequentam, principalmente, as feiras livres e o comércio de Caruaru. Esse tratamento dado ao tema, no entanto, apresenta diferenças entre as emissoras, como iremos detalhar a seguir.

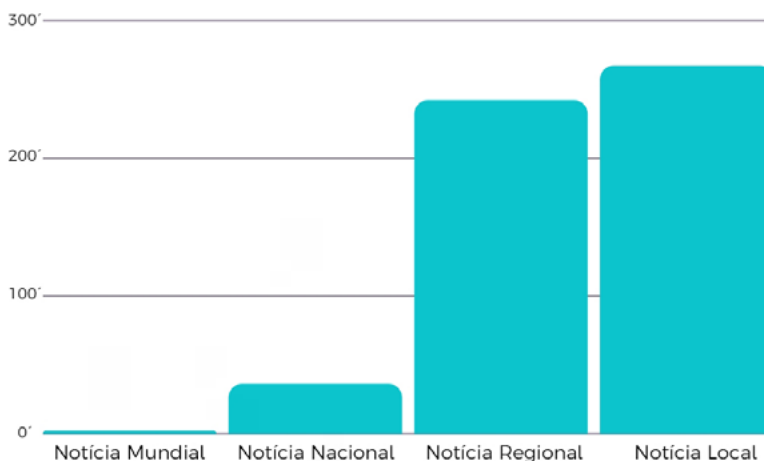
A Rádio Jornal

De acordo com os dados obtidos, no mês de abril, 44% do tempo total do programa Super Manhã Caruaru, veiculado das 9h às 10h, foi dedicado a temas pertinentes à evolução da Covid-19. Ou seja, os produtores priorizaram, naquelas quatro semanas de abril, a divulgação de informações sobre o novo coronavírus, o que representa quase a metade do horário da janela local.

Como esse quadro sinaliza que os conteúdos veiculados representavam uma prestação de serviços da emissora para a audiência? Isso se configurou melhor quando, a partir do tempo dado à Covid-19, analisamos as duas outras categorias: os espaços e as temáticas. Dentro do espaço dado para conteúdos sobre a Covid-19, segundo o detalhamento mais minucioso da pesquisa empírica, quase a metade (48%) foi centrada em assuntos gerados a partir de uma pauta local, voltada para o atendimento do dia a dia dos moradores da própria cidade. Uma outra parte substancial (44%) do programa foi ocupada para a divulgação de notícias que atendiam a pautas regionais, beneficiando os municípios circunvizinhos de Caruaru. O espaço restante foi preenchido por informações de âmbitos nacional (7%) e internacional (1%). Essa divisão de espaço pode ser visuali-

ESPAÇO PARA CONTEÚDO SOBRE A COVID*

TABELA EM MINUTOS, CONTABILIZANDO TODO O MÊS DE ABRIL



Fonte: elaborado pelas autoras.

zada no quadro abaixo.

Depois de identificarmos o tempo e o espaço destinados ao tema Covid-19 naquela emissora, partimos para um detalhamento ainda maior com as subdivisões da categoria temática: a Covid-19 e a saúde, a Covid-19 e a economia/emprego, a Covid-19 e a política, a Covid-19 e a educação, a Covid-19 e a segurança, a Covid-19 e a habitação, a Covid-19 e a pesquisa científica e a Covid-19 e outros temas. Em abril, o tema Covid-19 e Saúde ocupou 48% da pauta destinada à doença na Rádio Jornal. Em segundo lugar, ficou a Covid-19 e outros temas, assim distribuídos entre esportes (18%) e festas juninas (2%). Fizeram parte dessa categoria (outros temas) todos os assuntos que não se adequaram aos listados na categorização da pesquisa. Assim, na investigação de campo, observamos que o Super Manhã Caruaru tem um horário fixo para o setor de esportes. Por isso, a Covid-19 também foi abordada naquele quadro. O mesmo ocorreu com as festas juninas, importante comemoração da cidade. Elas já eram debatidas em abril em função, naquele momento, da possibilidade de suspensão das festas de rua, o que acabou se concretizando.

Em terceiro, apareceu a temática a Covid-19 e a economia/emprego com 18%. Na sequência, as temáticas a Covid-19 e a política (4%), a Covid-19 e a educação (3%), a Covid-19 e a segurança (2%), a Covid-19 e a habitação (2%) e a Covid-19 e a pesquisa científica (1%).

Para mostrar como essas temáticas se distribuíam, selecionamos um dia do período monitorado, 1 de abril, uma quarta-feira, do programa analisado. A estrutura do programa foi: escalada – notas – flashes – comentário esportivo – comentário policial. Abaixo, a escalada das pautas em destaque no dia abordado:

- 307 homicídios em março em Pernambuco e 12 em Caruaru;
- Incêndio atinge igreja em restauração em Caruaru;
- Informações da Prefeitura de Caruaru;
- MST oferece espaço para hospital de campanha para a Covid-19 em Caruaru;
- CEF começa a pagar saque aniversário do FGTS;
- Decreto da Prefeitura de Garanhuns;
- Desemprego atinge mais de 12 milhões de brasileiros segundo IBGE;
- Dicas de português do professor Menelau Junior;
- Giro esportivo;

- Giro policial.

No dia 1 de abril, a primeira informação sobre a Covid-19 foi um flash com o repórter conversando com o âncora sobre a movimentação nas ruas de Caruaru, dando um panorama sobre as rodovias federais e estaduais que cruzam a cidade e o trânsito no Centro do município. O movimento nas rodovias era normal para um dia de quarta-feira. Já a circulação maior de veículos no Centro era nas ruas que tinham lojas autorizadas a abrir as portas. O flash abordou as questões da saúde e, conseqüentemente, do isolamento físico.

Dez minutos depois, o âncora chamou um repórter da Rádio Jornal de Garanhuns, cidade da mesma região, que falou ao vivo sobre a temática Covid-19 e a política, com informações de decisões tomadas pela Prefeitura da cidade para o enfrentamento da doença, como suspensão de cobranças de impostos e distribuição de cestas básicas. Na sequência, o locutor leu uma nota com os números da doença no Estado, no Agreste e em Caruaru nas últimas 24 horas: os casos confirmados, os recuperados e os óbitos.

Ainda sobre o tema a Covid-19 e a saúde, uma nota foi divulgada com a informação de que o Assentamento Normandia, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Caruaru, estava oferecendo à Prefeitura do município um espaço para a montagem de um hospital de campanha. Em seguida, uma repórter entrou com um flash, abordando a temática a Covid-19 e a economia/empregos, para tratar das filas nas agências da Caixa Econômica Federal e lotéricas com pessoas sem máscara de proteção e sem o distanciamento social adequado.

A pauta seguinte abordou a questão do abastecimento de água nas casas dos moradores dos municípios de Cupira e Lagoa dos Gatos, uma vez que a Região Agreste enfrenta racionamento por conta da seca. Em função das chuvas, a companhia de abastecimento iria reduzir os dias em que aquelas cidades ficariam sem abastecimento, o que iria contribuir para a higienização dos locais e das pessoas no combate ao novo coronavírus.

Sobre a temática a Covid-19 e a política, a Rádio Jornal trouxe uma nota com informações sobre a Prefeitura de Bezerros, cidade vizinha de Caruaru, que abriu um espaço com 30 leitos para abrigar os moradores em situação de rua, fornecendo três refeições por dia e distribuindo kits de higiene. Em relação à temática Covid e a educação, a emissora abriu espaço para um professor de português fazer comentários com dicas relacio-

nadas à doença, quando esclarecia os gêneros das palavras Covid e coronavírus.

Em seguida, o âncora convida a prefeita de Caruaru, Raquel Lyra (PSDB), para participar de uma entrevista. Nela, as ações de enfrentamento à pandemia são abordadas, assim como a possibilidade de suspensão dos festejos juninos, que, até aquela ocasião, ainda não tinha sido decidida. Depois, aborda a temática da saúde para chamar o repórter com um flash sobre o estoque de sangue do hemocentro local e os cuidados com a higienização para proteger doadores e funcionários.

No giro esportivo do horário, entra uma reportagem explicando como os clubes do estado e da cidade estão realizando as suas atividades em tempos de pandemia. Na sequência, veiculam dois flashes, ambos sobre a Covid-19 e a economia/emprego. No primeiro, o foco é o volume de demissões nas empresas do polo industrial da cidade, conhecida nacionalmente como um importante centro têxtil do País. No segundo, o gancho é o aumento dos preços de produtos nos supermercados, principalmente alimentos industrializados. A abordagem da temática da Covid-19 termina com um flash do correspondente da emissora em Brasília sobre política. Ele fala de votações de projetos no Senado que impactam na liberação de verbas para o combate ao novo coronavírus.

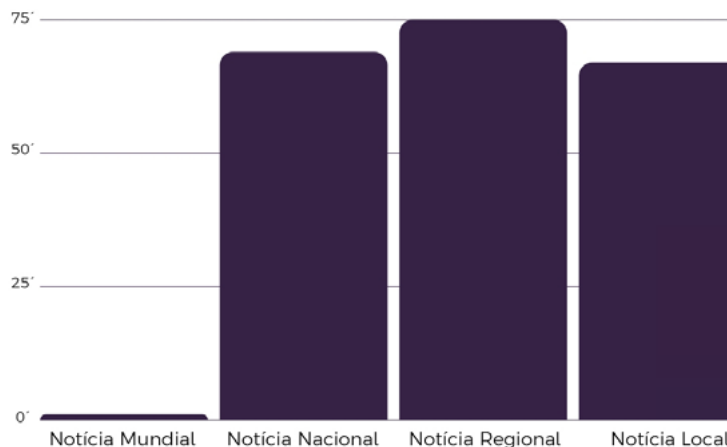
A Rádio Cultura

De acordo com os dados coletados no mês de abril, 12% do tempo total do programa Cultura Informa, veiculado das 12h30 às 13h30, foi dedicado a temas pertinentes à evolução da Covid-19. Diferentemente da Rádio Jornal, que direcionou quase metade do programa ao assunto, a Cultura só ocupou um pouco mais de um décimo de sua programação com a doença. Com relação ao espaço para a Covid-19, 31% dele foi dedicado para a divulgação de notícias que atendiam a pautas locais, 35% eram referentes a temas regionais, beneficiando os municípios circunvizinhos de Caruaru.

O espaço restante foi preenchido por informações de âmbitos nacional (32%) e mundial (2%). Embora com percentuais diferentes, a Rádio Cultura também tem um maior percentual de conteúdos que atendiam a pautas regionais, beneficiando os municípios do Agreste, seguido por conteúdos locais (Caruaru), nacionais e internacionais, como

ESPAÇO PARA CONTEÚDO SOBRE A COVID*

TABELA EM MINUTOS, CONTABILIZANDO TODO O MÊS DE ABRIL



Fonte: elaborado pelas autoras.

verificamos no quadro abaixo.

Já na divisão em relação às temáticas, o quadro ficou da seguinte forma: a Covid-19 e a Saúde foi a categoria que mais ocupou espaço no programa (30%), seguida de a Covid-19 e a Educação (28%), a Covid-19 e a Política (16%), a Covid-19 e a Economia/emprego (15%), a Covid-19 e a Segurança (5%), a Covid-19 e a Pesquisa científica (2%), a Covid-19 e a Habitação (1%) e a Covid-19 e outros temas (3%). Nessa categoria, Covid-19 e outros temas, na Rádio Cultura, estão pautas relacionadas à justiça (2%) e à cultura (1%).

Assim como a Rádio Jornal, a Rádio Cultura priorizou a temática das relações entre Covid-19 e saúde. A diferença é que a Cultura colocou em segundo lugar a temática da educação, enquanto a Jornal valorizou outros temas, como o enfrentamento da pandemia por clubes esportivos. Em terceiro, em ambas as rádios, ficou a temática da economia/emprego.

Além de olhar percentualmente sobre as temáticas mais presentes nos programas escolhidos, resolvemos selecionar um dia do período monitorado para especificar como os conteúdos acima descritos foram abordados na programação do Cultura Informa. O dia escolhido foi 1 de abril, uma quarta-feira, mesmo dia que fizemos a análise do Super Manhã Caruaru da Rádio Jornal. A estrutura do programa Cultura Informa é a seguinte: escalada - notas - comentário político - notas - comentário político. Como já destacamos, o programa tem conteúdos noticiosos locais, regionais e nacionais. Dos nove conteúdos que foram veiculados no dia, apenas três não tinham relação direta com a

pandemia do novo coronavírus. A escalada do programa foi a seguinte:

- Comesa reduz rodízio de abastecimento de água em Caruaru;
- Ministro da Saúde diz que recomendação sobre uso de máscara deve mudar;
- Alepe aprova projetos que reconhecem estado de calamidade de 64 municípios de Pernambuco;
- Pernambuco amplia testes para detectar o novo coronavírus;
- Saque aniversário do FGTS começa hoje;
- Lista com mototaxistas já está disponível no delivery Caruaru;
- Câmara aprova repasses de anos anteriores para combate à Covid-19;
- Mendonça Filho defende adiamento do Enem 2020;
- Pernambuco registra mais duas mortes por Covid-19.

Outra questão bem problemática para os caruaruenses é o abastecimento de água, que foi trazida na nota “Comesa reduz rodízio de abastecimento de água em Caruaru”. A nota é uma das que não tratam diretamente da questão da Covid-19, embora a questão da água seja importantíssima na prevenção da doença.

A terceira nota do dia envolveu a temática Covid-19 e saúde e informava que os não trabalhadores da área da saúde ou pessoas que não têm os sintomas da Covid-19 devem receber a indicação para o uso de máscaras em algumas situações, de acordo com o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. A nota foi produzida a partir de conteúdos veiculados pelo G1, portal de notícias do Sistema Globo de Comunicação, e pelo Ministério da Saúde.

Além dela, foi produzida outra intitulada “Pernambuco amplia testes para detectar o novo coronavírus”, com um anúncio da Secretaria Estadual de Saúde de ampliação da capacidade de testagem para a Covid-19 no estado. Segundo a nota, produzida a partir de dados da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado, a medida iria possibilitar a realização de exames nos profissionais de saúde, que estão trabalhando diretamente com os pacientes suspeitos e confirmados para a doença, além das forças de segurança. A nota está enquadrada na nossa categorização de Covid-19 e saúde.

A última nota nessa categoria, “Pernambuco registra mais duas mortes por Covid-19 e chega a 95 casos confirmados”, apresentou o boletim epidemiológico, divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde, com a confirmação de mais duas mortes provocadas por Covid-19 em Pernambuco e a confirmação de 95 casos. Também produzida a partir de

releases do Governo do Estado, a nota, no entanto, motivou nos apresentadores do programa um diálogo com um reforço de que é preciso ficar em casa, complementado por um apelo para que as pessoas sigam as recomendações de saúde.

Depois da nota sobre Covid-19 e saúde, o programa mostra um conteúdo, dessa vez, que tem destaque para a região, mas, também, traz informações sobre Caruaru, envolvendo a temática Covid-19 e política. A nota informa que a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) aprovou, no dia 31 de março, projetos que reconhecem o estado de calamidade pública em 64 municípios pernambucanos em razão da pandemia do novo coronavírus. O estado de calamidade pública de Caruaru já tinha sido decretado em 26 de março, no Diário Oficial do Município, mas ainda não tinha sido votado pela Alepe.

Além dessa nota, mais duas outras integraram aquela categoria no dia analisado: "Câmara aprova repasses de anos anteriores para combate a Covid-19" e "Mendonça Filho defende adiamento do Enem 2020". A nota sobre o ex-ministro da Educação Mendonça Filho cita uma Live na rede social dele, na noite do dia 31, na qual o ex-ministro se posicionou a favor do adiamento do Enem e da gratuidade do valor da inscrição para todos os participantes.

Na sequência, o programa trouxe duas notas envolvendo a Covid-19 e a economia/emprego. As matérias são: "saque aniversário do FGTS começa hoje" e "lista com mototaxistas já está disponível no Delivery Caruaru". A primeira nota, produzida com informações da Agência Brasil e da Caixa Econômica Federal, informa que os trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro, que aderiram ao saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem ter acesso ao dinheiro a partir do dia 1 de abril.

Já a segunda nota, feita a partir de um release da Prefeitura de Caruaru, destaca que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa da cidade disponibilizou os contatos de aproximadamente 200 mototaxistas que podem atender à população no transporte e na entrega de produtos, por meio da plataforma Delivery Caruaru.

A exposição dos dados coletados em três categorias: tempo, espaço e temática e do detalhamento de um dia de programação das emissoras monitoradas sinalizam para as primeiras conclusões da pesquisa, que ainda segue até agosto.

Conclusão

A partir do monitoramento dos programas Super Manhã Caruaru e Cultura Informa, a equipe envolvida com a pesquisa (duas professoras orientadoras e três alunas voluntá-

rias) pretende contribuir com as reflexões sobre o rádio como prestador de serviços em meio à pandemia da Covid-19 numa região importante do interior pernambucano. A escolha de Caruaru, como pontuamos anteriormente, ocorreu pela importância da cidade, que “apesar de ter apresentado um crescimento econômico nos últimos anos, isso não tem trazido melhoria das condições de vida da população, pois a região é marcada pela desigualdade social, com graves situações de pobreza e vulnerabilidade” (MESQUITA; PAZ, 2020, p. 4).

Refletir sobre como o rádio atua num momento de uma pandemia, que afeta, sobretudo, grupos sociais mais vulneráveis é, também, pensar o rádio como possibilidade de atuar na perspectiva de chamar atenção para questões importantes que, muitas vezes, são deixadas de lado pelo poder público. É o que Canclini (2006) defende quanto trata da utilização do rádio pelos cidadãos quando as instituições públicas falham.

É nesse cenário que observamos como o rádio ainda tem uma importância como um veículo que: 1) produz informação, servindo de referência para as pessoas se atualizarem sobre a doença, e 2) presta serviço de utilidade pública, orientando as pessoas, principalmente as residentes em Caruaru e cidades vizinhas do Agreste de Pernambuco, a enfrentarem os problemas do cotidiano, causados pela crise sanitária mais grave ocorrida após a Segunda Guerra Mundial.

O trabalho ainda não foi concluído, pois o prazo para a coleta dos dados empíricos no campo termina em agosto. Mas por tudo o que foi apresentado aqui, é possível responder à pergunta que norteia a pesquisa: como o rádio tem atuado como prestador de serviços à comunidade de Caruaru e Região Agreste durante a pandemia da Covid? Neste artigo, estamos apresentando um recorte da investigação maior. Nele, sinalizamos que a Rádio Jornal de Caruaru, apesar de integrar um conglomerado de comunicação com emissoras em todo estado, direciona parte expressiva de sua programação para a grade local com a prestação de serviços àquela população, como revelamos na análise.

Já a Rádio Cultura, embora aparente um espaço menor do que a Rádio Jornal para as temáticas relacionadas à prestação de serviço na pandemia, também exerce um papel relevante ao trazer alguns temas importantes para a população local, a exemplo da questão do abastecimento de água, de transporte e de educação.

Com 44% do tempo correspondente ao tratamento do tema Covid-19, na Rádio Jornal e 12% na Rádio Cultura, podemos considerar que o Super Manhã Caruaru e o Cultura Informa também estão incluídos no que defende Barbosa Filho (2003) sobre programa e

programete de serviços. Se reunirmos as notas, os flashes, as reportagens, as entrevistas e os comentários feitos pelos âncoras dos horários, temos o que o autor vai chamar de programete de serviços, que tem menos de meia hora. Mas se considerarmos que os dois programas estão ancorados dentro de um perfil jornalístico e prestador de serviço, ele se converte, de uma forma geral, em programa de serviço, porque tem duração total que varia de uma hora a uma hora e meia.

Compreendemos, assim, que a opção por conteúdos locais é uma estratégia das rádios para buscar o ouvinte, apostando em informações que apresentem vínculos com a comunidade e com questões de seu cotidiano, num reforço no sentido de proximidade e de localismo do rádio. Mas ainda que sejam estratégias de audiência, não podemos deixar de considerar que os programas das rádios Jornal e Cultura, de formas distintas, conseguem tornar públicas as necessidades reais e imediatas da comunidade local. Elas têm ainda um importante papel de cobrança junto ao poder público, principalmente quando há falha no atendimento à população mais vulnerável.

Não estando restritas ao dial tradicional, mas convergindo para espaços como os aplicativos em celulares e as diversas redes sociais, as emissoras abrem mais janelas de diálogo e, conseqüentemente, ampliam a capacidade de interatividade com a população, o que também potencializa a possibilidade de mais prestação de serviço. Prado (2006) define que a prestação de serviço é feita, mesmo que de forma transitória, quando o veículo traz notícias de serviços públicos para facilitar a vida do cidadão, dando dicas e informações. O que corrobora com a função de prestação de serviço feita pelas emissoras analisadas.

Bibliografia

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo. Paulinas, 2003.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996

DEUS, S.f.b. Reclamações do ouvinte: ouvinte reclama? in: IX SIPEC Sudeste, 2002, Campos do Goytacazes, RJ. **Trabalhos do IX Sipec – Sudeste**, 2002.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J. e BARROS, A. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 64-82.

MESQUITA, G.; PAZ, C. Integrando Comunicação e Medicina no ensino da Comunicação Comunitária: uma experiência brasileira inovadora. **Contratexto**, Lima, n. 033, p. 153-169, 4 jul. 2020

Kantar Ibope Media. O rádio hoje: consumo de rádio no Brasil avança no offline e no digital. Grande variação de conteúdo beneficia a procura pelo meio. **Sindicato das Empresas de Rádio e TV do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre, 16. abr. 2020. Disponível em: <https://www.sindiradio.org.br/noticias/item/o-radio-hoje-consumo-de-radio-no-brasil-avanca-no-offline-e-no-digital-grande-variacao-de-conteudo-beneficia-procura-pelo-meio.html>

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

PRADO, Magaly. **Produção de rádio: manual prático**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. 2 ed., Florianópolis: Insular, 2012.

Quando o silêncio afeta os ouvidos

As notas da censura durante a ditadura e suas consequências no cotidiano

When silence disturbs ears

The censorship notes during the dictatorship and its consequences in daily life

Cuándo el silencio afecta los oídos

Las notas de la censura durante la dictadura y sus consecuencias en la vida diaria

João Batista de Abreu

Resumo

As notas de censura à imprensa e as estratégias utilizadas como forma de resistência por parte de algumas emissoras de rádio revelam uma batalha discursiva durante a ditadura civil-militar no Brasil. As disputas de sentido na cobertura sobre a epidemia de meningite em São Paulo nos anos 1970 expõem a relação entre Estado e meios de comunicação no autoritarismo, comprometendo o estabelecimento de uma sociedade bem informada. O artigo reúne relatos de experiência do autor, apresentação de documentos, como as notas de censura, enviadas para a redação do Jornal do Brasil e da Rádio Jornal do Brasil, e entrevistas com jornalistas.

Palavras-chave

Censura; ditadura; resistência; radiojornalismo; meningite.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 18/05/2020
aceito em: 13/08/2020.

>> Como citar este texto:

ABREU, J.B. Quando o silêncio afeta os ouvidos. As notas da censura durante a ditadura e suas consequências no cotidiano. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 188-205, mai./ago. 2020.

Sobre o autor

João Batista de Abreu

joabajr@gmail.com

Professor titular (aposentado) do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com curso de especialização em Rádio por Ciespal e Radio Nderland Training Centre (Quito, 1984). Jornalista com passagens por Jornal do Brasil, Rádio Jornal do Brasil, TV Educativa, O Globo, TV Globo, Jornal do Commercio e Folha de S. Paulo (sucursal Rio). Membro da comissão de educação da ABI.

Abstract

The censorship notes to the press and the strategies used as a form of resistance by some radio stations reveal a discursive battle during the civil-military dictatorship in Brazil. The disputes of meaning in the coverage of the meningitis epidemic in São Paulo in the 1970s expose the relationship between the State and the media in authoritarianism, compromising the establishment of a well-informed society. The article gathers reports of the author's experience, presentation of documents, such as censorship notes, sent to the newsroom of *Jornal do Brasil* and *Rádio Jornal do Brasil*, and interviews with journalists.

Keywords: Censorship; dictatorship; resistance; radio journalism; meningitis.

Resumen

Las notas de censura a la prensa y las estrategias utilizadas como forma de resistencia por algunas estaciones de radio revelan una batalla discursiva durante la dictadura civil-militar en Brasil. Las contiendas de sentido en la cobertura de la epidemia de meningitis en Sao Paulo en la década de 1970 exponen la relación entre el Estado y los medios de comunicación en el autoritarismo, poniendo en peligro el establecimiento de una sociedad bien informada. El artículo recoge informes de la experiencia del autor, presentación de documentos, como notas de censura, enviados al personal editorial de *Jornal do Brasil* y *Rádio Jornal do Brasil*, y entrevistas con periodistas.

Palabras clave: Censura; dictadura; resistencia; radio periodismo; meningitis.

Introdução

*Você corta um verso, eu escrevo outro/
Você me prende vivo, eu escapo morto/
De repente olha eu de novo/
Perturbando a paz, exigindo troco¹*

O poder que a mídia exerce sobre o cotidiano e sua credibilidade perante o consumidor de informação ajudam a configurar o modelo de inserção da imprensa na sociedade. Quanto mais amplo o acesso da população, mais eficaz e plural será a mensagem. Quanto maior a diversificação dos meios, mais democrática e tolerante será a sociedade.

Desde a Idade Média, epidemias alteram o cotidiano de aldeias, regiões ou nações. Quanto antes o Estado for capaz de identificar com rapidez a dimensão da doença, mobilizando entidades de pesquisa para desenvolver medicamentos e vacinas em larga es-

1 Versos da música *Pesadelo*, de Maurício Tapajós e Paulo Cesar Pinheiro.

cala, menores tendem a ser as consequências. Quando os meios de comunicação se engajam no trabalho de informar a população e contam com seu apoio, o número de vítimas também tende a ser menor.

Entre 1971 e 1974, a cidade de São Paulo enfrentou uma epidemia de meningite meningocócica que lotou hospitais públicos e causou a morte de centenas de pessoas. Trata-se de doença altamente contagiosa e letal, que evolui rapidamente para o óbito se o atendimento hospitalar com isolamento não for imediato. Nos primeiros anos, autoridades sanitárias da Secretaria Estadual e do Ministério da Saúde tentaram minimizar o problema, classificando o caso como surto, em vez de epidemia.

No livro *Meningite: uma doença sob censura?*, a pesquisadora Rita de Cássia Barata observa que em três anos o coeficiente de incidência da doença na região metropolitana da capital cresceu 900%. Ela explica que o conceito de epidemia não se define pela impossibilidade de controlar a expansão de casos, mas pela abrangência da contaminação.

O termo surto é sinônimo de epidemia, embora alguns autores o utilizem para condições em que a transmissão da doença seja relativamente circunscrita e o termo epidemia reservado a situações em que toda a população de uma cidade esteja potencialmente exposta (BARATA, 1998, p. 142).

Eram os tempos da ditadura civil-militar, com forte controle sobre os veículos de comunicação. Sob o pretexto de evitar um clima de histeria social, o governo federal decidiu proibir a divulgação de notícias sobre a epidemia que assolou a maior cidade do país. Este artigo visa resgatar momentos políticos, econômicos, sociais e até mesmo de questões sanitárias que foram alvo de batalha discursiva entre o Estado e alguns meios de comunicação. A metodologia combina a apresentação de documentos coletados silenciosamente por jornalistas que ocupavam cargos de chefia na redação do Jornal do Brasil e da Rádio Jornal do Brasil, entrevistas com jornalistas e o relato do autor, que fazia parte na época da equipe de redatores da Rádio JB.

A epidemia de meningite expôs a que ponto chegou o autoritarismo. Eis a nota da Divisão de Censura da Polícia distribuída às emissoras de rádio, TV e jornais em 26 de julho de 1974.

De ordem superior, atendendo solicitação em virtude fato superveniente, fica proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, de entrevista concedida pelo Ministro da Saúde sobre meningite e qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência de meningite, notícias sobre quantidade e datas de chegada de vacinas

importadas, bem como referências necessidade de prevenção. Divulgação de matéria sensacionalista ou exploração tendenciosa através da imprensa de qualquer assunto relativo a meningite, (sic) fica igualmente proibido.

Quantas pessoas poderiam ser salvas se a população de São Paulo tivesse sido orientada a identificar os sinais e sintomas da doença, como dor de cabeça, rigidez na nuca, febre e manchas vermelhas nas articulações? Vale lembrar que, no caso da meningite bacteriana, uma das sequelas mais comuns é a surdez.

“Língua-de-espuma”

Quase 50 anos depois o Brasil enfrenta a pandemia do coronavírus, ainda mais impiedosa do que a da meningite. É difícil imaginar as consequências sanitárias se a Covid-19 tivesse desembarcado aqui na década de 1970, em plena ditadura, e sem o advento da internet, que dificulta a proibição de conteúdo informativo. Sem qualquer recomendação de isolamento social por conta do silêncio imposto, a circulação de pessoas nas ruas conduziria o país a uma catástrofe ainda maior que a Gripe Espanhola que, estima-se, causou a morte de 35 mil brasileiros entre 1918 e 1920, entre eles a do presidente eleito para um segundo mandato Rodrigues Alves.

No início da década de 1920, a Rádio Clube de Pernambuco, em Recife, já estava no ar fazendo experiências, mas as transmissões intermitentes só chegavam a uma parcela da elite pernambucana.

Com o tempo o rádio foi-se incorporando ao cotidiano como importante prestador de serviços. Um veículo propício aos sonhos e que também pode despertar o ouvinte para a realidade. Por atingir parte significativa da população, inclusive os cidadãos não alfabetizados, serve ainda hoje para informar, alertar, educar, instaurar polêmicas e conduzir o ouvinte a uma reflexão crítica. E é justamente por causa desse potencial que os meios audiovisuais costumam ser tão visados pelos regimes autoritários.

Nas décadas de 1960 e 1970, durante o regime civil-militar, o rádio e a televisão foram os veículos de comunicação que mais sofreram a ação da censura oficial. Isso sem falar na pressão econômica, um tipo de censura que sempre existiu e continua a existir, por meio das limitações impostas pelos anunciantes, departamentos comerciais ou por idiosincrasias, como a proibição de se criticar uma autoridade, sindicalista ou empresário amigo do dono da emissora. Quem já não se defrontou com experiências bizarras do tipo “não se pode divulgar uma queixa feita por um consumidor na compra de um produto com defeito porque a marca é de uma empresa anunciante”?

A lógica que justificava a ação da censura prévia fundamentava-se na ideia de que o Estado devia zelar pela ordem da sociedade e evitar atitudes que pudessem ser interpretadas como ameaças de degradação social e política. Curiosamente, um dos autores mais proibidos no período foi o autor de livros eróticos que adotava o pseudônimo de Cassandra Rios.

O “Index Prohibitorium” criado e alimentado pela obsessão dos militares em conter o perigo comunista pretendia atuar no nível mais pedestre do cotidiano nacional, considerando-o particularmente permeável à ameaça de dissolução da ordem pública. A censura, por exemplo, não distinguia subversão e terrorismo de pornografia quando se tratava de combater elementos da desagregação social. (GUTERMAN, 2008, p. 18)².

A linguista e professora da Unicamp Eni Orlandi, estudiosa de análise do discurso, afirma que o regime militar sequestrou símbolos nacionais, como o hino e a bandeira, ao explorá-los na propaganda oficial com motivação ideológica. No livro *As formas do silêncio*, Eni Orlandi analisa o silêncio como tática discursiva. Para ela, o silêncio não seria “interpretável mas compreensível”.

Compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa. Não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação ao dizer (“traduzir” o silêncio em palavras) mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar (ORLANDI, 1995, p. 52).

A linguista cunha a expressão “língua-de-espuma” para qualificar o que chama de discurso vazio. É uma língua em que os sentidos batem forte mas não se expandem, não há ressonâncias, nem desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. São absorvidos e não produzem repercussões. Se de um lado não se comprometem com nenhuma “realidade”, de outro impedem que vários sentidos se apresentem para esta mesma “realidade”.

Orlandi cita como resistência à “língua-de-espuma” o discurso de alguns compositores e intérpretes da música popular brasileira nos anos 1960 e 1970, lembrando que a MPB, por trabalhar identidades, desempenhava (e creio que ainda hoje desempenha) um papel que se aproximaria da filosofia popular.

Além da área cultural, os meios de comunicação eram espaços muito visados pela censura.

Difícilmente a história da imprensa brasileira registra outro período em que a palavra exerceu tamanho peso. O jornalismo praticado entre fins dos anos 60 e o início da

2 In MAYRINK, José Maria. Mordaça no Estadão, São Paulo.

década de 80 equilibrava-se numa trilha estreita entre ousadia e tolerância, avanço e recuo, com a preocupação de não resvalar nem para a retórica engajada, nem para o adesismo. [...] O tolerado nos jornais da imprensa alternativa (de pequena circulação), ou numa emissora de rádio e TV de menor audiência, sofria controle rigoroso nos jornais da grande imprensa e, sobretudo, nos telejornais noturnos. (ABREU, 2000, p. 38).

Um caso histórico de discurso de resistência seria a atuação de algumas rádios durante a ditadura, particularmente a Rádio Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, a Jovem Pan, em São Paulo, e a Continental³ de Porto Alegre, durante período curto. Vale lembrar que os concessionários destas emissoras não fizeram oposição ao golpe militar de abril de 1964. A Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, identificada com o governo João Goulart, esta sim teve a concessão cassada em novembro de 1965. O mesmo destino coube à Rádio 9 de Julho (560kHz), da Arquidiocese de São Paulo, em novembro de 1973, para silenciar o cardeal-arcebispo Paulo Evaristo Arns. Ambas exploravam frequências internacionais, isto é, poderiam expandir a potência de seus transmissores.

Depois a frequência 1.220 kHz, da Mayrink Veiga, passou a ser explorada pela Rádio Globo, até encerrar suas transmissões em AM em 2018 por medida de economia. A concessão da 9 de Julho foi transferida mais tarde para a Rádio Capital (SP).

A censura imposta pelo regime ao rádio, principalmente a partir da decretação do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, estendeu-se até dois meses e meio antes da posse do general João Batista Figueiredo na Presidência da República, em 15 de março de 1979.

Como redator da Rádio Jornal do Brasil, testemunhei pessoalmente o recebimento da última nota de censura, que ironicamente recaía sobre ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, um dos principais líderes civis do golpe de 1964. Em 1978, o controlador do Banco Nacional desejava ser o candidato da Arena à sucessão indireta na Presidência da República, mas foi preterido em favor do antigo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general João Batista Figueiredo. No dia da convenção do partido governista, um sábado, Magalhães Pinto divulgou nota criticando ao processo eleitoral, mas a circulação foi proibida.

Proibição de ordem do senhor ministro da Justiça à rádio e televisão da nota transmitida dia 26 do senador Magalhães Pinto. Dr. Agildo. (Nota de dia 26 de abril de 1978).

O primeiro mito que precisamos rever é o de que, durante o governo Geisel, a censura

3 Sobre a Rádio Continental de Porto Alegre, que chegou a pertencer durante curto tempo ao empresário e jornalista Roberto Marinho, vale ler o livro *Continental, a rádio rebelde de Roberto Marinho*, de Lúcio Haeser.

foi abrandada. Se isso aconteceu nos jornais, o mesmo não se pode dizer das emissoras de rádio. Prisões de estudantes e de militantes clandestinos de esquerda, ações armadas nos últimos tempos da guerrilha e discursos de políticos contrários ao regime compõem um mosaico de proibições que chegavam às emissoras de rádio. Poucas vezes por escrito, mas por meio de telefonemas de agentes da Polícia Federal, que notificavam laconicamente a proibição.

Esta informalidade inicial do serviço trazia vários inconvenientes. Havia sempre a hipótese de a proibição não passar de um trote, uma vez que o agente não se identificava, nem dizia o número do telefone de origem da chamada. A tradição nas Forças Armadas recomenda que ordens importantes sejam encaminhadas por escrito pelos oficiais superiores aos subalternos. O procedimento garante transparência ao processo de comando e serve como salvaguarda para o subordinado na hipótese de algumas determinações se revelarem, mais tarde, inadequadas ou insensatas. Somente nas operações escusas – caso do episódio do Parasar⁴ ou de envolvimento em torturas –, é que não havia ordens por escrito.

É curioso, portanto, que no período de censura à imprensa a Polícia Federal, na época comandada por um general de Exército, não fornecesse documentos que comprovassem a ação. No caso da Rádio Jornal do Brasil, só depois de muito empenho da chefia do jornalismo é que se conseguiu exigir a identificação do policial e o número de telefone, para confirmar a determinação oficial. Com o tempo, a redação se familiarizou com o nome e a linguagem dos agentes ao telefone. Os agentes Lemos, Sperle, Rubens, Stênio, da Polícia Federal, tornaram-se vozes conhecidas entre os repórteres e redatores das rádios cariocas.

Outro inconveniente da ordem verbal é que a Divisão de Censura – vinculada ao Departamento de Polícia Federal – poderia alegar mais tarde que aquela proibição fora descumprida por alguma emissora no noticiário anterior, uma vez que não se podia comprovar a hora em que a nota fora recebida. Nunca é demais lembrar que, até a Constituição de 1988, a exploração de frequências de radiodifusão era uma concessão dada em caráter precário pela União, podendo ser cancelada a qualquer momento⁵.

4 (N. do E.) O caso Parasar ou Para-Sar diz respeito ao planejamento de um atentado terrorista ordenado por um oficial general da Aeronáutica em 1968 que pretendia explodir o Gasômetro, no Rio de Janeiro, culpando a guerrilha urbana. A resistência de um oficial designado para a missão extraoficial abortou o plano.

5 A partir da Constituição de 1988, definiu-se que o prazo das concessões de emissoras de rádio é de 10 anos e o das

Em 28 de fevereiro de 1967, o marechal Castelo Branco, então presidente, modificou 46 dos 129 artigos do Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo prazo de 10 anos, renováveis por igual período, para as concessões de emissoras radiofônicas. De acordo com a nova legislação, a União passou a ter o direito de negar a renovação com a simples justificativa de falta de "interesse público". A Constituição de 1988 alterou este capítulo, com mais garantias aos concessionários.

As mudanças geraram um complicador para o radiojornalismo, obrigando as emissoras a guardar por 30 dias as fitas de rolo e por 90 dias os textos dos noticiários. Nesse período o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) – órgão vinculado ao Ministério das Comunicações – poderia requisitar o material, em caso de denúncia. O bom-humor dos radialistas logo batizou de "dedo-duro" o gravador que arquivava a programação.

Em documento interno enviado à direção da Rádio JB, o subeditor Rosental Calmon Alves observou que o Código sofreu duas alterações no primeiro governo militar – uma por inclusão, outra por exclusão – que intensificaram o conceito de "abuso no exercício da liberdade de radiodifusão". Passou a considerar abusivo o ato de "colaborar na prática de rebeldia, desordem ou manifestações proibidas" e suprimiu o adjetivo "violento" do artigo que qualificava de intolerável "fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social". Desta forma, a divulgação de manifestações políticas de segmentos da oposição, como atos públicos ou passeatas estudantis, poderia ser interpretada como parte de um processo para subverter a ordem.

Apesar de tantas restrições à liberdade de imprensa, as mudanças promovidas no governo Castelo Branco tiveram o mérito de limitar o número de emissoras de rádio em poder de uma só pessoa física, "visando à segurança social, econômica e política do povo brasileiro", a fim de "impedir o controle da opinião pública por pessoas ou grupos minoritários e reprimir o abuso do poder econômico".

No entanto, o tempo incumbiu-se de mostrar que a lei não impediria a concentração dos meios de comunicação, através de pressões econômicas ou por meio do artifício de colocar a concessão de novas emissoras em nome de familiares. Outra restrição – a de que parlamentares não podem possuir emissoras de radiodifusão – também caiu no vazio, porque quase todos eles afastam-se da direção quando se elegem, mas transferem o poder a parentes ou empregados de confiança durante o mandato legislativo.

emissoras de televisão, de 15 anos.

Alguns jornalistas se preocuparam em guardar sigilosamente as notas da censura, na esperança de que um dia elas pudessem vir a público. Dois destes editores foram José Silveira, secretário de redação do Jornal do Brasil, e Ana Maria Machado, chefe do departamento de jornalismo da Rádio Jornal do Brasil. Vinte anos depois, quando preparava a dissertação de mestrado sobre a cobertura jornalística da luta armada no Brasil, as notas me foram cedidas por estes dois jornalistas que tiveram consciência de seu papel histórico.

A maioria dos agentes não conhecia as peculiaridades das empresas jornalísticas, como a existência de várias editorias ou de empresas do grupo no mesmo prédio – rádio, jornal e TV. Assim algumas vezes o policial acabava ligando para o telefone errado.

Em resposta a uma consulta da Associação Brasileira de Imprensa, em carta⁶ datada de 13 de dezembro de 1977 – no 9º aniversário do A.I.-5 – a chefe do Departamento de Jornalismo da Rádio JB, Ana Maria Machado, mostrava que a censura imposta às emissoras de rádio revelava diferenças em relação aos veículos impressos.

Não se trata de computar edições apreendidas ou matérias vetadas. As proibições são passadas pelo telefone e continuam valendo por tempo indeterminado, mesmo não havendo nenhum documento escrito que garanta sua autenticidade. Este ano mesmo tivemos o exemplo de uma que foi atribuída ao Ministro Quandt de Oliveira (das Comunicações) e, dias depois, foi por ele desmentida... Esse processo de proibições não escritas e intervenções sem deixar vestígios sujeita os jornalistas de rádio a viver em uma situação de puro arbítrio, em que a censura age de fato mas não se escora em qualquer amparo legal, dando a impressão de não existir, para um eventual pesquisador futuro. O silêncio que pesa sobre a censura ao rádio cada vez que são feitas referências ao abrandamento à censura à imprensa acaba corroborando essa impressão de inexistência. É muito frequente que a própria imprensa mencione a importante conquista gradativa de sua maior liberdade, esquecendo que no rádio (e na televisão) a situação não mudou (MACHADO, 1977).

As denúncias sobre a prática de torturas e morte de presos políticos nas dependências militares mereciam vigilância rigorosa por parte da Divisão de Censura da Polícia Federal, conforme é descrito na nota de junho de 1973.

De ordem superior reitero proibição de difusão de notícias tendenciosas sobre supostas torturas baseadas em falsas declarações contidas em relatórios forjados atribuídos a padres brasileiros. Agente Rubens (Nota de 28 de junho de 1973).

6 Documento cedido pela chefe do Departamento de Jornalismo da Rádio JB.

O mesmo ocorre em agosto de 1973:

De ordem superior fica proibida divulgação sobre processo que envolva subversivos e terroristas em qualquer fase, assim como memoriais que envolvam nome de autoridades civis e militares encarregados de IPMs investigações da Justiça. Agente Rubens (Nota de 27 de agosto de 1973).

As notas da Polícia Federal classificavam indiscriminadamente militantes de oposição de “subversivos” ou terroristas. Também tentavam proteger as autoridades encarregadas de investigações e inquiridos, proibindo a divulgação de seus nomes.

Para que não haja dúvida nem interpretações tendenciosas, reitero determinação sentido manter proibição notícias, comentários, referências, anúncios e outras matérias, pagas ou não, em qualquer meio de comunicação social, sobre prisão, morte terroristas, cassados e banidos. Publicação, notícia ou nota oficial sobre assunto em tela somente será admitida por ordem específica desta direção. A liberação de nota oficial quando se fizer necessário não significa liberação total e indiscriminada do assunto, mas tão somente se permitirá publicação do texto autorizado. Agente Bandeira. (Nota de 7 de novembro de 1973)⁷.

O objetivo de proibir as prisões de militantes suspeitos de envolvimento com a luta armada – na verdade eram verdadeiros sequestros porque os veículos policiais não traziam identificação, nem se informava para onde os detidos eram levados – visava evitar que os colegas de militância tomassem conhecimento da detenção e abandonassem os locais de encontro ou moradia. A informação está na nota de 29 de agosto:

De ordem superior continua proibida divulgação qualquer meio de comunicação social, inclusive revistas, semanários e panfletos, matéria relativa “Caso Sargento Manoel Raimundo Soares” grupos ligados propaganda adversa pretendem publicar carta que teriam dirigido à ONU, em nome viúva, acusando autoridades segurança responsabilidade morte referido sargento. Recomenda-se especial atenção esta ordem. Agente Sperle. (Nota de 29 de agosto de 1973).

Outra nota, divulgada em 12 de julho de 1973, comprova como a censura funcionava:

De ordem superior fica proibida divulgação: Denúncia feita pelo Senador Kennedy sobre torturas no Brasil. Publicação feita pelo jornal Washington Post de 30/6/73 sobre torturas no Brasil denunciadas particularmente pelo clero brasileiro. Publicação feita pelo semanário uruguaio “Resposta” de que veículos militares brasileiros estariam atra-

7 Embora não seja possível confirmar a autoria, o texto desta nota de censura leva-nos a supor que ela tenha sido assinada pelo então diretor-geral da Polícia Federal, general Antônio Bandeira. Durante todo o período de vigência do AI-5, a Polícia Federal foi comandada por oficiais de alta patente do Exército. Bandeira foi sucedido pelo coronel Moacir Coelho.

vessando fronteira dos dois países conduzindo caixas não identificadas e declarações líder político argentino (sic) Aldunate sobre intromissão brasileira no Uruguai. Agente Stênio. (Nota de 12 de julho de 1973)⁸.

Os dirigentes do regime jamais reconheceram a prática de tortura e morte nos cárceres dos órgãos de segurança, civis e militares. Mesmo quando a denúncia vinha do exterior, a ordem era evitar que os veículos de comunicação a repercutissem.

Outro aspecto interessante é que as proibições não tinham prazo definido. Não caducavam, nem mesmo as genéricas. “Mesmo imaginando que todas as proibições sejam realmente oriundas dos órgãos de segurança [...], são tão vagas e abrangentes e continuam vigorando sem qualquer suspensão, de tal modo que se forem cumpridas seu poder de paralisação da informação é total”, argumentava Ana Maria Machado na carta à ABL.

De ordem superior fica proibido (sic) jornais diários, semanários, revistas, rádios e Tvs, notícias morte, prisão, detenção ou atividades elementos subversivos, em qualquer circunstância, a não ser quando houver autorização específica direta DG-DPF (Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal), a fim de evitar quebra de sigilo ou exploração publicitária fatos desta natureza. (Nota de 9 de abril de 1973).

A seguir, dois exemplos de proibição que podem ser classificados como “metacensura”.

Está proibida terminantemente a divulgação do discurso do Deputado Freitas Nobre, atacando a Censura Federal. (Nota de 26 de março de 1973).

De ordem superior fica terminantemente proibida publicação de crítica ao sistema censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica ou referência, escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada, contra órgãos de censura, censores, legislação censória até posterior liberação. Esta ordem é para qualquer programa. (Nota de 5 de junho de 1973).

Em outros casos, a censura antecipou-se ao próprio fato, com base em relatórios de agentes infiltrados em entidades consideradas suspeitas aos olhos do regime militar.

Há notícias de que entre os dias 6 e 10 do corrente mês será divulgado manifesto dos bispos do Nordeste liderados por D. Helder com referências tendenciosas e com alusões dos direitos humanos. A seguir outros manifestos seriam atribuídos (sic) nas áreas de SP e Goiás por grupos ligados aos bispos do Nordeste. Em consequência ficam proibidas a publicação e divulgação de tais manifestos. (Nota de 4 de maio de 1973).

8

A nota classifica erradamente como argentino o político uruguaio Wilson Aldunate, do Partido Blanco.

De ordem superior fica terminantemente proibida a publicação ou divulgação por qualquer meio em todo o território nacional de artigo a ser escrito por Julio Maria Sanguinetti sobre a situação uruguaia. Agente Armando. (Nota de 23 de julho de 1973).

Muitas vezes, a proibição inviabilizava economicamente uma produção cultural indesejável aos olhos do regime. É o caso da peça *Calabar*, proibida pouco antes da estreia. Para atenuar o prejuízo com meses de ensaio dos atores, os produtores tentaram vender subprodutos da peça, como o roteiro em livro, mas a divulgação foi igualmente proibida.

A fim de evitar dúvida de interpretação reitero determinação sentido proibir divulgação qualquer matéria, ainda que propaganda paga, crítica literária, crônica especial ou outro tipo de promoção da peça teatral, disco, livro, filme, etc, "Calabar", de Chico B. de Holanda. Agente Armando. (Nota de 28 de janeiro de 1974).

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, os teatrólogos Plínio Marcos e Augusto Boal, os compositores Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo e os teatrólogos Dias Gomes, José Celso Martinez Correa e Plínio Marcos figuravam entre os mais visados pelo regime. A cantora argentina Mercedes Sosa também era vista como artista non grata e algumas vezes shows marcados em universidades privadas, como a PUC do Rio de Janeiro, tinham que ser cancelados na última hora.

Como as proibições eram por tempo indefinido, ficava nas mãos da equipe arriscar, caso quisesse saber se determinada proibição continuava valendo três ou quatro meses depois. As notas de censura enveredavam, muitas vezes, pelo terreno da economia.

Não podem ser divulgadas: notícias sobre atritos entre os ministros da Fazenda (Delfim Netto) e Agricultura (Cirne Lima), notícias referentes a protestos de associação de classe contra orientação do governo no combate à inflação e controle do preço da carne. (Nota sem data).

De ordem superior até segunda ordem fica proibido notícia sobre contrato de fornecimento de petróleo entre a Petrobrás e qualquer país. (Nota de 24 de março de 1973).

De ordem superior continuam proibidas notícias sobre contrato de fornecimento de petróleo entre a Petrobrás e qualquer país. A referida proibição prende-se à visita que alto dignitário da Arábia Saudita fará ao Brasil em breve. Também está proibida a notícia da chegada do alto dignitário da Arábia Saudita. Agente Stênio de Freitas. (Nota de 26 de maio de 1973).

Durante o período em que a censura foi mais intensa (1969-77), as reações das emissoras de rádio foram controversas. A maioria respeitava cegamente as proibições, até mesmo pelas implicações que a desobediência poderia acarretar. A grande maioria

das notícias censuradas tinha abrangência nacional. Portanto, se o governo conseguisse evitar a divulgação pelas agências de notícias e principais emissoras de onda média, dificilmente uma pequena emissora tomaria conhecimento do fato. Havia também casos de jornalistas com cargos de chefia que, com medo de perder o emprego, se antecipavam às proibições.

Sabemos que não existe nada pior do que a autocensura. É como se um atleta já entrasse numa competição sentindo-se derrotado. A aceitação da impossibilidade de resistir pode acarretar uma sensação de cumplicidade, que influencia o senso crítico do jornalista profissional. E sem liberdade de crítica, não há jornalismo.

De ordem superior fica proibida a transmissão pelo rádio e televisão de qualquer notícia, comentários ou informações a respeito da independência do território Transkei, a ser concedida pela África do Sul, visto que a veiculação da propaganda da independência desse território poderá prestar-se a interpretações errôneas sobre posição brasileira e prejudicar o interesse da política externa do nosso país. (Nota de 29 de outubro de 1976).

Algumas vezes a censura estava associada à política externa, como a nota a seguir. O governo Geisel buscava estabelecer uma aproximação com a África subsaariana, particularmente as antigas colônias portuguesas, que se opunham ao apartheid, política de segregação racial adotada na época pela África do Sul. O objetivo seria evitar que o Itamaraty tomasse posição publicamente a respeito dessa falsa emancipação do Transkei.

De ordem superior, a fim de preservar tranquilidade pessoal e manter inviolada vida particular, fica terminantemente proibida divulgação através meios de comunicação social notícias matérias sobre atividades da esposa e filha do Presidente Geisel. Agente Paulo. (Nota de 29 de março de 1974).

A preocupação com a privacidade dos parentes de autoridades também fazia parte do ofício dos censores. O rock *Jorge maravilha*, que trazia os versos "você não gosta de mim, mas sua filha gosta", de Chico Buarque, foi gravado após a publicação de uma entrevista em que a filha do presidente Geisel, Amália Lucy, admitiu que gostava das composições de Chico Buarque. Um dos versos dizia: "Mais vale uma filha na mão do que dois pais sobrevoando". O compositor sempre negou a intenção de provocar o general presidente.

De ordem superior fica proibida a letra musical "Pare de tomar a pílula", de Odair José, em execução em rádios, Tvs, shows ou qualquer apresentação pública. Agente Rubens. (Nota de 28 de junho de 1973).

Baluartes da moral e dos bons costumes, os censores também proibiam a execução de músicas cujas letras não traziam qualquer conotação política. Como observado anteriormente, os aspectos comportamentais, sobretudo quando diziam respeito a costumes sexuais, eram acompanhados severamente por pressão de grupos conservadores da sociedade. Nos anos 1970, a liberdade sexual da mulher ainda se mantinha como tabu em diversos segmentos.

Algumas vezes, a censura conseguia ser mais ágil do que a apuração. O repórter André Luiz Azevedo, da Rádio Jornal do Brasil, contou que, em 1972, recebeu a missão de acompanhar a entrevista coletiva de um sociólogo norte-americano, no consulado dos Estados Unidos no Rio, que fica na avenida Presidente Wilson, no Centro. Na entrevista, o sociólogo denunciou casos de racismo contra negros no Brasil. Antes mesmo de o repórter chegar à redação – na época na Avenida Rio Branco, a menos de 10 quadras do consulado –, um agente da Polícia Federal ligou para a redação proibindo a divulgação da entrevista.

Mas mesmo num regime autoritário há sempre a possibilidade de resistência. A Rádio JB AM (ondas médias) não foi a única a se insurgir, mas pela qualidade do noticiário oferecido representou um referencial de crítica à ação da censura. Um jogo de xadrez em que peões, torres, cavalos e a rainha trabalhavam juntos para proteger o rei. Às vezes caía um peão, mas o jogo prosseguia.

O editor-chefe Antônio Chrisóstomo⁹ (1971-73), nos dias de noticiário quente, mandava que os repórteres não atendessem o telefone depois das seis da tarde, com medo de que uma ordem da censura inviabilizasse a edição que já estava pronta para ir ao ar no “Jornal do Brasil Informa” de seis e meia da tarde. Era uma alternativa que dava certo em ocasiões esporádicas, mas que perdia sua eficácia no dia a dia.

Na realidade, os recursos para contornar a censura oficial situavam-se no plano da linguagem escrita, da narração (linguagem verbal) e no processo de edição. O jornalismo independente exige a cobertura in loco dos fatos importantes, mesmo que a divulgação esteja proibida. É sempre possível extrair da apuração alguma coisa, insólita ou curiosa, que possa ser mencionada e, assim, despertar a atenção do ouvinte.

Uma das histórias mais interessantes foi a cobertura do ato público realizado na PUC do Rio de Janeiro, em 1978. A manifestação teve sua divulgação proibida pela censura, mas mesmo assim um repórter da Rádio JB foi mandado ao local. Durante a tarde,

9 Entrevista com Andre Luiz Azevedo, dezembro de 1992.

notas soltas informavam sobre o trânsito difícil nas imediações da rua Marquês de São Vicente, na Gávea, principal via de acesso na época aos bairros de São Conrado e Barra da Tijuca. Ao chegar ao local, chamou a atenção do repórter o grande número de garis da Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). Muitos deles tinham cabelo curto, unhas bem cuidadas e protegidas por esmalte. O repórter perguntou ao chefe da equipe de garis por que havia tanta gente ali cuidando da limpeza da via pública. A resposta veio imediata. Tratava-se de uma operação especial de capina. “Mas capina no asfalto, meu irmão?”, argumentou o repórter. O diálogo entre o jornalista e o agente federal travestido de gari foi ao ar no noticiário de 18h30min.

Outro episódio marcante foi a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), em São Paulo, em outubro de 1975. Herzog, então chefe do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, morreu em consequência de torturas, mas a versão oficial insistia em suicídio. A censura impediu a investigação jornalística do fato, proibindo a divulgação de depoimentos que contrariassem a versão oficial.

De ordem superior fica proibida a divulgação através de emissoras de rádio e TV notícias, entrevistas, comentários, reportagens vinculadas ao culto religioso em memória do jornalista Wladimir Herzog. (Nota de 31 de outubro de 1975).

O recurso de linguagem foi usar o particípio passado “morto” nas dependências do Doi-Codi como forma de não encampar a versão oficial. Temos aqui um exemplo de enunciação em que o sentido da informação extrapola a sintaxe propriamente dita. Muitas vezes, o sentido não está na compreensão literal do texto, mas no que ele revela de contraditório.

O locutor também ajudava na produção deste novo sentido. Eliakim Araújo, um dos mais brilhantes noticiaristas – entre outros motivos porque possuía embasamento cultural para compreender o que estava lendo –, fazia uma breve pausa antes do verbo no passado “suicidou-se”, de modo a acentuar a palavra e assim pôr em dúvida a versão oficial. A leitura gerava novo enunciado, além daquele que o texto literal indicava.

Recursos desta natureza pressupõem uma relação de cumplicidade entre enunciadador rádio e receptor. Os dois precisam dominar o mesmo código para que a comunicação se estabeleça em sua totalidade. Tal disposição fazia parte do jogo de pique-esconde entre a imprensa, o ouvinte e a censura. Compreender eufemismos, ler nas entrelinhas, associar matérias aparentemente desconexas eram pré-condições para entender o pro-

cesso. No caso da Rádio JB, o fato de a maioria dos ouvintes pertencer à classe média, geralmente predisposta a decodificar a informação, facilitava muito o trabalho. Numa rádio popular, o resultado seria bem mais difícil.

Outra maneira de contornar as proibições consistia em buscar nas agências internacionais fatos semelhantes à notícia nacional impedida de ir ao ar. Por exemplo, se o governo proibisse a cobertura de uma greve operária, e coincidentemente houvesse manifestação semelhante em qualquer outra parte do mundo, esta matéria ganhava destaque, abrindo o bloco internacional, com o detalhe de que só ao final do último período do texto fazia referência ao país de origem. Algo como “Trabalhadores da indústria automobilística cruzam os braços e sofrem repressão policial... na Grécia”.

Figuras polêmicas como a do ditador de Uganda, o ex-sargento do Exército britânico Idi Amin Dada, transformaram-se em ícones do autoritarismo. Falar de Idi Amin era falar do aspecto grotesco do autoritarismo, principalmente após o discurso do presidente do MDB na Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, comparando o general Ernesto Geisel ao ditador de Uganda. Havia ainda o recurso de se informar pela negativa, ou seja, passar a informação através do desmentido de uma fonte oficial. Neste caso, o desmentido servia para registrar o fato. Mas este recurso era raro, porque não podia ser aplicado em assuntos cuja censura tivesse sentido abrangente. Um exemplo hipotético: “ficam proibidas quaisquer informações ou opiniões sobre movimentação de grupos subversivos no sul do Pará”.

Poderia continuar citando exemplos lembrados por colegas que viveram mais intensamente este momento de resistência. Gente pouco afeta a arroubos ou bravatas. Gente avessa a capitalizar o resultado de um trabalho anônimo e, sobretudo, coletivo. Uma resistência quase silenciosa, por mais absurdo que pareça o uso do adjetivo “silencioso” em rádio.

Considerações finais

A contribuição deste trabalho é registrar momentos que entraram para a história da imprensa e do radiojornalismo. Histórias que muitos estudantes e profissionais de rádio jovens desconhecem. O momento era diferente e as condições de trabalho, também, mas vale o relato de uma experiência que pode ser útil futuramente, em uma análise pessimista da política brasileira. Ou mais importante: é útil para se perceber que o veículo rádio é muito mais rico do que a pobreza do autoritarismo, independentemente da ideologia.

A censura não tem cor, credo, nem ideologia. Foi e ainda vem sendo praticada por regimes capitalistas, comunistas, muçulmanos, judaicos, hindus ou de qualquer natureza. Variam apenas os protocolos. Um caso marcante verificou-se na União Soviética nos anos 1970. Sempre que havia uma crise política dentro do Politburo (Comitê Central do Partido Comunista), uma das primeiras providências era suspender a programação regular do noticiário de TV até que os ânimos serenassem. No lugar exibia-se a reprise do Lago dos Cisnes, com o Balé Bolshoi. Tantas vezes a prática se repetiu que com o tempo a população passou a identificar os momentos de crise com a reprise do balé.

Outro episódio curioso ocorreu nos primeiros anos da gestão da primeira-ministra Margaret Thatcher, no Reino Unido. Thatcher tentou proibir a BBC de transmitir depoimentos do porta-voz do Sinn Fein, braço político legalizado do clandestino Exército Republicano Irlandês (IRA). Só que a ordem de censura fazia referência somente à voz de Gerry Adams. Então a direção da BBC, que é uma televisão pública, decidiu continuar a exibir as entrevistas do líder irlandês só que dubladas por outra voz.

Hoje, em tempos de Internet e com a proliferação das redes sociais, a imposição da censura prévia torna-se mais difícil, tal a velocidade de circulação de informações, muitas repetidas à exaustão sem preocupação em confirmá-las.

Mas é preciso distinguir informação sem checagem por parte de profissionais de produção de conteúdo e as inverdades veiculadas em progressão geométrica por agentes políticos a serviço de interesses difusos. As *fake news* não têm nada a ver com jornalismo de qualidade, embora se possa admitir que alguns jornalistas estejam envolvidos com esta prática criminosa.

Como diz Marx no livro *Dezoito Brumário*, a História quando se repete é como farsa. Em uma interpretação livre, talvez as *fake news* que inundam hoje as redes sociais possam ser vistas como nova modalidade de autoritarismo noticioso, desta vez não pela omissão, mas pela exposição de versões mentirosas impulsionadas por robôs. Mas esta é história para outro artigo.

Referências bibliográficas

ABREU, João Batista. **As manobras da informação** – Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil. Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2000.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Meningite: uma doença sob censura?** São Paulo: Cortez, 1998

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, 1995.

MAYRINK, José Maria. **Mordaça no Estadão**. São Paulo: Ed. O Estado de S. Paulo, 2008.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio palanque** – fazendo política no ar. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

Documentos citados

Carta enviada pela direção da Rádio JB à Associação Brasileira de Imprensa.

Documento interno da Rádio Jornal do Brasil redigido pelo subeditor Rosental Calmon Alves.

Entrevista concedida pelo repórter André Luiz Azevedo, colega de trabalho na Rádio JB, em dezembro de 1992.

Relação das notas de censura recebidas pela Rádio Jornal do Brasil, cedida pela jornalista e escritora Ana Maria Machado, na época chefe do Departamento de Radiojornalismo.

Relação das notas de censura recebidas pelo Jornal do Brasil, cedida pelo jornalista José Silveira, secretário de redação.

ENTREVISTA

MÁRCIA FRANZ AMARAL

por: Mirian Redin de Quadros



Foto: arquivo pessoal

Márcia Franz Amaral:
*“Um desastre nunca
começa quando eclode”*

Com uma abordagem crítica e abrangente sobre a cobertura jornalística de desastres, a professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Márcia Franz Amaral costuma enfatizar a responsabilidade da imprensa na construção de narrativas que problematizem não somente as consequências imediatas, mas também os diversos aspectos causadores de eventos extremos. Defensora do Jornalismo e de suas potencialidades, a pesquisadora alerta para os constrangimentos políticos e econômicos, somados à precarização das condições de trabalho nas

redações, ao mesmo tempo em que evidencia a relevância da atividade jornalística como força mobilizadora para a mitigação dos acontecimentos catastróficos.

Em entrevista por e-mail a **Radiofonias**, Márcia compartilha suas impressões acerca da cobertura da pandemia do novo coronavírus, aponta caminhos para a prática de um jornalismo mais comprometido com a proteção ao meio ambiente e o combate às desigualdades sociais, além de refletir sobre o importante papel do rádio em coberturas e, principalmente, na prevenção aos desastres.

RADIOFONIAS – Em suas publicações, você salienta a existência de diferentes definições para o que se compreende por catástrofe ou desastre, a depender, principalmente, do contexto histórico ou da fonte de informação. De maneira geral, contudo, acontecimentos catastróficos caracterizam-se por irrupções inesperadas que ferem a normalidade cotidiana, provocando desordens informativas imediatas e uma série de desdobramentos posteriores. Nesse sentido, de que forma podemos definir a atual pandemia de Covid-19, considerando sua irrupção previsível e longa duração, especialmente no contexto brasileiro?

O que chamamos de desastre ou catástrofe é, de maneira geral, tudo o que afeta gravemente nosso entorno e que, na percepção imediata da maioria, é inesperado. Trata-se, na maioria das vezes, da junção de um fenômeno extremo com determinadas vulnerabilidades. Cada desastre eclode de uma maneira muito específica e embora existam aspectos já conhecidos principalmente pelos cientistas e estudiosos destes fenômenos, nem tudo é previsível. No caso da pandemia, por mais que cientistas já soubessem desta probabilidade, boa parte de nós não esperava por isso. Aliás, no imaginário brasileiro até há bem pouco tempo o Brasil era um país sem desastres. Só mais recentemente uma sucessão de ocorrências na região mais rica do país, a Sudeste, parece ter mudado um pouco essa percepção. Refiro-me principalmente aos constantes desastres disparados pelos fenômenos climáticos extremos como os deslizamentos (*que em 2011 mataram mais de 800 pessoas no Rio de Janeiro*) e os rompimentos das

Sobre o entrevistada

Márcia Franz Amaral é professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde leciona no curso de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio pós-doutoral na Universitat Pompeu Fabra (Barcelona), é pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo. Estuda a cobertura jornalística de catástrofes e desastres desde 2011, sendo co-autora de obras como *Periodismo y desastres: múltiples miradas* e o recém-lançado *Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas*.

E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com

Entre os seus principais trabalhos, estão:

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (Orgs.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19971/Minimanual.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos (Orgs.). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Barcelona: Editorial UAB, 2019.

LOZANO ASCENCIO, Carlos ; AMARAL, Márcia Franz. Coberturas informativas de la prevención y del acontecer de catástrofes a través de los “Manuales institucionales” dirigidos a los periodistas. **Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 06-17, 2018.

AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos. Periodismo Especializado en Desastres Medioambientales (PEDMed). In: PEÑA, Beatriz; LOPES, Javier. (Org.). **Periodismo Especializado**. Madrid: ACCI, 2017.

LOZANO ASCENCIO, Carlos; AMARAL, Márcia Franz. Comunicar riesgos en la sociedad de la incertidumbre. **In Texto**, Porto Alegre, n. 38, p. 21-40, jan./abr. 2017.

AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos. Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia. **Chasqui**. Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 130, p. 243-258, dez. 2015/ mar. 2016.

barragens de rejeitos de mineração (*que em 2015 e 2019 mataram cerca de 300 pessoas em Minas Gerais*).

Quando o desastre ocorre, há um local e/ou um grupo de pessoas afetado gravemente que tem a experiência mais bruta da tragédia. As demais pessoas são vítimas virtuais, compartilham destas experiências por relatos e entre eles está a narrativa jornalística. O jornalismo cria uma rede explicativa para cada acontecimento destacando alguns aspectos e silenciando outros. Configura percepções sociais e culturais sobre os desastres. Nomeia, designa, dá contornos simbólicos e limites a um acontecimento, participa de maneira privilegiada da rede de conflitos que existe para nomear o que aconteceu. A narrativa jornalística, ao denominar um desastre, pode torná-lo mais ou menos grave, acionar ou não responsabilidades e explicações sobre eles ou, torná-lo mono ou multicausal ou ainda enquadrá-lo como problema sanitário, social, econômico ou ambiental. Um exemplo é o recorrente uso da expressão “desastre natural” que escamoteia as razões de algumas tragédias, dando a entender que foram causadas somente por um agente externo de difícil controle. Ao tornarem esses acontecimentos públicos já enquadram o desastre de uma maneira mais episódica ou contextualizada, enfatizando ou não algum aspecto em particular. Com o acesso que os jornalistas têm a diferentes fontes, muitas vezes seria possível mostrar outras formas de inteligibilidade destes acontecimentos.

A epidemia causada pelo novo coronavírus traz elementos novos por ser um desastre efetivamente global com impactos locais que atinge concretamente os indivíduos. É diferente, por exemplo, de uma crise climática em que o cidadão pode ou não se dar por conta do impacto dela em sua vida. Como qualquer desastre, a pandemia também é construída por palavras e a mídia é lugar privilegiado desta construção simbólica. Ela pode ser definida de acordo com as intenções de quem está narrando, pois se trata de um acontecimento multidimensional que agrega várias crises: ambientais, sanitárias, sociais, econômicas. E quando o jornalismo se utiliza de metáforas para se referir a ela, também propõe formas diferentes de lidarmos com este momento. Assim é quando tratamos da pandemia com metáforas de guerra que aciona ideias como obediência, inimigo comum e /ou externo, e não promovemos ideias de cuidado com o outro e de reflexão sobre nossos modos de vida. Somam-se então, as duas vidas do acontecimento como afirma Louis Quéré: o acontecimento em bruto, existencial, e o acontecimento simbólico que abre (ou não) diferentes campos problemáticos.

RADIOFONIAS – Em entrevista recente ao projeto **Objethos**, você afirma que “um dos grandes desafios da cobertura jornalística é compreender quando um desastre começa, quanto ele dura e quando ele termina”. Como você avalia a cobertura jornalística brasileira da pandemia até este momento, mais de sete meses após a

identificação dos primeiros casos e sem previsão para terminar?

Quando faço esta afirmação é no sentido de que um desastre nunca começa quando eclode. Ele sempre começa antes. Inúmeras pesquisas já alertavam para a possibilidade de uma pandemia e o jornalismo se ocupou muito pouco disso, assim como se ocupa pouco das questões climáticas e sociais que viabilizam esta e outras tragédias. Estes tipos de vírus sempre estiveram presentes nas florestas ou nos animais selvagens. Desta maneira, histórias como esta podiam ter começado a ser narradas com maior atenção ao desmatamento, ao tráfico de animais e com a perda de diversidade, por exemplo. Por que os cientistas e ambientalistas não têm espaço para contar esta história?

Quanto a sua duração, o jornalismo também vai participar da construção social da percepção do seu fim quando decidir normalizar o acontecimento e não mais cobrir seus desdobramentos. O jornalismo se apoiará em algum acontecimento no interior da pandemia para enfraquecê-la como, por exemplo, a implementação da vacina, o amadurecimento do tratamento médico, a naturalização do número de mortos, a saturação psicológica das pessoas ou a crise econômica. Ou ainda, com o surgimento de outro acontecimento de impacto. Até porque a mídia em sua lógica comercial se move pelos cliques e pela audiência e

as pessoas estão exaustas com a temática da pandemia.

RADIOFONIAS – **Diante de uma catástrofe ou de um desastre, o jornalismo desempenha papel fundamental no processo de reordenação social, servindo como referência aos cidadãos ao explicar o acontecimento extremo e, principalmente, ao orientar a sociedade sobre o que deve ser feito dali para frente. Considerando que a prestação de serviços e a veiculação de informações de utilidade pública são marcas históricas do radiojornalismo como você percebe o papel do rádio neste contexto?**

Pesquisas mostram que temos desertos de informação jornalística local no país e o rádio é o veículo mais presente. Há muitas histórias sobre o papel central do rádio no durante os desastres quando, por exemplo, já não há mais energia e o velho rádio a pilha ainda salva vidas ou orienta a população. Mas precisamos de um jornalismo radiofônico que também esquadrinhe permanentemente os riscos de cada região e as possíveis soluções para mitigar os desastres. Assim o papel do rádio passa por uma ampliação e qualificação dos espaços tanto dos espaços jornalísticos mais factuais, quanto dos programas de comentário ou de entretenimento. Como ouvinte de rádio, me incomoda muito nas rádios locais aqueles programas de debate ou de entretenimento em que ninguém se responsabiliza pela informação dada como se isso fosse papel apenas do noticiário.

E, na verdade, estes comunicadores são grandes influenciadores e precisam se comprometer socialmente também com o agendamento dos problemas locais de maneira um pouco mais profunda.

A proximidade do rádio com a sua comunidade, por sua vez, tem um bônus e um ônus, pois parte das soluções dos problemas passa pela dimensão local. Conhecer as singularidades do local facilita produção de conhecimento. E essa simbiose entre jornalistas e os atores sociais locais proporciona a assimilação maior das informações por parte dos ouvintes. Entretanto, o fato de ser um veículo local faz com que ele esteja muito mais vulnerável à pressão dos políticos, dos empresários e dos anunciantes. Difícilmente a gente associa, por exemplo, um deslizamento de casas construídas em um local inadequado com a especulação imobiliária ou com o preço da passagem do transporte coletivo que impele as pessoas a morarem em terrenos com solos inadequados. Quando se aborda o tema dos desastres está se falando em planejamento urbano, em plano diretor da cidade, em serviços de água, esgoto, saúde e transporte. E estes temas se relacionam com questões muito delicadas que envolvem os poderes políticos e econômicos locais. Por isso, a diversidade de fontes é fundamental no jornalismo radiofônico para trazer para o palco das informações e das disputas também visões de experts, geólogos, ativistas, sociólogos e, sobretudo, dos afetados. Ter uma agenda fixa de debates sobre as vul-

nerabilidades locais e os eventos extremos que a comunidade costuma vivenciar é um dos caminhos.

RADIOFONIAS – **Em suas pesquisas sobre a cobertura de desastres, você enfatiza a importância de o jornalismo ir além do relato do durante, considerando também o antes e o depois do acontecimento, ou seja, problematizando suas causas e consequências. No caso do rádio, cuja identidade se assenta numa lógica imediatista, este parece ser um desafio a mais. Como o jornalismo radiofônico pode equilibrar uma cobertura que dê conta da complexidade de um acontecimento catastrófico, sem abrir mão da instantaneidade que lhe é tão peculiar?**

Sabemos que os modos de produção do discurso jornalístico são caracterizados, sobretudo, pela cobertura em tempo real. Babo Lança diz que o jornalismo vive ao ritmo do acontecimento. E no rádio, este fetiche da velocidade é ainda mais forte, conforma inclusive o tom da linguagem radiofônica. Assim, tanto o meio é permeado pela instantaneidade de seu relato, quanto a erupção de um desastre exige também essa pressa. Nesses casos, a apuração se dá por go-tejamento no mesmo ritmo do desenrolar do acontecimento.

A cobertura em tempo real é fundamental e pode salvar vidas, mas não é suficiente. Precisamos apostar em novos valores-notícia menos factuais que insiram na prática jornalística o hábito de fazer matérias que se projetem no passado ou no futuro, buscando causas de desastres ocorridos e divulgando so-

luções para que eles não mais ocorram e cobrindo, num grande eixo temporal, as consequências na vida dos afetados.

O jornalismo precisa estar em modo vigilante para compreender riscos possíveis antes que eles se efetivem e transcender o ápice do acontecimento desdobrando este dia do desastre para o passado e o futuro. Isso inclui, no “antes” do desastre, abordar possíveis ameaças e mapear vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais. E no “depois”, acompanhar por longo tempo a reconstrução, a redução destas mesmas vulnerabilidades e a construção de resiliência.

RADIOFONIAS – Os grupos de pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq), sob sua liderança, e Jornalismo Ambiental, vinculado à UFRGS, lançaram recentemente o “Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas”. Entre as recomendações expressas no documento, está a de que o jornalismo relacione as mudanças climáticas aos eventos extremos. No caso do jornalismo radiofônico, que tem a previsão do tempo como uma de suas principais pautas cotidianas, esta poderia ser uma estratégia relevante? De que outras formas o rádio poderia contribuir com o debate acerca das mudanças climáticas e sua relação com as catástrofes?

A previsão do tempo, como é noticiada, é algo apresentado como fora do alcance das pessoas, é quase uma sentença a que simplesmente nos submetemos. Evidentemente que não temos o poder imediato sobre o tempo. Ela tem sido usada como prestação de serviço que orienta os produtores rurais no seu

planejamento e avisa ao cidadão se ele deve se agasalhar ou pegar o guarda-chuva. Talvez esta informação possa servir também como gancho para ser articulada com agendas locais e com estratégias de enfrentamento de fenômenos climáticos extremos.

Para isso ocorrer, tanto o jornalista precisa se especializar um pouco, quanto o cientista precisa aprender a ser mais didático. Assim, é preciso aproveitar os conhecimentos dos meteorologistas para abordarmos também a crise climática e mostrarmos o quanto ela é um problema de todos e que iniciativas deveriam ser tomadas para reduzi-la. Também seria recomendado convocar antropólogos, urbanistas e sociólogos para trazer este debate para o cotidiano.

RADIOFONIAS – Ao analisar a cobertura de catástrofes em revistas brasileiras, você afirma que os esquemas narrativos configurados pelo jornalismo nestes períodos de crise podem se tornar perenes – ou pelo menos estender-se por certo tempo – contribuindo para uma atuação da mídia mais atenta a questões climáticas e ambientais, assim como para as desigualdades e vulnerabilidades sociais. O que podemos esperar do jornalismo no período pós-pandemia?

Creio que há alguns bons momentos no jornalismo durante a pandemia em que o campo jornalístico conquistou um pouco mais de credibilidade, buscou mais fontes especializadas e ampliou um pouco o enfoque de algumas pautas. Entretanto, com o isolamento dos repórteres, houve um empobrecimento pro-

gressivo da cobertura. Muitos veículos de comunicação fecharam e houve demissões de muitos profissionais.

Embora eu seja uma defensora do papel e da potência do jornalismo, não vejo perspectivas imediatas de mudança enquanto o trabalho estiver precarizado como já estava desde muito antes da pandemia. No plano ideal, a experiência com este acontecimento deveria provocar uma maior especialização na cobertura de temas importantes assim como maior popularização de pautas científicas e a conscientização sobre as questões ambientais e desigualdades sociais que tanto atravessam o tema. Há algumas iniciativas interessantes de jornalismo feito para e pelas comunidades, mas pelo menos na grande imprensa não há nada que nos aponte para uma mudança efetiva.

Há algumas crenças na cultura jornalística que precisam modificar como, por exemplo, a ideia de simetria de fontes: um debate importante para não igualarmos o espaço concedido a fontes especializadas com fontes negacionistas. Me parece que na cultura jornalística hegemônica persiste a ideia de que o jornalista simplesmente cobre o que acontece e o jornalismo é, portanto, refém dos chamados “fatos”. Quando os jornalistas tiverem consciência de que ajudam a construir os eventos que narram, haverá uma liberdade e uma responsabilidade maior para se deslocar da cobertura factual e propor uma narrativa mais rica. ■

Sobre a entrevistadora

Mirian Redin de Quadros

mirian.quadros@ufsm.br

<https://orcid.org/0000-0002-7254-9065>

Professora adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Frederico Westphalen. É doutora e mestra em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM e bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Pesquisadora vinculada aos grupos de pesquisa Convergência e Jornalismo (Conjor) e Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas. Estuda narrativas jornalísticas, radiojornalismo, interação e podcasting.

>> Como citar este texto:

QUADROS, Mirian Redin. Márcia Franz Amaral: “Um desastre nunca começa quando eclode”. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 206-212, mai./ago. 2020.

RESENHA

As disputas pela constituição do campo e da identidade profissional do radialista

Resenha do livro

MEIRELLES, Norma. Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e projeto pedagógico. Florianópolis: Insular, 2020.

Rodrigo Martins Aragão

Os impactos e desdobramentos do crescente processo de convergência no campo da comunicação, apesar de ainda em ação, já são há muito discutidos e problematizados pela academia e pelo mercado. Além do surgimento de novos agentes produtores e distribuidores e as dinâmicas de consumo que têm sido alteradas, também, as próprias definições sobre quem é e o que faz o profissional de comunicação mudam.

Um perfil profissional multifuncional, multiplataformas ou multimídia, que atenda e execute funções diversas e transite pelas muitas áreas da comunicação, passa a ser valorizado no mercado. Simultaneamente, esse perfil discutido na academia, especialmente no âmbito dos cursos que formam esses profissionais – incluindo-se, muitas e pertinentes críticas em relação

>> Como citar este texto:

ARAGÃO, R. M. As disputas pela constituição do campo e da identidade profissional do radialista. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 213-217, mai./ago. 2020.



Sobre o resenhista

Rodrigo Martins Aragão

rodrigo.martins@academico.
ufpb.br

Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

à sobrecarga e acumulação de funções. Soma-se a esses dois polos um terceiro, o político, que também participa do debate, seja para limitar ou autorizar mudanças nas atuações profissionais regulamentadas, ou até agindo por omissão, ao não se posicionar sobre as questões.

O caso do radialismo e do radialista é exemplar deste cenário. O curso que forma esse profissional teve sua nomenclatura alterada, em muitas instituições de ensino, em decorrência da digitalização e da convergência. Passou a incorporar, além do Rádio e da TV, a Internet em sua titulação. A legislação da profissão também sofreu alterações recentes de modo a contemplar a multifuncionalidade que deriva dos processos de digitalização das emissoras de radiodifusão¹.

É diante desse cenário que se destaca a importância e a necessidade do debate apresentado no livro *Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e processo pedagógico*, fruto da tese de doutorado de Norma Meireles. Ao questionar qual o perfil do curso de bacharelado em Radialismo, a autora coloca em evidência a necessidade de se pensar, a partir de uma investigação sobre o ensino, tendo como objeto de análise os projetos pedagógicos de curso (PPCs), o próprio campo do radialismo (e da comunicação). Que área é essa? Quem é esse profissional? Qual a sua identidade?

Perguntas necessárias para as quais a pesquisadora aponta, desde o início, não haver respostas simples ou objetivas. Parte-se da hipótese, posteriormente confirmada, de que o perfil do curso é heterogêneo e se encontra em transformação. Resultado que reforça e consolida a importância do debate travado no decorrer do livro e destaca também a importância do próprio caminho percorrido para a elaboração do trabalho.

Seu percurso tem início em uma necessária revisão histórica das delimitações do campo do radialismo, da atuação profissional do radialista e da constituição dos cursos que formam esses profissionais. Com base nos Estudos Culturais da Educação e da Comunicação, Norma posiciona a profissão e sua formação como espaço de disputa que envolve agentes e forças políticas, mercadológicas e acadêmicas. Ela identifica, em raízes e traços históricos dessas disputas, a partir de uma pesquisa documental, evidências que permitem melhor analisar o campo de atuação e a formação profissional do radialista.

Uma vez que a profissão surge na prática antes mesmo de ser reconhecida e ter a ela associada uma formação específica, a autora inicia com a discussão do campo

¹ Argumento apresentado na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13424.htm#art7

profissional. Destaca-se inicialmente, desde a partida, como o termo se mostrou amplo e difuso. O termo radialista é empregado para se referir a, basicamente, qualquer profissional do rádio, e posteriormente, da televisão (que é incorporada ao campo de atuação sem revisão de nomenclatura) de forma quase indistinta.

A autora discute, no entanto, que mesmo que todos possam ser chamados radialistas, o exercício de algumas funções, como a locução de programas noticiosos, passa a ser reclamada por categorias de formação própria. A noção generalista e aberta da profissão passa a ser disputada. O método de investigação documental permite identificar como essas disputas se estabilizam nas resoluções e decretos que regulamentam o exercício das profissões e funções.

No caso do radialismo, a regulamentação, muito posterior à presença e atuação do profissional no mercado, além de não entrar na disputa por espaços como os citados acima, em certa medida, mantém a indefinição sobre a identidade do radialista. São previstas uma série de denominações em setores distintos da administração, produção e técnica de empresas de radiodifusão e outras, como produtor, diretor e sonoplasta, por exemplo, em detrimento de uma identificação comum e consolidada.

O trabalho, ao abordar além dos textos reguladores, questões e cenários políticos e mercadológicos em disputa que contextualizam as leis e normas da área, coloca em discussão ainda como a própria competência para realizar a formação do profissional se encontra em disputa. Isso porque o registro do profissional, prescinde da formação específica em nível de bacharelado. O registro profissional do radialista pode ser obtido, também, a partir de formação técnica ou, até mesmo, de atestado de competências emitido por empresas de comunicação e radiodifusão, interessadas diretas na qualificação (ou não) do profissional em questão.

Mesmo quando a investigação se debruça especificamente sobre a formação em nível superior, vê-se que a heterogeneidade se mantém marcada no campo. A pesquisa registra e discute as mudanças de nomenclatura do curso, que não são recentes, nem tampouco fruto exclusivamente do atual cenário da comunicação. O curso, que surge como habilitação polivalente da formação em comunicação social, pode ser encontrado posteriormente como habilitação ou bacharelado independente, sob títulos como Radialismo, Rádio e TV, Rádio, TV e Internet, entre tantos outros. Uma diversidade que, mesmo após propostas de convergência pelo Ministério da Educação, permite que cada curso apresente uma formatação específica.

Essa questão, mais uma vez, aponta para uma diferença que marca o Radialismo em relação a outros cursos da área que, mesmo quando considerados habilitações da comunicação social, mantiveram nomenclaturas estáveis, como Cinema, Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. A autora também discute a ausência e a omissão do poder público na definição de diretrizes nacionais curriculares para os cursos de radialismo, de modo que possam, além de nomenclatura única, encontrar uma unidade de formação que melhor defina o profissional. A formação no ensino superior segue, até hoje, um perfil duplo, em que se consideram, a um só tempo, o campo mais amplo e geral da comunicação social e as especificidades do radialismo.

A autora, então, identifica o radialista como um *outsider*, um profissional cuja identidade se encontra instável e em posição desigual em relação às demais, consolidadas em suas áreas, mercados e formações. Essa posição de *outsider* se intensifica, também internamente, devido à disputa pela definição da profissão como técnica ou intelectual. A pesquisa se dedica, então, a tentar posicionar o radialista como um agente da cultura e delimitar ou identificar seu espaço no campo da comunicação.

Diante de tantas problemáticas que se somam à questão, a escolha de Norma em analisar os Projetos Pedagógicos de Curso se justifica, não apenas pelo seu ineditismo louvável, mas também pela identificação desses documentos como sendo, eles próprios, espaços em que se registram local e historicamente, essas disputas. São, cada um deles, um microcosmo das relações de poder entre agentes políticos, de mercado e acadêmicos e carregam em si, um registro situacional e, ao mesmo tempo, um projeto de construção ou transformação desse cenário que identificam e a partir do qual são formatados.

Mais uma vez, o processo percorrido pela pesquisadora e compartilhado no livro merece destaque. Os caminhos e percalços da coleta de dados, que, em princípio, deveriam ser públicos, denotam uma situação importante no debate sobre a formação superior no país (neste caso, não apenas no campo do radialismo): a dificuldade de acessar informações oficiais de maneira sistematizada. Mas ainda que o corpus não contemple a totalidade do universo de cursos, a investigação do material coletado junto a 18 cursos de radialismo, consegue lançar luz sobre as questões levantadas pelo trabalho.

Analisando os PPCs em três eixos – formação, identidade e função social –, identificam-se duas principais tendências que corroboram a hipótese da pesquisadora. Os projetos se mostram tão diversos quanto as nomenclaturas e parecem acolher ou incorporar essa indefinição como marca de uma formação profissional que

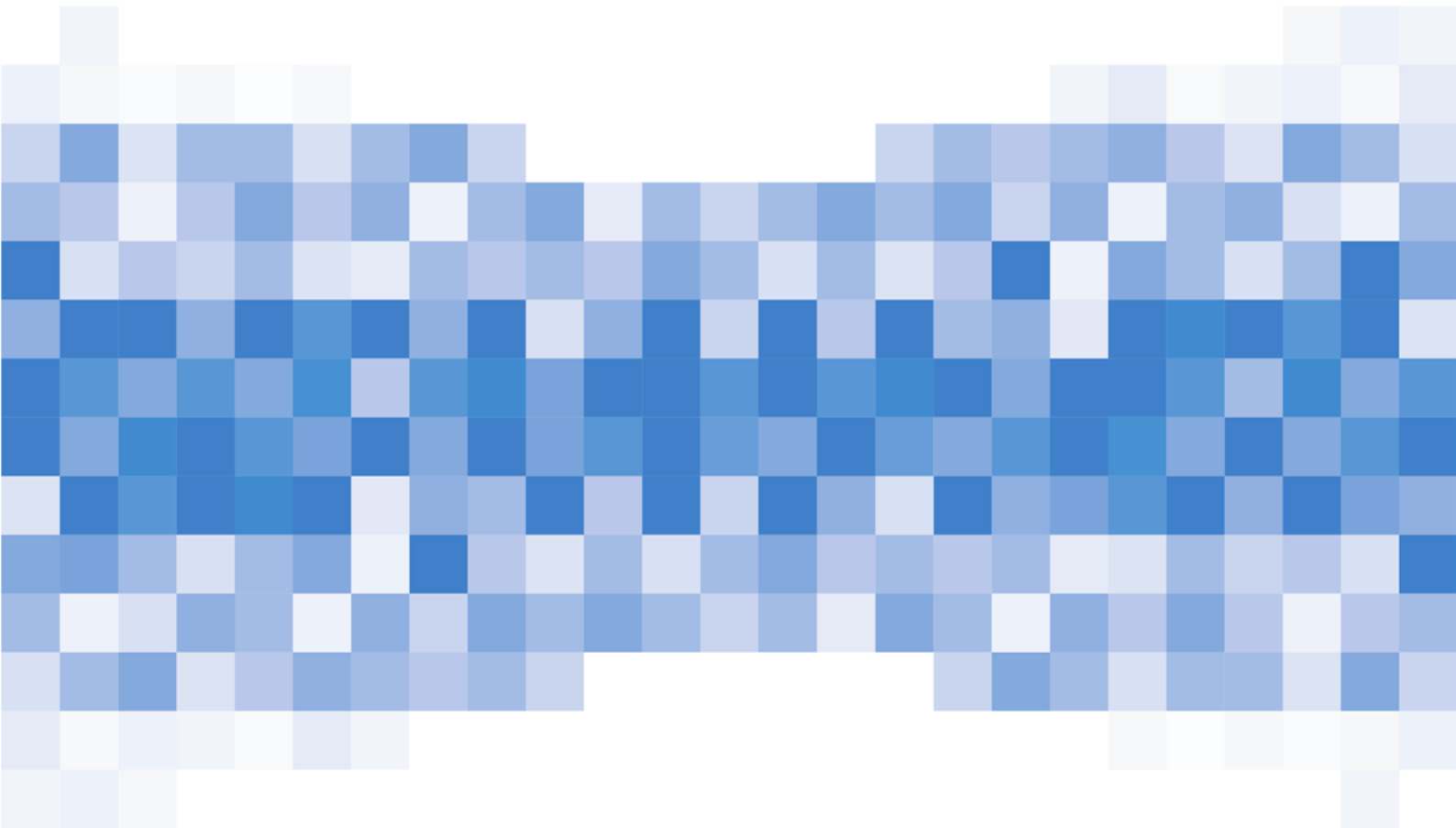
apenas segue o mercado ou que não se encampa a disputa por definição em seus próprios termos.

Seja na análise dos currículos e das disciplinas que o compõem, dos perfis de egressos, das descrições e discussões sobre atuação profissional, os projetos se exibem da proposição e da construção de uma realidade profissional e do campo do radialismo. Como bem destaca a autora da pesquisa, em alguma medida, apenas servindo como documentos para avaliação institucional e seguindo as legislações em vigor – que, como o trabalho demonstra, não atuam na constituição clara de um perfil para o campo e para o profissional de radialismo.

Se a pesquisa e o livro findam com essa indefinição, que confirma a hipótese de um perfil heterogêneo e impreciso, também expõem, de maneira sólida, pontos que são chave para que essa discussão seja travada com vistas a sua resolução. Fruto de uma série de indefinições legais sobre a profissão e a formação, a identidade do radialista parece depender de uma definição do próprio campo, em termos práticos e epistemológicos.

A busca por conhecer a identidade profissional do radialista evidencia uma outra indefinição mais gritante: a do radialismo como um campo que reúna saberes e fazeres específicos que permitam a saída de uma posição de *outsider* no campo da comunicação. Emerge do trabalho de Norma a necessidade de se discutir uma teoria do radialismo a partir da qual se forje uma identidade profissional não dependente das práticas profissionais ou das questões mais gerais da comunicação.

Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e projeto pedagógico nos instiga a pensar e, em consequência investigar e discutir, uma teoria do radialismo – que não seja uma teoria dos meios que a constituem. O livro nos confronta com a necessidade de constituição de um campo que não seja, como nas primeiras definições da profissão, uma reunião das questões que se aplicam ao rádio e à televisão – e também às mídias digitais –, mas que dê conta de um papel social e cultural que se aplique a esses e outros meios.



RADIOFONIAS

REVISTA DE ESTUDOS EM MÍDIA SONORA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo e do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PPG COM
UFOP
Comunicação e Temporalidades

nrtv
Núcleo de Rádio e TV

CONJOR
Convergência e Jornalismo

APOIO:

Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora


INTERCOM